

ÍNDICE	
I - Preâmbulo	08
II - Planejamento	11
1. Plano Plurianual - P.P.A.	11
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O.	11
3. Lei Orçamentária Anual - L.O.A.	12
III - Demonstrações Contábeis	17
1. Balanço Orçamentário	17
1.1- Receitas	19
1.1.1- Receitas Correntes	21
a) Receitas Tributárias	21
b) Transferências Correntes	23
c) Outras Receitas Correntes	23
d) Receitas de Origens Diversas	24
1.1.2- Receitas de Capital	26
a) Operações de Crédito	26
b) Alienações de Bens	27
1.2- Despesas	27
1.2.1- Despesas Correntes	28
a) Pessoal e Encargos Sociais	28
b) Juros e Encargos da Dívida	32
c) Outras Despesas Correntes	33
1.2.2- Despesas de Capital	38
1.2.3- Despesas por Órgão	40
1.2.4- Propaganda e Publicidade	49
1.3 - Créditos Adicionais	52
1.4 - Reserva de Contingência	55
2. Balanço Financeiro	56
2.1 - Dívida Financeira	57
2.2 - Dívida Flutuante	58
3. Balanço Patrimonial	60
3.1 - Dívida Ativa	62
3.2 - Dívida Fundada	63
3.3 - Resultado Financeiro	67
4. Variações Patrimoniais	68
4.1- Resultado Econômico	69
IV - Lei nº 9496/97 - Acordo de Renegociação da Dívida	71
V - Precatórios	76
VI - Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal	81
a - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	81
b - Relatório de Gestão Fiscal	83
c - Despesas com Pessoal e Reflexos	85
VII - Ensino	88
VIII - Saúde	95
IX - Controle Interno	104
X - Programa Estadual de Desestatização	106
XI - Avaliação de Indicadores de Gestão	107
XII - Atividades Desenvolvidas "in loco"	235
XIII - Levantamentos Específicos para a Relatoria de 2005	294
XIV - Expedientes	337
XV - Recomendações - Exercício de 2004	338
XVI - Síntese do Apurado	343
XVII - Considerações Finais	344

**PROCESSO:** TC-3563/026/05  
**INTERESSADO:** GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**EXERCÍCIO:** EXERCÍCIO DE 2005  
**RELATOR:** CONSELHEIRO DR. RENATO MARTINS COSTA

**Senhor Diretor Técnico de Departamento,**

#### **I - PREÂMBULO**

Apresentamos à apreciação de Vossa Senhoria o relatório do acompanhamento anual, do exame e da análise procedida nos demonstrativos e peças contábeis, com vista à emissão de parecer prévio sobre as contas da Administração do Estado, relativas ao exercício de 2.005, na conformidade do inciso I, artigo 33 da Constituição do Estado, combinado com o inciso I, artigo 2º e artigo 23 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, e do artigo 176 e da letra "a", inciso I, artigo 181, ambos do Regimento Interno.

Referidas contas foram apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador à Augusta Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do inciso IX, artigo 47 da Constituição Estadual. Consoante parágrafos 1º e 2º, artigo 23 da Lei Orgânica deste Tribunal, estas abrangem a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo

as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, e compõem-se, basicamente, do Balanço Geral do Estado e seus Anexos, elaborados sob a égide da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado de circunstanciado relatório do Senhor Secretário da Fazenda, abordando os aspectos relevantes da gestão orçamentária e financeira do Estado.

Ressaltamos a metodologia de levantamento e apresentação dos demonstrativos, e as análises que ora submetemos a Vossa Senhoria. Assim, temos o Balanço Geral do Exercício - Administração Direta, o Balanço Geral do Exercício - Demonstrações da Administração Indireta, que compreendem também as empresas dependentes INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SP S/A - IPT, CETESB - CIA DE TECNOLOGIA SANEAMENTO AMBIENTAL, EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A - EMPLASA e a CIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, lembrando que estão contemplados tanto os recursos próprios quanto aqueles alocados pelo Tesouro do Estado, e o Balanço Geral - Demonstrações Consolidadas.

Portanto, nossas análises refletem, basicamente, os resultados das Administrações Direta e Indireta do Estado, evidenciando, especialmente, as verificações das despesas com pessoal, manutenção do ensino, despesas com saúde, precatórios e os resultados orçamentário e financeiro.

As contas do exercício financeiro de 2.005 foram protocoladas neste E. Tribunal, em 28 de abril de 2006, conforme Ofício do Excelentíssimo Senhor Governador do

Estado, Dr. Cláudio Lembo, às fls. 04.

Por força do disposto no parágrafo único do artigo 36 e no artigo 176 do Regimento Interno, foi comunicada, em sessão de 16/02/2005 do Tribunal Pleno, a designação do eminente Conselheiro Dr. Renato Martins Costa como relator das contas do Governo do Estado de São Paulo relativas ao exercício de 2005, ata publicada no D.O.E. de 24/02/2005.

Os exames e as análises, consideradas necessárias a uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução orçamentária, foram realizados dentro do enfoque das disposições do artigo 32 e do inciso I, artigo 33, ambos da Constituição do Estado, atinentes à "fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades das Administrações Direta e Indireta e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas...", devendo-se salientar que as matérias específicas merecem exames e julgamentos em autos próprios por este Egrégio Tribunal.

Cabe enfatizar que a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui no "caput" do artigo 2º que "A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anuidade". No capítulo "DO CONTROLE EXTERNO", desse mesmo diploma legal, estabelece o artigo 81 que "O controle da execução

orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego do dinheiro público e o cumprimento da Lei do Orçamento", em harmonia com o disposto no artigo 111, da Constituição do Estado.

## **II - PLANEJAMENTO**

### **1- Plano Plurianual**

#### **1.1 - Elaboração**

O Plano Plurianual relativo ao quadriênio de 2004/2007 foi aprovado pela Lei nº 11.605, de 24 de dezembro de 2003, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 1º, artigo 174, da Constituição do Estado.

### **2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

#### **2.1 - Elaboração**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativa ao exercício de 2005 foi aprovada pela Lei nº 11.782, de 22 de julho de 2004, publicada em 23 de julho de 2004, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 2º, artigo 174 da Constituição do Estado e na LC nº 101, de 04 de maio de 2000.

**3 - Lei Orçamentária nº 11.816, de 30 de dezembro de 2.004**

A mensagem nº A-72/2004, datada de 30 de setembro de 2004, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, envia a Proposta Orçamentária para 2005, nos termos do inciso XVII do artigo 47, elaborada consoante artigo 174, ambos da Constituição do Estado, com observância, também, das Diretrizes Orçamentárias para 2005, bem como das normas constantes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, observadas, ainda, na elaboração da proposta, as estratégias e as diretrizes de ação constantes do Plano Plurianual - PPA relativo ao período de 2004-2007, encaminhada à Augusta Assembléia Legislativa e convertida na Lei nº 11.816, de 30 de dezembro de 2.004, publicada no "Diário Oficial do Estado" em 31 de dezembro de 2.004, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2.005.

**3.1 - Disposição Preliminar**

O artigo 1º da Lei Orçamentária diz respeito à divisão do Orçamento em 3 (três) partes, ou seja, FISCAL, da SEGURIDADE SOCIAL e de INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS.

**3.2 - Do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social**

O artigo 2º orça a Receita e o artigo 4º fixa a Despesa do Estado em valores iguais a R\$ 69.887.577.689 (sessenta e nove bilhões, oitocentos e oitenta e sete

milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais). Neste total, estão incluídos os recursos próprios das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, no montante de R\$ 5.199.528.858 (cinco bilhões, cento e noventa e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais).

O artigo 3º especifica o desdobramento da Receita do Tesouro do Estado.

	R\$ 1,00	R\$ 1,00
<b>I - Receita do Tesouro do Estado</b>		<b>64.688.048.831</b>
1 - Receitas Correntes		<b>62.833.997.392</b>
Receita Tributária	54.526.700.543	
Receita de Contribuições	10	
Receita Patrimonial	964.563.142	
Receita Agropecuária	8.737.070	
Receita Industrial	2.805.960	
Receita de Serviços	174.959.840	
Transferências Correntes	6.162.378.363	
Outras Receitas Correntes	993.852.464	
2 - Receitas de Capital		<b>1.854.051.439</b>
Operações de Crédito	706.603.010	
Alienação de Bens	1.125.000.040	
Amortização de Empréstimos	10	
Transferências de Capital	22.448.349	
Outras Receitas de Capital	30	
<b>II - Receita dos Órgãos da Adm. Indireta</b>		<b>5.199.528.858</b>
1 - Receitas Próprias	4.994.686.538	
2 - Vinculadas e Operações de Crédito	204.842.320	
<b>R E C E I T A T O T A L</b>		<b>69.887.577.689</b>

O artigo 4º estabelece a fixação da Despesa em:

Despesa	R\$1,00	%
Orçamento Fiscal	58.640.995.981	83,91
Orçamento da Seguridade Social	11.246.581.708	16,09
<b>TOTAL</b>	<b>69.887.577.689</b>	<b>100,00</b>

O artigo 5º evidencia o desdobramento da Despesa segundo as categorias econômicas e as alocações por Órgão:

## a) - Despesas por Categoria Econômica

I - Despesas por Categoria Econômica	R\$ 1,00	R\$ 1,00
Recursos do Tesouro do Estado		64.688.048.831
Despesas Correntes	58.836.414.290	
Despesas de Capital	5.846.634.541	
Reserva de Contingência	5.000.000	
Recursos dos Órgão da Adm. Indireta		5.199.528.858
Despesas Correntes	4.539.654.181	
Despesas de Capital	659.874.677	
<b>D E S P E S A T O T A L</b>		<b>69.887.577.689</b>

b) - Despesas por Órgão - O Orçamento Fiscal compreende os Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, enquanto o Orçamento da Seguridade Social compreende parte dos orçamentos das Secretarias da Fazenda, da Segurança Pública, Justiça e da Defesa da Cidadania, e os orçamentos das Secretarias da Saúde, do Emprego e Relações do Trabalho, da Assistência e Desenvolvimento Social.

### 3.3 - Do Orçamento de Investimentos das Empresas

O artigo 6º fixa o valor de R\$ 4.086.835.000 (quatro bilhões, oitenta e seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), destinado ao orçamento de investimentos das Empresas, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal, desdobrado da seguinte forma:

Investimento das Empresas	R\$1,00	%
Recursos do Tesouro do Estado	1.984.432.000	48,56
Recursos Próprios	1.098.178.000	26,87
Operações de Crédito	700.957.000	17,15
Outras Fontes	303.268.000	7,42
<b>TOTAL</b>	<b>4.086.835.000</b>	<b>100,00</b>



O valor de R\$ 372.973.154, correspondente a subscrições de capitais nas empresas dependentes, constou nos quadros anexos da Lei Orçamentária.

### **3.4 - Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

Conforme dispõe o artigo 7º, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 17% (dezessete por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de RESERVA DE CONTINGÊNCIA, em conformidade com o disposto no artigo 19, da Lei nº 11.782, de 22 de julho de 2004 (LDO), observado o inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos:

- 1 Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados.

- 2 Para cobertura de despesas à conta das receitas próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes.
- 3 Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º da Lei Orçamentária.

De acordo com o estabelecido no artigo 8º, fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a remanejar recursos de um elemento para outro, desde que dentro do mesmo órgão, no mesmo grupo de despesa e na mesma categoria de programação e entre atividades e projetos de um mesmo programa.

### **3.5 - Das Operações de Crédito**

Conforme o artigo 9º, fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita total estimada para o exercício de 2.005, com observância ao estabelecido no artigo 38 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

### III - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 1 - Balanço Orçamentário

Conforme estabelece o artigo 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as Receitas e Despesas previstas, comparadas às realizadas, para se determinar o Resultado Orçamentário do exercício.

Nestes termos, temos que o confronto da Despesa Realizada com a Receita Arrecadada indicará o DÉFICIT OU SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO do período, enquanto a Despesa Autorizada com a Realizada demonstrará se houve ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA.

Evidenciamos, a seguir, os resultados apurados, comparativamente aos dois exercícios anteriores:

Administração Direta		R\$ 1.000	
Superávit/Déficit Orçamentário	2005	2004	2003
Despesa Realizada	60.438.348	52.269.728	46.167.945
Receita Arrecadada	69.957.479	60.717.498	53.809.591
Superavit Orçamentário	9.519.131	8.447.770	7.641.646
% Rec Arrecadada	13,61%	13,91%	14,20%

Economia Orçamentária	2005	2004	2003
Despesa Autorizada	61.367.869	54.006.264	47.406.470
Despesa Realizada	60.438.348	52.269.728	46.167.945
Economia Orçamentária	929.521	1.736.535	1.238.524
% s/ Desp Autorizada	1,51%	3,22%	2,61%

## Administração Indireta

R\$ 1.000

Superávit/Déficit Orçamentário	2005	2004	2003
Despesa Realizada	15.508.553	13.455.105	11.391.147
Receita Arrecadada	6.152.532	5.055.417	4.156.726
Déficit Orçamentário	-9.356.021	-8.399.688	-7.234.421
% s/ Rec Arrecadada	-152%	-166%	-174%

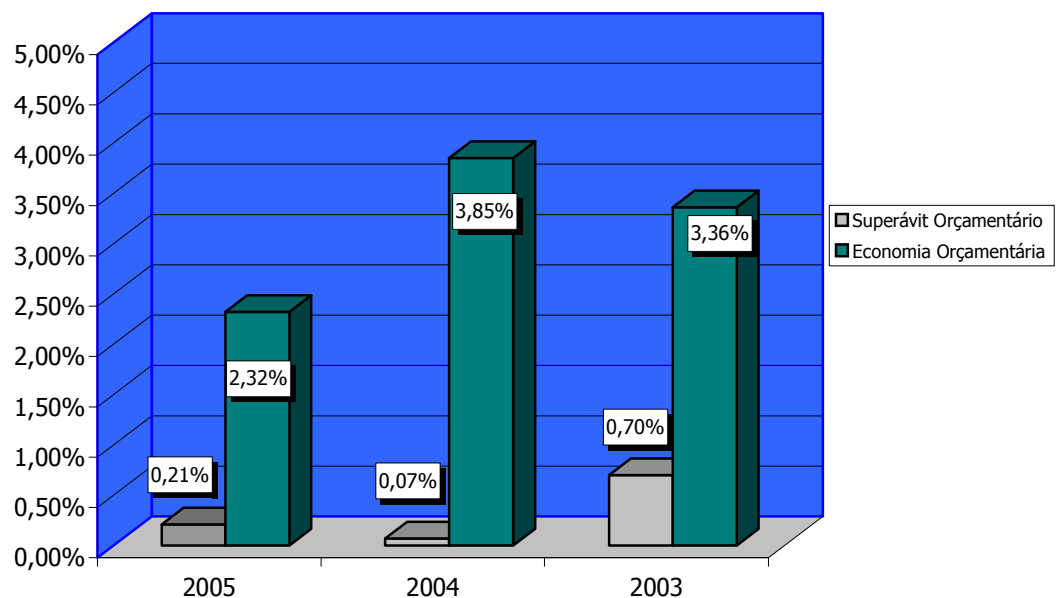
Economia Orçamentária	2005	2004	2003
Despesa Autorizada	16.383.670	14.351.319	12.154.977
Despesa Realizada	15.508.553	13.455.105	11.391.147
Economia Orçamentária	875.117	896.214	763.830
% s/ Desp Autorizada	5,34%	6,24%	6,28%

## CONSOLIDADO

R\$ 1.000

Superávit/Déficit Orçamentário	2005	2004	2003
Despesa Realizada	75.946.901	65.724.833	57.559.092
Receita Arrecadada	76.110.011	65.772.915	57.966.317
Superávit Orçamentário	163.110	48.082	407.225
% s/ Rec Arrecadada	0,21%	0,07%	0,70%

Economia Orçamentária	2005	2004	2003
Despesa Autorizada	77.751.539	68.357.583	59.561.447
Despesa Realizada	75.946.901	65.724.833	57.559.092
Economia Orçamentária	1.804.638	2.632.750	2.002.355
% s/ Desp Autorizada	2,32%	3,85%	3,36%



### 1.1 - Receitas

A evolução da Receita Estimada comparada com a Receita Arrecadada, em conformidade com os Balanços Orçamentários, é a seguinte:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		R\$ 1.000	
Receita	2005	2004	2003
Estimada	64.688.049	57.428.691	50.918.635
Arrecadada	69.957.479	60.717.498	53.809.591
<b>Diferença</b>	<b>5.269.430</b>	<b>3.288.808</b>	<b>2.890.956</b>
% sobre a Estimada	8,15%	5,73%	5,68%

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		R\$1.000	
Receita	2005	2004	2003
Estimada	5.572.502	5.147.298	3.699.798
Arrecadada	6.152.532	5.055.417	4.156.726
<b>Diferença</b>	<b>580.030</b>	<b>-91.881</b>	<b>456.928</b>
% sobre a Estimada	10,41%	-1,79%	12,35%

CONSOLIDADO		R\$ 1.000	
Receita	2005	2004	2003
Estimada	70.260.551	62.575.989	54.618.433
Arrecadada	76.110.011	65.772.915	57.966.317
<b>Diferença</b>	<b>5.849.460</b>	<b>3.196.927</b>	<b>3.347.884</b>
% sobre a Estimada	8,33%	5,11%	6,13%
Evolução da arrecadada	10.337.096	7.806.598	4.927.320
Evolução % s/ano anterior	15,72%	13,47%	9,29%
IGP-DI - índices anuais	1,22%	12,13%	7,67%
INPC	5,05%	6,13%	10,38%

Comparando-se a receita arrecadada do exercício de 2004, de R\$ 65.772.915 mil, com a do exercício de 2005, de R\$ 76.110.011 mil, verifica-se um crescimento nominal de R\$ 10.337.096 mil, correspondente a 15,72%.

Observa-se que a Receita Arrecadada foi 8,33% maior do que a Receita Estimada. Tomando-se como

base o exercício de 2002, verifica-se uma evolução de 43,50% no triênio 2003/2005, que comparado ao acumulado do mesmo período do IGP-DI<sup>1</sup> de 22,20% e ao INPC de 23,07%, indica um forte incremento na arrecadação no período.

De acordo com o quadro a seguir apresentado, a receita arrecadada da Administração Direta foi de R\$ 69.957.479 mil que é representada, principalmente, pela Receita Tributária e pelas Transferências Correntes.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			R\$ 1.000			
Receitas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Tributária	56.826.881	81,23	50.986.606	83,97	44.477.972	82,66
Contribuições	0	0,00	0	0,00	93.234	0,17
Patrimonial	2.260.618	3,23	1.336.319	2,20	1.230.672	2,29
Agropecuária	17.923	0,03	11.244	0,02	4.518	0,01
Industrial	2.442	0,00	2.693	0,00	2.944	0,01
Serviços	197.467	0,28	113.026	0,19	172.631	0,32
Transf. Correntes	7.715.556	11,03	6.562.494	10,81	5.795.359	10,77
Outr Rec Correntes	1.633.947	2,34	1.142.429	1,88	1.151.809	2,14
<b>sub-total</b>	<b>68.654.834</b>	<b>98,14</b>	<b>60.154.809</b>	<b>99,07</b>	<b>52.929.139</b>	<b>98,36</b>
Receitas de Capital	2005	%	2.004	%	2.003	%
Operações de Crédito	223.457	0,32	374.909	0,62	334.093	0,62
Alienação de Bens	1.036.906	1,48	33.589	0,06	417.367	0,78
Amortiz. Empréstimos	0	0,00	0	0,00	27.140	0,05
Transf. de Capital	42.282	0,06	154.192	0,25	101.853	0,19
Outr Rec de Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>sub-total</b>	<b>1.302.645</b>	<b>1,86</b>	<b>562.689</b>	<b>0,93</b>	<b>880.452</b>	<b>1,64</b>
<b>Total</b>	<b>69.957.479</b>	<b>100,00</b>	<b>60.717.498</b>	<b>100,00</b>	<b>53.809.591</b>	<b>100,00</b>
<b>% do Valor Orçado Inicial</b>	<b>64.688.049</b>	<b>108,15</b>	<b>57.428.691</b>	<b>105,73</b>	<b>50.918.635</b>	<b>105,68</b>

Com relação à Administração Indireta temos:

<sup>1</sup>

IGP-DI	2005	2004	2003
	1,22%	12,13%	7,67%

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			R\$ 1.000			
Receitas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Tributária	239.262	3,89	205.989	4,07	204.161	4,91
Contribuições	2.463.026	40,03	2.396.876	47,41	1.710.911	41,16
Patrimonial	792.732	12,88	640.404	12,67	542.186	13,04
Agropecuária	586	0,01	836	0,02	872	0,02
Industrial	149.703	2,43	134.278	2,66	158.117	3,80
Serviços	952.579	15,48	710.765	14,06	786.049	18,91
Transferências Correntes	110.260	1,79	146.424	2,90	65.963	1,59
Outras Receitas Correntes	507.666	8,25	398.675	7,89	429.898	10,34
sub-total	5.215.814	84,78	4.634.247	91,67	3.898.157	93,78
Receitas de Capital	2005	%	2.004	%	2.003	%
Operações de Crédito	152.399	2,48	173.234	3,43	237.862	5,72
Alienação de Bens	176.213	2,86	3.302	0,07	2.565	0,06
Amortização de Empréstimos	6.675	0,11	6.473	0,13	4.941	0,12
Transferências de Capital	13.141	0,21	37.606	0,74	11.551	0,28
Outras Receitas de Capital	588.290	9,56	200.555	3,97	1.650	0,04
sub-total	936.718	15,22	421.170	8,33	258.569	6,22
Total	6.152.532	100,00	5.055.417	100,00	4.156.726	100,00
% do Valor Orçado Inicial	5.572.502	110,41	5.147.298	98,21	3.699.798	112,35

CONSOLIDADO			R\$ 1.000			
Receitas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Tributária	57.066.143	74,98	51.192.595	77,83	44.682.133	77,08
Contribuições	2.463.026	3,24	2.396.876	3,64	1.804.144	3,11
Patrimonial	3.053.350	4,01	1.976.723	3,01	1.772.857	3,06
Agropecuária	18.509	0,02	12.080	0,02	5.390	0,01
Industrial	152.145	0,20	136.971	0,21	161.061	0,28
Serviços	1.150.046	1,51	823.790	1,25	958.680	1,65
Transf. Correntes	7.825.816	10,28	6.708.917	10,20	5.861.322	10,11
Outr Rec Correntes	2.141.613	2,81	1.541.104	2,34	1.581.708	2,73
sub-total	73.870.648	97,06	64.789.056	98,50	56.827.295	98,04
Receitas de Capital	2005	%	2.004	%	2.003	%
Operações de Crédito	375.856	0,49	548.142	0,83	571.955	0,99
Alienação de Bens	1.213.119	1,59	36.891	0,06	419.932	0,72
Amortiz. Empréstimos	6.675	0,01	6.473	0,01	32.081	0,06
Transf. de Capital	55.423	0,07	191.798	0,29	113.404	0,20
Outr Rec de Capital	588.290	0,77	200.555	0,30	1.650	0,00
sub-total	2.239.363	2,94	983.859	1,50	1.139.022	1,96
Total	76.110.011	100,00	65.772.915	100,00	57.966.317	100,00
% do Valor Orçado Inicial	70.260.551	108,33	62.575.989	105,11	54.618.433	106,13

### 1.1.1 - Receitas Correntes

#### a) - Receitas Tributárias

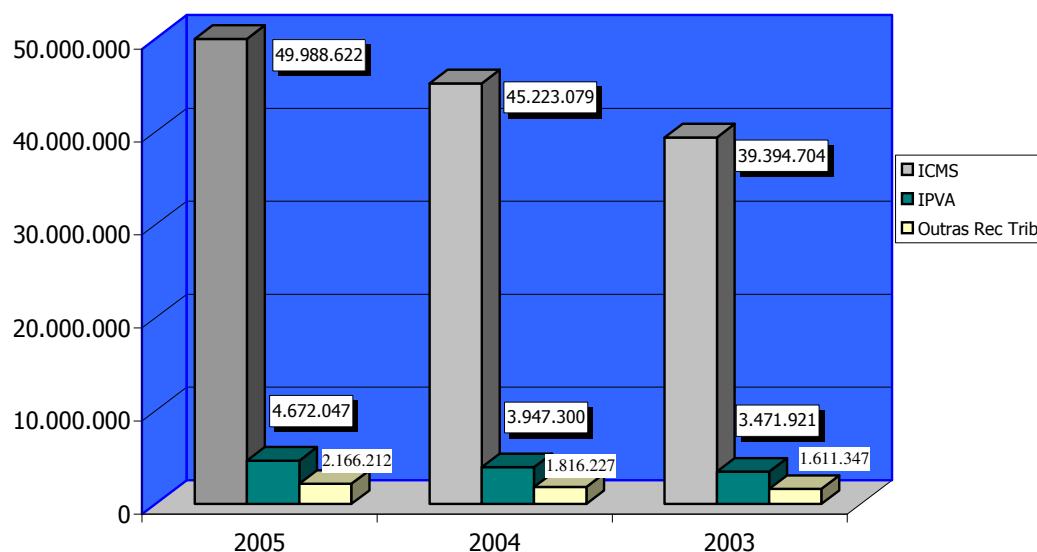
Conforme quadro comparativo, constata-se que o item mais representativo nas Receitas Correntes da Administração Direta é o das Receitas Tributárias, que

engloba a arrecadação do ICMS, do IPVA e Outras (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos, Emolumentos e Custas Extrajudiciais, Taxas e Contribuições de Melhoria).

Verifica-se que, no âmbito da Administração Direta, a arrecadação da Receita Tributária, comparada ao exercício anterior, obteve um acréscimo da ordem de 11,45%.

TRIBUTARIA	2005	%	2004	%	2003	%
ICMS	49.988.622	87,97	45.223.079	88,70	39.394.704	88,57
IPVA	4.672.047	8,22	3.947.300	7,74	3.471.921	7,81
Outr Rec Tributárias	2.166.212	3,81	1.816.227	3,56	1.611.347	3,62
<b>TOTAL</b>	<b>56.826.881</b>	<b>100,00</b>	<b>50.986.606</b>	<b>100,00</b>	<b>44.477.972</b>	<b>100,00</b>
% do Valor Orçado Inicial	54.526.701	104,22	47.487.253	107,37	43.908.960	101,30

Valores em R\$ mil



Considerando que 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA devem ser transferidos aos Municípios, nos termos dos incisos I e II, artigo 167 da Constituição Estadual, temos que a Receita Tributária Líquida da Administração



Direta, auferida em 2005 pelo Estado, corresponde a R\$ 41.993.702 mil, equivalente a 73,90% da Receita Tributária Total Arrecadada.

### **b) - Transferências Correntes**

O total arrecadado a título de Transferências Correntes, está assim distribuído:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			R\$ 1.000			
Transferências Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Transferências Intergovernamentais	7.656.411	99,23	6.528.774	99,49	5.230.433	90,25
Transferências de Instituições	6.453	0,08	5.640	0,09	2.263	0,04
Transferências do Exterior	32	0,00	6	0,00	49	0,00
Transferências de Pessoas	90	0,00	99	0,00	3	0,00
Transferências de Convênios	52.570	0,68	27.975	0,43	562.611	9,71
<b>Total</b>	<b>7.715.556</b>	<b>100,00</b>	<b>6.562.494</b>	<b>100,00</b>	<b>5.795.359</b>	<b>100,00</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			R\$ 1.000			
Transferências Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Transferências Intragovernamentais	0	0,00	0	0,00	13.211	20,03
Transferências Intergovernamentais	59.310	53,79	93.247	63,68	8.001	12,13
Transferências de Instituições	2.641	2,40	5.949	4,06	7.048	10,68
Transferências do Exterior	9	0,01	75	0,05	0	0,00
Transferências de Pessoas	2	0,00	3	0,00	2	0,00
Transferências de Convênios	48.299	43,80	47.150	32,20	37.701	57,15
<b>Total</b>	<b>110.261</b>	<b>100,00</b>	<b>146.424</b>	<b>100,00</b>	<b>65.963</b>	<b>100,00</b>

CONSOLIDADO			R\$ 1.000			
Transferências Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Transferências Intragovernamentais	0	0,00	0	0,00	13.211	0,23
Transferências Intergovernamentais	7.715.721	98,59	6.622.021	98,70	5.238.435	89,37
Transferências de Instituições	9.094	0,12	11.589	0,17	9.311	0,16
Transferências do Exterior	40	0,00	81	0,00	49	0,00
Transferências de Pessoas	92	0,00	101	0,00	5	0,00
Transferências de Convênios	100.869	1,29	75.125	1,12	600.311	10,24
<b>Total</b>	<b>7.825.816</b>	<b>100,00</b>	<b>6.708.917</b>	<b>100,00</b>	<b>5.861.322</b>	<b>100,00</b>

### **c - Outras Receitas Correntes**

No que tange a "Outras Receitas Correntes", temos o seguinte posicionamento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				R\$ 1.000		
Outras Receitas Correntes	2005	%	2.004	%	2.003	%
Multas e Juros de Mora	663.062	40,58	460.039	40,27	508.980	44,19
Indenizações e Restituições	177.907	10,89	192.268	16,83	246.096	21,37
Receitas da Dívida Ativa	377.410	23,10	259.244	22,69	251.655	21,85
Receitas Diversas	415.567	25,43	230.878	20,21	145.078	12,60
<b>Total</b>	<b>1.633.946</b>	<b>100,00</b>	<b>1.142.429</b>	<b>100,00</b>	<b>1.151.809</b>	<b>100,00</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				R\$ 1.000		
Outras Receitas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Multas e Juros de Mora	313.816	61,82	210.329	52,76	185.105	43,06
Indenizações e Restituições	45.037	8,87	81.885	20,54	87.597	20,38
Receitas da Dívida Ativa	1.993	0,39	1.464	0,37	2.074	0,48
Receitas Diversas	146.820	28,92	104.997	26,34	155.122	36,08
<b>Total</b>	<b>507.666</b>	<b>100,00</b>	<b>398.675</b>	<b>100,00</b>	<b>429.898</b>	<b>100,00</b>

CONSOLIDADO				R\$ 1.000		
Outras Receitas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Multas e Juros de Mora	976.878	45,61	670.369	43,50	694.086	43,88
Indenizações e Restituições	222.944	10,41	274.152	17,79	333.693	21,10
Receitas da Dívida Ativa	379.403	17,72	260.708	16,92	253.729	16,04
Receitas Diversas	562.388	26,26	335.875	21,79	300.200	18,98
<b>Total</b>	<b>2.141.613</b>	<b>100,00</b>	<b>1.541.104</b>	<b>100,00</b>	<b>1.581.708</b>	<b>100,00</b>

#### d - Receitas de Origens Diversas

Agrupamos, sob este título, as demais receitas correntes, tendo em vista as suas peculiaridades, a saber:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				R\$ 1.000		
Receitas de Origens Diversas	2005	%	2004	%	2003	%
Receita de Contribuição	0	0,00	0	0,00	93.233	6,20
Receita Patrimonial	2.260.618	91,21	1.336.319	91,32	1.230.672	81,83
Receita Agropecuária	17.923	0,72	11.244	0,77	4.518	0,30
Receita Industrial	2.442	0,10	2.693	0,18	2.944	0,20
Receita de Serviços	197.467	7,97	113.026	7,72	172.631	11,48
<b>TOTAL</b>	<b>2.478.450</b>	<b>100,00</b>	<b>1.463.282</b>	<b>100,00</b>	<b>1.503.998</b>	<b>100,00</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				R\$ 1.000		
Receitas de Origens Diversas	2005	%	2004	%	2003	%
Receita de Contribuições	2.463.026	56,51	2.396.876	61,72	1.710.911	53,50
Receita Patrimonial	792.732	18,19	640.404	16,49	542.186	16,95
Receita Agropecuária	586	0,01	836	0,02	872	0,03
Receita Industrial	149.703	3,43	134.278	3,46	158.117	4,94
Receita de Serviços	952.579	21,86	710.765	18,30	786.049	24,58
<b>TOTAL</b>	<b>4.358.626</b>	<b>100,00</b>	<b>3.883.159</b>	<b>100,00</b>	<b>3.198.135</b>	<b>100,00</b>

CONSOLIDADO			R\$ 1.000			
Receitas de Origens Diversas	2005	%	2004	%	2003	%
Receita de Contribuições	2.463.026	36,02	2.396.876	44,83	1.804.144	38,37
Receita Patrimonial	3.053.350	44,66	1.976.723	36,97	1.772.858	37,70
Receita Agropecuária	18.509	0,27	12.079	0,23	5.390	0,11
Receita Industrial	152.145	2,23	136.971	2,56	161.061	3,43
Receita de Serviços	1.150.046	16,82	823.791	15,41	958.680	20,39
<b>TOTAL</b>	<b>6.837.076</b>	<b>100,00</b>	<b>5.346.440</b>	<b>100,00</b>	<b>4.702.133</b>	<b>100,00</b>

A seguir, demonstramos os valores mais significativos:

No que se refere às Receitas Patrimoniais da Administração Direta, detalhamos a seguir sua composição, lembrando que em "Outras Receitas", está consignada a variação cambial.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			R\$ 1.000			
Receitas Patrimoniais	2005	%	2004	%	2003	%
Receitas Imobiliárias	16.682	0,74	5.365	0,40	5.138	0,42
Receitas de Valores Mobiliários	2.243.936	99,26	1.329.925	99,52	1.225.446	99,58
Outras Receitas	0	0,00	1.029	0,08	88	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>2.260.618</b>	<b>100,00</b>	<b>1.336.319</b>	<b>100,00</b>	<b>1.230.672</b>	<b>100,00</b>

No que se refere às Receitas de Contribuições da Administração Indireta, são provenientes de:

R\$ 1.000	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2005
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO REGIME PRÓPRIO	2.024.095
Contribuições Patronais - Ativo Civil	219.655
Contribuições dos Servidores - Ativos	34.113
Contribuições dos Servidores - Inativos	10.236
Contribuição Previdenciária - Pensionistas	74.678
Contribuições dos Servidores - Ativos 5% LC nº 943	0
Contribuição Previdenciária - Ativos	1.430.253
Contribuição Previdenciária - Inativos	233.583
Outras Contribuições Previdenciárias	21.577
COMPENSAÇÃO PREV. REG.GERAL REG.PRÓPRIOS PREV.SERV.	14.267
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	424.664
<b>TOTAL</b>	<b>2.463.026</b>

### 1.1.2 - Receitas de Capital

#### a) - Operações de Crédito

As Receitas provenientes de Operações de Crédito realizadas somaram a importância de R\$ 375.856 mil para uma Receita Orçada de R\$ 911.445 mil, representando a menor o valor de R\$ 535.589 mil, correspondente a um percentual de -58,76%.

As Operações de Crédito apresentaram os seguintes valores:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		R\$ 1.000	
Operações de Crédito	2005	2004	2003
Operações de Crédito Internas	46.136	37.744	69.094
Operações de Crédito Externas	177.320	337.165	264.998
<b>TOTAL</b>	<b>223.456</b>	<b>374.909</b>	<b>334.092</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		R\$ 1.000	
Operações de Crédito	2005	2004	2003
Operações de Crédito Internas	0	2.296	2.277
Operações de Crédito Externas	152.400	170.937	235.585
<b>TOTAL</b>	<b>152.400</b>	<b>173.233</b>	<b>237.862</b>

CONSOLIDADO		R\$ 1.000	
Operações de Crédito	2005	2004	2003
Operações de Crédito Internas	46.136	40.040	71.372
Operações de Crédito Externas	329.720	508.102	500.583
<b>TOTAL</b>	<b>375.856</b>	<b>548.142</b>	<b>571.955</b>

Relativamente às operações de crédito, internas e externas, decorrentes de contratos, serão objeto de análise detalhada no tópico "Balanço Patrimonial".

**b - Alienações de Bens**

Esta receita é proveniente da venda de bens patrimoniais do Estado, conforme segue:

CONSOLIDADO		R\$ 1.000	
Alienação de Bens	2005	2004	2003
Alienação de Bens Imóveis	4.064	3.479	6.360
Alienação de Bens Móveis	1.209.054	33.412	413.572
<b>TOTAL</b>	<b>1.213.118</b>	<b>36.891</b>	<b>419.932</b>

Conforme se verifica no Balanço Geral, o montante arrecadado a este título corresponde a R\$ 1.213.118 mil, que representa 54,17% do total das Receitas de Capital, que importou em R\$ 2.239.363 mil.

Do valor da Alienação de Bens Móveis do exercício em análise, R\$ 1.032.996 mil correspondem à venda de ações do Banco Nossa Caixa e Nossa Caixa Previdência.

**1.2 - Despesas**

A despesa realizada atingiu a importância de R\$ 75.946.901 mil que, em relação à despesa autorizada de R\$ 77.751.539 mil, representou uma economia orçamentária de R\$ 1.804.638 mil, que corresponde a 2,32%.

Preliminarmente, detalhamos a composição das despesas realizadas.

R\$ 1.000

<b>Despesas Correntes</b>	<b>Adm. Direta</b>	<b>%</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
.Pessoal e Encargos Sociais	22.533.453	37,28	8.929.247	57,58	31.462.700	41,43
.Juros e Encargos da Dívida	4.890.583	8,09	75.773	0,49	4.966.356	6,54
.Outras Despesas Correntes	27.267.902	45,12	4.229.178	27,27	31.497.080	41,47
<b>sub-total</b>	<b>54.691.938</b>	<b>90,49</b>	<b>13.234.198</b>	<b>85,33</b>	<b>67.926.136</b>	<b>89,44</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>Adm. Direta</b>	<b>%</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
.Investimentos	1.633.808	2,70	2.113.224	13,63	3.747.032	4,93
.Inversões Financeiras	3.175.900	5,25	742	0,00	3.176.642	4,18
.Amortização Dívida	936.702	1,55	160.389	1,03	1.097.091	1,44
<b>sub-total</b>	<b>5.746.410</b>	<b>9,51</b>	<b>2.274.355</b>	<b>14,67</b>	<b>8.020.765</b>	<b>10,56</b>
<b>Total</b>	<b>60.438.348</b>	<b>100,00</b>	<b>15.508.553</b>	<b>100,00</b>	<b>75.946.901</b>	<b>100,00</b>

### 1.2.1 – Despesas Correntes

#### a) Pessoal e Encargos Sociais

Pelo quadro apresentado, verificamos que o montante mais expressivo refere-se a despesas com Pessoal e Encargos, totalizando R\$ 31.462.700 mil, que correspondeu a 41,43% da despesa total do Estado.

Detalhamos a seguir os gastos despendidos a este título, individualmente, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, a saber:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				R\$ 1.000		
ÓRGÃOS	2005	%	2004	%	2003	%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	306.715	0,975	286.056	1,011	281.533	1,074
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	226.539	0,720	205.793	0,728	205.295	0,783
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	3.297.726	10,481	2.500.072	8,839	2.460.035	9,380
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,000	101.246	0,358	100.130	0,382
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL	0	0,000	112.242	0,397	109.508	0,418
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	21.674	0,069	19.107	0,068	19.896	0,076
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	510	0,002	509	0,002	2.390	0,009
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	7.883.750	25,057	7.201.396	25,460	6.770.380	25,816
.08001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	2.728.983	8,674	2.397.240	8,475	2.254.577	8,597
.08002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	811	0,003	749	0,003	748	0,003
.08003 - DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTO ESCOLAR	688	0,002	614	0,002	559	0,002
.08006 - COORD.ENSINO REG.METROPOLITANA GDE.SP.	2.371.567	7,538	2.124.601	7,511	1.972.928	7,523
.08007 - COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR	2.743.094	8,719	2.526.382	8,932	2.333.555	8,898
.08008 - COORD.ESTUDOS E NORMAS PEDAGOGICAS	1.689	0,005	1.441	0,005	1.510	0,006
.08009 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.255	0,010	2.811	0,010	2.710	0,010
.08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	33.664	0,107	31.361	0,111	26.363	0,101
.08047 - FUND.ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR-FEBEM	0	0,000	116.197	0,411	177.431	0,677
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.234.774	7,103	2.090.147	7,390	1.905.387	7,265
.09001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	480.142	1,526	532.362	1,882	444.309	1,694
.09002 - COORD. DE REGIOES DE SAUDE	236.155	0,751	302.070	1,068	285.059	1,087
.09006 - COORD. DE SERVICOS DE SAUDE	850.011	2,702	615.300	2,175	584.943	2,230
.09007 - COORD. DE CONTROLE DE DOENCAS	70.682	0,225	113.620	0,402	106.876	0,408
.09045 - FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	37.146	0,118	32.188	0,114	29.811	0,114
.09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	4.446	0,014	3.968	0,014	4.108	0,016
.09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	13.639	0,043	13.302	0,047	14.059	0,054
.09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	31.408	0,100	28.106	0,099	25.659	0,098
.09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	92.831	0,295	84.874	0,300	76.339	0,291
.09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	249.838	0,794	228.519	0,808	212.088	0,809
.09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	168.476	0,535	135.837	0,480	122.135	0,466
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	3.428.240	10,896	3.160.746	11,175	2.786.734	10,626
.10001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	10.578	0,034	10.552	0,037	15.117	0,058
.10003 - DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	111	0,000	92	0,000	98	0,000
.10004 - COORDENADORIA DE TURISMO	675	0,002	1.274	0,005	1.211	0,005
.10005 - ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDAO	1.762	0,006	3.271	0,012	3.596	0,014
.10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	18.712	0,059	15.808	0,056	14.396	0,055
.10049 - FUND.PARQUE ZOOLOGICO DO ESTADO DE SAO PAULO	0	0,000	5.283	0,019	5.141	0,020
.10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	1.590.743	5,056	1.508.974	5,335	1.300.203	4,958
.10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	686.731	2,183	608.832	2,153	570.456	2,175
.10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	786.701	2,500	694.525	2,455	602.923	2,299
.10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	202.231	0,643	197.724	0,699	166.253	0,634
.10064 - FAC.ENGENHARIA QUIMICA DE LORENA-FAENQUIL	17.595	0,056	12.400	0,044	12.365	0,047
.10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	29.445	0,094	27.920	0,099	26.135	0,100
.10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	23.316	0,074	20.962	0,074	19.656	0,075
.10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	59.640	0,190	53.129	0,188	49.183	0,188
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	72.326	0,230	70.707	0,250	81.013	0,309
.12001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	6.744	0,021	6.329	0,022	8.456	0,032
.12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	61.530	0,196	60.673	0,215	68.684	0,262
.12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	4.052	0,013	3.705	0,013	3.873	0,015

ÓRGÃOS	2005	%	2004	%	2003	%
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	182.227	0,579	149.581	0,529	206.705	0,788
.13001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	14.161	0,045	12.322	0,044	78.639	0,300
.13002 - COORD.DE ASSISTENCIA TECNICA INTEGRAL	58.755	0,187	47.325	0,167	41.811	0,159
.13013 - COORDENAD.DO DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGOCIO	1.684	0,005	1.412	0,005	1.358	0,005
.13014 - COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUARIA	29.213	0,093	23.545	0,083	20.905	0,080
.13015 - AGENCIA PAUL.DE TECN.DOS AGRONEGOCIOS-APTA	78.415	0,249	64.977	0,230	63.992	0,244
15000 - SECRETARIA DE ENERGIA	0	0,000	0	0,000	176.403	0,673
.15001 - SECRETARIA DE ENERGIA	0	0,000	0	0,000	175.932	0,671
.15055 - COMISSAO DE SERV.PUBLICOS DE ENERGIA-CSPE	0	0,000	0	0,000	472	0,002
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	281.723	0,895	291.279	1,030	201.865	0,770
.16001 - ADMINISTRACAO SUP.DA SECRETARIA E DA SEDE	12.404	0,039	11.596	0,041	11.088	0,042
.16002 - DEPARTAMENTO HIDROVIARIO	660	0,002	631	0,002	590	0,002
.16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	259.993	0,826	271.071	0,958	183.301	0,699
.16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	8.666	0,028	7.981	0,028	6.886	0,026
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	283.492	0,901	126.977	0,449	87.338	0,333
.17001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	12.160	0,039	10.664	0,038	51.604	0,197
.17005 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO	2.266	0,007	2.078	0,007	2.002	0,008
.17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	10.268	0,033	9.373	0,033	8.820	0,034
.17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	22.996	0,073	20.586	0,073	21.723	0,083
.17048 - FUND.ESTADUAL DO BEM=ESTAR DO MENOR-FEBEM-SP	232.021	0,737	80.955	0,286	0	0,000
.17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	3.782	0,012	3.321	0,012	3.190	0,012
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	5.787.013	18,393	4.955.026	17,518	4.869.728	18,569
.18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	305.870	0,972	168.631	0,596	307.299	1,172
.18002 - DELEGACIA GERAL DE POLICIA	1.018.747	3,238	852.994	3,016	827.839	3,157
.18003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	25.244	0,080	22.068	0,078	20.508	0,078
.18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	3.597.785	11,435	3.172.646	11,217	3.067.782	11,698
.18007 - SUPERINTEND.POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	130.200	0,414	118.633	0,419	116.179	0,443
.18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	709.167	2,254	620.054	2,192	530.122	2,021
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	4.201.576	13,354	4.049.419	14,317	2.567.017	9,788
.20001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	593.281	1,886	754.107	2,666	660.393	2,518
.20002 - COORDENADORIA DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA-CA	670.277	2,130	668.160	2,362	601.439	2,293
.20003 - COORDENACAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	23.476	0,075	20.352	0,072	16.919	0,065
.20005 - COORD.ENTID.DESCENT.CONTR.ELETRONICAS-CEDC	3.979	0,013	7.549	0,027	10.995	0,042
.20006 - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO	16.649	0,053	14.826	0,052	12.621	0,048
.20007 - COORD.PLANEJ.ESTRAT.MODERNIZ.FAZENDARIA-CPM	6.005	0,019	0	0,000	0	0,000
.20055 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO	4	0,000	5	0,000	6	0,000
.20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	2.524.835	8,025	2.280.115	8,061	1.066.747	4,068
.20059 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIALIZ.JUSTICA ESTADO	318.466	1,012	269.928	0,954	178.348	0,680
.20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	20	0,000	9	0,000	30	0,000
.20061 - CARTEIRA DE PREVID.DOS ADVOGADOS DE S.PAULO	44.585	0,142	34.366	0,122	19.520	0,074
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	384.810	1,223	338.669	1,197	432.083	1,648
.21003 - ENCARGOS GERAIS DE PESSOAL	384.810	1,223	338.669	1,197	432.083	1,648
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,000	100.332	0,355	96.407	0,368
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	20.449	0,065	17.966	0,064	30.209	0,115
.23001 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	18.496	0,059	15.959	0,056	28.070	0,107
.23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	621	0,002	630	0,002	704	0,003
.23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	1.333	0,004	1.376	0,005	1.436	0,005



ÓRGÃOS	2005	%	2004	%	2003	%
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	3.440	0,011	0	0,000	0	0,000
.24001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	1.200	0,004	0	0,000	0	0,000
.24003 - COORDENADORIA DE TURISMO	194	0,001	0	0,000	0	0,000
.24004 - ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDAO	2.046	0,007	0	0,000	0	0,000
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	3.249	0,010	3.101	0,011	3.433	0,013
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	215.055	0,684	195.318	0,691	197.696	0,754
.26001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	45.956	0,146	40.844	0,144	44.500	0,170
.26002 - COORD.LICENC.AMB.E DE PROT.REC.NATURAIS	1.056	0,003	883	0,003	814	0,003
.26003 - COORD.INF.TEC.,DOC.PESQUISA AMBIENTAL	0	0,000	0	0,000	3.968	0,015
.26004 - COORD.DE PLANEJ.AMB.ESTRAT.E ED.AMBIENTAL	9	0,000	12	0,000	15	0,000
.26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	11.757	0,037	12.243	0,043	12.836	0,049
.26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	5.747	0,018	0	0,000	0	0,000
.26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	150.528	0,478	141.336	0,500	135.563	0,517
27000 - MINISTERIO PUBLICO	800.081	2,543	710.932	2,513	695.891	2,654
28000 - CASA CIVIL	45.872	0,146	41.612	0,147	612.302	2,335
.28001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	25.371	0,081	22.478	0,079	32.006	0,122
.28003 - CASA MILITAR	730	0,002	570	0,002	628	0,002
.28010 - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE S.PAULO	2.407	0,008	2.300	0,008	2.330	0,009
.28047 - FUNDACAO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	17.364	0,055	16.265	0,058	16.710	0,064
.28057 - INSTITUTO DE PREV.DO ESTADO DE SAO PAULO	0	0,000	0	0,000	484.442	1,847
.28080 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIAL.JUSTICA DO ESTADO	0	0,000	0	0,000	68.482	0,261
.28081 - CART.DE PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS EST.SP.	0	0,000	0	0,000	2	0,000
.28082 - CARTEIRA DE PREV. DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO	0	0,000	0	0,000	7.702	0,029
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	62.349	0,198	57.446	0,203	58.680	0,224
.29001 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	5.932	0,019	5.071	0,018	7.275	0,028
.29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	17.099	0,054	16.427	0,058	16.588	0,063
.29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	26.315	0,084	24.519	0,087	25.481	0,097
.29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	274	0,001	53	0,000	0	0,000
.29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	12.728	0,040	11.376	0,040	9.337	0,036
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	16.085	0,051	14.871	0,053	20.450	0,078
.35001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	8.434	0,027	7.522	0,027	12.909	0,049
.35003 - COORDENADORIA DE ACAO SOCIAL	6.333	0,020	6.026	0,021	6.213	0,024
.35004 - COORDENADORIA DE GESTAO ESTRATEGICA	1.318	0,004	1.322	0,005	1.328	0,005
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	303.227	0,964	284.443	1,006	237.679	0,906
.37001 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.525	0,005	1.188	0,004	1.203	0,005
.37055 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	0	0,000	173	0,001	192	0,001
.37056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS (A REGULAR	272	0,001	78	0,000	0	0,000
.37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	301.430	0,958	283.004	1,001	236.285	0,901
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	574.063	1,825	512.850	1,813	479.367	1,828
.38001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	9.365	0,030	7.917	0,028	19.420	0,074
.38003 - COORD.DE UNID.PRISIONAIS DE S.P.E DA GDE S.P	109.199	0,347	95.334	0,337	91.678	0,350
.38004 - COORD.UNID.PRISIONAIS REG.V.PARAIBA E LITORA	69.166	0,220	63.343	0,224	60.228	0,230
.38005 - COORD.UNID.PRISIONAIS REG.CENTRAL DO ESTADO	89.021	0,283	77.778	0,275	73.455	0,280
.38006 - COORD.UNID.PRISIONAIS REG.NOROESTE DO ESTADO	116.353	0,370	112.444	0,398	85.353	0,325
.38007 - COORD.UNID.PRISIONAIS DA REG.OESTE DO ESTADO	141.792	0,451	120.167	0,425	114.377	0,436
.38008 - COORDENADORIA DE SAUDE DO SIST.PENITENCIARIO	23.495	0,075	21.150	0,075	20.738	0,079
.38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	15.671	0,050	14.717	0,052	14.118	0,054

ÓRGÃOS	2005	%	2004	%	2003	%
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	545.848	1,735	447.665	1,583	271.894	1,037
.39001 - SEC.DE ENERGIA, REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	424.687	1,350	340.658	1,204	174.198	0,664
.39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	120.024	0,381	105.962	0,375	97.275	0,371
.39056 - COMISSAO DE SERVICOS PUBLICOS DE ENERGIA-CSP	1.137	0,004	1.045	0,004	421	0,002
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	271.276	0,862	231.536	0,819	247.449	0,944
.40001 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	271.276	0,862	231.536	0,819	247.449	0,944
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	8.611	0,027	7.712	0,027	10.445	0,040
.41001 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	8.611	0,027	7.712	0,027	5.737	0,022
.41002 - COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER	0	0,000	0	0,000	4.709	0,018
<b>TOTAL</b>	<b>31.462.699</b>	<b>100</b>	<b>28.284.759</b>	<b>100</b>	<b>26.225.345</b>	<b>100</b>

Fonte: SIGEO

- Extinção dos Tribunais de Alçada - A Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, extinguiu os Tribunais de Alçada, passando seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados.
- A Secretaria Estadual de Turismo foi criada pelo Decreto nº 49.683, de 10 de junho de 2005, desvinculando a área de Turismo da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Verifica-se que os maiores valores foram despendidos, pela ordem, por: Secretaria da Educação, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Fazenda, Tribunal de Justiça e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

## b) Juros e Encargos da Dívida

Detalhando o valor apresentado, temos:

R\$ 1.000						
Administração Direta	2005	%	2004	%	2003	%
Juros sobre Dívida por Contrato	4.393.292	89,83	3.746.685	92,61	3.553.805	90,63
Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	497.291	10,17	298.853	7,39	367.207	9,37
<b>TOTAL</b>	<b>4.890.583</b>	<b>100</b>	<b>4.045.538</b>	<b>100</b>	<b>3.921.012</b>	<b>100</b>

R\$ 1.000						
Administração Indireta	2005	%	2004	%	2003	%
Juros sobre Dívida por Contrato	71.919	94,91	77.062	94,70	85.753	93,48
Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	3.854	5,09	4.311	5,30	5.981	6,52
<b>TOTAL</b>	<b>75.773</b>	<b>100</b>	<b>81.373</b>	<b>100</b>	<b>91.734</b>	<b>100</b>

R\$ 1.000						
CONSOLIDADO	2005	%	2004	%	2003	%
Juros sobre Dívida por Contrato	4.465.211	89,91	3.823.747	92,65	3.639.558	90,70
Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	501.145	10,09	303.164	7,35	373.188	9,30
<b>TOTAL</b>	<b>4.966.356</b>	<b>100</b>	<b>4.126.911</b>	<b>100</b>	<b>4.012.746</b>	<b>100</b>

### c - Outras Despesas Correntes

Os gastos a este título corresponderam a 41,47% das despesas realizadas. Neste grupo detalhamos as seguintes despesas:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA R\$ 1.000						
Outras Despesas Correntes	2005	%	2.004	%	2.003	%
Transf. Intragovernamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências a União	4.275	0,02	3.874	0,02	3.428	0,02
Transferências a Municípios	15.648.372	57,39	14.040.172	59,05	12.523.139	62,64
Transf. a Instit.Priv. s/ Fins Lucr.	1.938.047	7,11	1.628.967	6,85	805.455	4,03
Transf. a Inst. Multigov.	38.820	0,14	33.591	0,14	17.174	0,09
Transf. ao Exterior	26.008	0,10	20.233	0,09	7.806	0,04
Aplicações Diretas	9.612.381	35,25	8.047.941	33,85	6.635.134	33,19
<b>TOTAL</b>	<b>27.267.903</b>	<b>100,00</b>	<b>23.774.778</b>	<b>100,00</b>	<b>19.992.136</b>	<b>100,00</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA R\$ 1.000						
Outras Despesas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Transf. Intragovernamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências a União	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências a Municípios	852	0,02	239	0,01	2.044	0,06
Transf. a Instit. Priv. S/ Fins Lucr.	101.665	2,40	76.718	2,02	73.598	2,34
Transf. a Inst. Multigov.	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transf. ao Exterior	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aplicações Diretas	4.126.662	97,58	3.726.693	97,98	3.072.452	97,60
<b>TOTAL</b>	<b>4.229.179</b>	<b>100,00</b>	<b>3.803.650</b>	<b>100,00</b>	<b>3.148.094</b>	<b>100,00</b>

CONSOLIDADO R\$ 1.000						
Outras Despesas Correntes	2005	%	2004	%	2003	%
Transf. Intragovernamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências a União	4.275	0,01	3.874	0,01	3.428	0,01
Transferências a Municípios	15.649.224	49,68	14.040.411	50,91	12.525.183	54,13
Transf. a Instit. Priv. S/ Fins Lucr.	2.039.712	6,48	1.705.685	6,18	879.053	3,80
Transf. a Inst. Multigov.	38.820	0,12	33.591	0,12	17.174	0,07
Transf. ao Exterior	26.008	0,08	20.233	0,07	7.806	0,03
Aplicações Diretas	13.739.043	43,62	11.774.634	42,70	9.707.586	41,95
<b>TOTAL</b>	<b>31.497.082</b>	<b>100,00</b>	<b>27.578.428</b>	<b>100,00</b>	<b>23.140.230</b>	<b>100,00</b>

Destacamos no item "Aplicações Diretas":

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			R\$ 1.000			
APLICACOES DIRETAS	2.005	%	2.004	%	2.003	%
AUXILIO ALIMENTACAO	24.997	0,26	0	0,00	0	0,00
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	26.929	0,28	36.971	0,46	56.607	0,85
CONTRIBUICOES	949.201	9,87	797.506	9,91	560.479	8,45
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	278.649	2,90	270.299	3,36	18.282	0,28
DIARIAS MILITAR	4.204	0,04	2.926	0,04	1.911	0,03
DIARIAS-CIVIL	73.308	0,76	54.091	0,67	38.359	0,58
INDENIZACOES E RESTITUICOES	411.435	4,28	335.526	4,17	307.223	4,63
MATERIAL DE CONSUMO	1.781.430	18,53	1.410.179	17,52	1.209.768	18,23
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	4.244	0,04	4.903	0,06	4.408	0,07
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	573.383	5,97	506.609	6,29	448.286	6,76
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	176.828	1,84	129.133	1,60	122.011	1,84
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.555	0,08	0	0,00	0	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	325.786	3,39	272.752	3,39	284.418	4,29
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.639.039	37,86	3.156.605	39,22	2.553.909	38,49
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	59.622	0,62	47.131	0,59	45.971	0,69
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	504	0,01	1.195	0,01	2.214	0,03
SENTENCAS JUDICIAIS	487.414	5,07	394.102	4,90	380.924	5,74
SERVICOS DE CONSULTORIA	58.874	0,61	14.009	0,17	7.831	0,12
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	185.948	1,93	152.583	1,90	140.859	2,12
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	543.031	5,65	461.420	5,73	451.675	6,81
<b>TOTAL</b>	<b>9.612.381</b>	<b>100</b>	<b>8.047.941</b>	<b>100</b>	<b>6.635.134</b>	<b>100</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			R\$ 1.000			
APLICACOES DIRETAS	2.005	%	2.004	%	2.003	%
AUXILIO ALIMENTACAO	668	0,02	0	0,00	0	0,00
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	47.261	1,15	43.492	1,17	38.116	1,24
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	482.545	11,69	394.258	10,58	354.961	11,55
CONTRIBUICOES		0,00	7	0,00	113	0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	127.849	3,10	118.585	3,18	27.930	0,91
DIARIAS MILITAR	2.798	0,07	3.161	0,08	2.949	0,10
DIARIAS-CIVIL	24.980	0,61	23.295	0,63	24.391	0,79
INDENIZACOES E RESTITUICOES	15.070	0,37	13.768	0,37	34.280	1,12
MATERIAL DE CONSUMO	684.859	16,60	603.356	16,19	532.582	17,33
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	176	0,00	54	0,00	86	0,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	121.581	2,95	118.156	3,17	102.140	3,32
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	35	0,00	37	0,00	37	0,00
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	326	0,01	0	0,00	0	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	83.596	2,03	73.030	1,96	69.152	2,25
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.150.680	27,88	1.067.652	28,65	905.232	29,46
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	97.798	2,37	86.632	2,32	71.140	2,32
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	35.150	0,85	32.853	0,88	27.099	0,88
SENTENCAS JUDICIAIS	591.352	14,33	574.214	15,41	363.239	11,82
SERVICOS DE CONSULTORIA	117.435	2,85	87.310	2,34	78.708	2,56
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	249.573	6,05	234.102	6,28	219.245	7,14
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	292.929	7,10	252.730	6,78	221.052	7,19
<b>TOTAL</b>	<b>4.126.662</b>	<b>100</b>	<b>3.726.693</b>	<b>100</b>	<b>3.072.452</b>	<b>100</b>

CONSOLIDADO			R\$ 1.000			
APLICACOES DIRETAS	2.005	%	2.004	%	2.003	%
AUXILIO ALIMENTACAO	25.665	0,19	0	0,00	0	0,00
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	74.190	0,54	80.463	0,68	94.722	0,98
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	482.545	3,51	394.258	3,35	354.961	3,66
CONTRIBUICOES	949.201	6,91	797.513	6,77	560.592	5,77
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	406.498	2,96	388.884	3,30	46.212	0,48
DIARIAS MILITAR	7.002	0,05	6.087	0,05	4.861	0,05
DIARIAS-CIVIL	98.288	0,72	77.386	0,66	62.751	0,65
INDENIZACOES E RESTITUICOES	426.505	3,10	349.294	2,97	341.503	3,52
MATERIAL DE CONSUMO	2.466.289	17,95	2.013.535	17,10	1.742.350	17,95
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	4.419	0,03	4.957	0,04	4.493	0,05
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	694.964	5,06	624.766	5,31	550.426	5,67
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	176.864	1,29	129.170	1,10	122.048	1,26
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.881	0,06	0	0,00	0	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	409.381	2,98	345.782	2,94	353.570	3,64
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PES JURIDICA	4.789.719	34,86	4.224.258	35,88	3.459.141	35,63
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	157.420	1,15	133.763	1,14	117.111	1,21
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	35.654	0,26	34.048	0,29	29.313	0,30
SENTENCAS JUDICIAIS	1.078.766	7,85	968.317	8,22	744.163	7,67
SERVICOS DE CONSULTORIA	176.310	1,28	101.319	0,86	86.538	0,89
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	435.521	3,17	386.685	3,28	360.104	3,71
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	835.960	6,08	714.150	6,07	672.727	6,93
<b>TOTAL</b>	<b>13.739.043</b>	<b>100</b>	<b>11.774.634</b>	<b>100</b>	<b>9.707.586</b>	<b>100</b>

### c.1.) Remuneração de Serviços

Merece destaque a remuneração de serviços pessoais da Administração Direta, no total de R\$ 325.786 mil, que, no plano de contas do SIAFEM, tem a denominação "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", onde se enquadram a prestação de serviços de natureza eventual por pessoa física sem vínculo empregatício.

Ilustramos, a seguir, a composição dos dispêndios a este título, por Órgãos, destacando-se dentre eles a Procuradoria Geral do Estado, com 69,58%, as Secretarias da Cultura com 12,62% e da Segurança Pública com 11%, entre outros:

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ÓRGÃOS	R\$ 1.000					
	2005	%	2004	%	2003	%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	415	0,13	634	0,23	256	0,09
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	64	0,02	38	0,01	35	0,01
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	5.898	1,81	5.026	1,84	4.592	1,61
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00	123	0,04	0	0,00
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL	0	0,00	1.365	0,50	1.424	0,50
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	20	0,01	0	0,00	0	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.330	0,41	1.350	0,49	1.342	0,47
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	4.111	1,26	3.924	1,44	5.687	2,00
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	39	0,01	162	0,06	222	0,08
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	41.124	12,62	50.229	18,42	53.214	18,71
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	3.519	1,08	5.252	1,93	8.515	2,99
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	1	0,00	0	0,00	0	0,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	35.834	11,00	36.385	13,34	32.059	11,27
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.870	0,57	2.040	0,75	2.166	0,76
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00	87	0,03	42	0,01
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	298	0,09	1.236	0,45	1.524	0,54
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	35	0,01	0	0,00	0	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	0	0,00	0	0,00	61	0,02
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	510	0,16	708	0,26	698	0,25
27000 - MINISTERIO PUBLICO	1.397	0,43	1.375	0,50	1.543	0,54
28000 - CASA CIVIL	4	0,00	5	0,00	36	0,01
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	172	0,05	265	0,10	192	0,07
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	556	0,17	545	0,20	536	0,19
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	0	0,00	0	0,00	14	0,00
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	348	0,11	369	0,14	917	0,32
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	226.673	69,58	157.388	57,70	165.523	58,20
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	1.567	0,48	4.248	1,56	3.821	1,34
<b>TOTAL</b>	<b>325.786</b>	<b>100</b>	<b>272.752</b>	<b>100</b>	<b>284.418</b>	<b>100</b>

Destacamos, ainda, a conta "Outros Serviços de Terceiros PJ", assim composta:

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA****R\$ 1.000**

<b>ÓRGÃOS</b>	<b>2.005</b>	<b>%</b>	<b>2.004</b>	<b>%</b>	<b>2.003</b>	<b>%</b>
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	23.850	0,66	24.502	0,78	20.640	0,66
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	8.686	0,24	7.509	0,24	6.748	0,24
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	215.177	5,91	141.602	4,49	127.382	5,91
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00	4.370	0,14	4.122	0,00
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL	0	0,00	3.735	0,12	2.460	0,00
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.857	0,05	787	0,02	282	0,05
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	1.160	0,03	1.101	0,03	1.106	0,03
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	774.247	21,28	636.013	20,15	463.790	21,28
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.068.238	29,35	964.939	30,57	723.156	29,35
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	16.485	0,45	12.883	0,41	11.798	0,45
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	64.876	1,78	24.168	0,77	21.571	1,78
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	198.281	5,45	215.029	6,81	180.713	5,45
15000 - SECRETARIA DE ENERGIA	0	0,00	0	0,00	255	0,00
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	2.237	0,06	3.072	0,10	2.437	0,06
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	8.977	0,25	4.001	0,13	8.769	0,25
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	316.053	8,69	263.638	8,35	225.407	8,69
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	159.868	4,39	129.719	4,11	123.718	4,39
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	3.688	0,10	4.802	0,15	7.175	0,10
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00	5.854	0,19	5.376	0,00
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	34.041	0,94	40.297	1,28	39.300	0,94
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	1.297	0,04	0	0,00	0	0,04
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	1.581	0,04	457	0,01	490	0,04
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	24.845	0,68	17.399	0,55	18.284	0,68
27000 - MINISTERIO PUBLICO	16.005	0,44	13.247	0,42	12.180	0,44
28000 - CASA CIVIL	511.218	14,05	487.488	15,44	437.359	14,05
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	23.071	0,63	24.430	0,77	21.610	0,63
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	9.019	0,25	8.393	0,27	7.597	0,25
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.406	0,04	904	0,03	372	0,04
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	126.955	3,49	98.340	3,12	68.408	3,49
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	1.704	0,05	1.022	0,03	1.387	0,05
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	16.437	0,45	13.038	0,41	7.901	0,45
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	7.780	0,21	3.866	0,12	2.115	0,21
<b>TOTAL</b>	<b>3.639.039</b>	<b>100</b>	<b>3.156.605</b>	<b>100</b>	<b>2.553.909</b>	<b>100</b>

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA****R\$ 1.000**

<b>ORGAOS</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	7.959	0,69	56.767	5,32	84.328	9,32
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	198.993	17,29	189.087	17,71	171.715	18,97
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	196.381	17,07	156.412	14,65	145.472	16,07
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	60.641	5,27	28.884	2,71	26.093	2,88
15000 - SECRETARIA DE ENERGIA	0	0,00	0	0,00	1.034	0,11
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	324.519	28,20	292.573	27,40	224.235	24,77
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	76.853	6,68	42.704	4,00	8.843	0,98
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	8.119	0,71	8.850	0,83	8.998	0,99
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	23.172	2,01	18.246	1,71	15.877	1,75
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	858	0,07	1.599	0,15	841	0,09
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	23.097	2,01	28.086	2,63	20.325	2,25
28000 - CASA CIVIL	6.433	0,56	5.466	0,51	8.565	0,95
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	11.654	1,01	10.390	0,97	8.242	0,91
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	194.854	16,93	196.910	18,44	163.716	18,09
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	5.537	0,48	7.216	0,68	6.962	0,77
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	11.609	1,01	24.463	2,29	9.986	1,10
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.150.680</b>	<b>100</b>	<b>1.067.652</b>	<b>100</b>	<b>905.232</b>	<b>100</b>

### 1.2.2 – Despesas de Capital

Considerando-se as categorias que compõem este tipo de despesas, temos:

R\$ 1.000

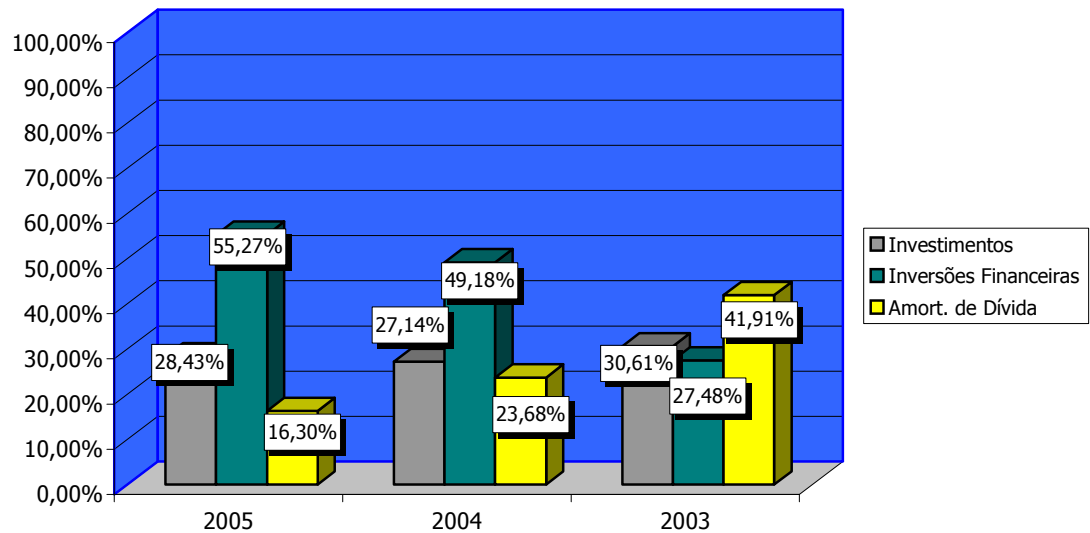
DESPESAS DE CAPITAL	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
<b>Investimentos</b>	<b>1.633.808</b>	<b>2.113.223</b>	<b>3.747.031</b>
. <i>Transferências a Municípios</i>	<i>229.360</i>	<i>9.095</i>	<i>238.455</i>
. Obras e Instalações	214.061	9.095	223.156
. Equip. e Material Permanente	15.299	0	15.299
. <i>Trans. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos</i>	<i>93.858</i>	<i>1.004</i>	<i>94.862</i>
. Auxílios	93.858	1.004	94.862
. <i>Trans. a Instit. Multigovernamentais Nacionais</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
. Auxílios	0	0	0
. <i>Aplicações Diretas</i>	<i>1.310.590</i>	<i>2.103.124</i>	<i>3.413.714</i>
. Auxílios	221.392	0	221.392
. Obras e Instalações	519.922	1.469.231	1.989.153
. Equip. e Material Permanente	469.981	457.682	927.663
. Sentenças Judiciais	95.904	79.879	175.783
. Despesas de Exerc. Anteriores	1.525	12.367	13.892
. Indenizações e Restituições	1.866	83.965	85.831
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>3.175.900</b>	<b>742</b>	<b>3.176.642</b>
. <i>Aplicações Diretas</i>	<i>3.175.900</i>	<i>742</i>	<i>3.176.642</i>
. Aquisição de Imóveis	13.095	669	13.764
. Aquisição de Produtos para Revenda	0	73	73
. Aquis. Tít. Repr. Cap. Já Integralizado	173.000		173.000
. Const. ou Aumento de Capital de Empresas	2.989.805	0	2.989.805
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>936.702</b>	<b>160.389</b>	<b>1.097.091</b>
. <i>Aplicações Diretas</i>	<i>936.702</i>	<i>160.389</i>	<i>1.097.091</i>
. Principal da Dívida Contratual Resgatado	936.702	160.389	1.097.091
<b>TOTAL</b>	<b>5.746.410</b>	<b>2.274.354</b>	<b>8.020.764</b>

Assim, em função do total das Despesas de Capital, temos que os valores mais representativos são referentes às Obras e Instalações e à Constituição ou Aumento de Capital de Empresa. Comparativamente aos dois exercícios anteriores, encontramos a seguinte posição:

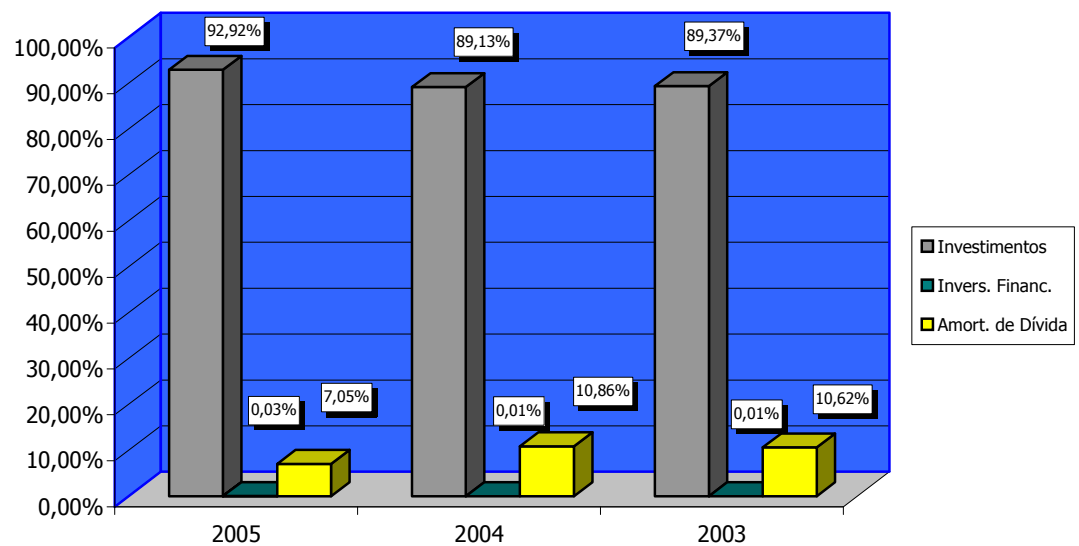
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA** **R\$ 1.000**

DESPESAS DE CAPITAL	2005	%	2004	%	2003	%
<b>Investimentos</b>	1.633.808	28,43	1.160.504	27,14	827.573	30,61
<b>Inversões Financeiras</b>	3.175.900	55,27	2.103.012	49,18	743.004	27,48
<b>Amortização de Dívida</b>	936.702	16,30	1.012.395	23,68	1.132.875	41,91
<b>TOTAL</b>	5.746.410	100,00	4.275.911	100,00	2.703.452	100,00

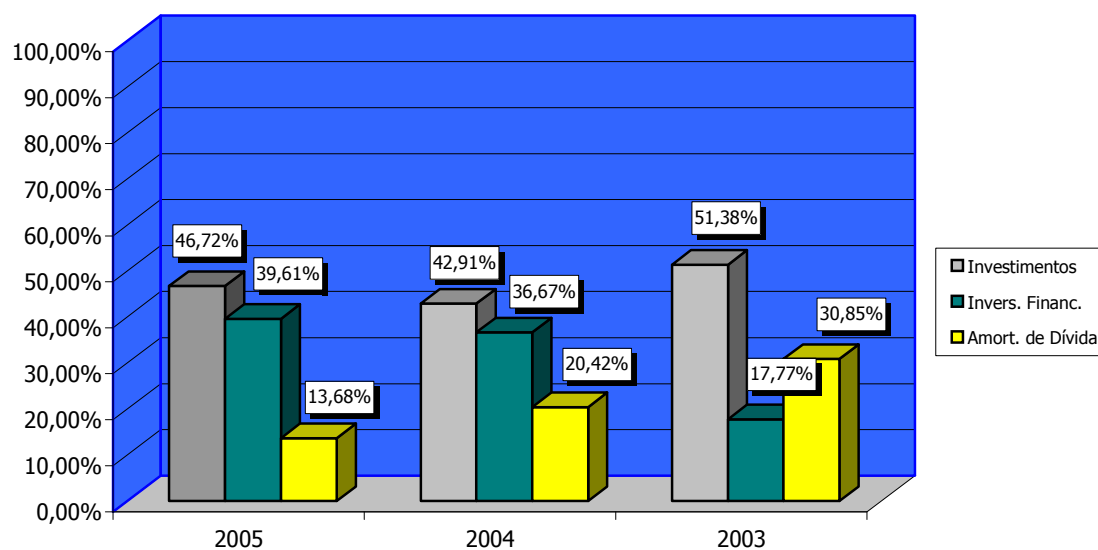




ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			R\$ 1.000			
DESPESAS DE CAPITAL	2005	%	2004	%	2003	%
Investimentos	2.113.224	92,92	1.300.296	89,13	1.320.346	89,37
Inversões Financeiras	742	0,03	58	0,01	47	0,01
Amort. de Dívida	160.389	7,05	158.470	10,86	156.927	10,62
<b>TOTAL</b>	<b>2.274.355</b>	<b>100,00</b>	<b>1.458.824</b>	<b>100,00</b>	<b>1.477.320</b>	<b>100,00</b>



CONSOLIDADO			R\$ 1.000			
DESPESAS DE CAPITAL	2005	%	2004	%	2003	%
Investimentos	3.747.032	46,72	2.460.800	42,91	2.147.919	51,38
Inversões Financeiras	3.176.642	39,61	2.103.070	36,67	743.051	17,77
Amort. de Dívida	1.097.091	13,68	1.170.865	20,42	1.289.802	30,85
<b>TOTAL</b>	<b>8.020.765</b>	<b>100,00</b>	<b>5.734.735</b>	<b>100,00</b>	<b>4.180.772</b>	<b>100,00</b>



Observa-se que a Amortização de Dívida vem diminuindo sua participação percentual nas Despesas de Capital.

### 1.2.3 – Despesas por Órgão

Demonstramos, a seguir, quadro consolidado das despesas realizadas por Órgãos no exercício 2005, segundo as categorias de Despesas.

DESPESAS CORRENTES				R\$ 1.000
ÓRGÃOS	31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	306.715	0	56.975	363.690
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	226.539	0	19.497	246.036
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	3.297.726	0	465.966	3.763.692
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	21.674	0	3.037	24.711
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	510	0	6.195	6.705
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	7.850.086	0	2.725.553	10.575.639
08046 - FUNDAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	33.664	0	12.190	45.854
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.636.990	112	4.260.205	5.897.307
09045 - FUNDAO PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	37.146	0	123.455	160.602
09046 - FUNDAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	4.446	0	2.214	6.660
09047 - FUNDAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	13.639	0	28.416	42.055
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	31.408	0	9.883	41.291
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	92.831	54	63.828	156.712
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	249.838	98	330.616	580.552
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	168.476	73	209.221	377.771
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	13.127	0	30.595	43.722
10047 - FUNDAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	18.712	0	487.640	506.352
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	1.590.743	0	359.856	1.950.599
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	686.731	40	177.660	864.431
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	786.701	519	154.815	942.036
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	202.231	0	42.519	244.750
10064 - FAC.ENGENHARIA QUIMICA DE LORENA-FAENQUIL	17.595	0	2.142	19.737
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	29.445	0	6.867	36.313
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	23.316	0	2.423	25.739
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	59.640	0	50.948	110.588
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	6.744	0	143.425	150.169
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	61.530	0	87.947	149.476
12046 - FUNDAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	4.052	0	6.370	10.422
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	182.227	0	280.104	462.331
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	13.064	0	15.482	28.546
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	259.993	0	663.081	923.073
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	8.666	0	13.704	22.369
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	0	0	69.202	69.202
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	14.426	0	28.109	42.535
17046 - FUNDAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	10.268	0	3.530	13.798
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	22.996	0	13.435	36.430
17048 - FUND.ESTADUAL DO BEM=ESTAR DO MENOR-FEBEM-SP	232.021	0	175.415	407.436
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	3.782	0	6.736	10.518
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	0	0	34.557	34.557
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	5.077.846	0	904.749	5.982.594
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	709.167	0	169.272	878.439
A TRANSPORTAR	24.006.710	895	12.247.834	36.255.439

DE TRANSPORTE	24.006.710	895	12.247.834	36.255.439
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.313.666	0	271.694	1.585.360
20055 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO	4	0	1	4
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	2.524.835	9.291	195.645	2.729.770
20059 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIALIZ.JUSTICA ESTADO	318.466	0	9.487	327.953
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	20	0	77	96
20061 - CARTEIRA DE PREVID.DOS ADVOGADOS DE S.PAULO	44.585	0	983	45.569
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	384.810	4.890.471	15.513.923	20.789.203
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	18.496	0	184.613	203.108
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	621	0	3.402	4.023
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	1.333	0	1.258	2.591
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	3.440	0	3.289	6.729
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	3.249	0	12.662	15.911
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	47.022	0	80.288	127.310
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	11.757	0	5.452	17.210
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	5.747	0	9.270	15.018
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	150.528	0	42.422	192.950
27000 - MINISTERIO PUBLICO	800.081	0	52.867	852.948
28000 - CASA CIVIL	28.508	0	542.762	571.270
28047 - FUNDACAO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	17.364	0	31.932	49.296
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	5.932	0	29.340	35.273
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	17.099	0	5.302	22.401
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	26.315	0	8.742	35.057
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	274	0	1.601	1.875
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	12.728	0	7.354	20.082
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	16.085	0	224.384	240.469
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.525	0	179.781	181.305
37056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS (A REGULAR	272	0	650	921
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	301.430	27.296	529.393	858.120
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	558.391	0	369.324	927.715
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	15.671	0	21.640	37.312
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	424.687	0	14.567	439.254
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	120.024	38.402	32.725	191.152
39056 - COMISSAO DE SERVICOS PUBLICOS DE ENERGIA-CSP	1.137	0	13.899	15.036
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	271.276	0	788.481	1.059.757
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	8.611	0	60.037	68.647
<b>TOTAL</b>	<b>31.462.700</b>	<b>4.966.355</b>	<b>31.497.081</b>	<b>67.926.136</b>

DESPESAS DE CAPITAL				R\$ 1.000
ÓRGÃOS	INVESTIMEN- TOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZA- ÇÃO DE DÍVIDA	TOTAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	9.019	0	0	9.019
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	4.515	0	0	4.515
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	74.447	0	0	74.447
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0	0	0
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL	0	0	0	0
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.913	0	0	1.913
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	0	0	0	0
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	273.639	0	0	273.639
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	1.052	0	0	1.052
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	399.993	0	504	400.497
09045 - FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	26.965	0	0	26.965
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	458	0	0	458
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	234	0	0	234
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	228	0	0	228
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	8.999	0	196	9.195
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	37.746	0	617	38.363
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	7.234	0	267	7.501
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	6.003	0	0	6.003
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	3.855	0	0	3.855
10049 - FUND.PARQUE ZOOLOGICO DO ESTADO DE SAO PAULO	0	0	0	0
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	117.802	0	0	117.802
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	21.186	0	189	21.374
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	19.957	669	1.293	21.919
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	28.293	0	0	28.293
10064 - FAC.ENGENHARIA QUIMICA DE LORENA-FAENQUIL	367	0	0	367
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	740	0	0	740
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	3.500	0	0	3.500
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	323	5.222	0	5.545
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7.196	0	0	7.196
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	159	0	0	159
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	49.285	0	0	49.285
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	774	420.163	0	420.937
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	890.762	0	0	890.762
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	47.562	0	0	47.562
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	2.707	0	0	2.707
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	11.314	0	0	11.314
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	954	0	0	954
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	882	0	0	882
17048 - FUND.ESTADUAL DO BEM=ESTAR DO MENOR-FEBEM-SP	35.126	0	0	35.126
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	43	0	0	43
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	151.558	0	0	151.558
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	200	0	0	200
A TRANSPORTAR	2.246.986	426.055	3.065	2.676.106

DE TRANSPORTE	2.246.986	426.055	3.065	2.676.106
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	26.002	173.000	0	199.002
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	400	0	1.950	2.350
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	0	2.125	936.198	938.322
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	3.013	0	0	3.013
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	6	0	0	6
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	65	73	0	138
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	114.911	0	0	114.911
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	33	749.318	0	749.351
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	8.721	6.500	0	15.221
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	204	0	0	204
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	512	0	0	512
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	7.010	0	0	7.010
27000 - MINISTERIO PUBLICO	4.533	1.439	0	5.972
28000 - CASA CIVIL	8.557	38.129	0	46.686
28047 - FUNDACAO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	1.516	0	0	1.516
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	143.680	4.309	0	147.990
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	101	0	0	101
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	151	0	0	151
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	1.475	0	0	1.475
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	1.732	0	0	1.732
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	16.049	1.655.695	0	1.671.744
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	401.463	0	92.250	493.713
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	150.639	0	0	150.639
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	763	0	0	763
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	70.426	120.000	0	190.426
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	435.288	0	63.627	498.915
39056 - COMISSAO DE SERVICOS PUBLICOS DE ENERGIA-CSP	67	0	0	67
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	97.304	0	0	97.304
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	5.424	0	0	5.424
<b>TOTAL</b>	<b>3.747.032</b>	<b>3.176.643</b>	<b>1.097.090</b>	<b>8.020.765</b>

CONSOLIDADO - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL				
R\$ 1.000				
ÓRGÃOS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	SOMA	% S/ TOTAL DESPESAS
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	363.690	9.019	372.709	0,49%
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	246.036	4.515	250.551	0,33%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	3.763.692	74.447	3.838.139	5,05%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	24.711	1.913	26.624	0,04%
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	6.705	0	6.705	0,01%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	10.575.639	273.639	10.849.278	14,29%
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	45.854	1.052	46.906	0,06%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	5.897.307	400.497	6.297.804	8,29%
09045 - FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	160.602	26.965	187.567	0,25%
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	6.660	458	7.118	0,01%
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	42.055	234	42.289	0,06%
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	41.291	228	41.519	0,05%
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	156.712	9.195	165.907	0,22%
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	580.552	38.363	618.915	0,81%
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	377.771	7.501	385.271	0,51%
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	43.722	6.003	49.725	0,07%
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	506.352	3.855	510.207	0,67%
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	1.950.599	117.802	2.068.401	2,72%
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	864.431	21.374	885.805	1,17%
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	942.036	21.919	963.955	1,27%
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	244.750	28.293	273.043	0,36%
10064 - FAC.ENGENHARIA QUIMICA DE LORENA-FAENQUIL	19.737	367	20.104	0,03%
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	36.313	0	36.313	0,05%
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	25.739	740	26.478	0,03%
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	110.588	3.500	114.088	0,15%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	150.169	5.545	155.714	0,21%
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	149.476	7.196	156.672	0,21%
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	10.422	159	10.581	0,01%
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	462.331	49.285	511.616	0,67%
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	28.546	420.937	449.484	0,59%
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	923.073	890.762	1.813.835	2,39%
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIAIRIO DO ESTADO DE SP-DAES	22.369	47.562	69.932	0,09%
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	69.202	2.707	71.909	0,09%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	42.535	11.314	53.849	0,07%
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	13.798	954	14.752	0,02%
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	36.430	882	37.312	0,05%
17048 - FUND.ESTADUAL DO BEM=ESTAR DO MENOR-FEBEM-SP	407.436	35.126	442.562	0,58%
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	10.518	43	10.561	0,01%
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEN	34.557	0	34.557	0,05%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	5.982.594	151.558	6.134.153	8,08%
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	878.439	200	878.638	1,16%
A TRANSPORTAR	36.255.439	2.676.106	38.931.545	51,26%

DE TRANSPORTE	36.255.439	2.676.106	38.931.545	51,26%
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.585.360	199.002	1.784.362	2,35%
20055 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO	4	0	4	0,00%
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	2.729.770	2.350	2.732.120	3,60%
20059 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIALIZ.JUSTICA ESTADO	327.953	0	327.953	0,43%
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	96	0	96	0,00%
20061 - CARTEIRA DE PREVID.DOS ADVOGADOS DE S.PAULO	45.569	0	45.569	0,06%
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	20.789.203	938.322	21.727.526	28,61%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	203.108	3.013	206.121	0,27%
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	4.023	6	4.029	0,01%
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	2.591	138	2.730	0,00%
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	6.729	114.911	121.640	0,16%
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	15.911	749.351	765.262	1,01%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	127.310	15.221	142.531	0,19%
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	17.210	204	17.414	0,02%
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	15.018	512	15.529	0,02%
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	192.950	7.010	199.960	0,26%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	852.948	5.972	858.920	1,13%
28000 - CASA CIVIL	571.270	46.686	617.957	0,81%
28047 - FUNDACAO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	49.296	1.516	50.812	0,07%
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	35.273	147.990	183.262	0,24%
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	22.401	101	22.502	0,03%
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	35.057	151	35.208	0,05%
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	1.875	0	1.875	0,00%
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	20.082	1.475	21.557	0,03%
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	240.469	1.732	242.201	0,32%
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	181.305	1.671.744	1.853.049	2,44%
37056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS (A REGULAR	921	0	921	0,00%
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	858.120	493.713	1.351.833	1,78%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	927.715	150.639	1.078.355	1,42%
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	37.312	763	38.075	0,05%
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	439.254	190.426	629.680	0,83%
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETTRICA-DAEE	191.152	498.915	690.067	0,91%
39056 - COMISSAO DE SERVICOS PUBLICOS DE ENERGIA-CSP	15.036	67	15.103	0,02%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.059.757	97.304	1.157.060	1,52%
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	68.647	5.424	74.071	0,10%
<b>TOTAL</b>	<b>67.926.136</b>	<b>8.020.765</b>	<b>75.946.901</b>	<b>100,00%</b>

Verifica-se que os maiores valores estão consignados na Administração Geral do Estado, com 28,61% do total das Despesas.

Isto se deve, principalmente, às transferências aos municípios, e às amortizações, juros e encargos da dívida.



Se distribuídas por funções, as despesas realizadas ficam assim distribuídas:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA						R\$ 1.000
FUNÇÃO	2.005	%	2.004	%	2.003	%
ADMINISTRACAO	1.944.259	3,22%	1.911.116	3,66%	1.635.666	3,54%
AGRICULTURA	278.102	0,46%	207.725	0,40%	318.464	0,69%
ASSISTENCIA SOCIAL	356.334	0,59%	187.000	0,36%	44.807	0,10%
CIENCIA E TECNOLOGIA	142.785	0,24%	120.967	0,23%	35.025	0,08%
COMERCIO E SERVICOS	334.085	0,55%	302.797	0,58%	234.866	0,51%
CULTURA	155.714	0,26%	102.416	0,20%	96.990	0,21%
DESPORTO E LAZER	73.469	0,12%	55.349	0,11%	31.446	0,07%
DIREITOS DA CIDADANIA	1.090.002	1,80%	1.113.788	2,13%	832.450	1,80%
EDUCACAO	11.097.131	18,36%	9.770.386	18,69%	9.309.968	20,17%
ENCARGOS ESPECIAIS	21.491.854	35,56%	18.813.993	35,99%	16.955.725	36,73%
ENERGIA	451.660	0,75%	327.895	0,63%	329.150	0,71%
ESSENCIAL A JUSTICA	730.037	1,21%	662.411	1,27%	279.605	0,61%
GESTAO AMBIENTAL	190.270	0,31%	146.279	0,28%	173.200	0,38%
HABITACAO	765.262	1,27%	420.525	0,80%	245.460	0,53%
INDUSTRIA	1.187	0,002%	442	0,001%	4.422	0,01%
JUDICIARIA	5.150.707	8,52%	4.150.771	7,94%	4.437.922	9,61%
LEGISLATIVA	623.260	1,03%	572.111	1,09%	558.219	1,21%
PREVIDENCIA SOCIAL	326.944	0,54%	276.636	0,53%	432.083	0,94%
SANEAMENTO	90.044	0,15%	11.081	0,02%	14.495	0,03%
SAUDE	6.571.351	10,87%	6.119.379	11,71%	4.321.754	9,36%
SEGURANÇA PUBLICA	6.220.424	10,29%	5.286.277	10,11%	5.126.954	11,11%
TRABALHO	193.742	0,32%	140.063	0,27%	165.935	0,36%
TRANSPORTE	2.157.952	3,57%	1.568.750	3,00%	572.563	1,24%
URBANISMO	1.772	0,003%	1.572	0,003%	10.777	0,02%
TOTAL	60.438.348	100%	52.269.728	100%	46.167.945	100%

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						R\$ 1.000
FUNÇÃO	2.005	%	2.004	%	2.003	%
ADMINISTRAÇÃO	1.252.536	8,08%	1.189.624	8,84%	349.884	3,07%
ASSISTENCIA SOCIAL	251.252	1,62%	143.594	1,07%	332.103	2,92%
CIENCIA E TECNOLOGIA	624.295	4,03%	523.285	3,89%	472.092	4,14%
COMERCIO E SERVIÇOS	15.529	0,10%	11.380	0,08%	0	0,00%
CULTURA	167.253	1,08%	116.115	0,86%	113.902	1,00%
DESPORTO E LAZER	0	0,00%	0	0,00%	11.371	0,10%
DIREITOS DA CIDADANIA	97.944	0,63%	55.984	0,42%	52.014	0,46%
EDUCAÇÃO	4.136.304	26,67%	3.889.224	28,91%	3.256.538	28,59%
ENERGIA	12.432	0,08%	12.228	0,09%	12.728	0,11%
GESTAO AMBIENTAL	633.855	4,09%	523.427	3,89%	651.916	5,72%
ORGANIZAÇÃO AGRARIA	37.312	0,24%	36.593	0,27%	32.461	0,28%
PREVIDENCIA SOCIAL	3.068.785	19,79%	2.837.964	21,09%	2.501.542	21,96%
SANEAMENTO	31	0,0002%	0	0,00%	0	0,00%
SAUDE	1.894.882	12,22%	1.703.229	12,66%	1.417.493	12,44%
TRABALHO	6.758	0,04%	6.847	0,05%	3.846	0,03%
TRANSPORTE	3.307.509	21,33%	2.404.894	17,87%	2.182.681	19,16%
URBANISMO	1.875	0,01%	717	0,01%	574	0,01%
TOTAL	15.508.553	100%	13.455.105	100%	11.391.147	100%

CONSOLIDADO						R\$ 1.000
FUNÇÃO	2.005	%	2.004	%	2.003	%
ADMINISTRAÇÃO	3.196.795	4,21%	3.100.740	4,72%	1.985.550	3,45%
AGRICULTURA	278.102	0,37%	207.725	0,32%	318.464	0,55%
ASSISTENCIA SOCIAL	607.586	0,80%	330.594	0,50%	376.911	0,65%
CIENCIA E TECNOLOGIA	767.080	1,01%	644.253	0,98%	507.118	0,88%
COMERCIO E SERVIÇOS	349.615	0,46%	314.177	0,48%	234.866	0,41%
CULTURA	322.967	0,43%	218.531	0,33%	210.892	0,37%
DESPORTO E LAZER	73.469	0,10%	55.349	0,08%	42.818	0,07%
DIREITOS DA CIDADANIA	1.187.946	1,56%	1.169.771	1,78%	884.463	1,54%
EDUCAÇÃO	15.233.436	20,06%	13.659.610	20,78%	12.566.505	21,83%
ENCARGOS ESPECIAIS	21.491.854	28,30%	18.813.993	28,63%	16.955.725	29,46%
ENERGIA	464.092	0,61%	340.123	0,52%	341.879	0,59%
ESSENCIAL A JUSTIÇA	730.037	0,96%	662.411	1,01%	279.605	0,49%
GESTAO AMBIENTAL	824.125	1,09%	669.706	1,02%	825.116	1,43%
HABITAÇÃO	765.262	1,01%	420.525	0,64%	245.460	0,43%
INDUSTRIA	1.187	0,002%	442	0,001%	4.422	0,01%
JUDICIARIA	5.150.707	6,78%	4.150.771	6,32%	4.437.922	7,71%
LEGISLATIVA	623.260	0,82%	572.111	0,87%	558.219	0,97%
ORGANIZAÇÃO AGRARIA	37.312	0,05%	36.593	0,06%	32.461	0,06%
PREVIDENCIA SOCIAL	3.395.730	4,47%	3.114.601	4,74%	2.933.625	5,10%
SANEAMENTO	90.075	0,12%	11.081	0,02%	14.495	0,03%
SAUDE	8.466.233	11,15%	7.822.608	11,90%	5.739.247	9,97%
SEGURANÇA PUBLICA	6.220.424	8,19%	5.286.277	8,04%	5.126.954	8,91%
TRABALHO	200.500	0,26%	146.910	0,22%	169.782	0,29%
TRANSPORTE	5.465.461	7,20%	3.973.644	6,05%	2.755.244	4,79%
URBANISMO	3.647	0,005%	2.289	0,003%	11.351	0,02%
TOTAL	75.946.901	100,00%	65.724.833	100,00%	57.559.092	100,00%

Afora os Encargos Especiais, que se compõem principalmente de Transferências Financeiras a Municípios e ao Pagamento da Dívida Pública, os maiores gastos foram nas Funções Educação (20,06%), Saúde (11,15%), Segurança Pública (8,19%), Transporte (7,20%) e Judiciária (6,78%).

#### 1.2.4 - Propaganda/Publicidade

R\$ 1.000						
ITEM	2.005	%	2.004	%	2.003	%
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	55.354	99,22%	51.143	99,38%	33.336	100,00%
..Adm Direta	52.027		46.546		32.578	
..Adm Indireta	3.327		4.597		758	
PUBLICIDADE LEGAL	434	0,78%	321	0,62%	*****	*
..Adm Direta	112		73		*****	
..Adm Indireta	322		248		*****	
Soma	55.788	100,00%	51.465	100,00%	33.336	100,00%
Variação s/ ano anterior		8,40%		54,38%		-6,43%
Variação 2003/2005 (base 2002)		56,58%				
Variação 2003/2005 da Arrecadação da Receita		43,50%				

\* os valores de publicidade legal passaram a ser separados a partir de 2004

O total do dispêndio a título de propaganda/publicidade e publicidade legal, no exercício em exame, importou em R\$ 55.788 mil, sendo R\$ 52.139 mil da Administração Direta e R\$ 3.649 mil da Administração Indireta, correspondendo a um acréscimo da ordem de 8,40% em relação aos gastos do exercício anterior, que importaram em R\$ 51.465 mil.

A seguir, indicaremos os gastos com Propaganda/Publicidade e Publicidade Legal por órgãos:

<b>GASTOS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE</b>			<b>*VALORES EM R\$ 1</b>	
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>2.005</b>	<b>%</b>	<b>2.004</b>	<b>%</b>
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	6.064.821	10,96%	6.079.989	11,89%
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	0	0,00%	0	0,00%
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL	0	0,00%	560	0,00%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	0	0,00%	0	0,00%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.941.727	3,51%	11.278	0,02%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.013.812	3,64%	2.081.328	4,07%
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	17.513	0,03%	31.816	0,06%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	0	0,00%	47.000	0,09%
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	17.761	0,03%	28.445	0,06%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	84.809	0,15%	7.622	0,01%
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	0	0,00%	0	0,00%
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00%	703	0,00%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	0	0,00%	0	0,00%
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	2.891	0,01%	0	0,00%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	7.445	0,01%	7.384	0,01%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	0	0,00%	0	0,00%
28000 - CASA CIVIL	41.564.556	75,09%	37.348.545	73,03%
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	6.109	0,01%	0	0,00%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	1.185	0,00%	2.147	0,00%
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	2.214	0,00%	0	0,00%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0	0,00%	0	0,00%
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	301.740	0,55%	899.420	1,76%
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>52.026.581</b>	<b>93,99%</b>	<b>46.546.237</b>	<b>91,01%</b>
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0	0,00%	0	0,00%
08047 - FUND.ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR-FEBEM	0	0,00%	0	0,00%
09045 - FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	128.821	0,23%	116.298	0,23%
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	2.850	0,01%	0	0,00%
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	0	0,00%	815	0,00%
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	17.755	0,03%	35.000	0,07%
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	22.477	0,04%	3.180	0,01%
10049 - FUND.PARQUE ZOOLOGICO DO ESTADO DE SAO PAULO	0	0,00%	0	0,00%
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	38.811	0,07%	16.771	0,03%
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	0	0,00%	0	0,00%
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	0	0,00%	1.938.415	3,79%
15055 - COMISSAO DE SERV.PUBLICOS DE ENERGIA-CSPE	0	0,00%	0	0,00%
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	25.574	0,05%	19.494	0,04%
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	12.892	0,02%	0	0,00%
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSF.E.S.P.-ARTES	724.772	1,31%	2.333.913	4,56%
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	0	0,00%	0	0,00%
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	0	0,00%	3.651	0,01%
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	389	0,00%	14.699	0,03%
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	11.156	0,02%	42.631	0,08%
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	0	0,00%	0	0,00%
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	0	0,00%	0	0,00%
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	440	0,00%	0	0,00%
28047 - FUNDACAO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	30.410	0,05%	6.452	0,01%
28057 - INSTITUTO DE PREV.DO ESTADO DE SAO PAULO	0	0,00%	0	0,00%
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	0	0,00%	0	0,00%
37056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS (A REGULAR	1.800	0,00%	0	0,00%
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	2.291.972	4,14%	0	0,00%
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	0	0,00%	0	0,00%
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETTRICA-DAEE	0	0,00%	0	0,00%
39056 - COMISSAO DE SERVICOS PUBLICOS DE ENERGIA-CSP	16.847	0,03%	65.742	0,13%
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>3.326.966</b>	<b>6,01%</b>	<b>4.597.060</b>	<b>8,99%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>55.353.547</b>	<b>100%</b>	<b>51.143.297</b>	<b>100%</b>

\*neste quadro optou-se por não arredondar o valor para milhares em razão de existirem diversos valores abaixo de R\$ 1.000

\*\*até o exercício 2003 os valores de Publicidade Legal não estavam separados, desta forma a comparação refere-se aos exercícios 2004 e 2005

<b>PUBLICIDADE LEGAL</b>		<b>*VALORES EM R\$ 1</b>		
<b>ÓRGÃO</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	20.241	4,66%	6.793	2,11%
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00%	1.678	0,52%
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	530	0,12%	541	0,17%
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	4.222	0,97%	886	0,28%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	3.339	0,77%	7.598	2,37%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	406	0,09%	430	0,13%
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	3.450	0,79%	3.321	1,03%
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	9.324	2,15%	9.420	2,93%
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	0	0,00%	4.050	1,26%
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	5.709	1,31%	910	0,28%
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	2.893	0,67%	1.448	0,45%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	25.955	5,98%	18.073	5,63%
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL	0	0,00%	352	0,11%
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	298	0,07%	0	0,00%
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	1.120	0,26%	0	0,00%
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	17.943	4,13%	4.914	1,53%
27000 - MINISTERIO PUBLICO	9.351	2,15%	8.932	2,78%
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	0	0,00%	430	0,13%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	3.309	0,76%	567	0,18%
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	1.672	0,39%	1.428	0,44%
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	2.611	0,60%	1.318	0,41%
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>112.374</b>	<b>25,88%</b>	<b>73.089</b>	<b>22,75%</b>
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	23.314	5,37%	36.999	11,52%
08047 - FUND.ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR-FEBEM	0	0,00%	1.322	0,41%
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	8.020	1,85%	48.326	15,04%
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	23.250	5,35%	27.944	8,70%
10049 - FUND.PARQUE ZOOLOGICO DO ESTADO DE SAO PAULO	0	0,00%	35.341	11,00%
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	106.708	24,58%	0	0,00%
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	12.275	2,83%	16.527	5,14%
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	816	0,19%	4.816	1,50%
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	1.963	0,45%	700	0,22%
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	62.857	14,48%	34.763	10,82%
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	7.075	1,63%	4.162	1,30%
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10.014	2,31%	4.822	1,50%
17048 - FUND.ESTADUAL DO BEM=ESTAR DO MENOR-FEBEM-SP	7.471	1,72%	2.329	0,72%
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	1.159	0,27%	312	0,10%
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	16.424	3,78%	0	0,00%
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	288	0,07%	0	0,00%
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	1.589	0,37%	560	0,17%
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	8.176	1,88%	0	0,00%
28047 - FUNDACAO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	446	0,10%	2.525	0,79%
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	2.608	0,60%	1.126	0,35%
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	700	0,16%	4.722	1,47%
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	1.503	0,35%	0	0,00%
37055 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	0	0,00%	2.333	0,73%
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	360	0,08%	896	0,28%
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	24.816	5,72%	17.639	5,49%
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>321.831</b>	<b>74,12%</b>	<b>248.164</b>	<b>77,25%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>434.205</b>	<b>100%</b>	<b>321.252</b>	<b>100%</b>

\*neste quadro optou-se por não arredondar o valor para milhares em razão de existirem diversos valores abaixo de R\$ 1.000

\*\*até o exercício 2003 os valores de Publicidade Legal não estavam separados, desta forma estamos comparando apenas os exercícios 2004 e 2005

### **1.3 - Créditos Adicionais**

Conforme disposições legais, inclusive a Lei Orçamentária n.º 11.816, de 30 de dezembro de 2.004, foram abertos, no exercício, Créditos Adicionais no montante de R\$ 7.035.795.247, correspondendo a 10,01% do total da despesa autorizada.

Ressaltamos que o artigo 7º - inciso I, do supracitado diploma legal, autorizou o Poder Executivo a abrir, durante o exercício, créditos até o limite de 17% da despesa fixada.

Demonstrativo dos créditos adicionais, para cada Órgão (suplementações - reduções):

PODERES / ÓRGÃOS		Dotação Inicial	Suplementações	Supl. Automática	Cred Especial	Reduções	Dotação Final
<b>0 - PODER EXECUTIVO</b>		<b>51.320.517.572,00</b>	<b>4.637.584.151,00</b>	<b>2.080.416.430,00</b>	<b>173.000.000,00</b>	<b>2.320.709.428,00</b>	<b>55.856.747.363,00</b>
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR		5.181.907,00	237.000,00	2.255.831,00	0,00	0,00	7.674.738,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO		9.794.907.073,00	1.290.911.338,00	356.669.967,00	0,00	515.541.796,00	10.926.946.592,00
09000 - SECRETARIA DA SAUDE		5.448.323.437,00	552.075.028,00	671.882.753,00	0,00	272.556.898,00	6.366.262.958,00
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DESECONLE TURISMO		169.897.866,00	15.582.975,00	0,00	0,00	127.563.223,00	57.917.618,00
12000 - SECRETARIA DA CULTURA		146.811.263,00	36.601.979,00	2.611.959,00	0,00	16.075.831,00	169.949.370,00
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		573.199.025,00	73.761.803,00	14.424.874,00	0,00	49.950.559,00	611.435.143,00
14000 - SEC.ADM.MODERNIZACAO DO SERVICO PUBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15000 - SECRETARIA DE ENERGIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES		420.022.079,00	104.343.996,00	1.304.025,00	0,00	67.764.160,00	457.905.940,00
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA		67.643.520,00	11.920.194,00	2.475.269,00	0,00	12.869.582,00	69.169.401,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA		6.191.966.639,00	556.299.698,00	14.560.599,00	0,00	576.812.855,00	6.186.014.071,00
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA		1.302.509.421,00	389.601.746,00	19.867.110,00	173.000.000,00	16.693.404,00	1.868.284.873,00
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO		20.750.548.714,00	692.182.107,00	761.604.300,00	0,00	440.787.724,00	21.763.547.397,00
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO		207.094.725,00	4.794.276,00	65.468.731,00	0,00	14.281.326,00	263.076.406,00
24000 - SECRETARIA DE TURISMO		0,00	124.813.587,00	453.000,00	0,00	846.558,00	124.420.029,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO		794.590.557,00	5.786.660,00	0,00	0,00	1.315.000,00	799.162.217,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE		159.116.383,00	8.861.036,00	22.335.727,00	0,00	10.025.800,00	180.287.346,00
28000 - CASA CIVIL		632.099.808,00	48.219.197,00	2.114.059,00	0,00	50.312.374,00	632.120.690,00
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO		139.030.324,00	88.663.089,00	70.000,00	0,00	5.859.000,00	221.904.413,00
35000 - SEC. EST. DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM SOCIAL		260.183.908,00	11.302.384,00	1.484.931,00	0,00	16.057.484,00	256.913.739,00
37000 - SEC. EST. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS		1.546.306.351,00	310.322.310,00	18.359.818,00	0,00	11.865.000,00	1.883.123.479,00
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA		1.067.310.698,00	38.538.755,00	40.179.233,00	0,00	41.904.131,00	1.104.124.555,00
39000 - SEC. DE ENERGIA, REC. HIDRICOS E SANEAMENTO		524.896.682,00	151.082.895,00	2.225.577,00	0,00	26.406.867,00	651.798.287,00
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		1.025.232.018,00	99.790.711,00	72.797.624,00	0,00	5.188.638,00	1.192.831.715,00
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER		87.945.174,00	21.891.397,00	7.271.043,00	0,00	35.031.228,00	82.076.386,00
99000 - RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
<b>1 - PODER LEGISLATIVO</b>		<b>631.610.595,00</b>	<b>17.334.528,00</b>	<b>4.839.855,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.937.358,00</b>	<b>649.847.610,00</b>
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		392.328.794,00	3.598.122,00	0,00	0,00	1.398.122,00	394.528.794,00
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		239.281.791,00	13.736.406,00	4.839.855,00	0,00	2.539.236,00	256.318.816,00
<b>2 - PODER JUDICIARIO</b>		<b>3.581.043.379,00</b>	<b>669.652.884,00</b>	<b>225.532.928,00</b>	<b>0,00</b>	<b>481.567.078,00</b>	<b>3.994.662.113,00</b>
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA		3.154.169.741,00	667.132.731,00	225.532.928,00	0,00	79.072.125,00	3.967.763.275,00
04000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL		133.620.587,00	0,00	0,00	0,00	133.620.587,00	0,00
05000 - TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL		136.418.077,00	0,00	0,00	0,00	136.418.077,00	0,00
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR		25.706.690,00	2.520.153,00	0,00	0,00	1.328.005,00	26.898.838,00
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL		131.129.284,00	0,00	0,00	0,00	131.128.284,00	0,00
<b>3 - MINISTERIO PUBLICO</b>		<b>798.505.935,00</b>	<b>70.796.737,00</b>	<b>2.379.326,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.070.137,00</b>	<b>866.611.861,00</b>
27000 - MINISTERIO PUBLICO		798.505.935,00	70.796.737,00	2.379.326,00	0,00	5.070.137,00	866.611.861,00
<b>TOTAL ADMINISTRACAO DIRETA</b>		<b>56.331.677.471,00</b>	<b>5.395.368.300,00</b>	<b>2.313.168.539,00</b>	<b>173.000.000,00</b>	<b>2.811.284.001,00</b>	<b>61.367.868.947,00</b>



03 - AUTARQUIA	Órgãos	Dotação Inicial	Suplementações	Supl autônomas	Reduções	Dotação Final
03055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN		38.862.210,00	1.103.624.268,00	900.956.663,00	150.978.169,00	12.775.347.749,00
03056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET		195.022.885,00	3.256.619,00	1.728.000,00	442.636,00	43.404.194,00
03067 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA DA USP		576.200.815,00	49.079.170,00	11572.88,00	0,00	166.595.051,00
03069 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP		380.386.090,00	7.391.490,00	4.627.022,00	7.975.422,00	621.931.685,00
10069 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS- UNICAMP		1390.321.032,00	72.033.177,00	37.971.221,00	7.391.490,00	388.857.310,00
10061 - UNIVERSIDADE EST. PAUL. JOSE MESQUILHO- UNES		832.887.949,00	31.707.591,00	243.497.995,00	0,00	2.312.453.273,00
10063 - CENTRO EST. EDUC. TECNOL. PAULA SOUZA- CETEPS		948.512.819,00	38.208.649,00	12.169.520,00	0,00	885.905.530,00
10064 - FAC. ENGENHARIA QUIMICA DE LORENA- FAEQUIL		260.607.524,00	26.121.271,00	1.033.676,00	11.824.348,00	275.938.123,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA		16.955.036,00	4.705.830,00	50.100,00	167.670,00	2143.326,00
10066 - COMISSAO DE SERV. PUBLICOS DE ENERGI A- CSPE		35.238.172,00	2.988.583,00	444.000,00	1102.000,00	38.057.272,00
10065 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- DER		1.355.777.065,00	352.685.171,00	243.373.455,00	24.080.000,00	1.923.355.632,00
10067 - AG. REGIL. SERV. PUBL. DE LEG. TRANSP. E S.P. - ARTES		38.277.850,00	34.400.083,00	2.672.185,00	886.222,00	74.464.886,00
17066 - INST. DE PESQ. E MEDICINA EST. SP- IPEM		11.952.784,00	558.973,00	14.951.410,00	0,00	92.560.012,00
10068 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR		700.844.182,00	97.025.761,00	1.500.000,00	4.800,00	12.406.327,00
20065 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO		8.600,00	0,00	0,00	0,00	24.557.251,00
20068 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST. DE SAO PAULO- IPESP		2.382.428.173,00	88.223.345,00	275.162.445,00	3.850.000,00	879.359.943,00
20069 - CART. PREVIDENCIA DO OFICIAIZ JUSTICA ESTADO		301.780.070,00	23.860.302,00	27.776.000,00	0,00	8.600,00
20060 - CART. PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL		401.650,00	0,00	0,00	23.860.302,00	2.741.961.964,00
20061 - CARTEIRA DE PREVID. DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO		101.290.080,00	16.500.000,00	0,00	0,00	329.495.070,00
23065 - SUPERINT. TRAB. ARTESANAL COM. UNID.- SUTACO		2.216.046,00	47.500.000,00	550.000,00	16.600.000,00	401.650,00
28067 - INSTITUTO DE PREV. DO ESTADO DE SAO PAULO		0,00	0,00	0,00	134.000,00	101.290.080,00
28080 - CART. PREV. SERV. NA O. F. JUSTICA DO ESTADO		0,00	0,00	0,00	0,00	3.107.046,00
28081 - CART. DE PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS EST. SP.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28082 - CARTEIRA DE PREV. DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29065 - AGENCIA METROPOLITANA DE BAIAXADA SANTISTA- AGEN		887.582,00	17.38.317,00	342.674,00	96.071,00	2.842.502,00
37066 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS (A. REGULAR		2.050.140,00	676.114,00	0,00	119.174,00	1.606.140,00
38066 - COMISSAO DE SERVICOS PUBLICOS DE ENERGI A- CSP		550.491.959,00	236.228.970,00	2.260.299,00	50.794.648,00	769.196.559,00
04 - FUNDAÇÃO		1.522.562.303,00	162.286.719,00	204.802.711,00	83.714.733,00	1.839.397.822,00
10046 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO		45.910.060,00	7.100.000,00	7.596.255,00	7.100.000,00	53.096.325,00
10047 - FUND. ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR- FEBEM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09046 - FUNDAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DO POPULAR- FURP		180.520.070,00	8.500.000,00	31.543.795,00	25.338.480,00	223.386.747,00
09045 - FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SAO PAULO		6.865.437,00	0,00	1.790.356,00	0,00	8.855.793,00
10047 - FUNDAÇÃO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO		40.853.314,00	5.065.422,00	2.049.906,00	600.000,00	47.068.642,00
10043 - FUNDAÇÃO AMPARO PESQUISA EST. SAO PAULO- FAPES		487.353.030,00	29.302.263,00	75.533.202,00	0,00	592.788.501,00
12045 - FUND. PADRE ANCHETA- CENTRO PAUL. RADIO- TV EDU		115.720.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12046 - FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMERICA LATINA		8.516.526,00	41.708.650,00	1.020.000,00	158.000,00	157.428.685,00
17046 - FUND. INSTIT. TERRAS JOSE GOMES DA SILVA- ITESP		12.301.225,00	6.098.828,00	6.098.828,00	0,00	11.296.526,00
17048 - FUND. INST. TERRAS JOSE GOMES DA SILVA- ITESP		36.370.593,00	2.368.108,00	6.298.962,00	2.144.396,00	18.400.053,00
17049 - FUND. ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR- FEBEM- SP		410.593.041,00	92.147.046,00	0,00	46.503.966,00	43.453.243,00
23045 - FUND. CENT. EDUC. RECRE. ESPORTIVO TRAB. CERET		1.917.574,00	2.448.423,00	0,00	0,00	4.365.997,00
28045 - FUNDAÇÃO PIONISERV E PRODUCOAO FLORESTAL SP		19.974.804,00	170.000,00	3.686.871,00	407.351,00	23.004.224,00
28046 - FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO		13.386.244,00	1.419.833,00	3.087.875,00	0,00	17.873.962,00
28047 - FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO		36.263.953,00	5.962.578,00	13.476.622,00	0,00	55.303.169,00
29045 - FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA- CEFAM		24.085.262,00	770.000,00	0,00	770.000,00	24.085.262,00
29048 - FUND. SISTEMA EST. DE ANALISE DE DADOS- SEADE		47.809.722,00	1.122.000,00	5.223.063,00	0,00	54.180.780,00
35045 - FUND. EST. BEM-ESTAR DO MENOR - FEBEM		34.641.441,00	3.592.500,00	5.752.371,00	692.500,00	43.393.812,00
38045 - FUNDAÇÃO EST. DO BEM-ESTAR DO MENOR- FEBEM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41045 - FUNDAÇÃO ECONOMIA MISTA- DEPENDENTE		1.484.565.082,00	201.517.500,00	106.845.336,00	24.603.500,00	1.768.324.418,00
10091 - INST. PESQUISAS TECNIST. DE S.P. SIA- IPT		114.323.664,00	19.330.500,00	0,00	2.930.500,00	131.323.664,00
26097 - CIA. DE TECNOL. SANEAMENTO AMBIENTAL- CETESB		206.737.303,00	11.773.000,00	20.022.580,00	3.873.000,00	234.259.883,00
29090 - EMP. PAULISTA DE PLANEJ. METROP. S.A. EMPLASA		23.100.296,00	104.000,00	1.300.000,00	0,00	24.414.296,00
37092 - CIA. PAULISTA DE TREIN. METROPOLITANOS- CPTM		1140.493.819,00	170.100.000,00	86.532.756,00	17.800.000,00	1.378.326.575,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		13.928.873.372,00	1.467.426.947,00	1.212.604.710,00	259.296.402,00	16.393.653.989,00

Obs.: Construídos nos quadros anexo do Orçamento 2009 o valor de R\$ 372.973,164 referente a submissão de ações das empresas dependentes IPT, CETESB, EMPLASA e CPTM.

Este valor gera duplicidade, devido ao registro tanto na Empresa quanto na Secretaria respectiva.



CONSOLIDADO				R\$ 1,00	
ADMINISTRAÇÃO	Dotação Inicial	Suplementações	Cred Especial	Reduções	Dotação Final
Direta	56.331.677.471	7.708.536.839	173.000.000	2.811.284.001	61.401.930.309
Indireta	13.928.873.372	2.680.031.657	0	259.296.402	16.349.608.627
<b>TOTAL</b>	<b>70.260.550.843</b>	<b>10.388.568.496</b>	<b>173.000.000</b>	<b>3.070.580.403</b>	<b>77.751.538.936</b>

TOTAL SUPLEMENTADO				R\$ 1,00	
ADMINISTRAÇÃO	Suplementações	Cred Especial	Reduções	Total	
Direta	7.708.536.839	173.000.000	2.811.284.001	5.070.252.838	
Indireta	2.680.031.657	0	259.296.402	2.420.735.255	
<b>TOTAL</b>	<b>10.388.568.496</b>	<b>173.000.000</b>	<b>3.070.580.403</b>	<b>7.490.988.093</b>	

RESUMO				R\$ 1,00
Itens	2005	2004	2003	
Dotação Inicial	70.260.550.843	62.575.988.211	54.618.432.678	
Créditos Adicionais	6.862.795.247	4.931.471.253	5.122.478.036	
*Crédito Especial	173.000.000	0	0	
Suplementação Automática	3.525.773.249	3.160.002.028	3.421.616.863	
Redução	-3.070.580.403	-2.309.878.608	-3.601.080.577	
<b>DOTAÇÃO ATUAL</b>	<b>77.751.538.936</b>	<b>68.357.582.884</b>	<b>59.561.447.000</b>	

\*Crédito Especial aberto pelo Decreto nº 50.321, de 7 de dezembro de 2005. Valor empenhado conforme NE00358, para atender despesa do Governo com aquisições de ações nominativas ordinárias da COSESP, de propriedade do IPESP.

#### 1.4 - Reserva de Contingência

Conforme se depreende do artigo 91 do Decreto-Lei n.º 200/67, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 1.763/80, o orçamento anual poderá consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

O artigo 7º, inciso II, da Lei Orçamentária nº 11.816, de 30.12.2004, autoriza o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares até o limite consignado na Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no inciso III, artigo 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.

## 2 - Balanço Financeiro

Demonstra a Receita e a Despesa Orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64.

CONSOLIDADO	R\$ 1,00	
Disponível Exercício Anterior		8.569.849.102
(+) Receitas Orçamentárias	76.110.010.976	
Extra-Orçamentárias (+)	14.116.664.092	
Sub-total		90.226.675.068
(-) Despesas Orçamentárias	75.946.900.622	
Extra-Orçamentárias (-)	12.748.393.885	
Sub-total		88.695.294.507
<b>Disponível Total para o exercício seguinte</b>		<b>10.101.229.663</b>

As Disponibilidades transferidas para o exercício seguinte compõem-se de:

			R\$ 1,00
Saldos para o Exercício Seguinte	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
.Caixa	46.777	1.579.538	1.626.315
.Bancos conta movimento	214.502.894	991.641.309	1.206.144.203
.Aplicações Financeiras	6.461.133.277	2.418.152.491	8.879.285.768
.Recursos Vinculados	0	661.235	661.235
.Bancos conta movim.(set. e subsetoriais)	640.701	615.113	1.255.814
.Disponível no Exterior	10.951.344	1.304.984	12.256.328
<b>TOTAL</b>	<b>6.687.274.993</b>	<b>3.413.954.670</b>	<b>10.101.229.663</b>

Comparando a disponibilidade do exercício anterior de R\$ 8.569.849.102 com a disponibilidade do atual exercício, verifica-se um acréscimo de R\$ 1.531.380.561, correspondente a 17,87%.

**Evolução do Disponível**

Exercício	R\$ 1,00	% s/ ano anterior
2005	10.101.229.663	17,87%
2004	8.569.849.101	25,09%
2003	6.850.726.414	25,17%

**2.1 - Dívida Financeira**

Através do Balanço Financeiro, apura-se a Dívida Financeira deduzindo-se da Receita Extra-Orçamentária (Inscrição da Dívida) a Despesa Extra-Orçamentária.

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

R\$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	3.943.036.792	3.552.158.331	390.878.461
- Serviço da Dívida	100.000.000	0	100.000.000
- Depósitos	4.933.619.134	4.807.820.001	125.799.133
- Restituições a Pagar	10.779.636	10.856.803	-77.167
- Diversas Contas	1.362.426.448	10.627.306.079	-9.264.879.631
<b>TOTAIS</b>	<b>10.349.862.010</b>	<b>18.998.141.214</b>	<b>-8.648.279.204</b>

O resultado apurado na Administração Direta indica, efetivamente, uma Dívida Financeira no valor de R\$ 8.648.279.204.

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

R\$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	1.638.431.580	972.371.491	666.060.089
- Serviço da Dívida	7.342.791	901.172	6.441.619
- Depósitos	2.023.042.802	1.648.161.231	374.881.571
- Restituições a Pagar	23.274.321	25.336.332	(2.062.011)
- Diversas Contas	10.833.641.654	1.862.413.510	8.971.228.144
<b>TOTAIS</b>	<b>14.525.733.148</b>	<b>4.509.183.736</b>	<b>10.016.549.412</b>

O apurado na Administração Indireta consigna um resultado positivo da ordem de R\$ 10.016.549.412.

**CONSOLIDADO**

R\$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	5.581.468.372	4.524.529.823	<b>1.056.938.549</b>
- Serviço da Dívida	107.342.791	901.172	<b>106.441.619</b>
- Depósitos	6.956.661.936	6.455.981.232	<b>500.680.704</b>
- Restituições a Pagar	11.891.310	12.089.371	<b>-198.061</b>
- Diversas Contas	1.459.299.684	1.754.892.287	<b>-295.592.603</b>
<b>T O T A I S</b>	<b>14.116.664.093</b>	<b>12.748.393.885</b>	<b>1.368.270.208</b>

A consolidação nos mostra um resultado positivo de R\$ 1.368.270.208, que somado ao Superávit Orçamentário de R\$ 163.110.354 e ao Disponível do exercício anterior de R\$ 8.569.849.101, totaliza o valor dos recursos transferidos para o exercício seguinte, de R\$ 10.101.229.663.

R\$ 1,00

	Adm Direta	Adm Indireta	Total
Resultado Financeiro	(8.648.279.204)	10.016.549.412	1.368.270.208
(+) Superávit Orçamentário	9.519.131.034	(9.356.020.680)	163.110.354
(+) Disponível de 2004	5.816.423.164	2.753.425.937	8.569.849.101
(=) Disponível para 2005	6.687.274.994	3.413.954.669	10.101.229.663

**2.2. - Dívida Flutuante**

Sob o aspecto legal, a dívida flutuante compreende:

- os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida);
- os serviços da dívida a pagar;
- os depósitos; e
- os débitos de Tesouraria.

Discriminamos a seguir a composição:

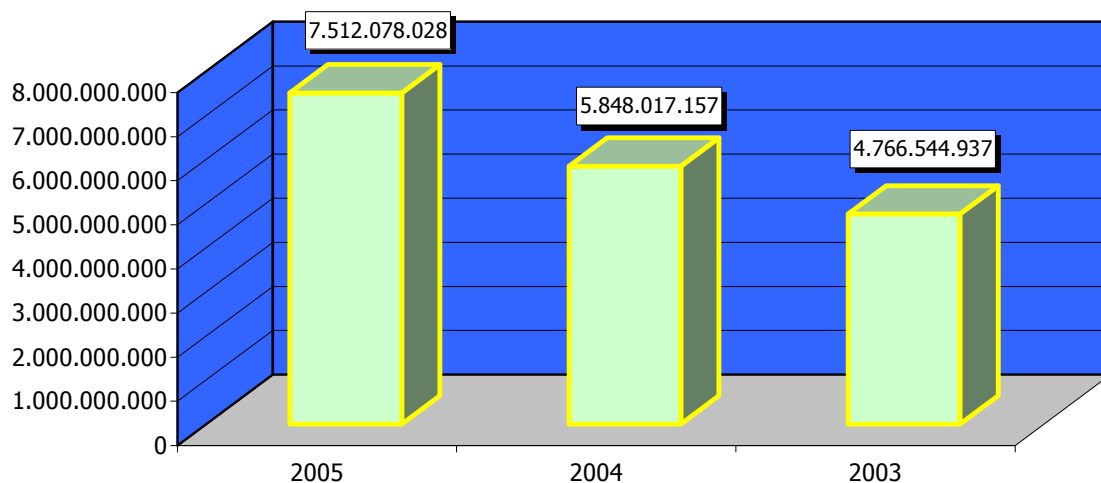
Adm. Direta			
<b><u>Restos a Pagar</u></b>		<b>R\$ 1,00</b>	
Saldo do Exercício Anterior	3.552.158.331		
Inscrição	3.943.036.792		
Baixa	3.552.158.331	3.943.036.792	
<b><u>Serviço da Dívida Pública</u></b>			
Saldo do Exercício Anterior	0		
Inscrição	100.000.000		
Baixa	0	100.000.000	
<b><u>Depósitos</u></b>			
Saldo do Exercício Anterior	407.197.387		
Inscrição	4.933.619.134		
Baixa	4.807.820.002	532.996.520	
<b>Total Geral</b>		4.576.033.312	

Adm. Indireta			
<b><u>Restos a Pagar</u></b>		<b>R\$ 1,00</b>	
Saldo do Exercício Anterior	972.371.491		
Inscrição	1.638.431.580		
Baixa	972.371.491	1.638.431.580	
<b><u>Serviço da Dívida Pública</u></b>			
Saldo do Exercício Anterior	901.172		
Inscrição	7.342.791		
Baixa	901.172	7.342.791	
<b><u>Depósitos</u></b>			
Saldo do Exercício Anterior	915.388.774		
Inscrição	2.023.042.802		
Baixa	1.648.161.231	1.290.270.345	
<b>Total Geral</b>		2.936.044.716	

Consolidado			
<b><u>Restos a Pagar</u></b>		<b>R\$ 1,00</b>	
Saldo do Exercício Anterior	4.524.529.823		
Inscrição	5.581.468.372		
Baixa	4.524.529.823	5.581.468.372	
<b><u>Serviço da Dívida Pública</u></b>			
Saldo do Exercício Anterior	901.172		
Inscrição	107.342.791		
Baixa	901.172	107.342.791	
<b><u>Depósitos</u></b>			
Saldo do Exercício Anterior	1.322.586.162		
Inscrição	6.956.661.936		
Baixa	6.455.981.232	1.823.266.865	
<b>Total Geral</b>		7.512.078.028	

**Evolução da Dívida Flutuante**

Exercício	R\$ 1,00	% s/ exercício anterior
2005	7.512.078.028	28,46%
2004	5.848.017.157	22,69%
2003	4.766.544.937	26,28%

**Evolução da Dívida Flutuante****3 - Balanço Patrimonial**

Demonstra os resultados financeiros da execução orçamentária, os bens e valores patrimoniais e os compromissos que constituem o Ativo, bem como as dívidas e outras obrigações em favor de terceiros, vinculadas ao Passivo.

Reflete, também, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Títulos	R\$1,00
Ativo Financeiro	10.656.050.497
Ativo Permanente	148.283.887.652
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>158.939.938.149</b>
Ativo Compensado	162.930.647.784
<b>T O T A L</b>	<b>321.870.585.933</b>
Passivo Financeiro	9.873.990.635
Passivo Permanente	128.853.413.636
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>138.727.404.270</b>
<b>Ativo Real Líquido</b>	<b>20.212.533.879</b>
Passivo Compensado	162.930.647.784
<b>T O T A L</b>	<b>321.870.585.933</b>

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Títulos	R\$1,00
Ativo Financeiro	5.028.360.797
Ativo Permanente	22.579.682.546
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>27.608.043.343</b>
Ativo Compensado	8.614.302.271
<b>T O T A L</b>	<b>36.222.345.614</b>
Passivo Financeiro	7.317.625.214
Passivo Permanente	7.105.829.851
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>14.423.455.065</b>
<b>Ativo Real Líquido</b>	<b>13.184.588.278</b>
Passivo Compensado	8.614.302.271
<b>T O T A L</b>	<b>36.222.345.614</b>

CONSOLIDADO	
Títulos	R\$1,00
Ativo Financeiro	15.684.411.294
Ativo Permanente	165.007.746.409
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>180.692.157.703</b>
Ativo Compensado	171.544.950.056
<b>T O T A L</b>	<b>352.237.107.759</b>
Passivo Financeiro	17.191.615.848
Passivo Permanente	135.959.243.487
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>153.150.859.335</b>
<b>Ativo Real Líquido</b>	<b>27.541.298.368</b>
Passivo Compensado	171.544.950.056
<b>T O T A L</b>	<b>352.237.107.759</b>

R\$ 1,00

Ativo/Passivo Real Líquido	2005	2004	2003
Administração Direta	20.212.533.879	-3.981.378.962	7.338.595.742
Administração Indireta	13.184.588.278	13.473.401.970	13.532.002.902
<b>Soma</b>	<b>33.397.122.157</b>	<b>9.492.023.008</b>	<b>20.870.598.644</b>
Ajustes	-5.855.823.789	-5.792.664.627	-6.269.833.117
<b>TOTAL</b>	<b>27.541.298.368</b>	<b>3.699.358.381</b>	<b>14.600.765.527</b>

Alertamos que, no exercício em análise, deve ser expurgado do Ativo Real Líquido Consolidado o valor de R\$ 5.855.823.789, correspondente aos ajustes na consolidação com as empresas dependentes.

Assim, o Balanço Patrimonial do Estado demonstrou que a soma das Administrações Direta e Indireta evidenciou um Ativo Real Líquido, neste exercício, de R\$ 27.541.298.368.

### 3.1 - Créditos / Dívida Ativa

As Dívidas Ativas são as importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública lançadas, mas não cobradas ou não recolhidas no exercício em pauta. A partir da data de sua inscrição, conforme consta no artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320/64, são contabilizadas na conta Créditos Tributários - Dívida Ativa Tributária, importando, no exercício em exame, o valor de R\$ 88.809.789.391.

O total da conta "Créditos" importa em R\$ 99.035.421.185 e está assim composto:



R\$ 1,00

Itens	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
.Créditos p/ Depósitos Judiciais	0	0	0
.Créditos Trib. - Parc Deb. Fiscal	3.915.915	216.844	4.132.759
.Créditos Trib. - Dív. Ativa Tributária	88.809.789.391	0	88.809.789.391
.Dívida Ativa Não Tributária	8.160	194.244.311	194.252.471
.Outros Créditos a Receber	153.705	8.160.480.635	8.160.634.341
.Empréstimos e Financ. Concedidos	557.347.889	1.274.347.070	1.831.694.958
.Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0	34.917.265	34.917.265
<b>TOTAL</b>	<b>89.371.215.060</b>	<b>9.664.206.125</b>	<b>99.035.421.185</b>

Comparando-se o saldo da Dívida Ativa Tributária deste exercício, de R\$ 88.809.789.391, com o valor de R\$ 68.246.171.862 do ano anterior, evidencia-se um aumento de R\$ 20.563.617.529, correspondente a 30,13%, cabendo ressaltar a extrema relevância do valor, que supera em 16,69% o total da receita efetivamente arrecadada de R\$ 76.110.010.976.

Conforme constou das Notas Técnicas do Balanço Geral do Governo do Estado de São Paulo - Exercício 2005, o estoque da Dívida Ativa Tributária sofreu atualização monetária no montante de R\$ 19.715.297.799.

### 3.2. - Dívida Fundada

#### 3.2.1 - Interna

São as obrigações e os compromissos assumidos pelo Poder Público com terceiros para atenderem ao Desequilíbrio Orçamentário ou para os Financiamentos de Obras e Serviços.

O saldo está assim composto:

Dívida Fundada Interna		R\$ 1,00
<b>Em Títulos</b>		
Letras Financeiras do Tesouro do Estado	962.508.870	962.508.870
<b>Por Contratos</b>		
Soc. da Saúde-Prot. Brasil-França III-FINEP	276.923	
Tesouro - Banco do Brasil - Lei 7976/89	104.923.107	
Soc. da Saúde - Prot. Brasil-França III - MS/RDA	2.119.655	
Tesouro - Prot. Brasil-França III - CR. 121/0233	38.494.667	
Tesouro - BB Lei Federal 8727/93 - Res. Senado 11/94	2.087.007.255	
DMLP Debt Conversion Bond - Res. Senado 98/92	91.016.244	
DMLP New Money Bonds-Res. Senado 98/92	12.925.112	
DMLP FLIRB - Res. Senado 98/92	13.117.510	
DMLP C Bond - Res. Senado 98/92	106.262.942	
DMLP Discount Bond - Res. Senado 98/92	102.624.861	
DMLP Par Bond-Res. Senado 98/92	147.075.933	
DMLP FI Bond (Bonus de Juros) - Res. Senado 98/92	5.433.377	
Tesouro - Programa de Apoio a Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9466/96	77.929.945.951	
Tesouro - Lei 7976/89 - CPIM - Assunção de Dívida pela AGE	749.543.033	
Tesouro - Lei 7976/89 - Dersa - Assunção de Dívida pela AGE	60.031.335	
Tesouro - Lei 7976/89 - Metrô - Assunção de Dívida pela AGE	36.588.910	
Tesouro - DMLP/CETESB - Assunção de Dívida pela AGE	13.017.202	
Tesouro - DMLP/CPIM - Assunção de Dívida pela AGE	249.542.510	
Tesouro - DMLP/Dersa - Assunção de Dívida pela AGE	317.865.431	
Tesouro - DMLP/Metrô - Assunção de Dívida pela AGE	235.073.290	
Tesouro - Programa de Apoio a Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9496/97	669.735.215	
Tesouro - Programa de Apoio a Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9496/97	34.372.156.515	
Tesouro - CFE "PNAFE" Lei Estadual 9360 e 9460/96	142.389.210	
BNDS - Projeto SU Linha 5	229.409.886	117.716.576.083
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>		<b>118.679.084.953</b>
<b>Administração Indireta</b>		
Por Contratos	559.430.477	559.430.477
<b>TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)</b>		<b>119.238.515.429</b>

Demonstramos a seguir, a movimentação das LFTP's:

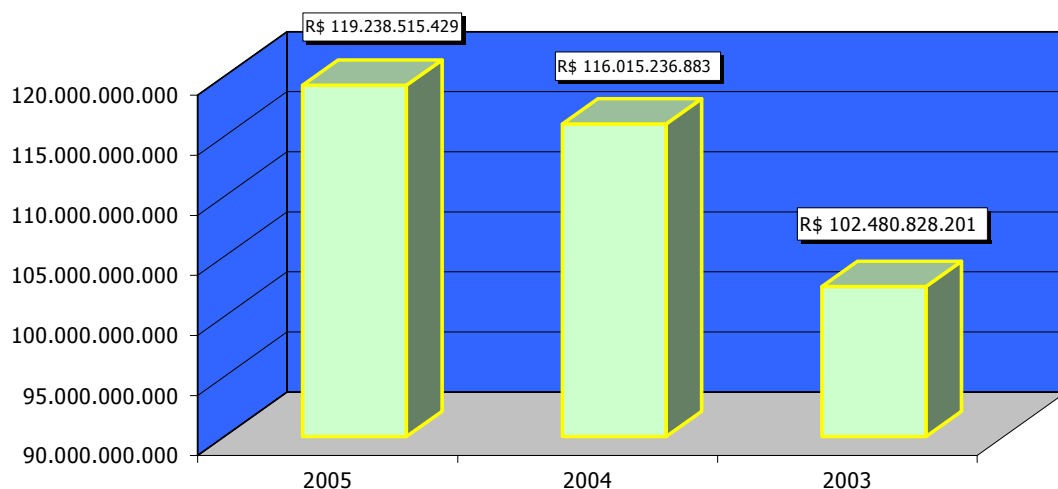
L.F.T.P.'s	R\$ 1,00
.Saldo Anterior	808.500.724
.Emissão	0
.Atualização Monetária	154.008.146
.Resgate	0
<b>Saldo para o exercício seguinte</b>	<b>962.508.870</b>

### Evolução da Dívida Interna

A Dívida Interna cresceu 2,78% em relação ao exercício 2004, como segue:

Exercício	R\$ 1,00	% s/ ano anterior	Evolução da Receita s/ ano anterior
2005	119.238.515.429	2,78%	15,72%
2004	116.015.236.883	13,21%	13,47%
2003	102.480.828.201	9,67%	9,29%

### Evolução da Dívida Fundada Interna



Ressaltamos, por oportuno, que o maior valor refere-se à dívida decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que importou em R\$ 112.971.837.681, observando-se crescimento da ordem de 3,52% em relação ao exercício anterior, que foi de R\$ 109.124.678.319.

#### 3.2.2.-Externa

Refere-se aos empréstimos contraídos com Instituições Financeiras externas, para atender programas de desenvolvimento tecnológico, saúde, educação etc.

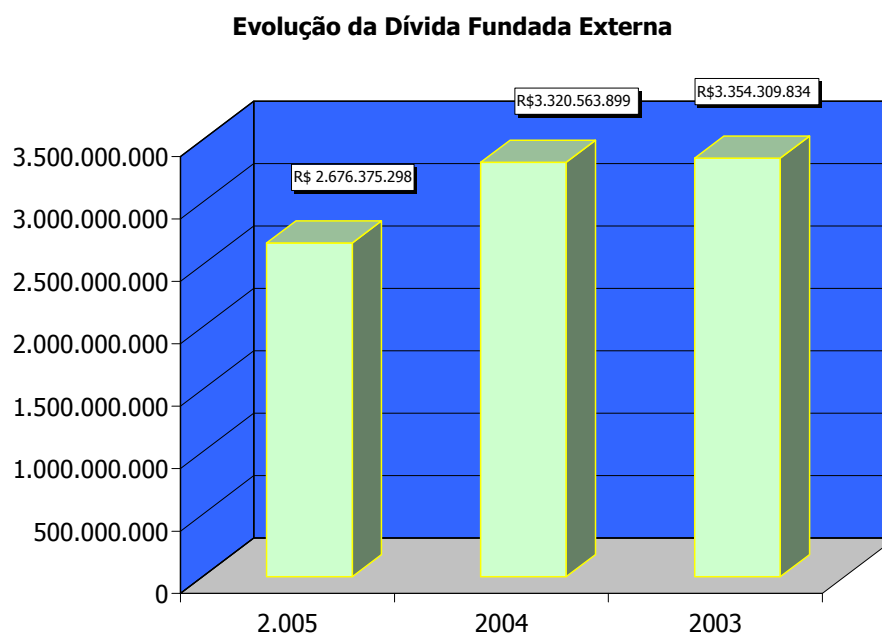
O saldo da dívida decorrente dos contratos e financiamentos externos está composto como segue:

Dívida Fundada Externa		R\$ 1,00
<b>Por contratos</b>		
Tesouro-BID/USP-Res.Senado 394/87 - Lei Est. 5962/87	60.304.846	
Tesouro- Bird- "Educação-Ensino Básico" Lei Estadual 7385/91	28.854.894	
Tesouro- Bird-Guarapiranga - Lei Estadual 7863/92 e 7988/92	42.208.868	
Tesouro-KFW "Recuperação Mata Atlântica" Lei Estadual 8092/92	11.326.342	
Tesouro - BID "Trens Metropolitanos Projeto Sul" Lei 8817/97 e 8959/94	918.471.087	
Tesouro- Bird -Microbacias Lei Estadual 8331/93 e 9895/97	11.526.510	
Tesouro- Bird "Integração Centro" Lei Estadual 8817/94 e 9905/97	86.066.310	
Bid - DER - Programa de Recuperação de Rodovias Lei Estadual 10668/00	275.856.023	
Tesouro- Bid - "Atuação em Cortiços" Lei Estadual 10617/00	12.158.978	
Bird - Metro - Linha 4 do Metro Lei Estadual 8817/94, 8959/94 e 9905/97	139.254.404	
BID "Fábricas de Cultura" Contrato Empréstimo 1486/OC-BR	3.349.195	
JBIC "Linha 4 Metrô" Lei Estadual 8817/94 e 11529/03	117.363.156	
BID "PROFIS" Lei Estadual 11353/03	2.340.700	
BID "Avaliar-aprimorar Política Social" Lei Estadual 11554/03	1.152.837	1.710.234.151
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>		<b>1.710.234.151</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		
Por contratos	966.141.147	<b>966.141.147</b>
<b>TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)</b>		<b>2.676.375.298</b>

### Evolução da Dívida Fundada Externa

A Dívida Fundada Externa decresceu 19,40%, ressaltando que a partir do exercício de 2003 passaram a ser incluídas as dívidas das empresas dependentes.

Exercício	R\$ 1,00	%
2005	2.676.375.298	-19,40%
2004	3.320.563.899	-1,01%
2003	3.354.309.834	12,33%



### 3.3 - Resultado Financeiro

A posição financeira da Administração Direta foi superavitária em R\$ 782.059.863.

Administração Direta		
<b>Ativo Financeiro</b>		<b>R\$ 1,00</b>
.Disponível	6.687.274.994	
.Realizável	3.593.821.531	
.Diversos	374.953.973	10.656.050.497
<b>(-) Passivo Financeiro</b>		
.Dívida Flutuante	4.576.033.311	
.Exigível	3.632.592.753	
.Diversos	1.665.364.570	9.873.990.635
<b>Superávit Financeiro</b>		<b>782.059.863</b>

A posição financeira da Administração Indireta foi deficitária em R\$ 2.289.264.416.

Administração Indireta			
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 1,00</b>		
.Disponível	3.413.954.669		
.Realizável	1.142.281.450		
.Diversos	472.124.678	5.028.360.797	
<b>(-) Passivo Financeiro</b>			
.Dívida Flutuante	2.936.044.716		
.Exigível	2.141.223.980		
.Diversos	2.240.356.518	7.317.625.214	
<b>Déficit Financeiro</b>		<b>(2.289.264.416)</b>	

A posição financeira consolidada, neste exercício, foi deficitária em R\$ 1.507.204.554.

Consolidado			
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 1,00</b>		
.Disponível	10.101.229.663		
.Realizável	4.736.102.981		
.Diversos	847.078.651	15.684.411.294	
<b>(-) Passivo Financeiro</b>			
.Dívida Flutuante	7.512.078.028		
.Exigível	5.773.816.732		
.Diversos	3.905.721.088	17.191.615.848	
<b>Déficit Financeiro</b>		<b>(1.507.204.554)</b>	

#### Evolução do Déficit Financeiro

Exercício	R\$1,00	% s/ ano anterior
2005	(1.507.204.554)	-18,74%
2004	(1.854.837.771)	-40,51%
2003	(3.117.854.594)	-5,71%

#### 4 - Variações Patrimoniais

O objetivo técnico desta demonstração é evidenciar as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária e,

também, indicar o Resultado Patrimonial ou Econômico do exercício, conforme tratam os artigos 100 e 104 da Lei n.º 4.320/64.

#### 4.1 - Resultado Econômico

##### a.- Análise da Gestão Orçamentária - Administração Direta

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$ 1,00</b>	
Receita Orçamentária	69.957.479.045	
Mutações Patrimoniais	<u>11.460.930.165</u>	81.418.409.210
<b>Variações Passivas</b>		
Despesa Orçamentária	60.438.348.011	
Mutações Patrimoniais	<u>1.640.128.109</u>	62.078.476.120
<b>Superávit da Gestão Orçamentária</b>		<b>19.339.933.090</b>

##### b. - Análise da Gestão Orçamentária - Administração Indireta

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$ 1,00</b>	
Receita Orçamentária	6.152.531.931	
Mutações Patrimoniais	<u>1.811.531.372</u>	7.964.063.303
<b>Variações Passivas</b>		
Despesa Orçamentária	15.508.552.611	
Mutações Patrimoniais	<u>344.904.068</u>	15.853.456.679
<b>Déficit da Gestão Orçamentária</b>		<b>(7.889.393.377)</b>

##### c. - Análise da Gestão Orçamentária - Consolidado

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$ 1,00</b>	
Receita Orçamentária	76.110.010.976	
Mutações Patrimoniais	<u>13.272.461.537</u>	89.382.472.512
<b>Variações Passivas</b>		
Despesa Orçamentária	75.946.900.622	
Mutações Patrimoniais	<u>1.985.032.177</u>	77.931.932.799
<b>Superávit da Gestão Orçamentária</b>		<b>11.450.539.714</b>

d. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária - Administração Direta

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$1,00</b>
Independente da Execução Orçamentária	29.170.206.965
<b>Variações Passivas</b>	
Independente da Execução Orçamentária	24.316.227.214
<b>Superávit da Gestão Extra-orçamentária</b>	<b>4.853.979.751</b>

e. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária - Administração Indireta

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$1,00</b>
Independente da Execução Orçamentária	14.366.404.603
<b>Variações Passivas</b>	
Independente da Execução Orçamentária	6.765.824.918
<b>Superávit da Gestão Extra-orçamentária</b>	<b>7.600.579.685</b>

f. - Análise da Gestão Extra-Orçamentária - Consolidado

<b>Variações Ativas</b>	<b>R\$1,00</b>
Independente da Execução Orçamentária	33.455.002.617
<b>Variações Passivas</b>	
Independente da Execução Orçamentária	21.000.443.181
<b>Superávit da Gestão Extra-orçamentária</b>	<b>12.454.559.436</b>

g. - Resultado Econômico do Exercício - Administração Direta

	R\$ 1,00		
	2005	2004	2003
Déficit/Superávit da Gestão Orçamentária	19.339.933.090	16.720.477.572	14.196.993.930
Déficit/Superávit da Gestão Extra-orçamentária	4.853.979.751	(28.040.452.276)	(5.131.863.763)
<b>Déficit/Superávit Econômico</b>	<b>24.193.912.841</b>	<b>(11.319.974.704)</b>	<b>9.065.130.167</b>



h. - Resultado Econômico do Exercício - Administração Indireta

R\$ 1,00

	2005	2004	2003
Deficit/Superavit da Gestão Orçamentária	-7.889.393.377	(7.393.775.764)	(6.577.235.400)
Deficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	7.600.579.685	7.422.946.506	7.707.897.809
<b>Deficit/Superavit Econômico</b>	<b>-288.813.692</b>	<b>29.170.742</b>	<b>1.130.662.409</b>

i. - Resultado Econômico - Consolidado

A posição econômica do Estado neste exercício, compreendendo a Administração Direta e a Indireta, evidenciou um saldo positivo de R\$ 23.905.099.149, conforme segue:

R\$ 1,00

	2005	2004	2003
Déficit/Superavit da Gestão Orçamentária	11.450.539.713	9.326.701.808	7.619.758.530
Déficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	12.454.559.436	(20.617.505.770)	2.576.034.046
<b>Déficit/Superavit Econômico</b>	<b>23.905.099.149</b>	<b>(11.290.803.962)</b>	<b>10.195.792.576</b>

## IV - LEI Nº 9496/97 ACORDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

## . A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DA DÍVIDA COM A UNIÃO

Em 23 de dezembro de 1997, foi implementado o acordo entre o Estado de São Paulo e a União para a reestruturação da dívida mobiliária estadual e das dívidas do Tesouro Estadual e das Autarquias e Empresas Estatais junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco. A renegociação englobou 77% de toda a dívida contratual e mobiliária do Estado. Não foram incluídas no acordo as dívidas que já haviam sido objeto de renegociação junto à União, as dívidas junto a organismos multilaterais e as dívidas de Empresas que não dependem do Tesouro Estadual para pagar seus compromissos de endividamento. Também não foram objeto desta renegociação a

chamada "dívida flutuante" do Estado correspondente às dívidas de sentenças judiciais e aos atrasados junto a empreiteiras e fornecedores. Dada a complexidade das questões relacionadas à negociação com o Governo Federal e a magnitude das dívidas envolvidas, o período de um ano e meio decorrido entre o início desta segunda etapa de negociação e a efetiva implementação do acordo deve ser considerado razoável, especialmente levando-se em conta os efeitos retroativos do acordo.

#### • OS TERMOS DO ACORDO

Os princípios que nortearam o acordo entre o Estado de São Paulo e a União foram estabelecidos no Protocolo de Acordo, firmado em 27/11/96, e podem ser agrupados nos seguintes itens:

- assunção das dívidas mobiliária do Estado e a assunção e quitação da dívida consolidada do Estado junto ao Banespa e Nossa Caixa pela União;
- pagamento à União de 20% do valor devido pelo Estado com transferência de ativos ou resultados da privatização. Estabeleceu-se como base para este cálculo o valor em 31/03/96 do estoque das dívidas a serem refinanciadas, ou seja, R\$ 37,4 bilhões, resultando num pagamento à vista de R\$ 7,5 bilhões;
- aceitação da renegociação das dívidas das empresas concessionárias de energia elétrica do Estado junto ao Sistema Eletrobrás para redução dos pagamentos com ativos mencionados no item acima, até o limite de 30% do seu montante (R\$ 2,2

bilhões), reduzindo-os para R\$ 5,3 bilhões (R\$ 7,5 bilhões menos R\$ 2,2 bilhões);

- financiamento, pela União, do estoque remanescente em 30 anos a juros de 6% ao ano acima da inflação medida pelo IGP-DI, com amortizações mensais calculadas pela Tabela Price;

- estabelecimento de "datas de corte" que fixaram o momento a partir do qual os valores devidos pelo Estado de São Paulo passariam a ter seu custo dado pelas condições prevalecentes no acordo, ou seja, juros de 6% ao ano acima do IGP-DI. A data de corte da dívida mobiliária foi fixada em 31/03/96 e a da dívida contratual junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco, 22/01/97 (1 A data de corte das dívidas contratuais foi definida apenas em janeiro de 1997, não tendo, portanto, sido expressa no Protocolo). Assim, o crescimento da dívida para o Estado de São Paulo passou a ser de 6% ao ano acima da inflação desde abril de 96, no caso da dívida mobiliária, e desde fevereiro de 97, no caso da dívida contratual. O diferencial entre as condições originais de evolução deste estoque de dívidas e os 6% + IGP/DI, referente ao período de 31/03/96 a 23/12/97, foi assumido pela União;

- limite máximo de 13% para o comprometimento da Receita Corrente Líquida do Estado com o pagamento do serviço do conjunto das dívidas do Estado junto ao Governo Federal. O limite seria atingido progressivamente, partindo de um percentual de 8,6% no primeiro ano de vigência do acordo (1997), atingindo 13% no ano 2.000, o que inclui não apenas as dívidas contratuais junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco e a dívida mobiliária objeto da renegociação, mas também dívidas que o Estado já tinha junto à União, relativas a empréstimos contraídos por empresas estatais e autarquias, que

não foram integralmente quitadas durante a década de 80 e acabaram sendo refinanciadas pelo Governo Federal através do Banco do Brasil;

- implantação de um programa de ajuste fiscal de longo prazo no Estado de São Paulo, com duração até 2.008. Este programa seria composto de um conjunto de metas, dentre as quais se destacam: a obtenção de uma relação de um para um entre a Receita Líquida Real e o estoque da dívida em 2.008, o aumento da eficiência na arrecadação, a geração de superávits primários e o aumento do volume de investimentos, entre outras.

Os contratos que compõem o acordo foram assinados em 22/05/1997. Concluída a aprovação pelo Senado em novembro de 1997, e feitos todos os arranjos necessários, o acordo passou a vigorar a partir de 23/12/1997 com eficácia retroativa à data da assinatura dos contratos.

**Efetivação da transferência de ativos à União para quitar os compromissos à vista:**

Para compor os pagamentos com ativos foram transferidas à União ações de propriedade do Tesouro Estadual (100% no caso da Fepasa e da Ceagesp, e 51% das ações do Banespa) e *warrants* representativas de ações da Cesp e da Eletropaulo, corrigidas pelo IGP-DI/FGV acrescido de 6% de juros ao ano, as quais serão liquidadas com os resultados das privatizações destas empresas. A transferência de ações foi concretizada através de contrato de venda, com um pagamento inicial baseado em preço provisório. A compensação entre os valores transferidos e os valores definitivos será feita à medida que os últimos forem sendo conhecidos, o que depende de

avaliações por consultorias independentes contratadas, no caso do Banespa, Fepasa e Ceagesp, e da privatização, no caso da Cesp e da Eletropaulo. As transferências de ativos e posteriores operações de acerto de preços são registradas numa "Conta Gráfica", constituída para efetuar a compensação entre o saldo devedor do valor a ser pago à vista e os montantes efetivamente transferidos pelo Tesouro Estadual ao Tesouro Nacional.

Demonstramos a seguir os saldos finais e os pagamentos efetuados desde a implementação do contrato em 1997:

#### Demonstrativo da Dívida Renegociada

##### ESTOQUE DA DÍVIDA

NOMENCLATURA	EXERCÍCIO 1997	EXERCÍCIO 1998	EXERCÍCIO 1999	EXERCÍCIO 2000	EXERCÍCIO 2001
LEI 9496/97	46.027.449.587	45.793.254.840	53.825.365.356	60.579.356.097	68.543.251.397
. Parcela P <sup>1</sup>	40.551.500.042	39.508.124.036	46.906.382.011	50.911.587.947	55.682.073.747
. Parcela P <sup>12</sup>	1.638.755.939	1.517.901.974	1.648.978.354	1.615.536.872	1.576.081.068
. Resíduo <sup>3</sup>	0	2.612.977.391	5.270.004.991	8.052.231.278	11.285.096.582
. Conta Gráfica	3.837.193.606	2.154.251.439	0	0	0

NOMENCLATURA	EXERCÍCIO 2002	EXERCÍCIO 2003	EXERCÍCIO 2004	EXERCÍCIO 2005
LEI 9496/97	84.815.318.852	94.948.247.546	109.124.678.319	112.971.837.681
. Parcela P <sup>1</sup>	66.580.295.092	71.449.458.445	78.629.386.424	77.929.945.951
. Parcela P <sup>12</sup>	1.579.890.835	1.375.664.317	1.112.367.066	669.735.215
. Resíduo <sup>3</sup>	16.655.132.925	22.123.124.784	29.382.924.829	34.372.156.515
. Conta Gráfica	0	0	0	0

##### PAGAMENTOS

NOMENCLATURA	EXERCÍCIO 1997	EXERCÍCIO 1998	EXERCÍCIO 1999	EXERCÍCIO 2000	EXERCÍCIO 2001
LEI 9496/97	2.693.317.312	3.865.336.342	4.037.544.747	2.336.623.916	2.709.787.109
. Juros e Encargos	0	1.964.819.919	1.542.469.853	2.139.865.155	2.565.723.241
. Amortização	0	43.956.905	122.589.024	196.758.761	144.063.868
. Amortização – Conta Gráfica	2.693.317.312	1.856.559.518	2.372.485.871	0	0

NOMENCLATURA	EXERCÍCIO 2002	EXERCÍCIO 2003	EXERCÍCIO 2004	EXERCÍCIO 2005
LEI 9496/97	3.035.232.486	3.910.334.718	3.757.087.464	4.641.557.905
. Juros e Encargos	2.857.742.281	3.421.450.606	3.570.093.252	4.447.158.096
. Amortização	177.490.205	488.884.112	186.994.212	194.399.809
. Amortização – Conta Gráfica	0	0	0	0

**V - PRECATÓRIOS**

O valor inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício em tela foi de R\$ 1.072.392.413 (Administração Direta e Indireta).

Decompondo-se por fontes de recurso, temos:

	R\$
Fonte Tesouro	1.067.953.485
Recursos Vinculados Estaduais	412.416
Recursos Próprios	4.026.512
<b>TOTAL</b>	<b>1.072.392.413</b>

Em relação à natureza dos Precatórios, de acordo com os elementos colhidos junto à Secretaria de Economia e Planejamento, a referida dotação demonstra-se como segue:

Alimentares	777.366.131
Não Alimentares	295.026.282
<b>TOTAL</b>	<b>1.072.392.413</b>

A Procuradoria Geral do Estado, mediante ofício GPG-nº 104/2006, encaminhou a informação GPG-SR 005/AMRA/2006, da Coordenadoria de Precatórios, onde informa que o valor gasto com pagamento de precatórios judiciais, de 01 de janeiro até 28 de dezembro de 2.005, importou em R\$ 2.014.928.289,71 como segue:

Administração Direta	1.414.932.456
Administração Indireta	555.068.927
Administração Indireta - Recursos Próprios	3.554.890
Obrigações de Peq. Valor (Adm.Direta+Ind.)	32.591.179
Consignação	8.780.837
<b>TOTAL</b>	<b>2.014.928.289</b>

Ainda conforme informações da Coordenadoria de Precatórios, demonstramos os pagamentos de acordo com a natureza dos precatórios:

Pagamentos de Precatórios Alimentares/Trabalhistas	369.803.960
Pagamentos de Precatórios Não Alimentares/Desapropriação	1.529.908.043
Consignações	8.780.837
Imposto de Renda Retido	106.435.449
<b>TOTAL</b>	<b>2.014.928.289</b>

O demonstrativo da posição financeira dos precatórios da Administração Direta é o que segue:

Saldo em 31/12/2004			704.386.351
ESPECIFICAÇÃO	APROPRIADO/LIQUIDADO	PAGO	
Crédito de Natureza Alimentícia	390.779.225	287.600.009	
Crédito de Natureza Não Alimentícia	78.981.843	188.631.732	
Desapropriações	95.904.439	967.637.459	
Reclamações Trabalhistas	17.653.672	3.480.924	
<b>TOTAL</b>	<b>583.319.179</b>	<b>1.447.350.124</b>	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>(159.644.594)</b>
Unidade Gestora Financeira - Precatórios			<b>650.194.085</b>
<b>Saldo em 31/12/2005</b>			<b>490.549.491</b>

No exercício de 2005, a apropriação/liquidação das sentenças judiciais do Estado atingiu o montante de R\$ 1.254.550.497 e, no mesmo período, foram pagos R\$ 2.014.928.290, com a seguinte distribuição entre as Administrações Direta e Indireta:

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	APROPRIADO/LIQUIDADO	PAGO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	583.319.179	1.447.350.123
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	671.231.318	567.578.167
<b>TOTAL</b>	<b>1.254.550.497</b>	<b>2.014.928.290</b>

Nos exercícios de 1998 a 2002 ocorreram, progressivamente, acréscimos dos valores pagos a título de precatórios. Esta tendência foi revertida em 2003, quando houve um decréscimo nominal da ordem de 20,72% pois, enquanto em 2002 foram pagos R\$ 1.040 milhões, em 2003 se pagou a importância de R\$ 825 milhões.

No exercício de 2004 o valor nominal dos pagamentos, R\$ 1.191.733.172, apresentou significativo acréscimo, da ordem de 44,43%, em relação ao valor pago em 2003, R\$ 825.122.252.

Já em 2005 os pagamentos atingiram o importe de R\$ 2.014.928.289, um aumento expressivo de 69,07% relativamente a 2004.

Quanto ao orçamento verificou-se, da mesma forma, uma melhora na relação entre os valores pagos e orçados. Assim, enquanto em 1998 os pagamentos representaram 36,82% do valor orçado, em 2002 pagou-se 41,43% acima da inscrição orçamentária. Em 2003, entretanto, esta relação reduziu-se ao patamar de 5,26%, já que o orçamento previu pagamentos de R\$ 784 milhões, enquanto a importância efetivamente paga foi de R\$ 825 milhões.

Em 2004 esta relação (pago x orçado) voltou a apresentar visível melhora, com o total de pagamentos num patamar 13,40% superior ao orçado, e em 2005, a relação foi bem mais significativa, com pagamentos 87,89% acima dos valores orçados.

Assim, detalhamos a seguir o comparativo dos valores pagos e orçados, **consignando que tal comparativo se**



presta, tão somente, para uma avaliação relativa da tendência, já que os valores pagos referem-se, basicamente, a precatórios pendentes de pagamentos em exercícios anteriores:

EXERCÍCIO	PAGAMENTO	ORÇAMENTO	%
1998	427.448.324	1.160.851.419	36,82%
1999	438.264.112	1.074.726.621	40,78%
2000	599.552.583	1.031.738.738	58,11%
2001	921.764.744	704.464.140	130,85%
2002	1.040.876.550	735.950.090	141,43%
2003	825.122.252	783.899.097	105,26%
2004	1.191.733.172	1.050.870.248	113,40%
2005	2.014.928.289	1.072.392.413	187,89%

Quanto à posição geral dos precatórios do Estado em 2005, temos que os pagamentos pendentes atingiram valores da ordem de R\$ 12.985 milhões, sendo o saldo total do passivo financeiro de R\$ 1.026 milhões e o saldo do passivo permanente de R\$ 11.958 milhões.

#### **a) LEI MADEIRA**

A Lei Federal nº 10.482, de 3 de julho de 2002, conhecida como Lei Madeira, dispôs sobre o repasse, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, de até 50% dos depósitos judiciais e extrajudiciais do período de 1º de janeiro de 2001 a 3 de julho de 2002, para aplicação exclusiva no pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar.

Na esfera estadual, referida Lei foi disciplinada pelo Decreto nº 46.933, de 19 de julho de 2002, que em seu § 1º determinou o repasse dos valores em 3 (três) parcelas, de julho a setembro de 2002.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a tributos de competência do Estado, a partir de 4 de julho de 2002, foram efetuados em estabelecimento oficial do Estado e repassados à Conta Única até o limite de cinquenta por cento dos depósitos de natureza tributária existentes em favor do Estado na instituição financeira que efetuou o repasse, conforme estabelece o artigo 2º da Lei Madeira.

A seguir demonstramos a distribuição dos repasses:

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 80%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 20%	TOTAL
2002	328.888.542	82.222.135	411.110.677
2003	64.976.404	16.244.101	81.220.505
2004	55.795.792	13.948.948	69.744.740
2005	81.467.331	20.366.833	101.834.164
<b>TOTAL</b>	<b>531.128.069</b>	<b>132.782.017</b>	<b>663.910.086</b>

Vale mencionar que o § 2º, artigo 1º e o § 2º, artigo 2º, ambos do Decreto nº 46.933, estipulam o prazo de 48 horas após a solicitação da Procuradoria Geral do Estado para que os recursos referentes aos 80% dos depósitos judiciais sejam transferidos à sua Conta Única.

Depois de encerrado o processo litigioso ou administrativo, o valor do depósito, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída, será colocado à disposição do depositante ou transformado em pagamento definitivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 10.482.

Em atendimento a esse disposto, o Tesouro Estadual efetuou as seguintes devoluções:

EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 80%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 20%	TOTAL
2002	132.917.561	1.306.287	134.223.848
2003	80.024.907	7.152.556	87.177.463
2004	50.390.556	4.795.518	55.186.074
2005	36.547.634	3.687.986	40.235.620
<b>TOTAL</b>	<b>299.880.658</b>	<b>16.942.347</b>	<b>316.823.005</b>

Conforme demonstrativos encaminhados pela Secretaria da Fazenda, no encerramento do exercício de 2005, apurou-se que o saldo a ser devolvido é de R\$ 450.926.438, sendo R\$ 364.029.429 correspondente ao principal e R\$ 86.897.009 à correção.

Ainda com referência a esses demonstrativos e com o detalhamento da conta contábil 112191300 (SIAFEM), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, em 31 de dezembro de 2005, de R\$ 76.238.766.

## **VI - ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

Apresentamos a seguir os tópicos relacionados à Lei Fiscal relativos ao Poder Executivo, cujo detalhamento encontra-se no Acessório 3, TC-3563/326/05, que acompanha os presentes autos.

### **a.) RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)**

Observamos que a receita arrecadada acumulada demonstrou uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da previsão orçamentária em 2,12%. O valor empenhado está suportado pela arrecadação, demonstrando equilíbrio orçamentário e financeiro.

No que diz respeito ao regime próprio de previdência, os valores apresentados no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, no exercício de 2005, evidenciam déficit de execução orçamentária de R\$ 9.444.251 mil.

Verifica-se, ainda, que o Resultado Primário Previsto superou o resultado consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando compatibilidade com a meta estabelecida.

Da análise do Resultado apresentado no exercício de 2005, observa-se uma situação desfavorável, vez que ficou aquém da pretensão estabelecida.

Já o Resultado Nominal apresentou um acréscimo em relação ao exercício anterior de R\$ 3.093.458 mil. Constata-se, portanto, uma frustração da meta pretendida.

A análise do item dos Restos a Pagar indicou condição financeira favorável, com superávit acumulado da execução orçamentária e as baixas ocorridas saldaram o montante de Restos a Pagar do exercício anterior, sendo que a inscrição para o exercício de 2005 em comparação às disponibilidades estava coberta com suficiente liquidez financeira.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda, relativamente à aplicação de recursos decorrentes da alienação de ativos observamos que houve compensação entre a receita e aplicação dentro do próprio grupo de ativo.

Não obstante, esclarecemos que, para efeito da apuração das receitas e despesas relativas ao cumprimento da

Lei de Responsabilidade Fiscal, a Contadoria Geral do Estado (CGE) desconsiderou as operações decorrentes de aumento de capital nas empresas estaduais.

Comparando referido demonstrativo com o Balanço Geral do Estado, obtivemos os seguintes valores:

Em R\$ mil			
DESCRIÇÃO	RECEITAS REALIZADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	RESULTADO
CONFORME BALANÇO GERAL	76.110.011	75.946.901	163.110
(-) INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	(545.381)	(545.381)	0
(+) INTEGRAL. COM RECURSOS – FONTE NÃO TESOIRO	9.489	9.489	0
<b>(=) CONFORME RREO</b>	<b>75.574.119</b>	<b>75.411.009</b>	<b>163.110</b>

#### b.) RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O item Despesas com Pessoal constou no Relatório de Gestão Fiscal como segue:

<u>Gastos com Pessoal</u>	=	24.034.369	=	<b>42,33%</b>
RCL		56.775.075		

No entanto, apuramos os seguintes valores:

R\$ mil				
<u>Gastos com Pessoal</u>	=	23.895.438	=	<b>42,19%</b>
RCL		56.636.144		

O percentual de 42,19%, apurado por este Grupo, foi obtido desconsiderando as despesas com indenizações por demissões, inativos com outros recursos afora fonte Tesouro (exceto IAMSPE – FAPESP – DER), auxílios alimentação, transporte e funeral; bem como Compensação de Regimes Previdenciários.

Referidas deduções se justificam em face da norma instituída pela Lei nº 101/00, artigo 18, que prevê a

inclusão de valores de caráter essencialmente remuneratório. Ainda, a exclusão da Compensação Previdenciária deu-se em função do artigo 19, inciso VI-b.

Não obstante as deduções retro, já computadas pela Contadoria Geral do Estado, entendemos, S.M.J., que outra exclusão deveria ter sido considerada nas despesas com pessoal, qual seja, o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, atingindo a cifra de 138.931 mil e, pela mesma razão, excluímos referido valor da receita corrente líquida.

Comparando-se o exercício de 2004 com o de 2005, constatamos que o índice de Gastos com Pessoal passou de 44,60% para 42,19%.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal do Poder Executivo está dentro dos limites previstos no artigo 20, inciso II, letra c; e no artigo 22, § Único da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

No encerramento do exercício de 2004, a Dívida Consolidada Líquida representava 2,23 vezes a receita corrente líquida do mesmo período.

No exercício de 2005, a proporção de endividamento foi de 1,97 vezes a RCL, sendo que a Resolução do Senado Federal n.º 40, de 20/12/2001, indica para os Estados o limite de duas vezes a receita corrente líquida.

Foi atendida, também, a Resolução do Senado Federal nº 20, de 07/11/2003, onde está estabelecido que: "em 1º de maio de 2005, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estar ajustados aos limites fixados no art. 3º ou à trajetória de redução da dívida definida no art. 4º, ambos da Resolução n.º 40, de 2001, do Senado Federal, conforme o caso.".

Quanto a Concessão de Garantias, no 3º quadrimestre de 2004 o percentual apurado encontra-se devidamente ajustado ao limite de 32% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº. 43, alterada pela Resolução nº. 3, de 02/04/2002, ambas do Senado Federal.

Convém mencionar que o Governo Estadual vem observando o limite de 16% para realização de Operações de Crédito estipulado no inciso I, artigo 7º da Resolução do Senado nº 43.

Quanto às despesas de capital, superaram as operações de crédito. Sendo assim, no exercício em análise, entendemos obedecida a disposição contida no inciso III do artigo 167 da C.F.

#### **c. - DESPESAS COM PESSOAL E REFLEXOS**

O Quadro de Pessoal do Governo do Estado, consideradas a Administração Direta, as Autarquias, as Fundações e as Empresas, é de 1.219,5 mil, sendo 743,3 mil ativos e 476,2 mil inativos (dados extraídos do Relatório do Senhor Secretário da Fazenda); do total, 686,8 mil são

servidores ativos e 461,1 mil inativos do Executivo.

Conforme dados obtidos do SIGEO, a Despesa Líquida com Pessoal e Reflexos, abrangendo a totalidade da remuneração dos três Poderes, Ministério Público do Estado e Administração Indireta, atingiu o montante de R\$ 27.295.298 mil.

Em relação às Receitas Correntes Líquidas, cujo valor, publicado pela Contadoria Geral do Estado, atinge R\$ 56.775.075 mil, temos que as Despesas com Pessoal alcançaram o percentual de 48,08%, conforme detalhamos:

R\$ MIL	
RECEITAS CORRENTES	
<b>RECEITAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA</b>	<b>73.870.648</b>
(-) Receita de Contribuições	1.782.862
(-) Transferências a Municípios	15.298.444
(-) Compens. Financ. entre Regimes Previdenciários	14.267
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>56.775.075</b>

DESPESAS CORRENTES - PESSOAL E ENCARGOS	R\$ MIL
APOSENTADORIAS E REFORMAS	9.184.166
AUXILIO ALIMENTACAO	3.376
AUXILIO TRANSPORTE	285.968
CONTRIBUIÇÕES	4
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	5.345
OBRIGACOES PATRONAIS	860.581
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	232.061
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	11.406
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	4.093
PENSOES	2.639.781
SALARIO FAMILIA	1.156
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	16.124.997
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITA	2.109.765
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>31.462.699</b>
(-) DIVERSAS EXCLUSÕES	4.167.401
<b>TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS</b>	<b>27.295.298</b>
<b>Percentual</b>	<b>48,08</b>



Apresentamos a seguir os percentuais correspondentes a cada um dos Poderes e ao Ministério Público, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO		R\$ MIL
.Poder Executivo	24.034.369	42,33%
.Poder Legislativo	303.756	0,54%
.Poder Judiciário	2.249.440	3,96%
.Ministério Público	707.733	1,25%
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>27.295.298</b>	<b>48,08%</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>56.775.075</b>	

Entendemos, s.m.j., que o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, deveriam ser excluídos tanto das Receitas quanto das Despesas, conforme descrito no item VI, letra b do presente Relatório.

Desta forma, o quadro de despesas por Poder ficaria assim:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO		R\$ MIL
.Poder Executivo	23.895.377	42,19%
.Poder Legislativo	303.756	0,54%
.Poder Judiciário	2.249.440	3,97%
.Ministério Público	707.733	1,25%
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>27.156.306</b>	<b>47,95%</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>56.636.144</b>	

Observamos que os dados ofertados neste item foram obtidos nos relatórios de auditoria dos Acessórios 3, Poder Executivo TC-3563/326/05, Poder Legislativo TC-

1555/326/05 e TC-1556/326/05, Poder Judiciário TC-1558/326/05, e Ministério Público TC-1557/326/05.

## VII - ENSINO

Apresentamos a seguir o total despendido pelo Governo do Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino de 2005.

A matéria aqui tratada encontra-se detalhada no Acessório 2, TC-3563/226/05, que acompanha os presentes autos.

Observamos que o Governo Estadual aplicou a importância de R\$ 13.442.192.956, correspondendo ao percentual de 30,16%, dando cumprimento ao disposto no artigo 255 da Constituição Estadual.

Salientamos que para o cálculo dos gastos com a educação desconsideramos as seguintes despesas:

- **Depósito ao Fundef (R\$ 7.896.802,00)**
- **Programa Escola da Família (R\$ 11.463.200,00)**

Os percentuais de aplicação no ensino, nos três últimos exercícios, foram:

EXERCÍCIOS	PERCENTUAL
2005	30,16%
2004	30,08%
2003	30,16%

Houve atendimento ao "caput" do artigo 60 do ADCT, com nova redação dada pelo artigo 5º da Emenda Constitucional nº 14/96, conforme demonstramos:

ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>25% das Receitas de Impostos</i>	11.144.009.099
<i>-Valor aplicado no Ensino Fundamental</i>	7.558.620.346
<b>-Percentual Aplicado</b>	<b>67,83%</b>

- **FUNDEF**

Por ocasião do Parecer relativo às contas anuais do exercício de 2004, houve determinação desta E. Casa (TC 4068/026/04) para que a Secretaria da Fazenda esclarecesse a diferença, naquele ano, de R\$ 5.312.571, entre o valor apurado pela auditoria e o registrado no Balanço Geral do Estado (depósito e retorno dos 15% de impostos vinculados ao FUNDEF).

A Secretaria da Fazenda, em atendimento, apresentou informação, tomando como base as contas contábeis de compensação, utilizadas para controle, onde demonstra os seguintes valores:

ANO	DEPOSITADO AO FUNDO	DEVOLUÇÃO DO FUNDO	RESULTADO DAS CONTAS DE CONTROLE	VALOR CONTABILIZADO EM DESPESA	DIFERENÇA
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(3)-(4)
2003	4.757.877.329	4.202.882.574	(554.994.755)	(541.785.382)	13.209.373
2004	5.337.744.985	4.578.103.410	(759.641.575)	(764.954.147)	(5.312.571)

Com base nestes dados, a Fazenda Estadual

alega que o montante empenhado a maior em despesa no exercício de 2004 compensou parcialmente a diferença do ano de 2003, de R\$ 13.209.373 quando a Nota de Empenho de nº 2003NE00001, no valor de R\$ 541.785.382 foi menor que o valor retido ao FUNDEF no exercício, que seria de R\$ 554.994.755.

Para verificar as alegações da Secretaria da Fazenda, este Grupo procedeu à conciliação do movimento bancário efetivamente contabilizado com os registros nas contas de compensação, utilizadas para controle, onde foi apurada a seguinte posição:

ANO	SALDO INICIAL	DEPOSITADO AO FUNDO	DEVOLUÇÃO DO FUNDO	RESULTADO DAS CONTAS DE CONTROLE	VALOR CONTABILIZADO EM DESPESA	DIFERENÇA
		(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(3)-(4)
2003	13.209.373	4.744.667.956	4.202.882.574	(541.785.382)	(541.785.382)	0
2004	0	5.337.744.985	4.578.103.410	(759.641.575)	(764.954.147)	(5.312.571)

Conforme apurado, o valor efetivamente depositado ao Fundo em 2003 foi de R\$ 4.744.667.956 e não R\$ 4.757.877.329. Os outros R\$ 13.209.373 foram lançados indevidamente, em 2003, na conta de compensação 194610102- "Depositado ao Fundo" (contrapartida 294610102 com mesmo valor).

Tal fato deu-se a título de "saldo inicial", oriundo de exercícios anteriores, sendo que a conta em análise foi constituída para abrigar unicamente os depósitos do exercício corrente.

A origem desse saldo inicial remonta ao ano de 2002, quando houve repasse a maior ao FUNDEF de R\$ 13.209.373 e, por esse motivo, segundo a Secretaria da Fazenda, a conta de compensação "Depositado ao Fundo" não poderia ter o saldo

zerado no encerramento daquele exercício e, então, foi transferido o valor para o exercício de 2003, somente nas contas de compensação, sem nenhum efeito patrimonial.

Observa-se, assim, que enquanto as contas patrimoniais do exercício de 2002 não registravam nenhuma pendência dessa natureza, as contas de compensação, utilizadas para controle, registravam, para o exercício seguinte, uma despesa a ser contabilizada, daí o desencontro entre o sistema contábil patrimonial e o sistema contábil compensado.

No entendimento deste Grupo, tal repasse a maior foi contabilizado em despesa do Governo do Estado no próprio exercício de 2002, sendo retido um valor maior a favor do Fundo. Contabilmente, o lançamento resultante foi:

D - Despesa do Ensino	- 13.209.373
C - Banco	- 13.209.373

Observação: o valor de R\$ 13.209.373 está incluso no valor total de R\$ 332.815.434,77 contabilizado em despesa no exercício de 2002.

No exercício seguinte, em 2003, foi feito outro repasse a maior ao FUNDEF no montante de R\$ 8.960.086. Assim como no exercício de 2002, tal repasse resultou em despesa, sendo retido um valor a maior a favor do Fundo. Ou seja, em 2003, o lançamento resultante foi:

D - Despesa do Ensino	- 8.960.086
C - Banco	8.960.086

Observação: o valor de R\$ 8.960.086 está incluso no valor total de R\$ 541.785.382,55 contabilizado em despesa no exercício de 2003.

Mesmo já tendo sido contabilizados em despesa, tanto o valor de R\$ 13.209.373 em 2002, como o valor de R\$

8.960.086 em 2003, no sistema patrimonial, o sistema compensado, utilizado para controle apresentava ainda uma despesa a contabilizar no valor de R\$ 22.169.459 no final de 2003.

Em 2004, a Secretaria da Fazenda, utilizando-se das informações do sistema compensado, lançou novamente em despesa no sistema patrimonial e procedeu ao seguinte lançamento contábil.

D - Despesa do Ensino	- 13.209.373
D - Despesa do Ensino	- 8.960.086
C - Receita (Variação Patrimonial Ativa)	- 22.169.459

Observação: referido lançamento corresponde no Sistema SIAFEM aos documentos 2004NL00982, 2004NL00978 e 2004NL00979.

Verifica-se que a fonte de recursos para esta despesa não foi a conta bancária, mas sim, a contrapartida foi uma conta de receita (variação patrimonial ativa independente da execução orçamentária). Isto porque o dinheiro já tinha saído dos bancos nos anos anteriores.

Denota-se, assim, que não havia qualquer diferença do exercício de 2003 a ser compensada na despesa de 2004. Portanto, nosso entendimento é de que a despesa de 2004 restou contabilizada a maior.

Não bastasse referida despesa contabilizada a maior, a Secretaria também fez indevidamente o seguinte lançamento:

D - Despesa do Ensino	- 5.312.571
C - Passivo	- 5.312.571

O valor ora citado está incluso no total de R\$

764.954.147, contabilizado em despesa no exercício de 2004. Compondo este total, observa-se que R\$ 737.472.117 apresentou como contrapartida a conta bancos, R\$ 22.169.459 a conta de receitas (variação patrimonial ativa) e R\$ 5.312.571 a conta do passivo, onde o lançamento em análise ficou pendente.

Este último valor, que no exercício de 2004 estava pendente na conta do passivo, foi transferido para receita (variação patrimonial ativa independente da execução orçamentária) pelo seguinte registro contábil:

D - Passivo	- 5.312.571
C - Receita (Variação Patrimonial Ativa)	- 5.312.571

Observação: corresponde no Sistema SIAFEM ao documento 2005NL00611.

A Secretaria da Fazenda, alegando ainda que essa despesa contabilizada a maior em 2004, de R\$ 5.312.571, foi por conta da despesa de R\$ 13.209.373, que não teria sido contabilizada na devida época, resolveu registrar, no exercício de 2005, mais R\$ 7.896.801 em despesa do ensino para completar o lançamento, conforme segue:

D - Despesa do Ensino	- 7.896.802
C - Receita (Variação Patrimonial Ativa)	- 7.896.802

Observação: corresponde no Sistema SIAFEM aos documentos 2005NL00611 e 2005NL00610.

Tendo em vista a contabilização da despesa não apresentar como contrapartida a conta bancos, mas sim, conta de receita, entendemos que referido valor não saiu dos cofres estaduais. Nesta situação, as contas de Despesa e Receita se anulam, não produzindo qualquer reflexo patrimonial.

Diante do exposto, este Grupo entende que referido gasto já havia sido considerado em despesas do ensino

nos exercícios anteriores e, portanto, excluímos o valor de R\$ 7.896.802 nas despesas da educação para efeito de cálculo dos índices constitucionais.

Destarte, esclarecemos que, em relação ao exercício anterior, mesmo diante das contabilizações a maior nas despesas do ensino, observa-se o cumprimento dos correspondentes percentuais constitucionais e legais.

Prosseguindo a análise, verificamos que, no exercício de 2005, houve insuficiência de depósitos ao Fundo no valor de R\$ 10.435.458, compensada pelo o depósito a maior de R\$ 18.957.507 que havia sido realizado no exercício de 2004.

O Governo Estadual não cumpriu o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96, haja vista que foram canalizados, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, 58,50% dos recursos do FUNDEF, objeto de proposta de recomendação deste relatório.

- **PROGRAMA "ESCOLA DA FAMÍLIA"**

Este Programa está alocado na função Educação e tem por objetivo, definido na Lei Orçamentária, criar oportunidades de ampliação de horizontes e perspectivas para jovens, adultos e crianças com atividades relacionadas aos eixos: saúde, esporte, cultura e qualificação profissional, a serem realizadas em ambiente acolhedor e saudável, cultivando a paz e fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade intra e extra-escolar, a auto-estima e a identidade cultural.



Entretanto, não podemos entendê-lo como um programa direcionado e, portanto, alocável, à educação, mas sim, um programa com características claramente definidas de cultura, esporte e lazer - a rigor, apenas os gastos com as bolsas de estudo, concedidas pelo Estado aos universitários que participam como orientadores, poderiam ser admitidas como despesas com educação (Ensino Superior).

No SIAFEM, os gastos com referidas bolsas importaram, no exercício de 2005, em R\$ 101.544.800,00, correspondendo a 89,86% do total despendido com o programa, R\$ 113.008.000,00 com recursos da fonte Tesouro e, portanto, desconsideramos 11.463.200,00 por entender que não se tratam de despesas com educação.

## **VIII - SAÚDE**

Estabelece a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000) a vinculação de parte da receita de impostos, próprios e transferidos para aplicação na área da Saúde.

No caso do Estado esta aplicação será, no mínimo, correspondente a 12% dos impostos arrecadados mais as transferências efetuadas pela União (FPE, IPI e IRRF).

### **a) Despesas**

Seguem as subfunções, programas, subprogramas e os valores despendidos a este título:

<b>10 - SAUDE</b>	<b>5.340.783.744,32</b>
001001001 - TESOUREO-GERAL	5.340.783.744,32
<b>09000 - SECRETARIA DA SAUDE</b>	<b>4.717.623.656,55</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	3.865.548.093,60
122 - ADMINISTRACAO GERAL	622.044.901,44
10122010048590000 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL	622.044.901,44
0100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO	622.044.901,44
4859 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL	622.044.901,44
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	6.817.408,70
10126093348580000 - TECNOLOGIA DA INFORMATICA E COMUNICACAO	6.817.408,70
0933 - INOVACAO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO,	6.817.408,70
4858 - TECNOLOGIA DA INFORMATICA E COMUNICACAO	6.817.408,70
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	73.337.779,91
10128093148610000 - CAPACITACAO APERFEIÇOAM.PROFISSIONAIS SAUDE	528.484,91
0931 - CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	528.484,91
4861 - CAPACITACAO APERFEIÇOAM.PROFISSIONAIS SAUDE	528.484,91
10128093148630000 - RESIDENCIA MEDICA	72.809.295,00
0931 - CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	72.809.295,00
4863 - RESIDENCIA MEDICA	72.809.295,00
131 - COMUNICACAO SOCIAL	2.000.000,00
10131280555760000 - COMUNICACAO DE AÇOES DO GOVERNO	2.000.000,00
2805 - COMUNICACAO SOCIAL	2.000.000,00
5576 - COMUNICACAO DE AÇOES DO GOVERNO	2.000.000,00
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2.621.189,50
10244093048510000 - PAGAMENTO DE PENSÃO AOS HANSENIANOS	2.621.189,50
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	2.621.189,50
4851 - PAGAMENTO DE PENSÃO AOS HANSENIANOS	2.621.189,50
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	197.558.730,77
10272010153730000 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	197.558.730,77
0101 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	197.558.730,77
5373 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	197.558.730,77
301 - ATENÇÃO BASICA	23.140.334,56
10301092648670000 - QUALIS - PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA	23.140.334,56
0926 - APOIO A ATENÇÃO BASICA DE COMPETENCIA MUNICIPAL CO	23.140.334,56
4867 - QUALIS - PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA	23.140.334,56
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.859.900.630,24
10302093013770000 - CONSTRUÇÃO REF. AMP.APARELHAM.SERV.REFERENCIA	184.397.051,54
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	184.397.051,54
1377 - CONSTRUÇÃO REF. AMP.APARELHAM.SERV.REFERENCIA	184.397.051,54
10302093048490000 - APOIO FINANCEIRO ENTID.FILANT.MUN.EST.S.PAULO	1.097.778.345,04
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	1.097.778.345,04
4849 - APOIO FINANCEIRO ENTID.FILANT.MUN.EST.S.PAULO	1.097.778.345,04
10302093048500000 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	1.494.171.545,65
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	1.494.171.545,65
4850 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	1.494.171.545,65
10302093048520000 - REPASSE REC.P/AT.MED.ORG.SOC.SAUDE OUT.ENTID.	83.553.688,01
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	83.553.688,01
4852 - REPASSE REC.P/AT.MED.ORG.SOC.SAUDE OUT.ENTID.	83.553.688,01
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	53.579.835,09
10303092647170000 - DOSE CERTA-PROGRAMA EST. ASSIST.FARMACEUTICA	48.996.392,54
0926 - APOIO A ATENÇÃO BASICA DE COMPETENCIA MUNICIPAL CO	48.996.392,54

4717 - DOSE CERTA-PROGRAMA EST. ASSIST.FARMACEUTICA	48.996.392,54
10303093241380000 - EXAMES DE LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	1.010.480,61
0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAUDE	1.010.480,61
4138 - EXAMES DE LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	1.010.480,61
10303093548690000 - PRODUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS PARA SAUDE PUBLICA	3.572.961,94
0935 - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, BIOFARMACOS E HEMODER	3.572.961,94
4869 - PRODUÇÃO DE SUBSTANCIAS PARA SAUDE PUBLICA	3.572.961,94
304 - VIGILANCIA SANITARIA	393.706,88
10304093241270000 - VIGILÂNCIA SANITARIA	393.706,88
0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAUDE	393.706,88
4127 - VIGILANCIA SANITARIA	393.706,88
33903999 - OUTROS SERVICOS E ENCARGOS-PESSOA JURIDICA	61.870,45
305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.689.787,15
10305093241240000 - CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	811.284,43
0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAUDE	811.284,43
4124 - CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	811.284,43
10305093247220000 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	878.502,72
0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAUDE	878.502,72
4722 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	878.502,72
512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	21.589.038,48
10512390419360000 - MELHORIA DA QUALIDADE DAS AGUAS	21.589.038,48
3904 - SANEAMENTO PARA TODOS	21.589.038,48
1936 - MELHORIA DA QUALIDADE DAS AGUAS	21.589.038,48
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	259.274,02
10571093254230000 - PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	31.854,30
0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAUDE	31.854,30
5423 - PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	31.854,30
10571093348560000 - ESTUDOS E PESQUISA DE INTERESSE SAUDE PUBLICA	227.419,72
0933 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO,	227.419,72
4856 - ESTUDOS E PESQUISA DE INTERESSE SAUDE PUBLICA	227.419,72
843 - SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	615.476,86
10843000051400000 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	615.476,86
0000 - ENCARGOS GERAIS	615.476,86
5140 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	615.476,86
09045 - FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	21.422.882,00
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	21.422.882,00
10303093013770000 - CONSTRUÇÃO REF. AMP.APARELHAM.SERV.REFERENCIA	21.422.882,00
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	21.422.882,00
1377 - CONSTRUÇÃO REF. AMP.APARELHAM.SERV.REFERENCIA	21.422.882,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	3.023.073,18
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.852.649,08
10122093448590000 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.852.649,08
0934 - PREVENÇÃO, DIAGNOSTICO, ASSISTENCIA E RECUPERAÇÃO	1.852.649,08
4859 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.852.649,08
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.170.424,10
10571093448650000 - PREVENÇÃO E EPIDEMIOLOGIA DE CÂNCER	1.170.424,10
0934 - PREVENÇÃO, DIAGNOSTICO, ASSISTENCIA E RECUPERAÇÃO	1.170.424,10
4865 - PREVENÇÃO E EPIDEMIOLOGIA DE CANCER	1.170.424,10
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	15.114.659,54
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.312.651,84
10122093648590000 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.312.651,84
0936 - DOE SANGUE - QUEM DOA SANGUE DOA VIDA	1.312.651,84

4859 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.312.651,84
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	13.739.607,70
10303093641920000 - COLETA DE SANGUE, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO	13.739.607,70
0936 - DOE SANGUE - QUEM DOA SANGUE DOA VIDA	13.739.607,70
4192 - COLETA DE SANGUE, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO	13.739.607,70
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	62.400,00
10846000048360000 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	62.400,00
0000 - ENCARGOS GERAIS	62.400,00
4836 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	62.400,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	34.606.121,80
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.701.672,61
10122091448590000 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.701.672,61
0914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	6.701.672,61
4859 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.701.672,61
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	436.264,89
10128091448610000 - CAPACITAÇÃO APERFEIÇOAM.PROFISSIONAIS SAUDE	436.264,89
0914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	436.264,89
4861 - CAPACITAÇÃO APERFEIÇOAM.PROFISSIONAIS SAUDE	436.264,89
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	4.033.429,49
10272010153730000 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	4.033.429,49
0101 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	4.033.429,49
5373 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	4.033.429,49
305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	22.667.696,77
10305091448330000 - APOIO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICIPIOS	752.136,72
0914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	752.136,72
4833 - APOIO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICIPIOS	752.136,72
10305091448390000 - CONTROLE DE ENDEMIAS	21.915.560,05
0914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	21.915.560,05
4839 - CONTROLE DE ENDEMIAS	21.915.560,05
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	68.449,04
10571091454190000 - PESQUISA CIENTIFICA TECNOLÓGICA AREA ENDEMIAS	68.449,04
0914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	68.449,04
5419 - PESQUISA CIENTIFICA TECNOLÓGICA AREA ENDEMIAS	68.449,04
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	698.609,00
10846000048360000 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	698.609,00
0000 - ENCARGOS GERAIS	698.609,00
4836 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	698.609,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	165.813.136,07
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	47.709.601,12
10122092848590000 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	47.709.601,12
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	47.709.601,12
4859 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	47.709.601,12
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.701.919,43
10126092848550000 - TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO - TIC	1.701.919,43
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	1.701.919,43
4855 - TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO - TIC	1.701.919,43
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.155.499,86
10128092848430000 - RESIDENCIA MEDICA	2.155.499,86
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	2.155.499,86
4843 - RESIDENCIA MEDICA	2.155.499,86
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.255.005,69
10272010153730000 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.255.005,69

0101 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	1.255.005,69
5373 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.255.005,69
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	93.923.908,52
10302092810560000 - CONSTRUCAO REF. AMPL.APARELHAM.AREA DE SAUDE	3.591.225,61
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	3.591.225,61
1056 - CONSTRUÇÃO REF. AMPL.APARELHAM.AREA DE SAUDE	3.591.225,61
10302092848680000 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	90.332.682,91
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	90.332.682,91
4868 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	90.332.682,91
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	16.622.465,35
10303092854220000 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	16.622.465,35
0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	16.622.465,35
5422 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	16.622.465,35
843 - SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	249.569,10
10843000051400000 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	249.569,10
0000 - ENCARGOS GERAIS	249.569,10
5140 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	249.569,10
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.195.167,00
10846000048360000 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	2.195.167,00
0000 - ENCARGOS GERAIS	2.195.167,00
4836 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	2.195.167,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	609.395.690,36
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.899.309,84
10126092948450000 - TECNOLOGIA DA INFORMATICA E COMUNICAÇÃO-TIC	7.899.309,84
0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	7.899.309,84
4845 - TECNOLOGIA DA INFORMATICA E COMUNICAÇÃO-TIC	7.899.309,84
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.146.934,00
10128092948430000 - RESIDENCIA MEDICA	3.146.934,00
0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	3.146.934,00
4843 - RESIDENCIA MEDICA	3.146.934,00
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	17.112.381,10
10272010153730000 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	17.112.381,10
0101 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	17.112.381,10
5373 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	17.112.381,10
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	472.469.670,91
10302092910560000 - CONSTRUCAO REF. AMPL.APARELHAM.AREA DE SAUDE	19.199.966,57
0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	19.199.966,57
1056 - CONSTRUÇÃO REF. AMPL.APARELHAM.AREA DE SAUDE	19.199.966,57
10302092948680000 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	453.269.704,34
0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	453.269.704,34
4868 - ATENDIMENTO MEDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	453.269.704,34
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	92.621.078,35
10303092954220000 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	92.621.078,35
0929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	92.621.078,35
5422 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	92.621.078,35
843 - SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	714.688,16
10843000051400000 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	714.688,16
0000 - ENCARGOS GERAIS	714.688,16
5140 - PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	714.688,16
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	15.431.628,00
10846000048360000 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	15.431.628,00
0000 - ENCARGOS GERAIS	15.431.628,00

4836 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	15.431.628,00
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	2.700.000,00
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.700.000,00
10846000048360000 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	2.700.000,00
0000 - ENCARGOS GERAIS	2.700.000,00
4836 - PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATORIAS - ADM.INDIRETA	2.700.000,00
<b>10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO</b>	<b>349.971.211,67</b>
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	162.965.329,93
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	162.965.329,93
10302101752740000 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	138.721.495,01
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	138.721.495,01
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	138.721.495,01
10302101752760000 - PROCEDIMENTOS ALTA COMPLEX/AREAS DE A.C.-D.A.	24.243.834,92
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	24.243.834,92
5276 - PROCEDIMENTOS ALTA COMPLEX/AREAS DE A.C.-D.A.	24.243.834,92
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	153.429.135,03
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	153.429.135,03
10302101752740000 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	153.429.135,03
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	153.429.135,03
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	153.429.135,03
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	23.254.837,68
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	23.254.837,68
10302101752740000 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	23.254.837,68
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	23.254.837,68
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	23.254.837,68
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	8.603.742,14
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.603.742,14
10302101752730000 - APERFEIÇOAMENTO AÇÕES SAUDE PROMOV HOSP UNIV	8.589.595,64
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	8.589.595,64
5273 - APERFEIÇOAMENTO AÇÕES SAUDE PROMOV HOSP UNIV	8.589.595,64
10302101752790000 - PROMOCAO INCORP.NOVAS TEC.AT.SAUDE/ALTA COMP.	14.146,50
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	14.146,50
5279 - PROMOCAO INCORP.NOVAS TEC.AT.SAUDE/ALTA COMP.	14.146,50
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	1.718.166,89
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.718.166,89
10302101752750000 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPIT.AMBULATORIAL-FAMERP	1.718.166,89
1017 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	1.718.166,89
5275 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPIT.AMBULATORIAL-FAMERP	1.718.166,89
<b>13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO</b>	<b>134.636.795,66</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	134.636.795,66
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	134.636.795,66
10306351613090000 - VIVALEITE	134.636.795,66
3516 - FAMILIA CIDADA - AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS	134.636.795,66
1309 - VIVALEITE	134.636.795,66
<b>18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA</b>	<b>8.364.330,40</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	8.364.330,40
182 - DEFESA CIVIL	1.519.917,05
10182181150000000 - SERVIÇOS DE RESGATE DE VITIMAS DE ACIDENTES	1.519.917,05
1811 - PROTEÇÃO DA VIDA, DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO	1.519.917,05
5000 - SERVIÇOS DE RESGATE DE VITIMAS DE ACIDENTES	1.519.917,05
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.615.599,89
10302181612940000 - MODERNIZACAO DO HOSPITAL DA POLICIA MILITAR	447,12

1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM	447,12
1294 - MODERNIZACAO DO HOSPITAL DA POLICIA MILITAR	447,12
10302181650010000 - ATENDIMENTO MEDICO HOSP. POLICIAIS MILITARES	6.265.759,44
1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM	6.265.759,44
5001 - ATENDIMENTO MEDICO HOSP. POLICIAIS MILITARES	6.265.759,44
10302181650020000 - ATENDIMENTO ODONTOLOGICO POLICIAIS MILITARES	349.393,33
1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM	349.393,33
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLOGICO POLICIAIS MILITARES	349.393,33
421 - CUSTODIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	228.813,46
10421180155950000 - SUPRIMENTO MEDIC. PRESOS CUST.POLICIA CIVIL	228.813,46
1801 - PREVENÇÃO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	228.813,46
5595 - SUPRIMENTO MEDIC. PRESOS CUST.POLICIA CIVIL	228.813,46
<b>23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO</b>	<b>12.379.789,61</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	12.379.789,61
331 - PROTEÇÃO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	12.379.789,61
10331230342370000 - FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	12.376.978,87
2303 - QUALIDADE DO TRABALHO	12.376.978,87
4237 - FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	12.376.978,87
10331230355980000 - AVALIAÇÃO DE RISCOS NOS AMBIENTES DE TRABALHO	2.810,74
2303 - QUALIDADE DO TRABALHO	2.810,74
5598 - AVALIAÇÃO DE RISCOS NOS AMBIENTES DE TRABALHO	2.810,74
<b>28000 - CASA CIVIL</b>	<b>75.065.224,25</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	75.065.224,25
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	75.065.224,25
10306280954280000 - AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE VALES - SAUDE	75.065.224,25
2809 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	75.065.224,25
5428 - AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE VALES - SAUDE	75.065.224,25
<b>38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA</b>	<b>42.742.736,18</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	42.742.736,18
122 - ADMINISTRACAO GERAL	35.500.457,96
10122380653290000 - GERENCIAMENTO ADMINIST.UNIDADES PRISIONAIS	35.500.457,96
3806 - GESTAO DO SISTEMA PENITENCIARIO	35.500.457,96
5329 - GERENCIAMENTO ADMINIST.UNIDADES PRISIONAIS	35.500.457,96
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	5.513.166,61
10303380553260000 - FORNECIMENTO MEDICAMENTOS POPUL. CARCERARIA	5.513.166,61
3805 - ASSISTENCIA AO PRESO E REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO	5.513.166,61
5326 - FORNECIMENTO MEDICAMENTOS POPUL. CARCERARIA	5.513.166,61
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.729.111,61
10306380553250000 - FORNECIMENTO ALIMENTAÇÃO POPUL.CARCERARIA	1.729.111,61
3805 - ASSISTENCIA AO PRESO E REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO	1.729.111,61
5325 - FORNECIMENTO ALIMENTAÇÃO POPUL.CARCERARIA	1.729.111,61

Após análise dos programas que compõem a função Saúde e com base, também, no Manual editado por esta E. Corte, - "Financiamento das Ações e Serviços de Saúde", na Lei nº 8.080/90, na Resolução nº 316 do Conselho Nacional de Saúde, de 04 de abril de 2002 e na Portaria nº 2.047 do

Ministério da Saúde, de 5 de novembro de 2002, entendemos pertinentes as seguintes exclusões:

<b>TOTAL DAS EXCLUSÕES</b>	<b>6.615.152,77</b>
10302181650010000 - ATENDIMENTO MEDICO HOSP. POLICIAIS MILITARES	6.265.759,44
1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM	6.265.759,44
5001 - ATENDIMENTO MEDICO HOSP. POLICIAIS MILITARES	6.265.759,44
10302181650020000 - ATENDIMENTO ODONTOLOGICO POLICIAIS MILITARES	349.393,33
1816 - ATENDIMENTO DE SAUDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM	349.393,33
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLOGICO POLICIAIS MILITARES	349.393,33

O demonstrativo a seguir traz a composição da Receita para apuração do índice de gastos com a saúde, conforme determina a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000).

<b>RECEITAS – SAÚDE</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>40.176.856.617</b>
IPVA	2.336.023.670
ICMS	37.491.466.229
OUTROS	349.366.718
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES - Reflexos sobre Impostos</b>	<b>768.854.106</b>
Multas e Juros de Mora sobre Impostos	276.009.866
sobre ICMS	219.532.631
sobre IPVA	1.182.113
sobre adicional IR	0
demais impostos	677.343
por infração Reg. Cód. - ICMS	54.617.780
Indenizações e Restituições	0
de outros estados relativos ao créd. ICMS	0
Receita da Dívida Ativa	404.220.954
ICMS e comunicação em atraso	222.844.589
Juros de Mora sobre ICMS inscrito	181.155.898
Multas e Juros de Mora sobre ITCMD	220.468
Acrésc. Financ. sobre parcela Déb. Relativo ICMS	0
Acrésc. Leg. de Inscr.	0
Receitas Diversas - Rendas Eventuais	88.623.285
Acrésc. Financ. sobre parcela Déb. Relativo ICMS não inscrito	73.362.060
Acrésc. Financ. do parcelamento ITCMD	15.261.225
<b>TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS</b>	<b>3.630.325.675</b>
Cota Parte do FPE (IR e IPI)	299.570.611
Transferências IRRF	2.169.976.758
Cota Parte do IPI, Estado Exportadores	366.620.498
Cota Parte do IOC	41.907
<b>TOTAL</b>	<b>43.781.920.498</b>



Diante do exposto, o Governo do Estado de São Paulo, no exercício de 2005, aplicou na saúde o percentual de 12,17%, conforme demonstramos abaixo:

	R\$
<b>RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTOS</b>	<b>43.781.920.498</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>5.340.783.744</b>
<b>EXCLUSÕES</b>	10.582.346
Despesas não consideradas pelo Grupo	6.615.152
Restituições Rel. Canc. Desp. Ex. Anteriores	3.967.194
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE APÓS EXCLUSÕES</b>	<b>5.330.201.398</b>
<b>PERCENTUAL</b>	<b>12,17%</b>

**b) Inscrição de Restos a Pagar**

A seguir, apresentamos a composição dos valores inscritos pelo Governo do Estado em Restos a Pagar Processados e Não Processados pertinentes à Funcional Programática 10 - SAÚDE, correspondente ao exercício de 2005, segundo dados extraídos do DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR 2005, ofertado pela Secretaria da Fazenda:

RESTOS A PAGAR	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	BAIXA ATÉ ABRIL/2006
• Recursos Próprios	246.700.574	172.472.934	419.173.508	372.478.270
• Recursos SUS	124.439.522	24.876.609	149.316.131	142.245.704
• Outros Recursos	42.473.440	16.623.237	59.096.677	53.737.379
<b>TOTAL</b>	<b>413.613.536</b>	<b>213.972.780</b>	<b>627.586.316</b>	<b>568.461.353</b>

Conforme determina o Decreto nº 50.342, de 12 de dezembro de 2005, os saldos de contas financeiras de restos a pagar deverão ser cancelados, revertendo-se os valores à receita do Estado. A Contadoria Geral do Estado procederá a baixa dos compromissos do exercício inscritos em restos a

pagar não processados que não tenham sido liquidados até 31 de março de 2006, bem como daqueles prescritos, nos termos do artigo 33, da Lei Estadual nº 10320, de 16 de dezembro de 1968, enquanto as Unidades Gestoras Executoras deverão cancelar os valores cuja obrigação registrada não guardar real conformidade com os respectivos compromissos.

Vale lembrar que o Estado registra as receitas de cancelamentos de restos a pagar orçamentariamente e que os valores correspondentes à função saúde são excluídos para efeito de cálculo do percentual previsto na EC nº 29.

**c) Atendimento às Instruções 1**

O Poder Executivo não encaminhou a este Tribunal o resumo das despesas realizadas com o pagamento de pessoal da área da saúde, devidamente vistas pelos membros do Conselho Estadual de Saúde - CES, previsto no artigo 13, inciso I, das Instruções 1.

**IX - CONTROLE INTERNO**

O controle interno vinha sendo exercido pela Coordenadoria Estadual de Controle Interno - CECI nos termos do Decreto Estadual nº 41.312, de 13 de novembro de 1996.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 48.471, de 22 de janeiro de 2004, que criou, na Secretaria da Fazenda, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária, a CECI teve sua denominação alterada para Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas - CEDC.

Também por conta do referido Decreto Estadual, os Centros de Controle Interno - CCIs passaram a denominar-se Centros de Controle e Avaliação e os Centros Regionais de Controle Interno - CRCIs tiveram a denominação alterada para Centros Regionais de Controle e Avaliação.

Ainda por conta do citado diploma legal, o Departamento de Controle Interno teve sua denominação alterada para Departamento de Controle e Avaliação e, mantidas as suas atribuições e as competências de seus dirigentes, foi transferido para a Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

O Decreto nº48.471/04 não revogou disposições contidas no Decreto Estadual nº 41.312/96 atinentes ao controle interno dos Órgãos e Entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, especialmente aquelas previstas no artigo 2º, incisos I, II e III, que trata das competências da Coordenadoria Estadual de Controle Interno, quais sejam:

- gerir o SIAFEM/SP;
- avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, a execução dos programas de Governo e a execução orçamentária do Estado;
- verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, de pessoal e patrimonial nos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, bem como a aplicação dos recursos destinados às entidades de direito Privado.

Assim, o controle interno, a partir do exercício de 2004, passou a ser exercido pelo Departamento de

Controle e Avaliação, vinculado à Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

Regularmente este Tribunal tem recebido os relatórios produzidos pelo controle interno estadual, que são encaminhados às Diretorias de Fiscalização para fins de subsídio aos trabalhos de auditoria.

#### **X - PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO**

O Programa Estadual de Desestatização - PED foi formulado para promover e assegurar o equilíbrio das contas públicas e a reorganização do Estado, no pressuposto de mudanças estruturais com significativos reflexos na economia.

De acordo com dados extraídos do Relatório do Secretário da Fazenda, entre 1997 e 2005 a receita obtida com o PED foi da ordem de R\$ 26.018 milhões, aí incluídos os valores relativos às empresas transferidas ao Governo Federal no âmbito do Acordo da Dívida - Fepasa, Ceagesp, Cesp e Banespa, às empresas privatizadas, à alienação de participações e às receitas de concessões.

Considerando-se, ainda, a transferência do passivo financeiro existente nas estatais, o resultado global do PED atingiu na cifra de R\$ 35.558 milhões, nos quais estão computadas as mais recentes operações envolvendo a venda de ações da Nossa Caixa Previdência (R\$ 79 milhões) em agosto/05 e, em novembro/05, a venda de 28,7% ações da Nossa Caixa (R\$ 954 milhões).

Cabe ressaltar que, em 20 de dezembro de 2005, o Governador do Estado oficializou o primeiro edital de Parceria Público-Privada (PPP) do País, que prevê investimento de US\$ 340 milhões do setor privado para complementar os recursos do governo paulista, de US\$ 922 milhões, para a implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô.

No âmbito desta primeira PPP, os empresários do setor privado interessados em investir na expansão do Metrô, com a compra de sistemas e equipamentos operacionais, devem operar a nova linha metroviária por 30 anos.

O processo de concessão da Linha 4 - Amarela do Metrô (da estação Luz à Vila Sônia, com prolongamento até o município de Taboão da Serra), já teve audiência pública e posterior período de consulta pública (obrigatória pela Lei de Parcerias Público-Privadas) para receber comentários/sugestões dos interessados. A publicação do edital aconteceu no dia 22 de dezembro de 2005.

Por fim, em 21 de dezembro de 2005, foi realizada na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, a Audiência Pública que teve por objetivo divulgar o processo de alienação de ações do capital social da CTEEP, além de absorver subsídios para o aperfeiçoamento do respectivo edital e demais procedimentos para a desestatização da empresa.

## **XI - AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO**

A fim de possibilitar uma visualização de aspectos da gestão do Governo do Estado, e de acordo com critérios que consideraram a relevância e o interesse

específico de ações e programas, no contexto das Secretarias a que estão vinculados, formulamos questionários para coligir elementos que permitissem avaliar os resultados obtidos.

Referidos questionários basearam-se nas peças de planejamento orçamentário, especialmente a Lei Orçamentária para o exercício de 2005, e levaram em conta, também, abordagens pontuais.

As análises procedidas, individualizadas por Secretaria, consideraram os resultados lineares apresentados e trouxeram comparativo desses resultados com as metas, em relação aos exercícios de 2004 e 2005, ressaltando que a Lei Orçamentária de 2003 não apresentou metas, impossibilitando, portanto, tal procedimento.

Também, em relação ao exercício de 2005, observamos a compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

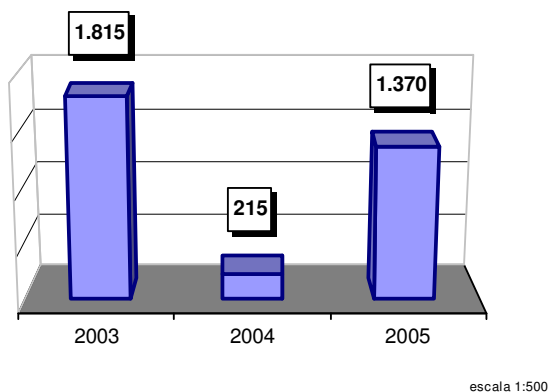
Em atendimento ao artigo 3º, incisos II e III das Instruções 1/2002 desta Corte de Contas, a Secretaria de Economia e Planejamento, através da Secretaria da Fazenda, encaminhou o documento ali previsto, utilizado para verificar os apontamentos de descumprimento de metas objeto deste item, no que diz respeito ao exercício de 2005.

Assim, temos:

**SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****ENSINO PÚBLICO SUPERIOR**

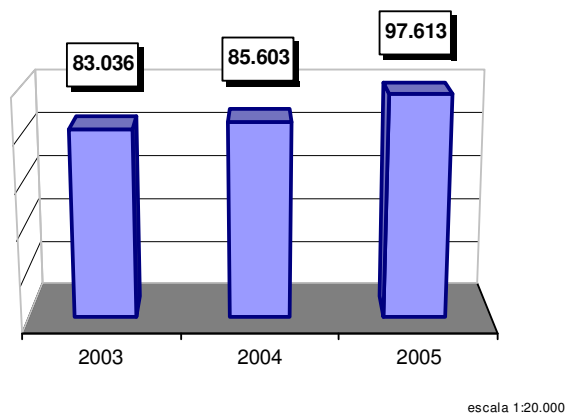
1. quantidade de novas vagas oferecidas para os cursos de graduação, na ação de Expansão de Ensino Superior nas Universidades Estaduais (programa 1022 - ação nº 1524)

2003	2004	2005
1815	215	1370

**NOVAS VAGAS OFERECIDAS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO**

2. quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação na ação de Ensino de Graduação nas Universidades Estaduais (programa 1022 - ação 5304)

2003	2004	2005
83.036	85.603	97.613

**ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	89.633	8,90% acima
2004	59.350	44,23% acima

3. quantidade de títulos outorgados no âmbito da ação de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa nas Universidades Estaduais (programa 1022 - ação 5305)

2003	2004	2005
9.615	7.446	7.526*

\*Faltam resultados da UNESP - Em levantamento





4. no âmbito da ação de Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade (programa 1022 – ação 5306):

- Quantidade de Cursos de Especialização

2003	2004	2005
92	61	85

- Quantidade de Serviços Oferecidos à Comunidade

2003	2004	2005
–	–	–

\*Observação da Secretaria: Não há agrupamento dos dados por ano.

- Quantidade de Ações de Difusão Cultural

2003	2004	2005
288	202	Em levantamento

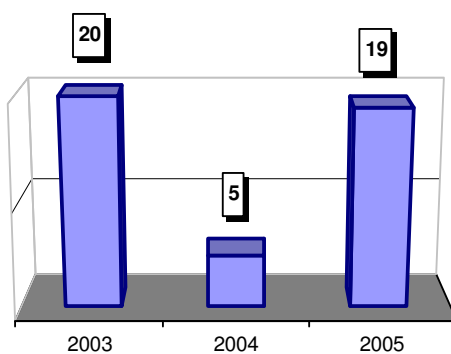
- Quantidade de Projetos de Difusão Cultural

2003	2004	2005
13	13	21

5. número de novos cursos superiores de graduação criados:

2003	2004	2005
20	05	19

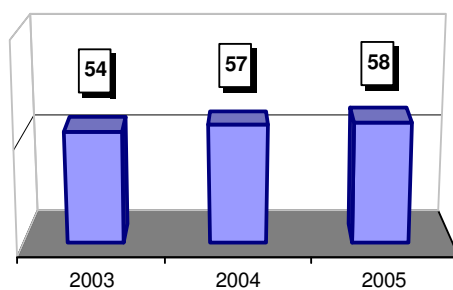
#### NOVOS CURSOS SUPERIORES



escala 1:10

6. número de cursos superiores de graduação existentes:

2003	2004	2005
54	57	58

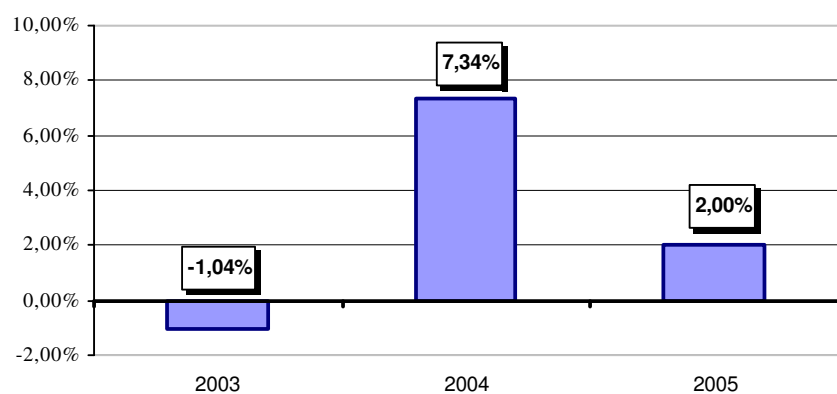
**CURSOS SUPERIORES**

escala 1:50

**ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO**

7. percentual de vagas ampliadas no âmbito da ação de Expansão do Ensino Público Tecnológico (programa 1023 - ação 1515)

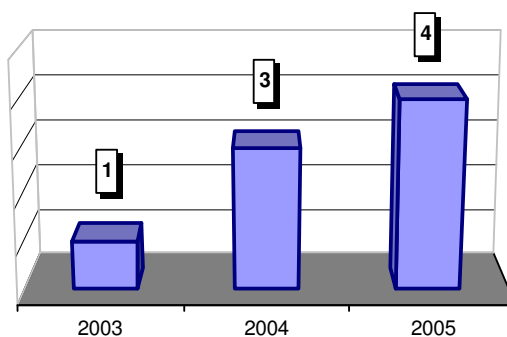
2003	2004	2005
-1,04%	7,34%	2,00%

**PERCENTUAL DE VAGAS AMPLIADAS**

escala 1:2

8. quantidade de novos cursos implantados dentro da ação de Implantação de Novas Modalidades de Cursos Tecnológicos (programa 1023 - ação 1517)

2003	2004	2005
01	03	04

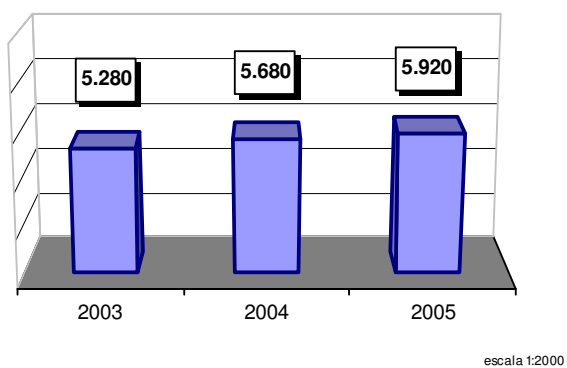
**NOVOS CURSOS IMPLANTADOS**

escala 1:1

9. quantidade de vagas existentes no Programa de Ensino Público Tecnológico (programa 1023 - ação 5290)

2003	2004	2005
5280	5680	5920

#### VAGAS EXISTENTES (ENSINO TECNOLÓGICO)



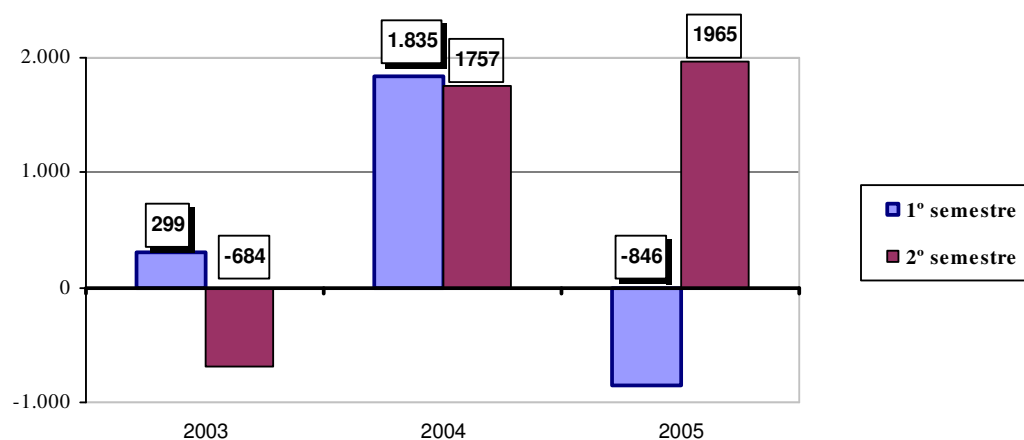
EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	5.500	7,63% acima
2004	5.500	3,27% acima

**ENSINO PÚBLICO TÉCNICO**

10. quantidade de vagas ampliadas no âmbito da ação de Expansão do Ensino Público Técnico do Centro Paula Souza (programa 1024 - ação nº 1520)

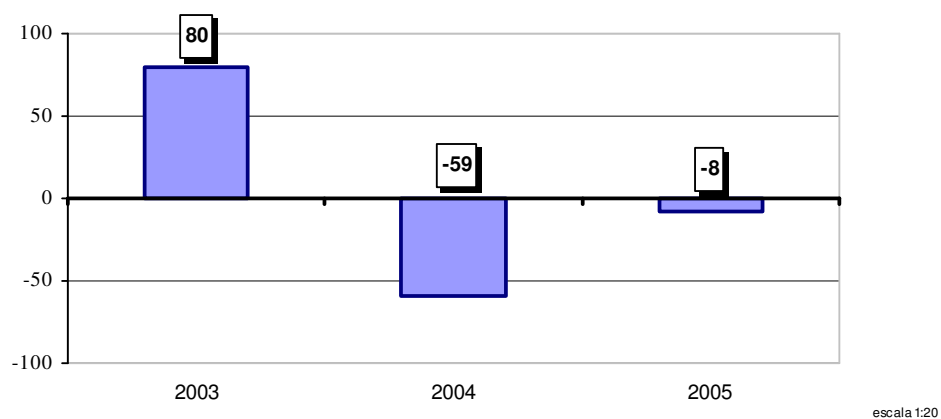
## Ensino Técnico

Semestre	2003	2004	2005
Primeiro	299	1.835	-846
Segundo	-684	1.757	1.965

**VAGAS AMPLIADAS (ENSINO TÉCNICO)**

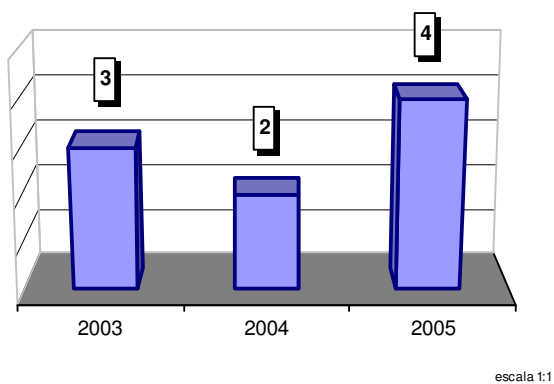
## Ensino Médio

2003	2004	2005
80	-59	-8

**VAGAS AMPLIADAS (ENSINO MÉDIO)**

11. quantidade de novas escolas de ensino técnico e/ou de nível médio colocadas em funcionamento no âmbito do Centro Paula Souza:

2003	2004	2005
03	02	04

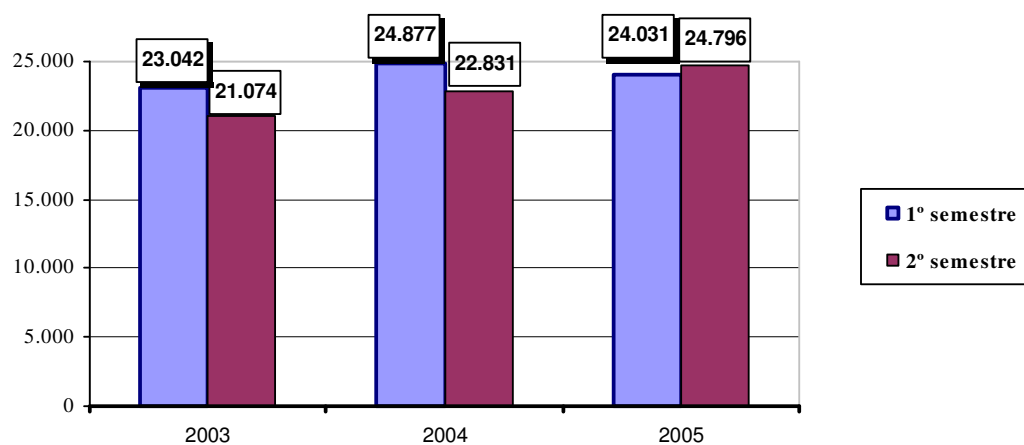
**NOVAS ESCOLAS (ENSINO TÉCNICO/ MÉDIO)**

12. quantidade de vagas existentes no ensino público técnico e de nível médio (programa 1024 - ação n.º 5292):

#### Ensino Técnico

Semestre	2003	2004	2005
Primeiro	23.042	24.877	24.031
Segundo	21.074	22.831	24.796

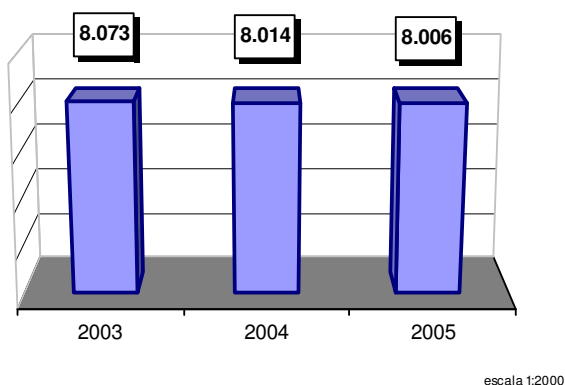
#### VAGAS EXISTENTES (ENSINO TÉCNICO)



#### Ensino Médio

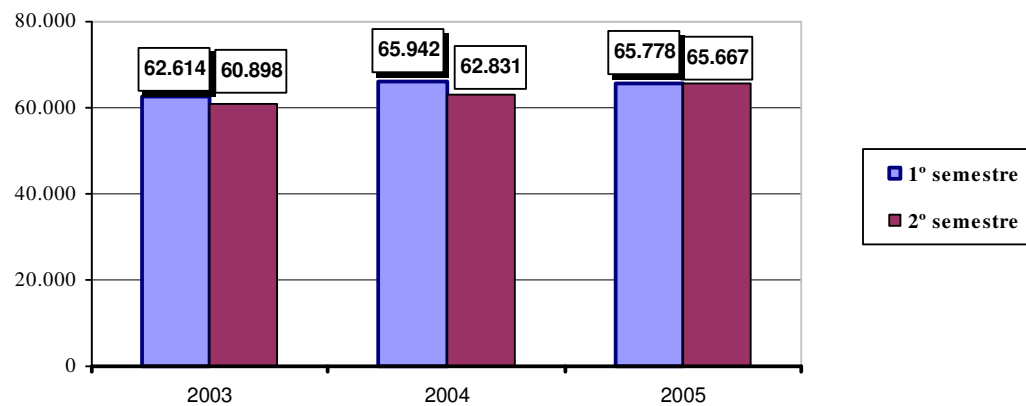
2003	2004	2005
8.073	8.014	8.006



**VAGAS EXISTENTES (ENSINO MÉDIO)**

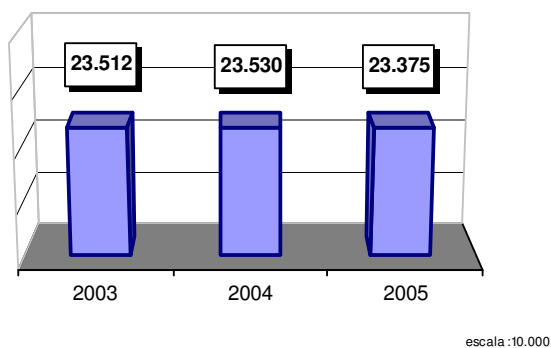
13. quantidade de alunos matriculados no ensino técnico público e no nível médio, no âmbito do Centro Paula Souza:  
Ensino Técnico

Semestre	2003	2004	2005
Primeiro	62.614	65.942	65.778
Segundo	60.898	62.831	65.667

**ALUNOS MATRICULADOS (ENSINO TÉCNICO)**

## Ensino Médio

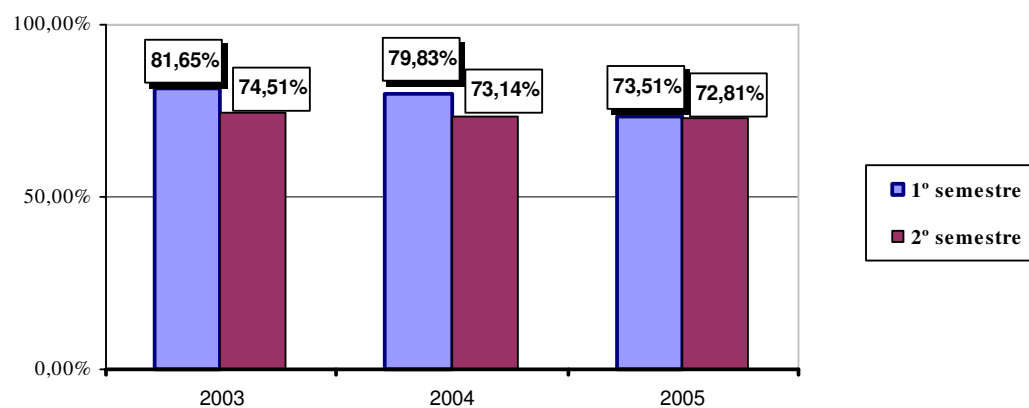
2003	2004	2005
23.512	23.530	23.375

**ALUNOS MATRICULADOS (ENSINO MÉDIO)**

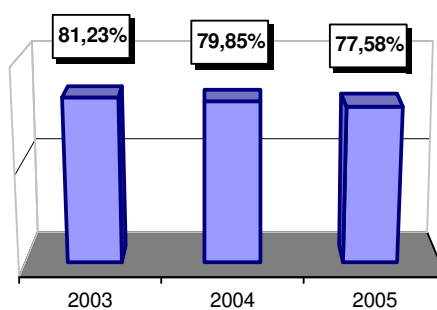
14. percentual de taxa de aprovação no ensino técnico e no nível médio, no âmbito do Centro Paula Souza:

## Ensino Técnico

Semestre	2003	2004	2005
Primeiro	81,65%	79,83%	73,51%
Segundo	74,51%	73,14%	72,81%

**PERCENTUAL DE TAXA DE APROVAÇÃO (ENSINO TÉCNICO)****Ensino Médio**

2003	2004	2005
81,23%	79,85%	77,58%

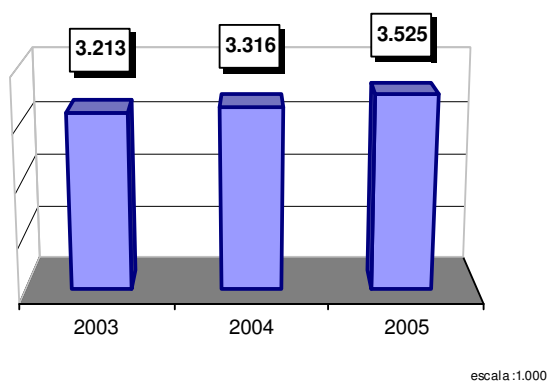
**PERCENTUAL DE TAXA DE APROVAÇÃO (ENSINO MÉDIO)**

escala:1:50

15. quantidade de vagas oferecidas para o ensino técnico de nível médio no âmbito da UNICAMP.

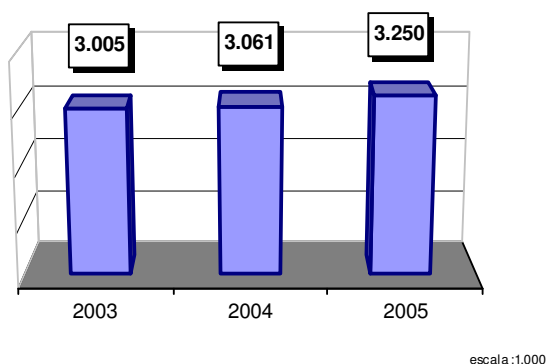
2003	2004	2005
3.213	3.316	3.525

**VAGAS OFERECIDAS (ENSINO MÉDIO-UNICAMP)**



16. quantidade de alunos matriculados no ensino técnico de nível médio da UNICAMP: (programa 1024 - ação n.º 5293)

2003	2004	2005
3.005	3.061	3.250

**ALUNOS MATRICULADOS (ENSINO MÉDIO-UNICAMP)****CONSIDERAÇÕES**

- ✓ relativamente ao item 1, a LOA de 2005 não prevê metas, entretanto a LDO estabelece que 2.350 novas vagas deveriam ser oferecidas para os cursos de graduação – portanto obteve-se um resultado 41,70% abaixo do esperado;
- ✓ ainda em relação ao item 1, a LOA de 2004 estipulou que 2.129 novas vagas deveriam ser oferecidas – o resultado de 215 novas vagas esteve 89,90% abaixo desta previsão;
- ✓ a análise do item 3 – quantidade de títulos outorgados restou prejudicado em razão dos dados da UNESP se encontrarem em fase de levantamento à data do encaminhamento do questionário pela Secretaria;
- ✓ no item 4, a análise quanto aos serviços oferecidos à comunidade não é possível em razão da indisponibilidade de dados agrupados ano a ano e, quanto às ações de

difusão cultural, os dados de 2005 encontravam-se em fase de levantamento;

- ✓ no item 4, ainda, no exercício de 2005, observamos um acréscimo da ordem de 61,5% na quantidade de projetos de difusão cultural relativamente aos exercícios de 2003 e 2004;
- ✓ criou-se, em 2005, 19 novos cursos superiores de graduação, 4 vezes mais do que em 2004 e, praticamente, a mesma quantidade de 2003 (item 5);
- ✓ o item 6 nos mostra que o número de cursos superiores de graduação existentes em 2005 e 2004 é, praticamente, o mesmo, ligeiramente acima que em 2003;
- ✓ anotamos que na Lei Orçamentária Anual de 2005, relativamente ao programa 1023-Ensino Público Tecnológico, não constam as ações 1515-Expansão do Ensino Público Tecnológico e 1517-Implantação de Novas Modalidades de Cursos Tecnológicos, ambas com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ação	Previsão LDO	Resultado	Meta
1515	22%	2%	não atingida
1517	4	4	atingida

Portanto, além da LOA não recepcionar ações previstas na LDO, o resultado alcançado na "expansão do ensino público tecnológico" esteve muito aquém do esperado, cerca de 90%;

- ✓ no item 10, temos a indicação de que a quantidade de vagas no âmbito da ação de expansão do ensino público técnico do Centro Paula Souza, no que pertine ao ensino técnico, sofreu uma redução no 1º semestre da ordem de 846 vagas, enquanto no 2º semestre houve ampliação de 1.965 vagas; já o ensino médio apresenta redução no número de vagas, por 2 anos consecutivos, 8 em 2005 e 59 em 2004;
- ✓ no âmbito do Centro Paula Souza, 4 novas escolas foram colocadas em funcionamento em 2005, quantidade superior aos dos dois exercícios anteriores;
- ✓ o item 12 indica a quantidade de vagas oferecidas aos novos alunos, em 2005, 48.827 para o ensino técnico e 8.006 para o ensino médio, num total de 56.833, 29,16% superior à previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e sem variações significativas em relação aos exercícios de 2004 e 2003;
- ✓ a quantidade de alunos matriculados no ensino técnico público, em 2005, chegou a 131.445 e no ensino médio a 23.375, também sem variações significativas em relação aos dois exercícios imediatamente anteriores;
- ✓ no âmbito da UNICAMP a quantidade de vagas oferecidas para o ensino técnico de nível médio, em 2005, teve um crescimento de 6,30% em relação ao exercício anterior, enquanto a quantidade de alunos matriculados cresceu  $\cong 6,17\%$  em 2005.

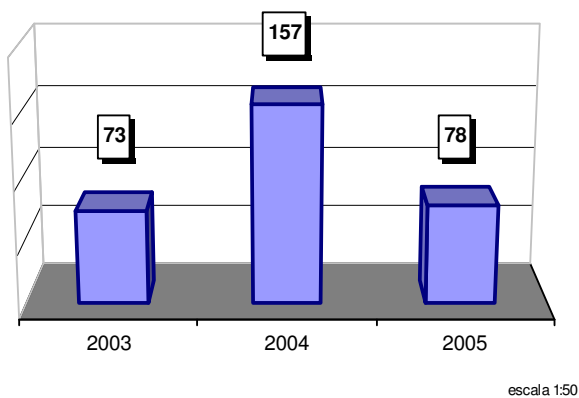
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

- quantidade de novas escolas\* colocadas em funcionamento na rede estadual:

2003	2004	2005
73	157	78

Observação da Secretaria: prédios escolares - incluídas obras PAC 2005.

#### NOVAS ESCOLAS



Observação do GTA: Não há meta em relação à quantidade de escolas a serem construídas – a medição prevista é em relação à quantidade de alunos beneficiados, tratado no item 5.

De qualquer forma, a LOA de 2005 prevê uma redução de 53,58%, em relação a 2004, na quantidade de alunos beneficiados com obras de expansão, adequação e manutenção corretiva da rede

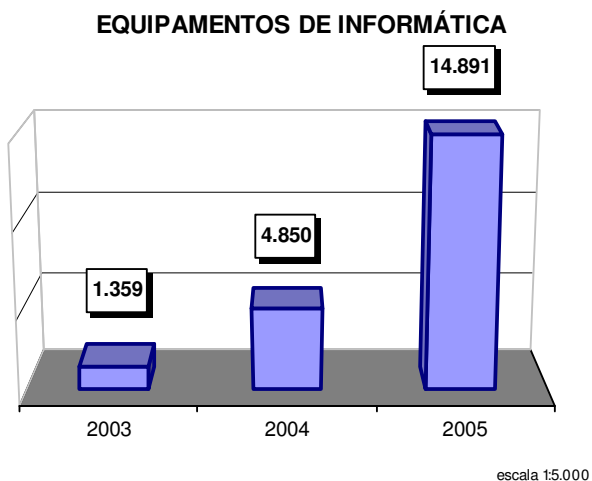


escolar, fato que refletiu na quantidade de novas escolas colocadas em funcionamento em 2005 (50,31% a menos que em 2004).

2. quantidade de equipamentos de informática (computador) para prática pedagógica instalados nas escolas (fundamental e médio):

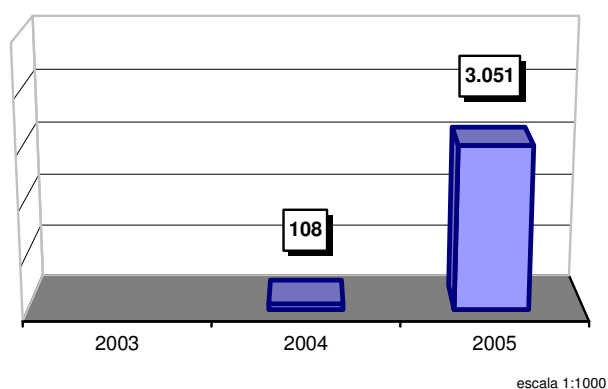
2003	2004	2005
1.359*	4.850	14.891

Observação da Secretaria: recursos PROINFO / MEC



3. quantidade de salas de informática equipadas para suporte tecnológico e serviços de informatização do ensino fundamental (programa 0803 - ação 5162)

2003	2004	2005
	108	3.051

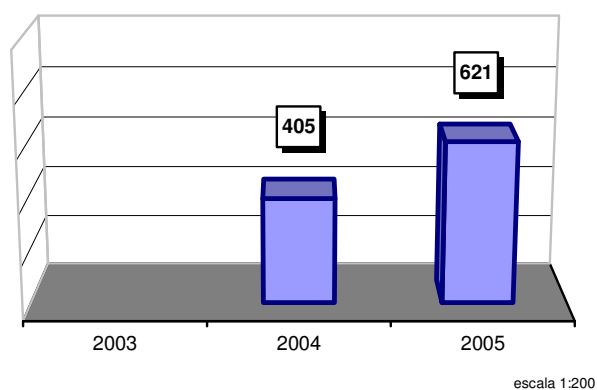
**SALAS DE INFORMÁTICA**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	5.699	46,46% abaixo
2004	(*)	—

(\*) A LOA define o produto como equipamento/materiais/salas-ambientes (unidades)

4. quantidade de salas-ambientes de informática e centros de educação supletiva equipados na ação de informatização do ensino médio (programa 0804 - ação 1271)

2003	2004	2005
	405	621

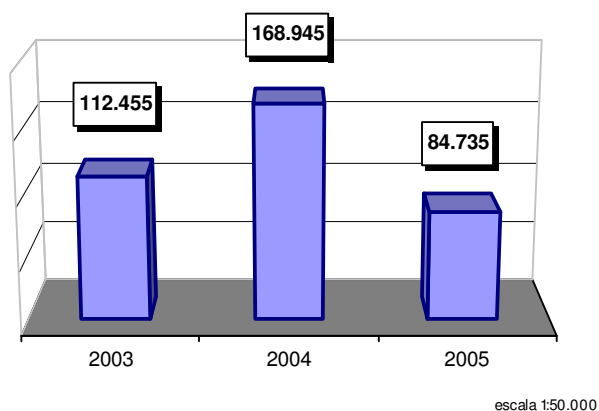
**SALAS-AMBIENTES DE INFORMÁTICA**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	780	20,38% abaixo
2004	780	48,07% abaixo

**ENSINO FUNDAMENTAL**

5. quantidade de alunos beneficiados em decorrência das obras de expansão, adequação e manutenção corretiva da rede escolar (programa 0803 - ação 1032):

2003	2004	2005
112.455	168.945	84.735

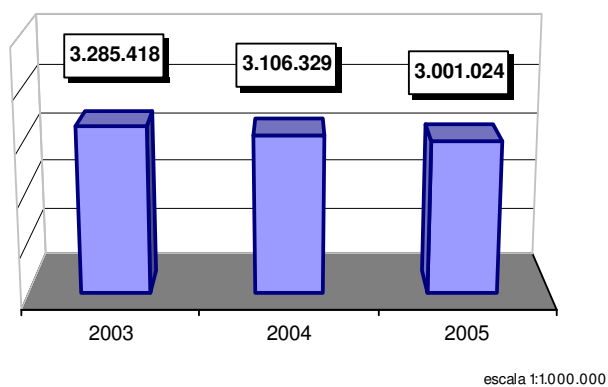
**ALUNOS BENEFICIADOS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	2.082.000	
2004	4.485.605	

Obs.: Na realidade foi informado a quantidade de vagas oferecidas em decorrência das obras de expansão e adequação da rede escolar, impossibilitando a comparação já que, neste ano, o produto é a quantidade de alunos beneficiados.

6. quantidade de alunos atendidos dentro do programa de suprimento de alimentação, utensílios e equipamentos para alimentação escolar (programa 0802 - ação nº 4073) :

2003	2004	2005
3.285.418	3.106.329	3.001.024

**ALUNOS ATENDIDOS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	2.950.000	1,73% acima
2004	2.947.774	5,38% acima

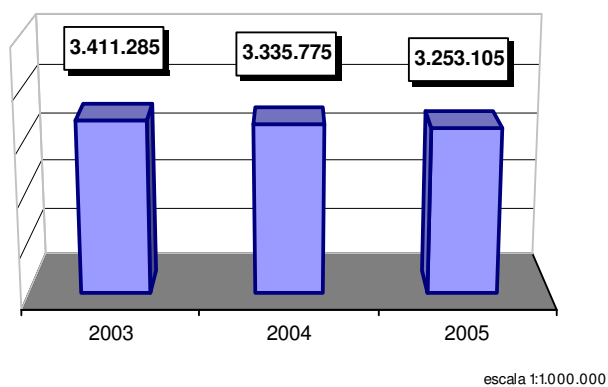
7. quantidade de vagas oferecidas na rede estadual para o ensino fundamental:

2003	2004	2005
3.411.285	3.335.775	3.253.105

Observação da Secretaria: Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar

Cálculo estimado com base no número de classes instaladas em escolas estaduais, tendo como referência o número de alunos por classe, conforme legislação em vigor.

**VAGAS OFERECIDAS  
(Ensino Fundamental)**



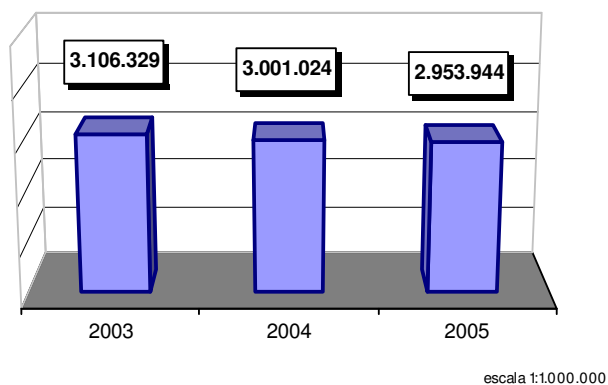
8. quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental:

2003	2004	2005
3.106.329	3.001.024	2.953.944

Observação da Secretaria: Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar

Nota: não inclui os alunos da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP

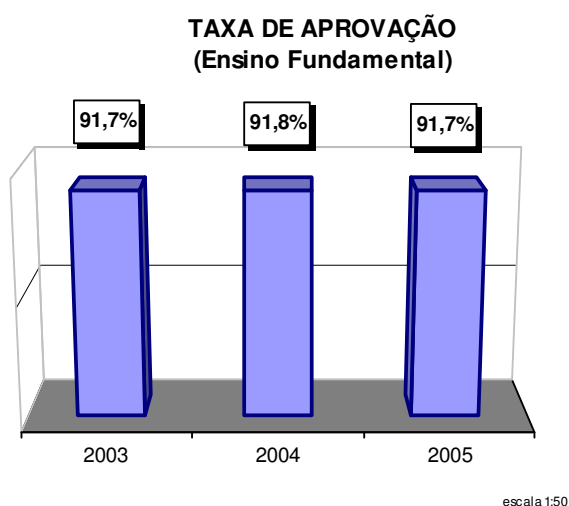
**ALUNOS MATRICULADOS  
(Ensino Fundamental)**



9. percentual da taxa de aprovação escolar no ensino fundamental:

2003	2004	2005
91,7	91,8	91,7

Observação da Secretaria: Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar 2003 e 2004  
SEE / CIE - Cadastro de alunos 2005

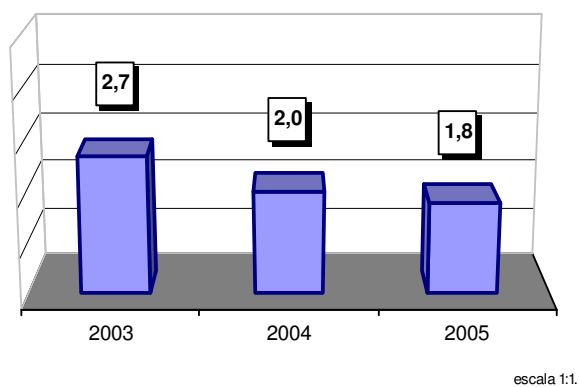


10. índice de evasão no ensino fundamental:

2003	2004	2005
2,7	2,0	1,8

Observação da Secretaria: Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar

**ÍNDICE DE EVASÃO  
(Ensino Fundamental)**



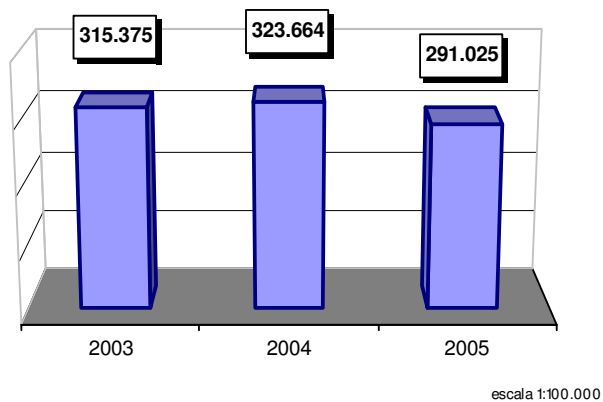
11. quantidade de alunos atendidos na ação de inclusão de jovens e adultos no ensino fundamental (programa 0803 - ação 5143) :

	2003	2004	2005
<b>Instituições</b>	60.750	60.750	40.750
<b>Rede - SEE</b>	254.625	262.914	250.275
<b>Total</b>	315.375	323.664	291.025

Fonte - Censo Escolar



**ALUNOS ATENDIDOS NA AÇÃO DE INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS  
(Ensino Fundamental)**



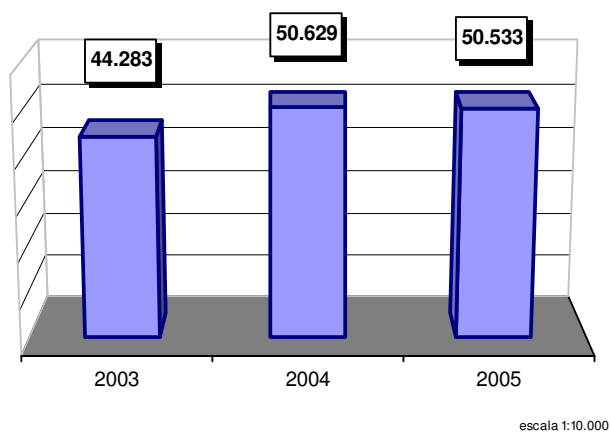
EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	146.000	99,33% acima
2004	63.250	411,72% acima

12. quantidade de alunos contemplados na ação de atendimento educacional especializado (programa 0803 - ação 5156) :

2003	2004	2005
44.283	50.629	50.533

Observação da Secretaria: Inclui convênios da SEE com APAE's e outras entidades assistenciais no Estado e, também, os alunos de educação inclusiva matriculados na rede pública estadual.

**ALUNOS CONTEMPLADOS NA AÇÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**



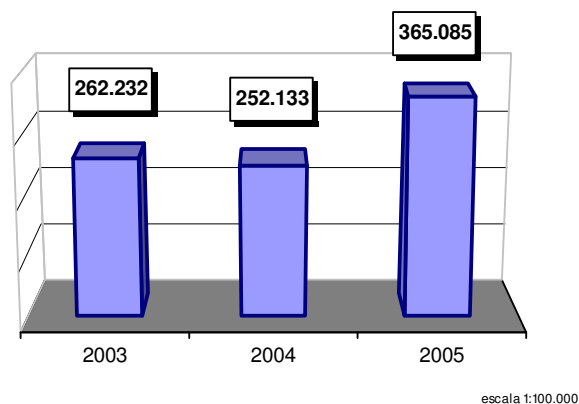
EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	51.275	1,44% abaixo
2004	106.650	52,52% abaixo

13. quantidade de alunos do ensino fundamental beneficiados com a ação de transporte escolar (programa 0803 - ação 5629)

2003	2004	2005
262.232	252.133	365.085

Observação da Secretaria: Alunos transportados por meio de Convênio SEE/Prefeituras

**ALUNOS BENEFICIADOS COM A AÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR  
(Ensino Fundamental)**



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	260.000	40,41% acima
2004	254.000	0,73% abaixo

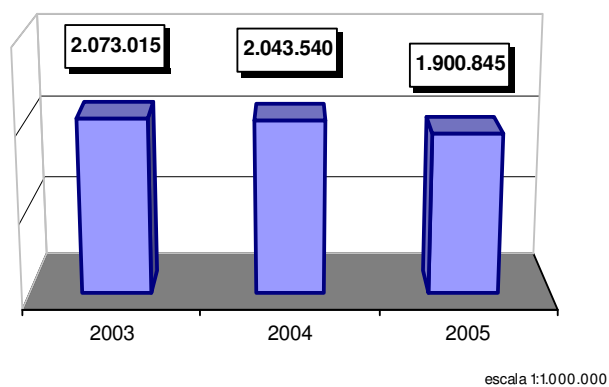
**ENSINO MÉDIO (excluindo os dados relativos às unidades sob responsabilidade da Secretaria da Ciência e Tecnologia)**

14. quantidade de vagas oferecidas na rede estadual para o ensino médio:

2003	2004	2005
2.073.015	2.043.540	1.900.845

Observação da Secretaria: Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar

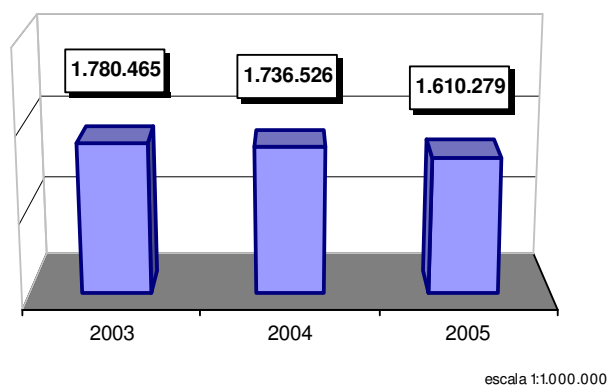
Cálculo estimado com base no número de alunos por classes instaladas em escolas estaduais, tendo como referência o número de alunos por classe, conforme legislação em vigor.

**VAGAS OFERECIDAS  
(Ensino Médio)**

15. quantidade de alunos matriculados no ensino médio da rede estadual:

2003	2004	2005
1.780.465	1.736.526	1.610.279

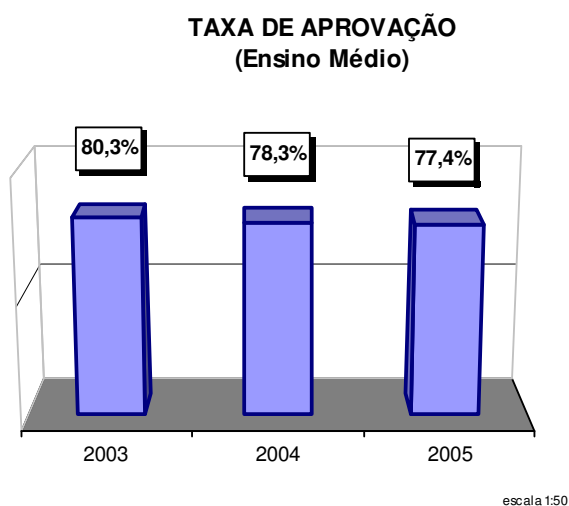
Observação da Secretaria: Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar  
Matrículas exclusivas da Rede Estadual / SEE

**ALUNOS MATRICULADOS  
(Ensino Médio)**

16. percentual da taxa de aprovação escolar no Ensino Médio:

2003	2004	2005
80.3	78.3	77.4

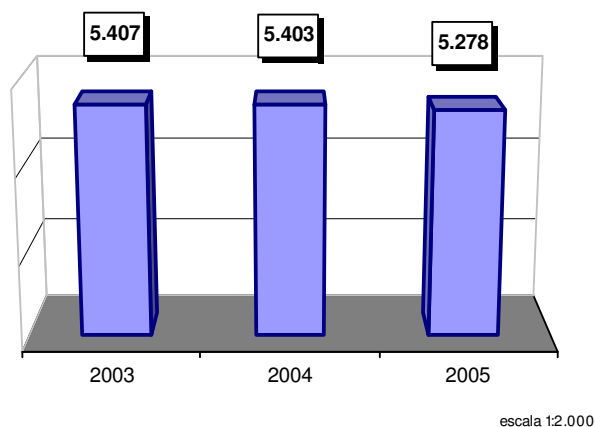
Fonte: MEC / INEP - Censo Escolar



17. quantidade de escolas estaduais com avaliação do rendimento escolar (programa 0804 - ação nº 5630):

2003	2004	2005
5.407 *	5.403 *	5.278 *

\* Total de Escolas da Rede Estadual - Progr. 803 e 804

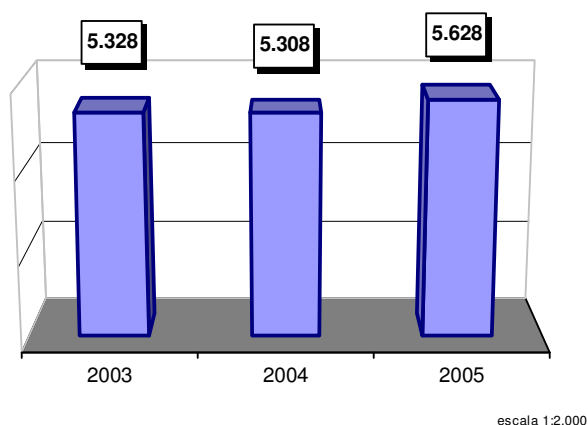
**ESCOLAS COM AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR**

Observação do GTA: A informação dada contempla os níveis fundamental e médio e indica que a totalidade das escolas estaduais foi avaliada.

18. quantidade de escolas estaduais abertas aos finais de semana no Programa Escola da Família (programa 0805 - ação nº 5146):

2003	2004	2005
5.328	5.308	5.628

**ESCOLAS ABERTAS AOS FINAIS DE SEMANA**  
(Programa Escola da Família)



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	5.403	4,16% acima
2004	6.000	11,53% abaixo

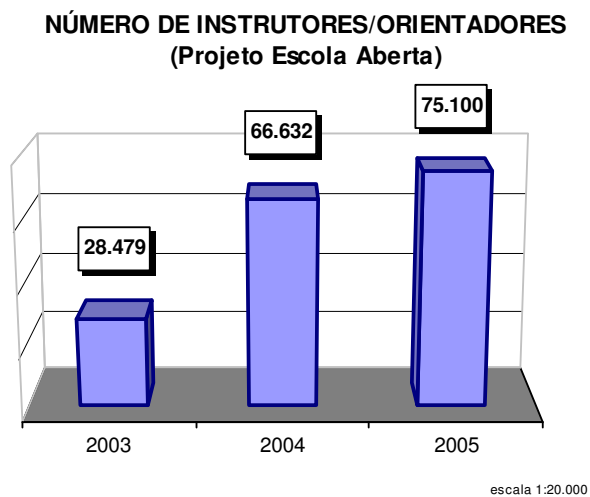
19. quantidade de profissionais capacitados na ação de valorização, qualificação e apoio téc.-pedag. para educadores do Escola da Família (programa 0805 - ação nº 5606) :

2003	2004	2005
-	-	66.583

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	11.500	478,98% acima
2004	-	-

20. número de instrutores/orientadores de atividades envolvidos no projeto Escola Aberta:

2003	2004	2005
28.479	66.632	75.100

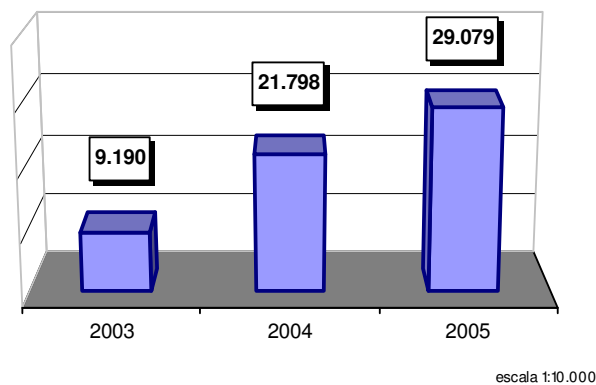


21. número de estudantes beneficiados com bolsas de estudo no Programa Escola da Família:

2003	2004	2005
9.190	21.798	29.079



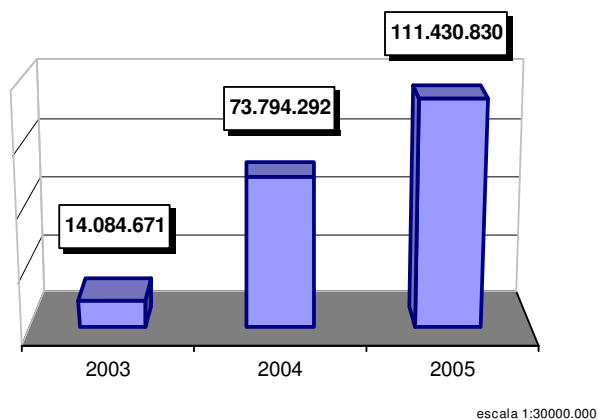
**ESTUDANTES BENEFICIADOS COM BOLSAS DE ESTUDO  
(Programa Escola da Família)**



22. número de participantes (pessoas da comunidade) nas atividades do projeto Escola Aberta:

2003	2004	2005
14.084.671	73.794.292	111.430.830

**PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES  
(Projeto Escola Aberta)**



Observação do GTA: durante visitas nas escolas selecionadas, nos foi informado que, em 2005, passou-se a considerar os totais de participações nas diversas atividades oferecidas, ou seja, se uma determinada pessoa participa de 3 cursos e 2 atividades no dia, será considerada por 5 vezes como participante.

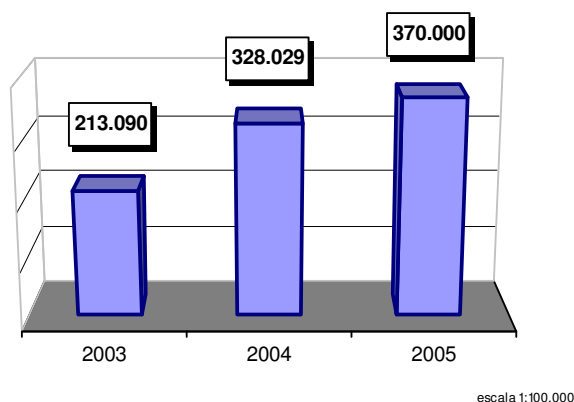
#### **FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES – TEIA DO SABER**

23. quantidade de educadores capacitados no ensino fundamental no Programa de Formação Continuada de Educadores (programa 0808 \* – ação 5148)

<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
213.090	328.029	370.000

Nota: n° de participações em capacitação

**EDUCADORES CAPACITADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL**  
**(Programa Formação Continuada de Educadores)**



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	68.700	(*)
2004	97.720	(*)

(\*) Obs.: deve ser considerado que as Leis Orçamentárias de 2004 e 2005 estabelecem como meta a quantidade de educadores capacitados, enquanto a Secretaria informa o número de participação em capacitações, ou seja, um educador que participar de 5 capacitações no ano será considerado 5 vezes.

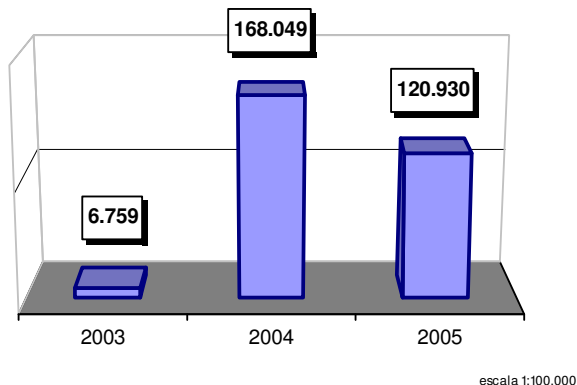
24. quantidade de educadores capacitados no ensino médio no Programa de Formação Continuada de Educadores (programa 0808 \*- ação 5149)

2003	2004	2005
6.759	168.049	120.930

Observação da Secretaria: Há diferença no produto medido entre os anos de 2003 e 2004/2005.

Em 2003 o produto foi **quantidade de pessoas capacitadas** e , em 2004/2005, o produto foi **quantidade de participações em ações de capacitação**.

**EDUCADORES CAPACITADOS NO ENSINO MÉDIO**  
**(Programa de Formação Continuada de Educadores)**



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	51.300	(*)
2004	45.673	(*)

(\*) Obs.: As Leis Orçamentárias de 2005 e 2004 estabelecem a quantidade de educadores capacitados como meta, enquanto a Secretaria informa a quantidade de participações em ações de capacitação.

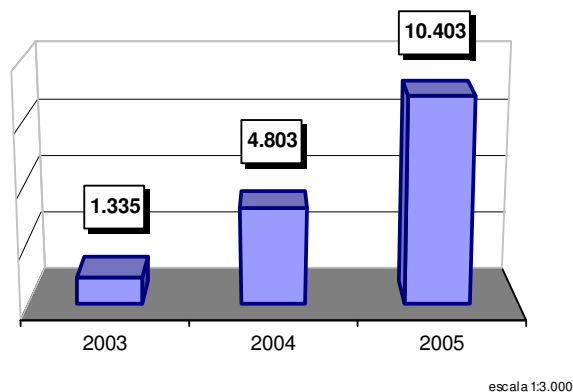
25. quantidade de funcionários e servidores administrativos capacitados no Programa de Formação Continuada de Educadores (programa 0808 \*- ação 5150)

2003	2004	2005
1.335	4.803	10.403

Fontes - DRHU - 2003 e 2005

- CENP - 2004 e 2005

**FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES ADMINISTRATIVOS CAPACITADOS**  
**(Programa de Formação Continuada de Educadores)**



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	42.917	75,76% abaixo
2004	61.193	92,15% abaixo

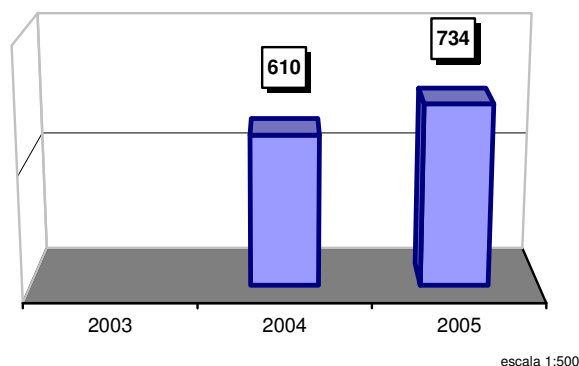
26. quantidade de educadores beneficiados com a ação de valorização e concessão de bolsas aos profissionais da educação (programa 0808 \*- ação 5152)

2003	2004	2005
Não houve	610	1.344 **

Observação da Secretaria: O Programa 808 passou a ser parte integrante do orçamento estadual somente no ano de 2004, composto pelas ações **5148**-Capacitação dos Profissionais do Ensino Fundamental; **5149** - Capacitação dos Profissionais do Ensino Médio; **5150** - Capacitação Técnica do Pessoal Administrativo; **5151** - Rede do Saber; **5152** - Concessão de Bolsas aos Profissionais da Educação.

Até 2003, a formação continuada do professor do Ensino Fundamental e do Médio, fazia parte, respectivamente dos Programas 803/Ação 4060 e, 804/Ação 4080.

O Programa Bolsa-Mestrado iniciou em 2004, por isso não há nenhuma bolsa concedida em 2003. Como esse Programa prevê a concessão por um período até 30 meses, a duração de uma bolsa ultrapassa o ano civil. Assim é possível entender que a quantidade de 1.344 bolsas concedidas corresponde à somatória das 610 bolsas em 2004 e as 734 novas aprovadas em 2005.

**EDUCADORES BENEFICIADOS COM A AÇÃO DE VALORIZAÇÃO E  
CONCESSÃO DE BOLSAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	890	17,52% abaixo
2004	978	37,62% abaixo

Observação do GTA: Com base nas considerações da Secretaria, entendemos que 734 bolsas foram concedidas em 2005.

**CONSIDERAÇÕES**

- ✓ Cabe ressaltar os resultados abaixo das metas, relativamente às quantidades de salas de informática equipadas, nas ações de informatização dos níveis fundamental e médio (itens 3 e 4), em face da informação no item 2 de que 14.891 equipamentos de informática foram instalados nas escolas (fundamental e médio), incremento de 207% em relação ao ano de 2004 (4.850 computadores instalados);
- ✓ Com relação ao ensino fundamental, observou-se redução de vagas oferecidas e de alunos matriculados, itens 7 e 8, a

taxa de aprovação permanece estável, item 9, e o índice de evasão prossegue na trajetória de queda, item 10;

- ✓ Quanto ao ensino médio, observamos, também, redução na quantidade de vagas oferecidas e de alunos matriculados, itens 14 e 15, e o percentual de aprovação vem se reduzindo ano a ano, item 16;
- ✓ Relativamente ao exercício de 2005, nas ações selecionadas, anotamos que determinadas metas da LOA divergem daquelas consignadas na LDO, das quais as mais significativas:

- Programa 0803 - Ação 5162 (item 3)

- LOA 5.699 salas equipadas

- LDO 8.139 salas equipadas

- Programa 0803 - Ação 5629 (item 13)

- LOA 260.000 alunos beneficiados com transporte escolar

- LDO 280.000 alunos beneficiados com transporte escolar

#### **INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS APROVADOS NO PLANO PLURIANUAL 2004/2007**

- item 3 - o documento não traz justificativas para o descumprimento da meta prevista;
- item 4 - idem;
- item 12 - justifica em função do remanejamento de alunos determinado no Decreto nº 48.060/03;
- item 25 - argumenta que foram oferecidos cursos pela Casa Civil e que incluiu-se na meta todos os servidores

administrativos; também houve remanejamento dos recursos para outra ação.

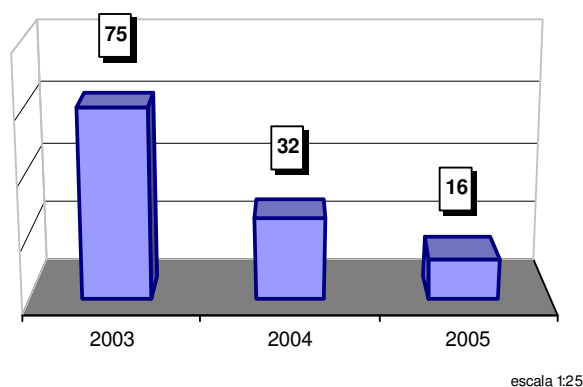
### SECRETARIA DA HABITAÇÃO

1. número de quadras poliesportivas implantadas, dentro das ações de pós-ocupação desenvolvidas nos conjuntos entregues da CDHU:

2003	2004	2005
75	(*) 32	16

Observação da Secretaria: 30 CDHU 02-Secretaria da Habitação

### QUADRAS POLIESPORTIVAS

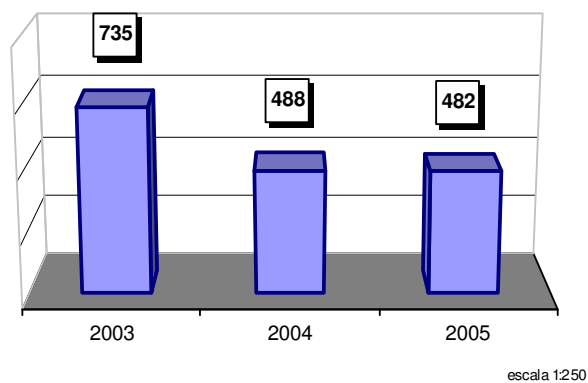


2. número de unidades entregues às famílias com portadores de deficiências, dentro dos programas habitacionais desenvolvidos pela empresa:

2003	2004	2005
735	488	482



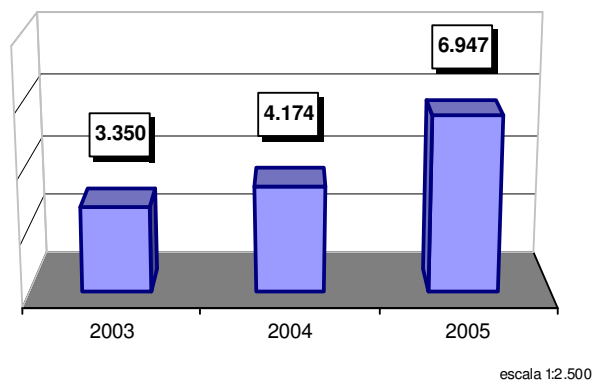
### UNIDADES ENTREGUES ÀS FAMÍLIAS COM PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS



3. número de unidades habitacionais entregues, no âmbito do Programa Pró-Lar, na modalidade Autoconstrução:

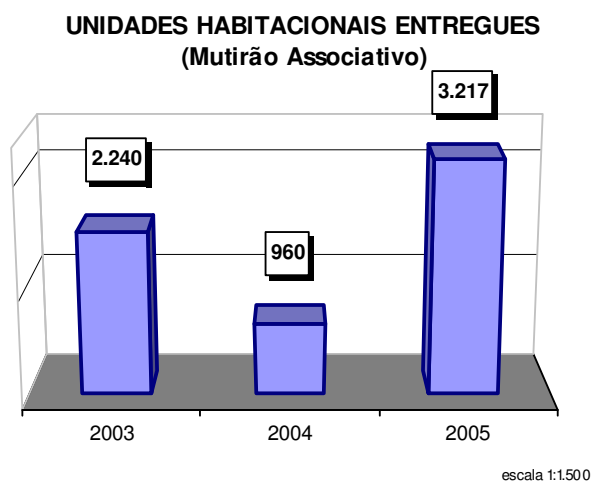
2003	2004	2005
3.350	4.174	6.947

### UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES (Autoconstrução)



4. número de unidades habitacionais entregues, no âmbito do Programa Pró-Lar, na modalidade Mutirão Associativo:

2003	2004	2005
2.240	960	3.217

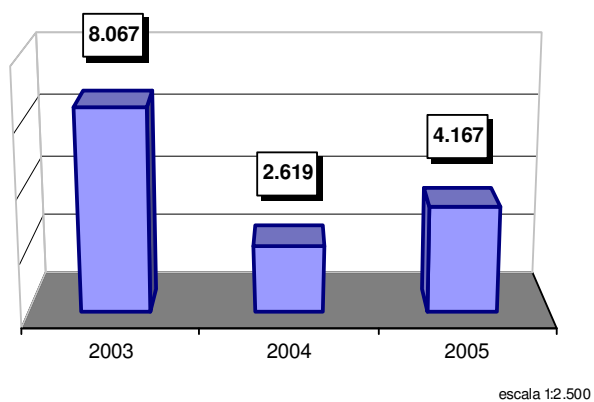


5. número de unidades habitacionais entregues no âmbito do Programa Pró-Lar, na modalidade Núcleo Habitacional, por Empreitada":

.Empreitada Global

2003	2004	2005
8.067	2.619	4.167

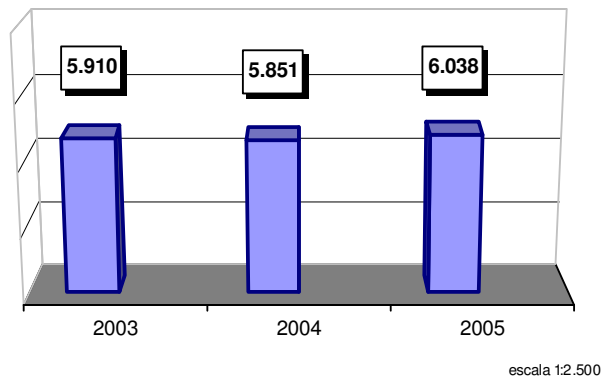
**UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES  
(Empreitada Global)**



**.Empreitada Integral**

2003	2004	2005
5.910	5.851	6.038

**UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES  
(Empreitada Integral)**



Observação da Secretaria: Os números indicados (3,4,5) representam o total de unidades habitacionais produzidas conforme a modalidade construtiva (atendendo ao solicitado).

Não representa a destinação segundo público alvo (favelas, áreas de risco, cortiços etc.)

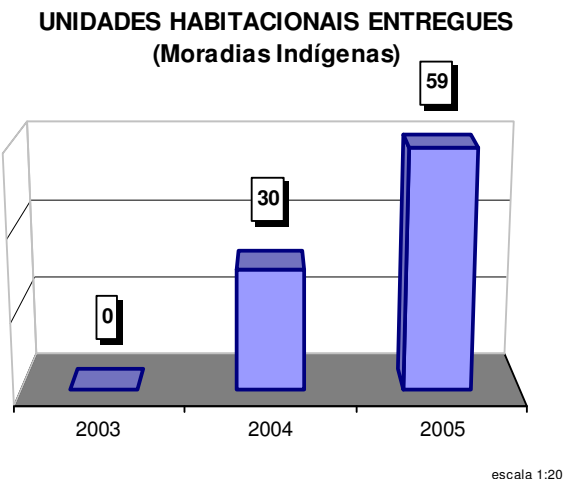
6. número de unidades habitacionais entregues, no âmbito do Programa Pró-Lar, na modalidade Crédito Habitacional:

2003	2004	2005
2.885	28	91



7. número de unidades habitacionais entregues, no âmbito do Programa Pró-Lar, na modalidade moradias indígenas:

2003	2004	2005
0	30	59



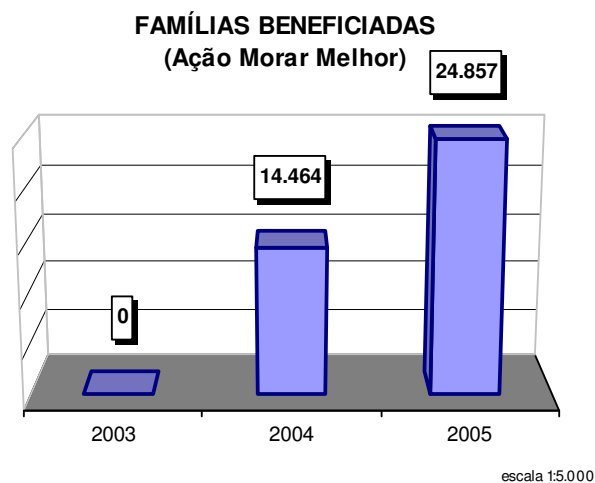
8. número de unidades habitacionais entregues, no âmbito do Programa Pró-Lar, na ação comunidade quilombola (programa 2506 – ação 5056):

2003	2004	2005
0	0	0

Observação do GTA: As Leis Orçamentárias de 2005 e 2004 previram, respectivamente, que 6 e 9 famílias seriam beneficiadas pela ação, ao passo que a LDO para 2005 previu que seriam 226 famílias beneficiadas – assim, houve o descumprimento total das metas, além da incompatibilidade entre as peças de planejamento orçamentário.

9. número de famílias beneficiadas com a ação morar melhor (programa 2506 – ação 1443):

2003	2004	2005
0	14.464	24.857



Observação do GTA: A LOA para 2005 não estipula meta, enquanto a LDO estimou que 15.000 famílias seriam beneficiadas – assim, o resultado obtido superou a expectativa em, aproximadamente, 72%.

10. número de famílias atendidas na ação PROLURB – Programa de Lotes Sociais Urbanizados (programa 2506 – ação 5058):

2003	2004	2005
0	0	0

Observação do GTA: As Leis Orçamentárias Anuais para 2005 e 2004 previram que, a cada ano, 5.000 famílias seriam atendidas

pela ação, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2005 estimou esta quantidade em 7.500 – assim, além da inoperância em relação à ação, percebe-se a incompatibilidade entre as peças de planejamento orçamentário.

### **CONSIDERAÇÕES**

- ✓ Observou-se uma diminuição na implantação de quadras poliesportivas no âmbito das ações de pós-ocupação desenvolvidas nos conjuntos habitacionais; da mesma forma, uma discreta redução no número de unidades entregues às famílias com portadores de deficiências;
- ✓ Por outro lado, verifica-se sensível aumento no número de unidades habitacionais entregues no contexto do Programa Pró-lar, em todas as modalidades, especialmente a "Autoconstrução", "Mutirão Participativo" e "Empreitada Global".

### **INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS APROVADOS NO PLANO PLURIANUAL 2004/2007**

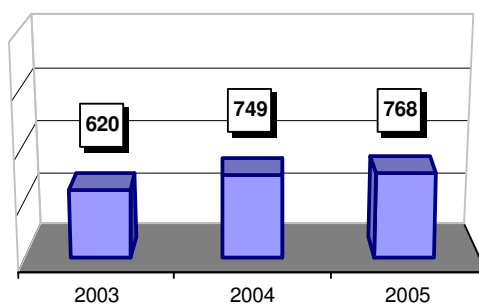
- item 8 – a previsão foi inadequada;
- item 10 – identificou-se uma inadequação na formatação do programa e a falta de interesse das entidades demandatárias.

**FEBEM - Fundação para o Bem-Estar do Menor**

1. com relação aos adolescentes que se encontram nas unidades de atendimento inicial, aguardando vaga nas Unidades de Internação:

1.1-Quantidade de adolescentes que aguardavam internação, em 31/12:

2003	2004	2005
620	749	768

**ADOLESCENTES AGUARDANDO INTERNAÇÃO**

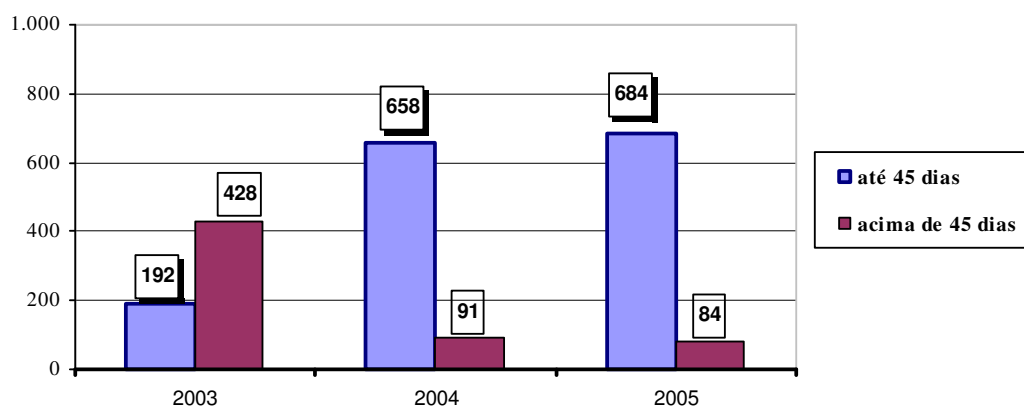
escala 1:500

- 1.2-Qual a média de tempo (em dias) que os adolescentes aguardaram internação?



	2003	2004	2005
Até 45 dias	192	658	684
Acima de 45 dias	428	91	84

### QUANTIDADE DE ADOLESCENTES



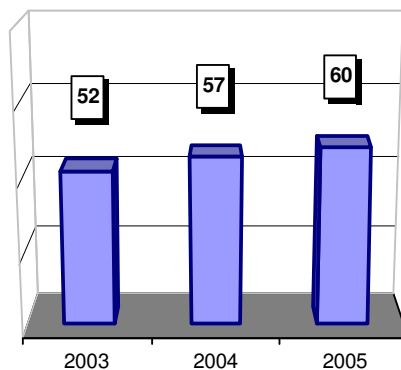
2. número de unidades de internação existentes e a quantidade de vagas, em 31/12:

	2003	2004	2005
Unidades	52	58	59
nº vagas	4.393	4.916	5.524

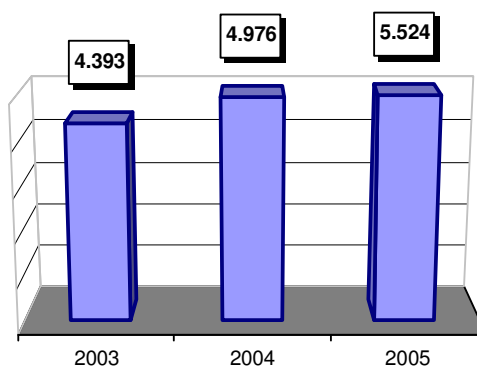
Observações da Secretaria:

Nas Unidades acima, os números foram considerados por local (exemplo UIP/UI do interior). A diferença entre o número de vagas de 2003 para 2004 é decorrente de alterações nas capacidades nas unidades durante o ano;

Além das Unidades de Atendimentos, em 31.12.2005, existiam 3 Unidades de Atendimento Inicial com capacidade para 100 adolescentes, 7 Unidades de Internação Provisória com capacidade para 1.039 adolescentes e 9 Unidades de Semiliberdade com capacidade para 582 adolescentes. Total de vagas, em 31.12.2005, 7.245.

**QUANTIDADE DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO**

escala 1:25

**NÚMERO DE VAGAS**

escala 1:1.000

3. quantidade de unidades construídas em 2003, 2004 e 2005; bem como o número de vagas criadas:

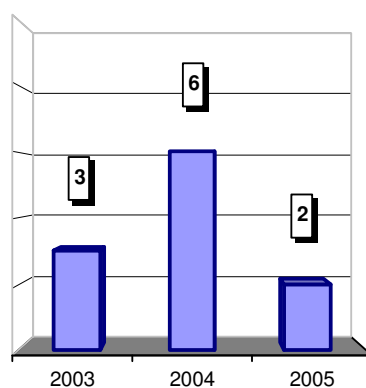
	2003	2004	2005
Unidades	3	6	2
nº vagas	540	908	710

Observações da Secretaria:

No exercício de 2004 foram construídas 5 unidades de internação - 608 vagas;

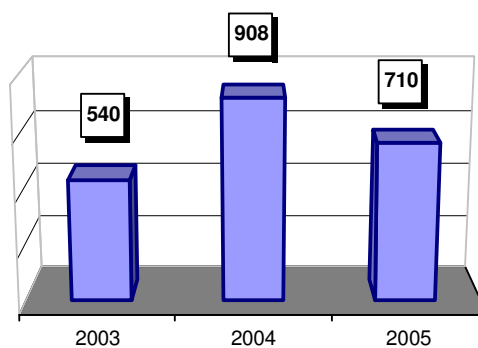
No exercício de 2005 700 vagas unidade emergencial, sendo uma unidade de internação

### QUANTIDADE DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO CONSTRUÍDAS



escala 1:2

### NÚMERO DE VAGAS CRIADAS



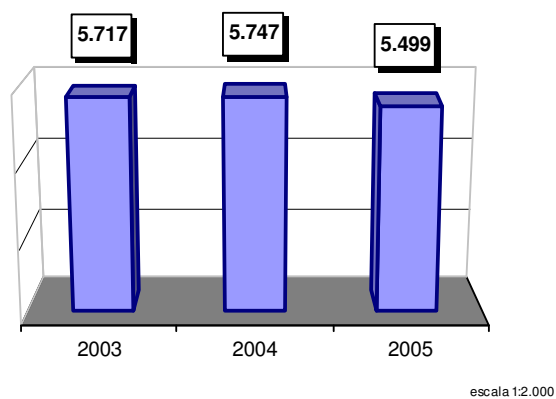
escala 1:250

4. número de internos da FEBEM que freqüentaram aulas (dentro das unidades), separando por nível de ensino:

- TOTAL

2003	2004	2005
5.717	5.747	5.499

**NÚMERO DE INTERNOS QUE FREQUENTARAM AULAS  
(TOTAL)**



- Fundamental

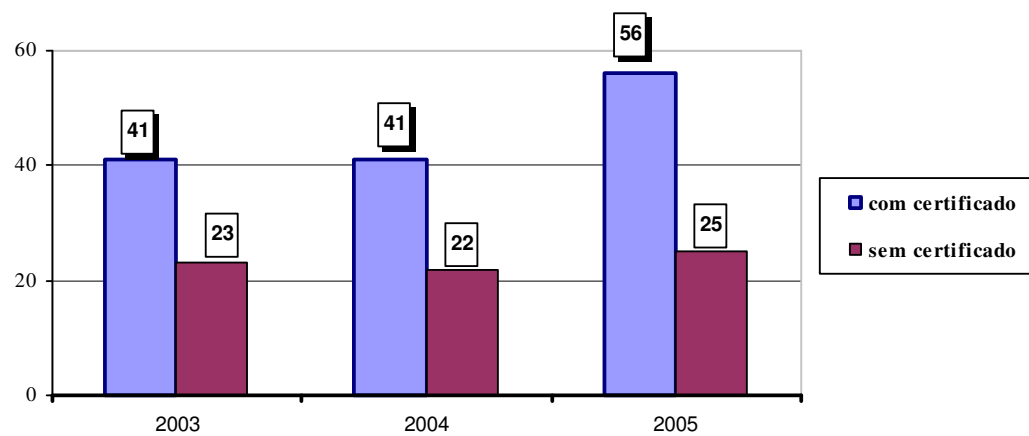
2003	2004	2005
4.841	4.840	4.642

- Médio

2003	2004	2005
876	907	857

5. número de cursos com conteúdo profissionalizante, disponibilizados nas unidades da FEBEM, separando os cursos com certificado daqueles sem certificado:

	2003	2004	2005
com certificado	41	41	56
sem certificado	23	22	25

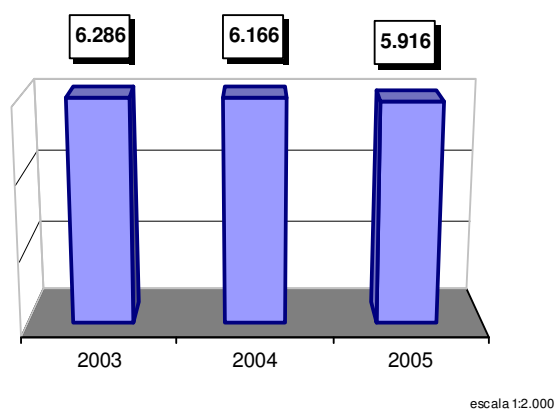
**QUANTIDADE DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES**

6. quantidade de adolescentes internos por grau infracional:

- TOTAL

2003	2004	2005
6.286	6.166	5.916

**QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNOS  
(TOTAL)**



- Primário Médio

2003	2004	2005
1.109	1.105	1.018

- Primário Grave

2003	2004	2005
3.979	3.864	3.641

- Reincidente Médio

2003	2004	2005
364	357	314

- Reincidente Grave

2003	2004	2005
834	840	943

7. custo de reformas nas unidades de internação, por exercício:

2003	2004	2005
R\$ 3.098.018,85	R\$ 1.745.938,72	R\$ 6.314.590,85

8. quantidade de municípios que firmaram convênios com o Estado objetivando atender a Liberdade Assistida:

2003	2004	2005
30	27	59

9. número de funcionários/servidores à disposição da FEBEM:

- Unidades de Internação

2003	2004	2005
6.067	6.373	7.495

- Outros (Sede/Semi-Liberdade/Postos L.A.)

2003	2004	2005
2.378	2.341	3.234

**CONSIDERAÇÕES**

- ✓ o interesse específico na FEBEM decorre, dentre vários aspectos da perspectiva de parcerias para administrar as unidades de internação;
- ✓ observamos, no item 5, que o número de cursos com conteúdo profissionalizantes certificados aumentou em 2005, de 41 para 56, enquanto os cursos sem certificados mantiveram-se, praticamente, os mesmos, refletindo posicionamento desta Corte que propugna por tal certificação;
- ✓ chamou a atenção, também, que o número de municípios que firmaram convênios com o Estado, em 2005, objetivando atender a Liberdade Assistida, aumentou 118,5% em relação ao exercício de 2004.

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

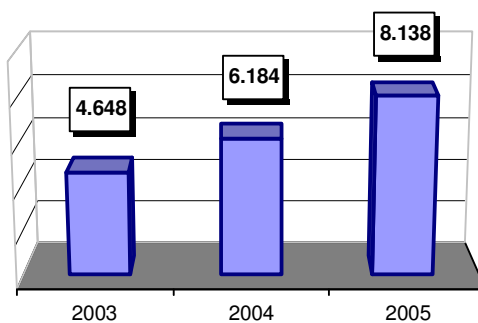
1. O número de vagas criadas no âmbito do Programa Modernização e Racionalização do Sistema Penitenciário, relativa à implantação de Unidades do sistema prisional (programa 3801 - ação no 1897):

- TOTAL

2003	2004	2005
4.648	6.184	8.138



**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS  
(TOTAL)**



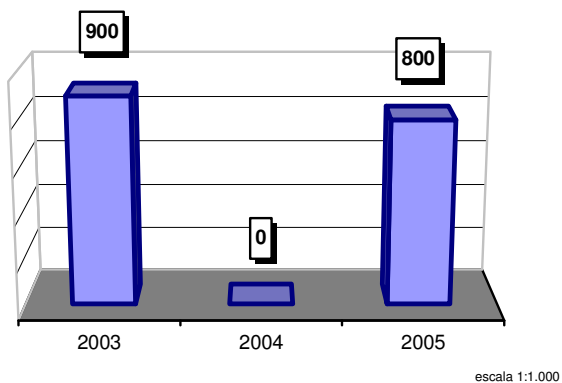
escala 1:10.000

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	5.244	55,18% acima
2004	8.808	29,79% abaixo

- Penitenciária Feminina de Regime Fechado

2003	2004	2005
900	0	800

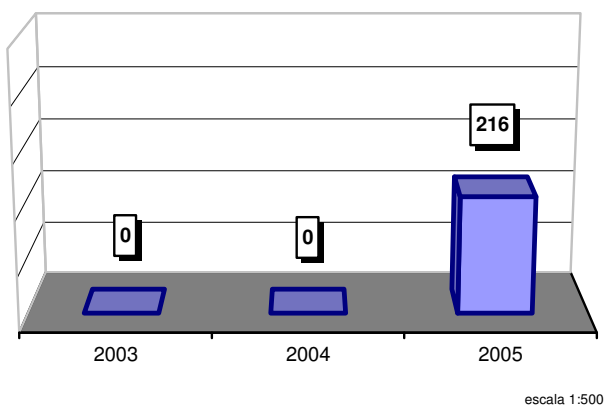
**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS**  
(Penitenciária Feminina de Regime Fechado)



- Centros Masculinos de Progressão Penitenciária em Regime Semi-Aberto

2003	2004	2005
0	0	216

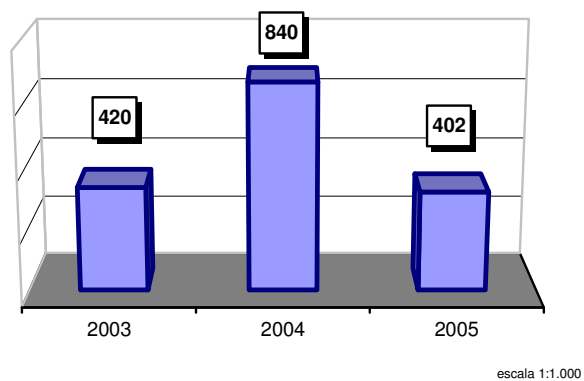
**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS**  
(C.M.P.P. - Regime Semi-Aberto)



- Centros de Ressocialização

2003	2004	2005
420	840	402

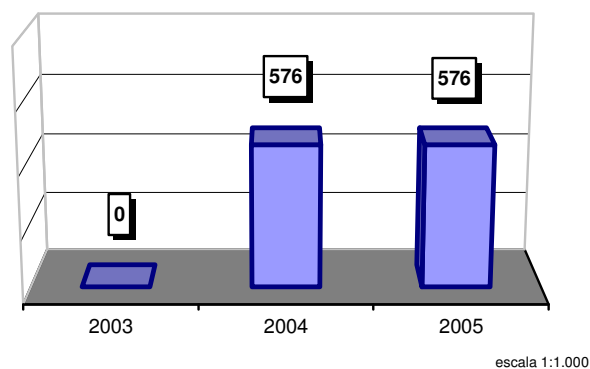
**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS  
(Centros de Ressocialização)**



- Centros Verticais de Detenção Provisória

2003	2004	2005
0	576	576

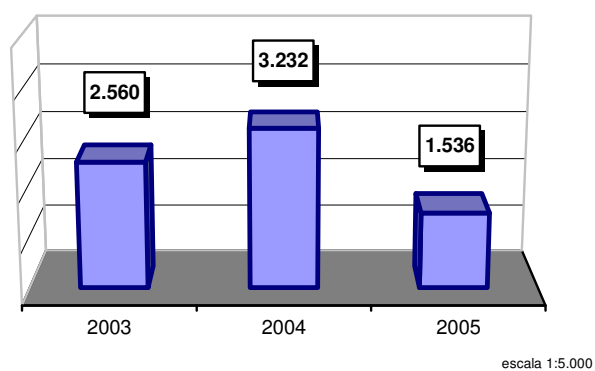
**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS  
(Centros Verticais de Detenção Provisória)**



- Centros Horizontais de Detenção Provisória

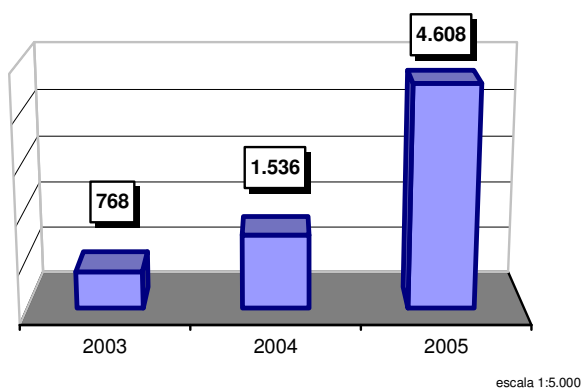
2003	2004	2005
2.560	3.232	1.536

**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS**  
(Centros Horizontais de Detenção Provisória)



- Penitenciárias Compactas

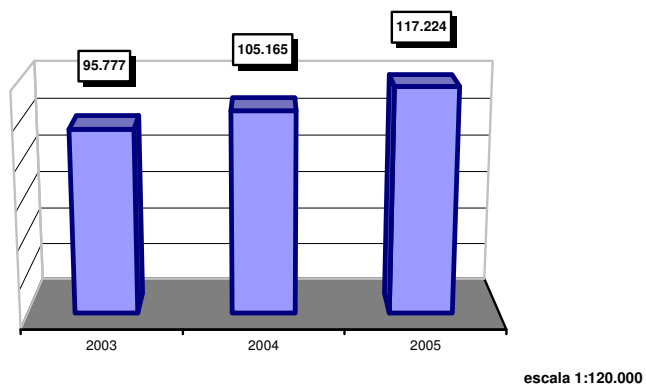
2003	2004	2005
768	1.536	4.608

**NÚMERO DE VAGAS CRIADAS  
(Penitenciárias Compactas)**

2. Qual a População Carcerária existente em 31/12:

- Masculina

2003	2004	2005
95.777	105.165	117.224

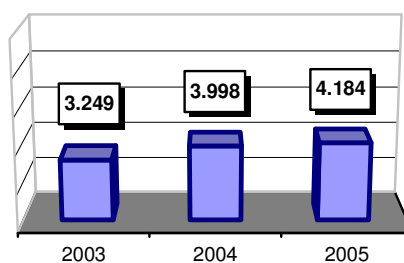
**POPULAÇÃO CARCERÁRIA  
(Masculina)**

<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>COMPARATIVO</b>
2005/2004	crescimento de 11,46%
2005/2003	crescimento de 22,39%

- Feminina

<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
3.249	3.998	4.184

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA  
(Feminina)**



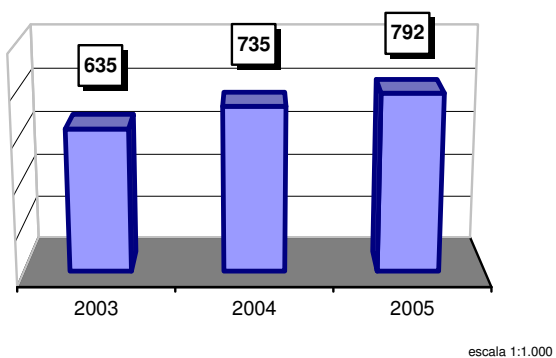
escala 1:10.000

<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>COMPARATIVO</b>
2005/2004	crescimento de 4,65%
2005/2003	crescimento de 28,77%

3. O número de presos atendidos pela ação de capacitação profissional da população carcerária no âmbito do Programa de Assistência ao preso e Reintegração do Egresso (Programa 3805-ação nº 4296):

2003	2004	2005
635	735	792

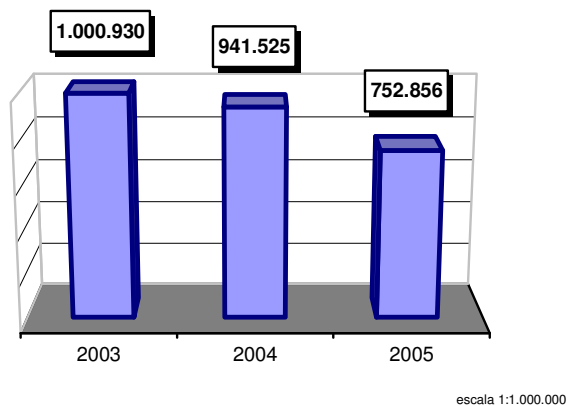
**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**  
(Presos Atendidos)



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	850	6,82% abaixo
2004	1.000	26,50% abaixo

4. O número de atendimentos jurídicos na ação de atendimento jurídico à população carcerária no âmbito do Programa de Assistência ao Preso e Reintegração do egresso ( Programa 3805 - ação nº 5324 )

2003	2004	2005
1.000.930	941.525	752.856

**ATENDIMENTO JURÍDICO**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	863.258	12,78% abaixo
2004	1.071.416	12,12% abaixo

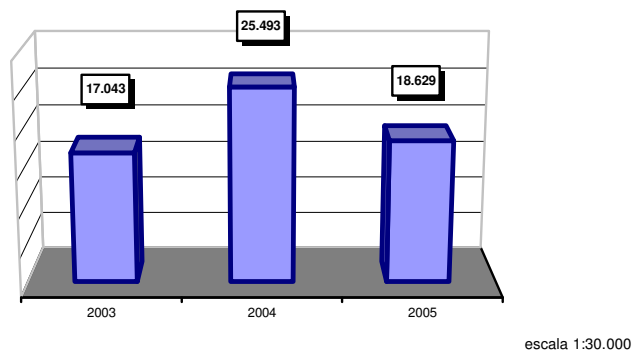
5. O número de funcionários capacitados na ação de formação e reciclagem Se funcionários do sistema penitenciário no âmbito do Programa de Modernização e Racionalização do Sistema Penitenciário ( Programa 3801- ação 5628 ) :

2003	2004	2005
17.043	(a) 25.493	(a) 18.629

(a) incluem ASP's e demais funcionários



**FORMAÇÃO E RECICLAGEM  
(Funcionários Capacitados)**

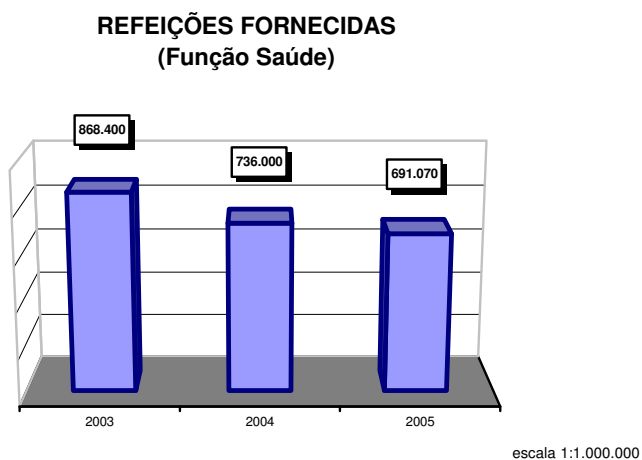


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	12.144	53,40% acima
2004	32.594	21,78% abaixo

6. O número de refeições fornecidas à população carcerária no âmbito da Assistência ao preso e reintegração do egresso, destacando os fornecimentos por função (Programa 3805 - ação 5325):

- Saúde

2003	2004	2005
868.400	736.000	691.070

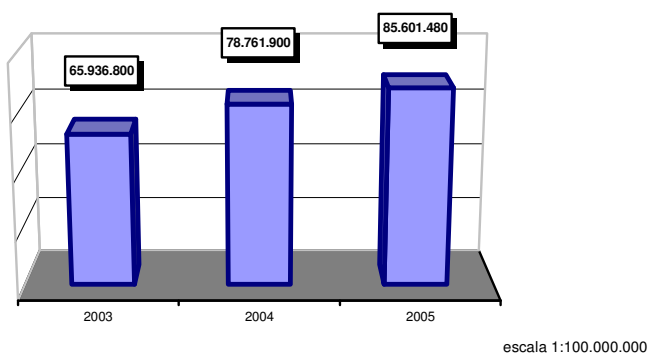


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	1.300.320	46,85% abaixo
2004	2.197.300	66,50% abaixo

- Direitos da Cidadania

2003	2004	2005
65.936.800	78.761.900	85.601.480

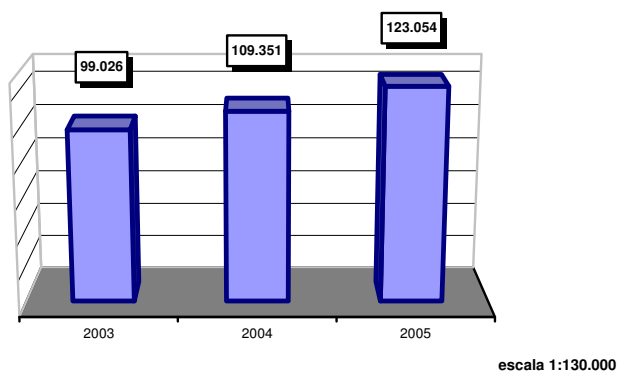
**REFEIÇÕES FORNECIDAS**  
(Função Direitos da Cidadania)



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	125.274.600	31,66% abaixo
2004	98.604.135	20,12% abaixo

7. A quantidade de presos atendidos com o fornecimento de medicamentos à População carcerária no âmbito do Programa de Assistência ao Preso e Reintegração do Egresso:

2003	2004	2005
99.026	109.351	123.054

**FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	117.275	4,92% acima
2004	183.680	40,46% abaixo

**CONSIDERAÇÕES**

Relativamente ao exercício de 2005, nas ações selecionadas, observamos que determinadas metas da LOA divergem daquelas consignadas na LDO, das quais as mais significativas:

- Programa 3801 – Ação 1897 (item 1)
  - LOA 5.244 vagas criadas
  - LDO 31.195 vagas criadas
- Programa 3805 – Ação 5324 (item 4)
  - LOA 863.258 atendimentos
  - LDO 1.103.524 atendimentos
- Programa 3801 – Ação 5628 (item 5)
  - LOA 12.144 funcionários
  - LDO 37.300 funcionários

- Programa 3805 – Ação 5325 (item 6)

LOA 126.574.920 refeições

LDO 101.715.840 refeições

- Programa 3805 – Ação 5326 (item 7)

LOA 117.275 presos atendidos

LDO 153.310 presos atendidos

**INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS APROVADOS NO PLANO PLURIANUAL 2004/2007**

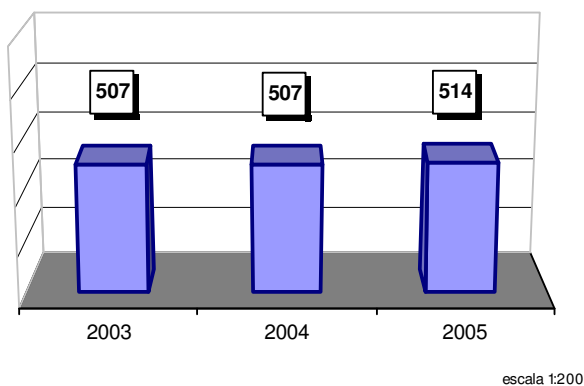
- item 3 - a ocupação das oficinas condiciona-se às oportunidades do mercado consumidor — as vendas não atingiram as metas e a ocupação foi menor que a esperada;
- item 4 - ocorreram mudanças de critérios em função da implantação do sistema GEPEN;
- item 6 - (função saúde e direitos da cidadania) justifica o desempenho abaixo do previsto em função do atraso na conclusão das obras de algumas unidades prisionais.

**SECRETARIA DA SAÚDE**

1. número de bolsas concedidas para as ações de Residência Médica, no âmbito do Programa Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em Ribeirão Preto (Programa 0928 - ação nº 4843)

2003	2004	2005
507	507	514

**BOLSAS CONCEDIDAS**  
**(Atendimento Integral e de Alta Complexidade - Ribeirão Preto)**

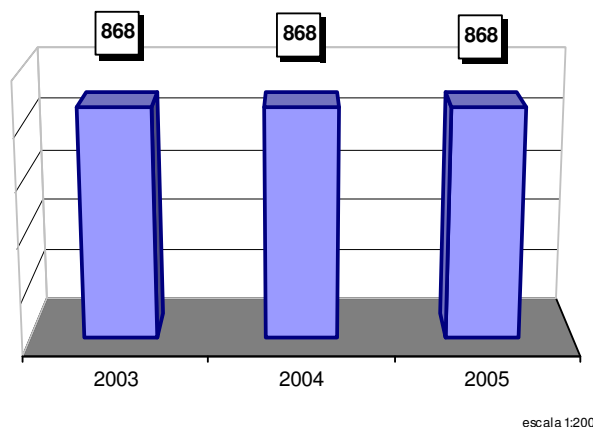


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	508	1,18% acima
2004	517	1,93% abaixo

2. número de bolsas concedidas para as ações de Residência Médica, no âmbito do Programa Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo (Programa 0929 - ação nº 4843)

2003	2004	2005
868	868	868

**BOLSAS CONCEDIDAS**  
**(Atendimento Integral e de Alta Complexidade - São Paulo)**

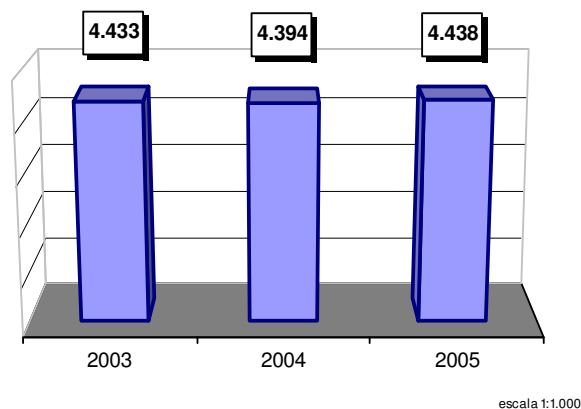


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	868	Meta atingida
2004	868	Meta atingida

3. número de bolsas concedidas para as ações de Residência Médica, no âmbito do Programa Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (Programa 0931 - ação nº 4863):

2003	2004	2005
4.433	4.394	4.438

**BOLSAS CONCEDIDAS**  
(Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos)



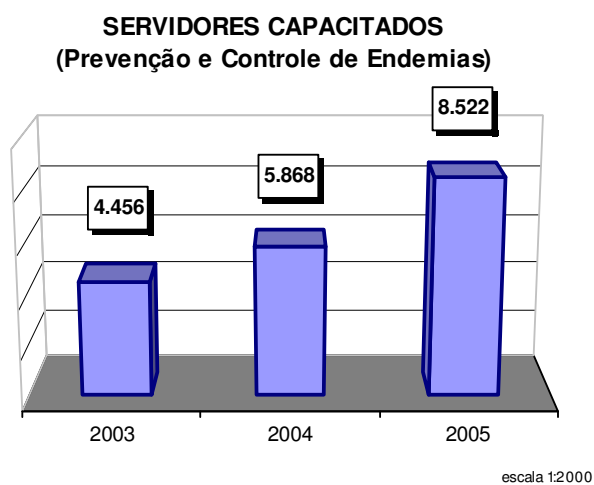
EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	5.609	20,87% abaixo
2004	6.132	28,34% abaixo

4. quantidade de servidores capacitados, no Programa de Prevenção e Controle de Endemias (programa 0914 - ação nº 4861)

2003	2004	2005
4.456	5.868	8.522

Observação da Secretaria: neste caso trata-se dos servidores capacitados para a execução de tarefas no Sistema Único de Saúde - SUS, incluindo servidores estaduais e municipais.



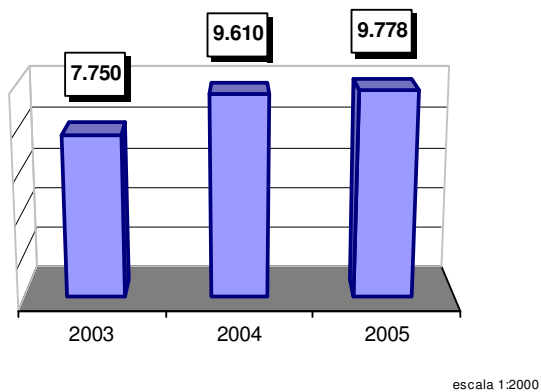


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	4.773	78,54% acima
2004	3.699	58,63% acima

5. quantidade de servidores capacitados, no Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (programa 0931 - ação nº 4861)

2003	2004	2005
7.750	9.610	9.778

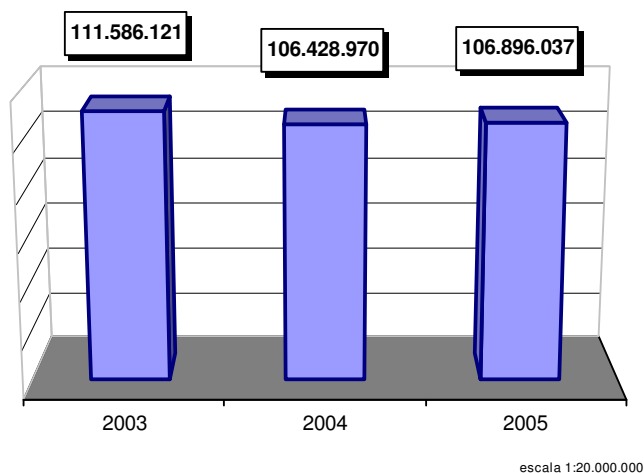
**SERVIDORES CAPACITADOS**  
(Capacitação e Desenvolvimento de RH)



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	2.514	288,94% acima
2004	2.547	277,30% acima

6. quantidade produzida de vacinas e de soros no âmbito do Programa de Produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Hemoderivados (programa 0935 - ação nº 4871) :

2003	2004	2005
111.586.121	106.428.970	106.896.037

**PRODUÇÃO DE VACINAS E SOROS**

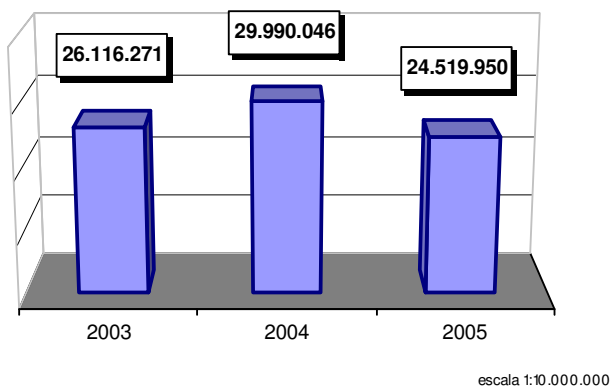
EXERCÍCIO	METAS (LDO)	DESEMPENHO
2005	116.225.150	8,02% abaixo
2004	—	—

Obs.: Não consta previsão nas Leis Orçamentárias de 2004 e 2005. Consideramos a previsão da LDO, exercício de 2005, lembrando que a LDO, exercício de 2004, não trouxe metas.

7. quantidade de doses aplicadas nas campanhas de vacinação constantes do Programa de Controle de Doenças e Promoção de Saúde (programa 0932 - ação 4124):

2003	2004	2005
26.116.271	29.990.046	24.519.950

Observação da Secretaria: incluíram-se todas as doses de vacinas aplicadas na rotina e nas campanhas, conforme o total apurado pela Divisão de Imunizações do Centro de Vigilância Epidemiológica - CEV da SES. Lembramos que as vacinas são aplicadas pelas unidades municipais de saúde. Em 2004 houve campanha específica para a tríplice viral, resultando na ampliação verificada.

**DOSES APLICADAS DE VACINAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	15.500.000	58,19% acima
2004	10.348.738	189,79% acima

8. quantidade produzida de biofármacos no âmbito do Programa de Produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Hemoderivados (programa 0935 - ação nº 4869):

2003	2004	2005
–	–	7.790

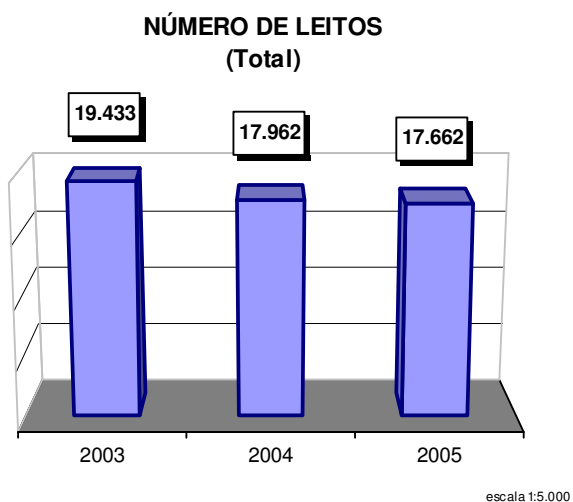
Observação da Secretaria: os biofármacos produzidos em 2005, consistem em testes para orientar a futura produção do Instituto. Ainda são estudos para posteriormente os biofármacos serem produzidos em escala e fornecidos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	1.548.616	Prejudicado
2004	1.548.616	prejudicado

9. número de leitos na rede hospitalar do Estado:

- TOTAL

2003	2004	2005
19.433	17.962	17.662

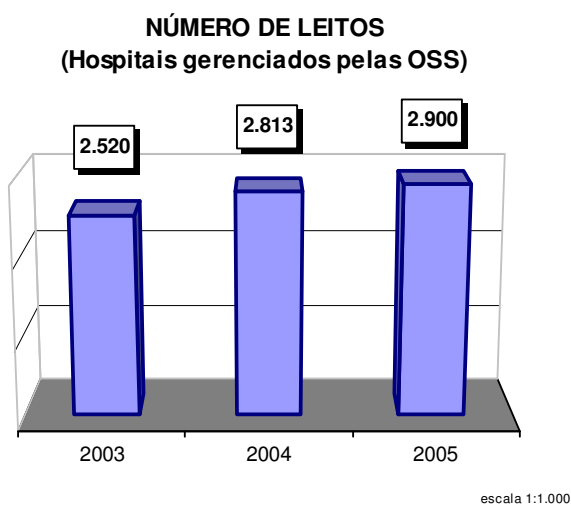


EXERCÍCIOS	COMPARATIVO
2005/2004	Redução de 1,67%
2005/2003	Redução de 9,11%

- Nos hospitais gerenciados pelas Organizações Sociais

2003	2004	2005
2.520	2.813	2.900

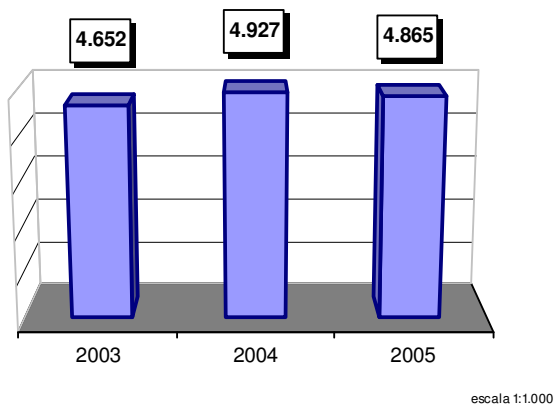
Observação da Secretaria: em 2003 não havia sido inaugurado do Hospital de Francisco Morato.



- Nos hospitais universitários

2003	2004	2005
4.652	4.927	4.865

**NÚMERO DE LEITOS  
(Hospitais Universitários)**



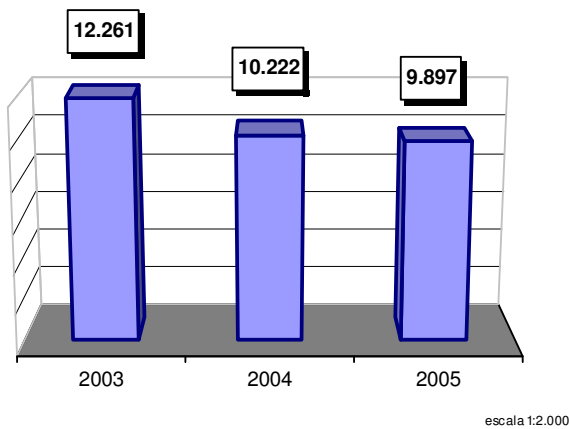
- Demais hospitais da rede pública estadual

2003	2004	2005
12.261	10.222	9.897

Observação da Secretaria: estão incluídos neste item todos os hospitais novos que foram ativados pelo Estado, mesmo nas modalidades de convênio com contrato de gestão (exceto aqueles gerenciados pelas OSS, que já foram computados no item inicial).

O número de leitos se reduz, tendo em vista a política de saúde mental do Sistema Único de Saúde - SUS, que preconiza a diminuição do tamanho dos antigos hospitais psiquiátricos como o Juqueri (com efetiva redução de leitos existentes).

**NÚMERO DE LEITOS  
(Demais Hospitais)**

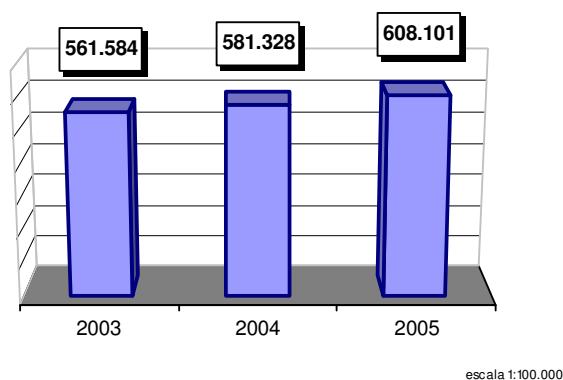


10. número de internações realizadas na rede hospitalar do Estado:

- Total

2003	2004	2005
561.584	581.328	608.101

**NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS  
(Total)**



EXERCÍCIOS	COMPARATIVO
2005/2004	4,60% de aumento
2005/2003	8,28% de aumento

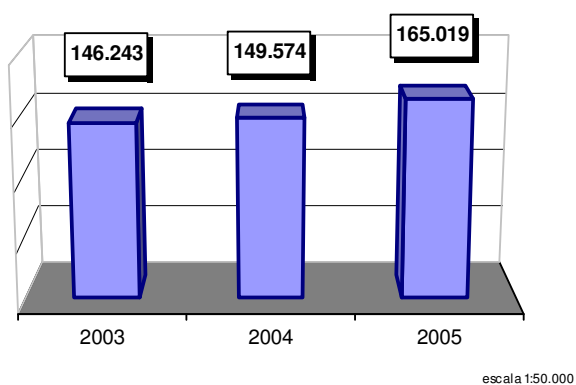
- Nos hospitais gerenciados pelas Organizações Sociais

2003	2004	2005
146.243	149.574	165.019

Observação da Secretaria: em 2003 não havia sido inaugurado o Hospital de Francisco Morato.



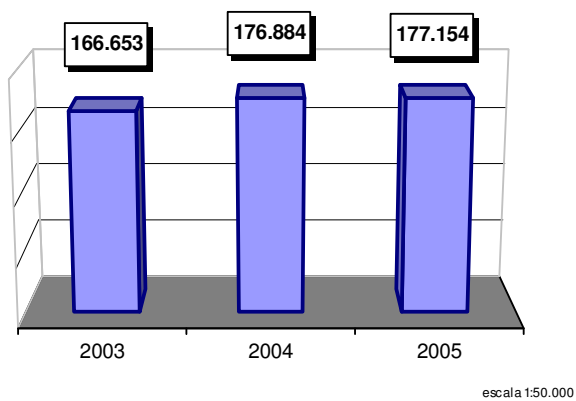
**NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS  
(Hospitais Gerenciados pelas OSS)**



- Nos hospitais universitários

2003	2004	2005
166.653	176.884	177.154

**NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS  
(Hospitais Universitários)**

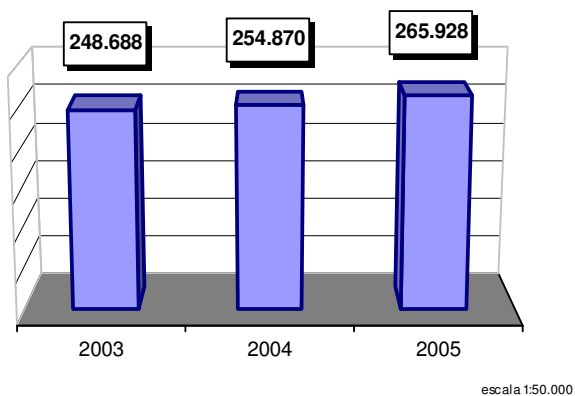


- Demais hospitais da rede pública estadual

2003	2004	2005
248.688	254.870	265.928

Observação da Secretaria: estão incluídos neste item todos os hospitais novos que foram ativados pelo Estado, mesmo nas modalidades de convênio com contrato de gestão (exceto aqueles gerenciados pelas OSS, que já foram computados no item inicial). Informações do Sistema de Informação Hospitalar - SIH/SUS

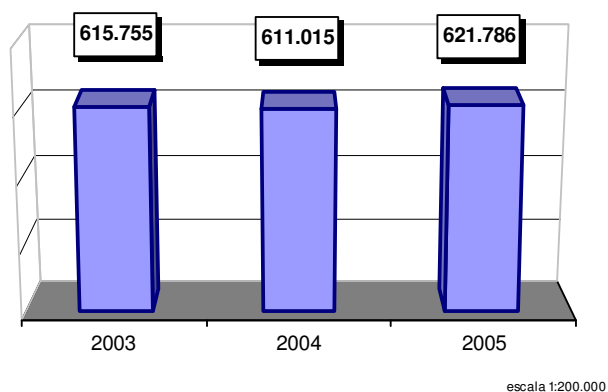
**NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS  
(Demais Hospitais)**



11. número de atendimentos realizados no âmbito do Programa Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em Ribeirão Preto (programa 0928 - ação 4868)

2003	2004	2005
615.755	611.015	621.786

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS**  
**(Atendimento Integral e de Alta Complexidade - Ribeirão Preto)**

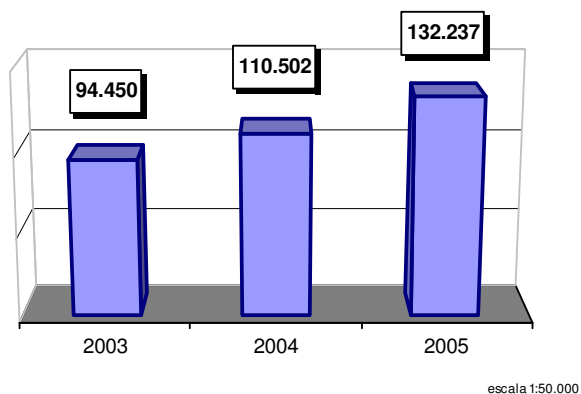


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	650.000	4,34% abaixo
2004	573.372	6,56% acima

12. quantidade de pacientes atendidos com medicamentos no Programa de Atendimento Integral e Alta Complexidade em Assistência Médica em Ribeirão Preto (programa 0928 - ação nº 5422):

2003	2004	2005
94.450	110.502	132.237

**PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS**  
**(Atendimento Integral e de Alta Complexidade - Ribeirão Preto)**

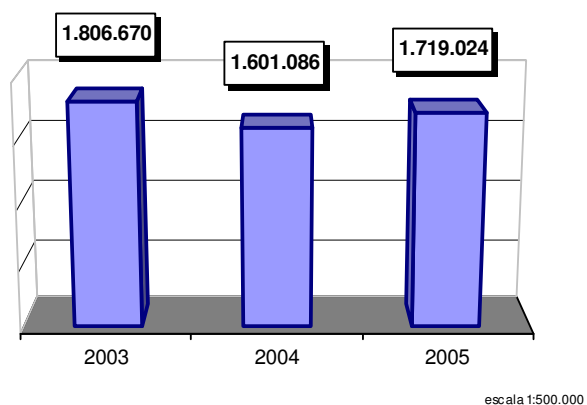


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	185.186	28,59% abaixo
2004	104.981	5,26% acima

13. número de atendimentos realizados no âmbito do Programa Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo (programa 0929 - ação 4868)

2003	2004	2005
1.806.670	1.601.086	1.719.024

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS**  
**(Atendimento Integral e de Alta Complexidade - São Paulo)**

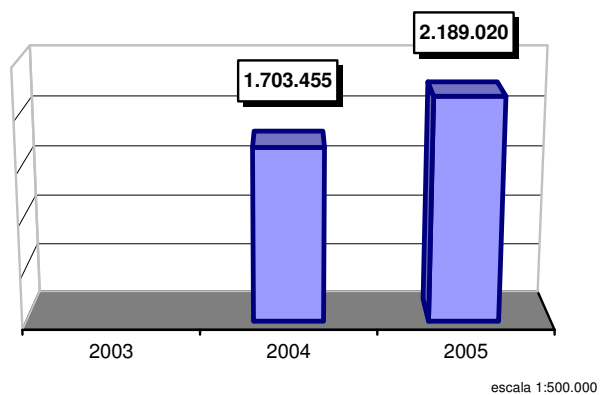


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	1.872.567	8,20% abaixo
2004	1.783.398	10,22% abaixo

14. quantidade de pacientes atendidos com medicamentos no Programa de Atendimento Integral e Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo (programa 0929 - ação nº 5422):

2003	2004	2005
Não disponível	1.703.455	2.189.020

**PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS**  
**(Atendimento Integral e de Alta Complexidade - São Paulo)**



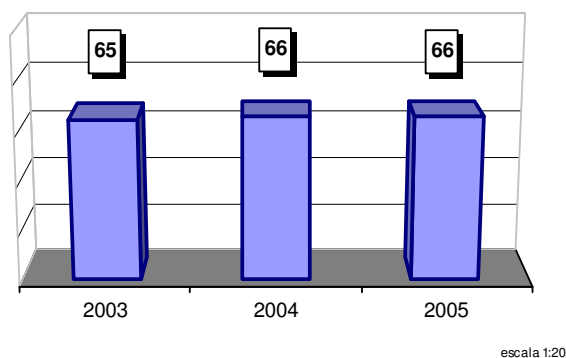
EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	1.940.859	12,78% acima
2004	2.018.283	15,60% abaixo

15. quantidade de hospitais estaduais:

- Total

2003	2004	2005
65	66	66

**QUANTIDADE DE HOSPITAIS  
(Total)**



- hospitais gerenciados pelas Organizações Sociais

2003	2004	2005
12	13	13

Observação da Secretaria: em 2003 não havia sido inaugurado do Hospital de Francisco Morato.

- hospitais universitários

2003	2004	2005
8	8	8

- Demais hospitais da rede pública estadual

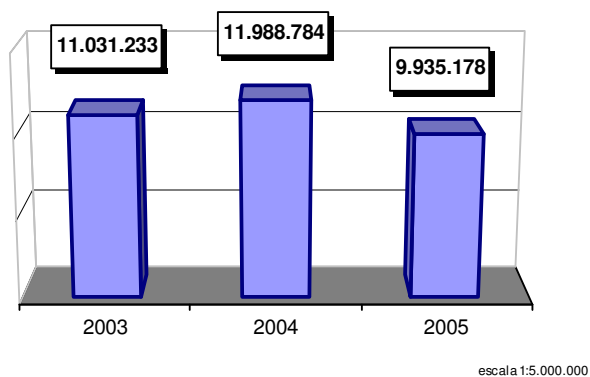
2003	2004	2005
45	45	45

16. número de atendimentos médico, ambulatorial e hospitalar realizado no âmbito do Programa Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP (programa 0930 - ação 4850):

2003	2004	2005
11.031.233	11.988.784	9.935.178

Observação da Secretaria: os dados de 2005 são preliminares, pois a produção do ano de 2005 ainda não foi finalizada nos sistemas de informação do SUS.

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS**  
(Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP)



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	9.556.928	3,95% acima
2004	sem previsão	-

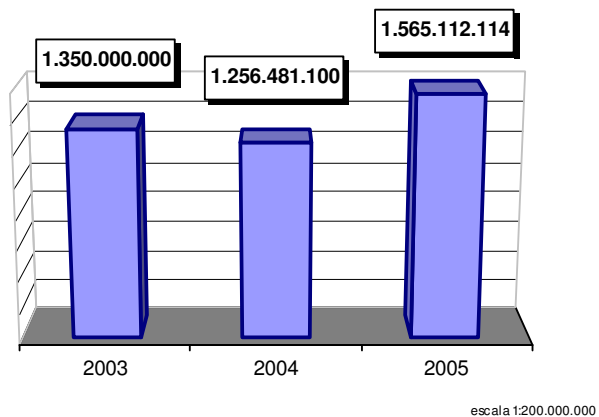
17. quantidade de unidades farmacêuticas distribuídas no âmbito de Programa Apoio à Atenção Básica de Competência Municipal com o Objetivo de Universalidade (programa 0926 - ação 4717 "Dose Certa"):



2003	2004	2005
1.350.000.000	1.256.481.100	1.565.112.114

Observação da Secretaria: em 2004 houve redução das unidades fornecidas, porque o Município de São Paulo optou por receber o recurso financeiro do Programa e não em espécie (medicamento). Em 2005, retorna a sistemática normal de repasse dos medicamentos em espécie para São Paulo/Capital.

#### QUANTIDADE DE UNIDADES FARMACÊUTICAS DISTRIBUÍDAS



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	2.311.811.671	32,30% abaixo
2004	982.971.973	27,82% acima

18. número de relatórios de monitoramento em vigilância sanitária elaborados no âmbito do Programa de Controle de Doenças e Promoção de Saúde (programa 0932 - ação 4127):

2003	2004	2005
24.289	18.066	16.565

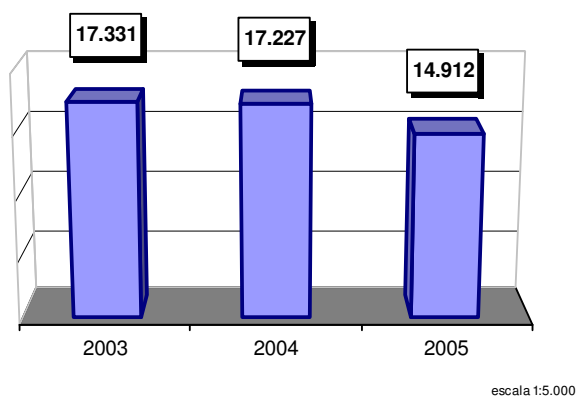


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	4.292	285,95% acima
2004	5.149	250,86% acima

19. número de casos de tuberculose regularmente notificados:

2003	2004	2005
17.331	17.227	14.912

Observação da Secretaria: os dados de notificação de tuberculose de 2005 são ainda preliminares. As notificações compulsórias, realizadas principalmente pelos municípios, costumam atrasar, impedindo a apresentação de dados definitivos para 2005.

**NÚMERO DE CASOS DE TUBERCULOSES**

20. número de casos de cura de tuberculose:

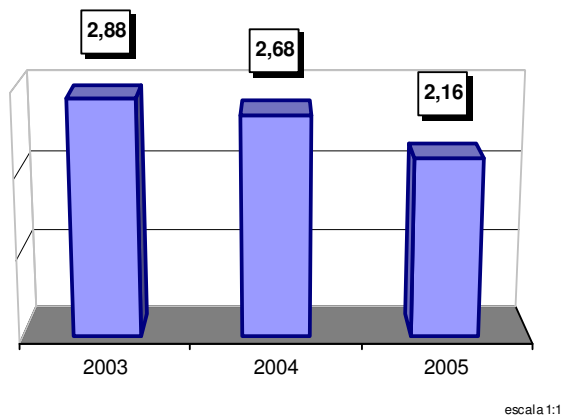
2003	2004	2005
12.958	12.730	Não disponível

Observação da Secretaria: o tratamento de tuberculose é de pelo menos 6 (seis) meses. Portanto os dados preliminares de 2005 somente serão disponíveis após o mês de julho, tempo necessário para que os pacientes diagnosticados no 2º semestre de 2005 terminem seu tratamento.

21. coeficiente de mortalidade por tuberculose:

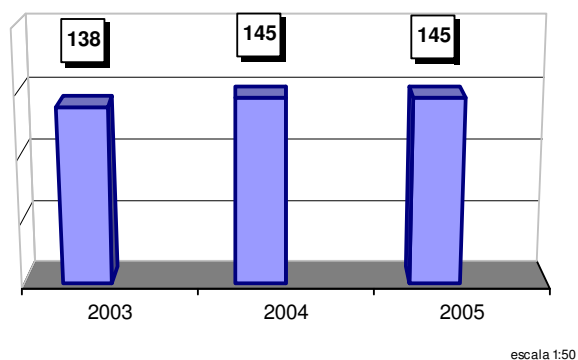
2003	2004	2005
2,88	2,68	2,16

Observação da Secretaria: os dados de óbitos de tuberculose de 2005 são ainda preliminares (1º semestre de 2005). O SEADE finaliza os trabalhos de cômputo dos óbitos totais do ano, apenas em julho do ano subsequente.

**COEFICIENTE DE MORTALIDADE**

22. número de Municípios com projetos de prevenção implantados, visando a redução da incidência de HIV/AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis:

2003	2004	2005
138	145	145

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM PROJETOS DE PREVENÇÃO**

23. número de pessoas atendidas âmbito do Programa Prevenção e Controle de Endemias (programa 0914 - ação 4839):

2003	2004	2005
5.388.092	4.213.130	4.087.989

Observação da Secretaria: salientamos que os programas de controle de endemias, tal como todos os demais programas preventivos e de atenção primária em saúde do SUS, estão sendo municipalizados, razão pela qual os atendimentos estaduais tendem a se reduzir com os anos, sendo substituídos por ações municipais correspondentes.

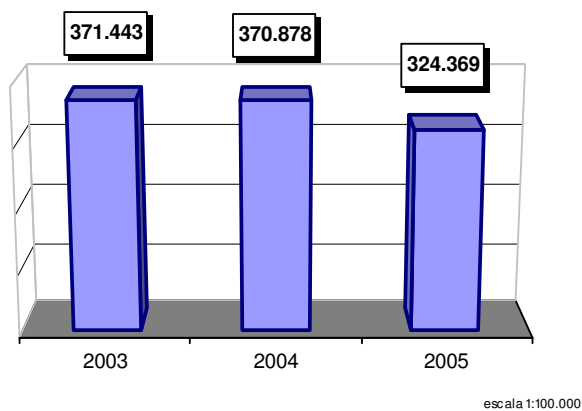


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	6.500.000	37,11% abaixo
2004	6.485.775	35,04% abaixo

24. quantidade de bolsas de sangue distribuídas, no Programa Doe Sangue - Quem Doa Sangue Doa a Vida (programa 0936 - ação nº 4192):

2003	2004	2005
371.443	370.878	324.369

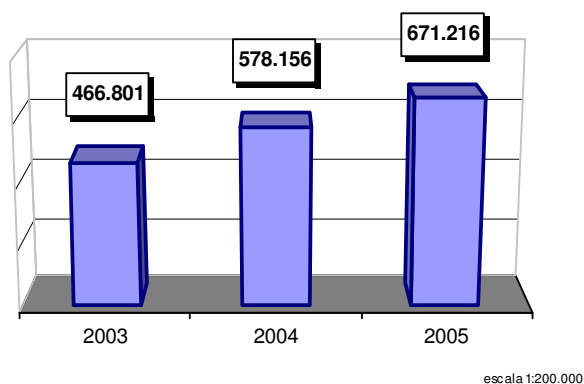
Observação da Secretaria: com a criação de unidade de coleta e distribuição de sangue na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (Escola Paulista de Medicina) houve redução da distribuição de sangue do Hemocentro de São Paulo.

**QUANTIDADE DE BOLSAS DE SANGUE DISTRIBUÍDAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	450.000	27,91% abaixo
2004	514.168	27,86% abaixo

25. valor repassado anualmente aos hospitais gerenciados pelas Organizações Sociais (em mil R\$):

2003	2004	2005
466.801,36	578.156,35	671.216,17

**VALOR REPASSADO ANUALMENTE****CONSIDERAÇÕES**

- ✓ Reproduzimos anotação da Secretaria observando que: "a maior parte das ações existentes e selecionadas, é do programa de planejamento plurianual de 2004/2005. Parte destas ações não possuía equivalentes no planejamento de 2003. Nestes casos, foram realizados levantamentos das informações junto às unidades para o ano de 2003, utilizando-se de critérios semelhantes aos de 2004/2005. Os resultados foram apresentados abaixo, exceto para as poucas ações nas quais não foi possível obter as informações por condições operacionais, sendo neste caso informado que os dados não são disponíveis para 2003".
- ✓ Relativamente ao exercício de 2005, nas ações selecionadas, anotamos que determinadas metas da LOA divergem daquelas consignadas na LDO, das quais as mais significativas:

- Programa 0931 - Ação 4863 (item 3)
  - LOA 5.609 bolsas concedidas
  - LDO 4.553 bolsas concedidas
  
- Programa 0931 - Ação 4861 (item 5)
  - LOA 2.514 servidores capacitados
  - LDO 9.307 servidores capacitados
  
- Programa 0928 - Ação 5422 (item 12)
  - LOA 185.186 pacientes atendidos
  - LDO 110.230 pacientes atendidos
  
- Programa 0930 - Ação 4850 (item 16)
  - LOA 9.556.928 atendimentos
  - LDO 6.000.000 atendimentos
  
- Programa 0926 - Ação 4717 (item 17)
  - LOA 2.311.811.671 unidades distribuídas
  - LDO 1.509.727.830 unidades distribuídas
  
- Programa 0932 - Ação 4127 (item 18)
  - LOA 4.292 relatórios produzidos
  - LDO 6.000 relatórios produzidos

- ✓ Informamos que os itens 19, 20 e 21 ficaram com as análises de desempenho prejudicadas em razão das observações da Secretaria constantes em cada item.

**INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS APROVADOS NO PLANO PLURIANUAL 2004/2007**

- item 3 - o desempenho abaixo decorreu das concessões de licenças médicas, licenças gestantes e desistências;

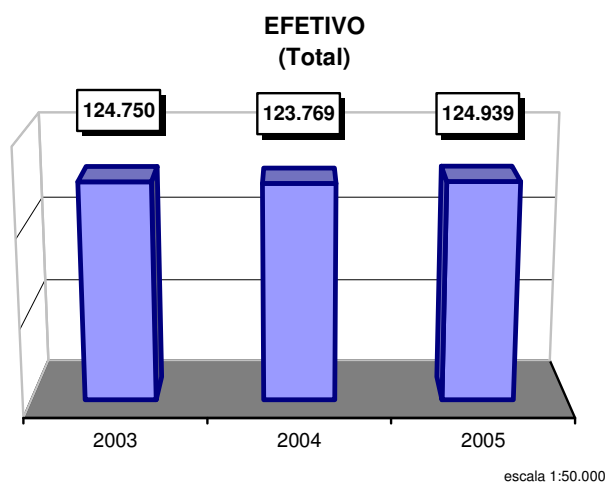


- item 8 - a meta não cumprida em razão da produção de biofármacos ainda se encontrar em fase de testes;~
- item 11 - o principal fator do desempenho abaixo do esperado foi o alto índice de pacientes que tiveram consultas agendadas e não compareceram (15% a 20%);
- item 12 - desempenho abaixo da meta em função de erro estatístico;
- item 13 - o desempenho abaixo do esperado deu-se pela alteração nos critérios de admissão de pacientes;
- item 17 - a meta não foi cumprida pelas dificuldades na aquisição de insumos;
- item 23 - a redução da área de transmissão e do número de casos de dengue ensejou uma redução do número de pessoas atendidas;
- item 24 - o não atingimento da meta de bolsas de sangue distribuídas deveu-se à redução do volume de sangue coletado.

#### **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

##### **1. efetivo de policiais civis e militares**

	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>TOTAL</b>	124.750	123.769	124.939

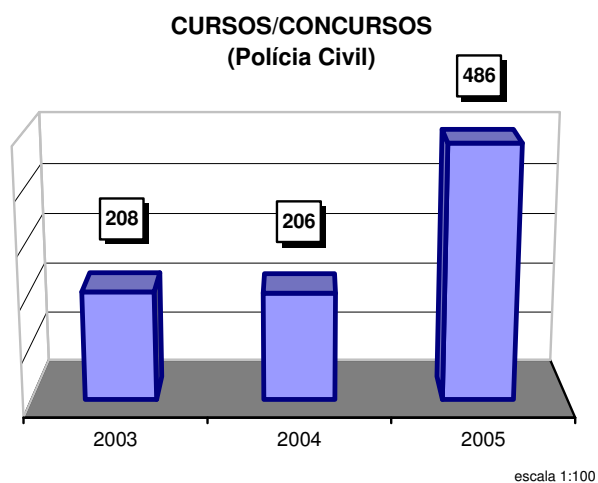


	2003	2004	2005
<b>Policiais Civis</b>	36.324	35.946	36.470

	2003	2004	2005
<b>Policiais Militares</b>	88.426	87.823	88.469

2. Número de cursos e concursos realizados, no Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade para os policiais civis (ação nº 5.427).

<b>CURSOS/CONCURSOS</b>	2003	2004	2005
<b>TOTAL</b>	208	206	486



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	130	266,15% acima
2004	91	117,58% acima

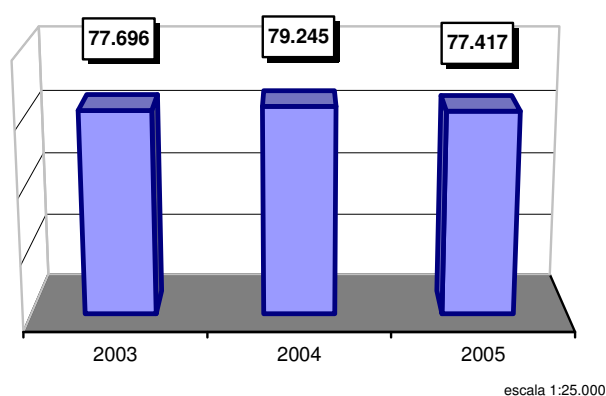
CURSOS	2003	2004	2005
Polícia Civil	207	198	476

CONCURSOS	2003	2004	2005
Polícia Civil	01	08	10

3. número de policiais militares formados, treinados e aperfeiçoados (ação nº 4.994)

2003	2004	2005
77.696	79.245	77.417

### POLICIAIS MILITARES FORMADOS, TREINADOS E APERFEIÇOADOS

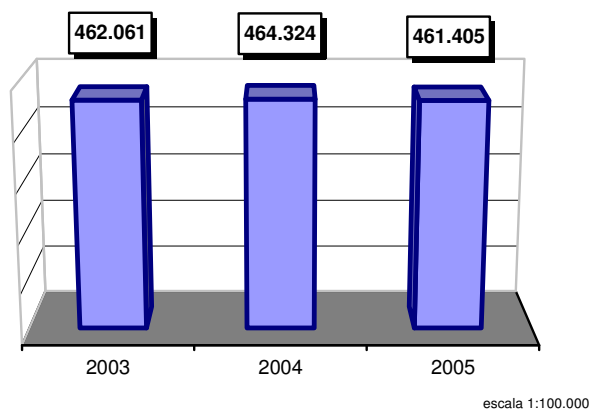


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	4.144	—
2004	4.144	—

Observação do GTA: as informações consideram as quantidades de participações

4. número de crianças e adolescentes orientados na prevenção às drogas e à violência (ação nº 4.997)

2003	2004	2005
462.061	464.324	461.405

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIENTADOS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	510.000	9,52% abaixo
2004	455.462	1,94% acima

5. número de atividades educativas de trânsito realizadas no Programa de Educação e Segurança no Trânsito (ação nº 4.991)

	2003	2004	2005
<b>Pessoas instruídas</b>	31.729	53.043	* 49.586
<b>Cursos</b>	(*)	359	77

Observação da Secretaria: \* número de pessoas instruídas nos programas BEM-TE-VI e Reciclagem de Condutores Infratores.

Observação do GTA: Não informado.



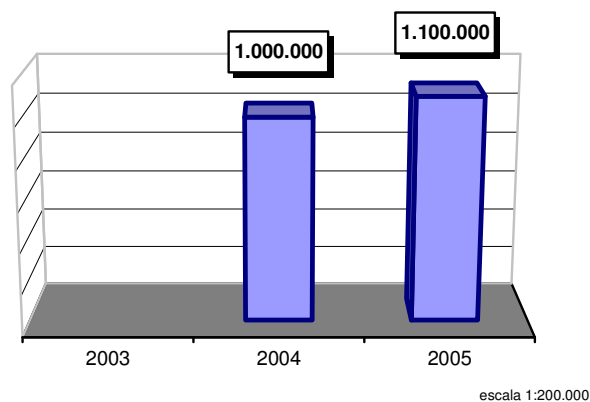
Observação do GTA: a LDO e a LOA de 2005 prevêem a realização de 20.639 atividades, enquanto a Secretaria informou o número de pessoas instruídas.

6. população abrangida pelo policiamento comunitário (ação nº 4.718)

2003	2004	2005
(*)	1.000.000	1.100.000

(quantidade de pessoas)

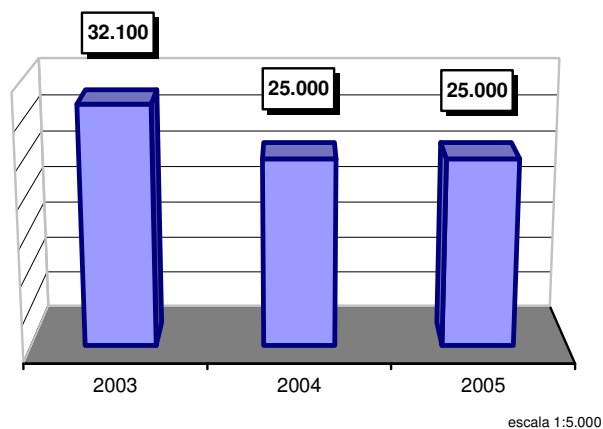
(\*) Não informado.

**NÚMERO DE PESSOAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	1.100.000	Meta atingida
2004	1.000.000	Meta atingida

7. número de policiais militares envolvidos no Programa de Policiamento Ostensivo (ação nº 4.993)

2003	2004	2005
32.100	25.000	25.000

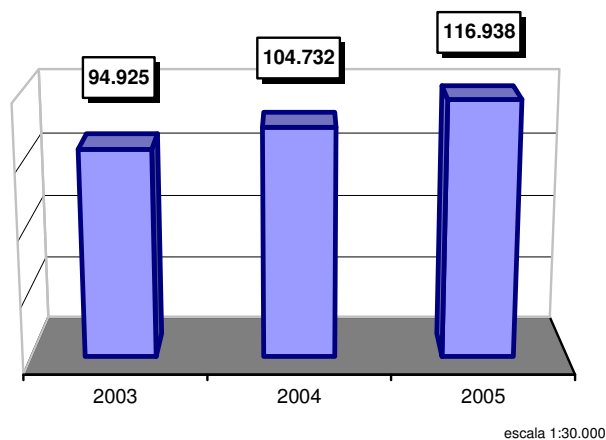
**POLICIAIS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	88.753	71,83% abaixo
2004	88.753	71,83% abaixo

8. número de atendimentos operacionais em emergência realizados no âmbito do Programa de Proteção da Vida, do Meio Ambiente e do Patrimônio (ação nº 4.998)

2003	2004	2005
94.925	104.732	116.938

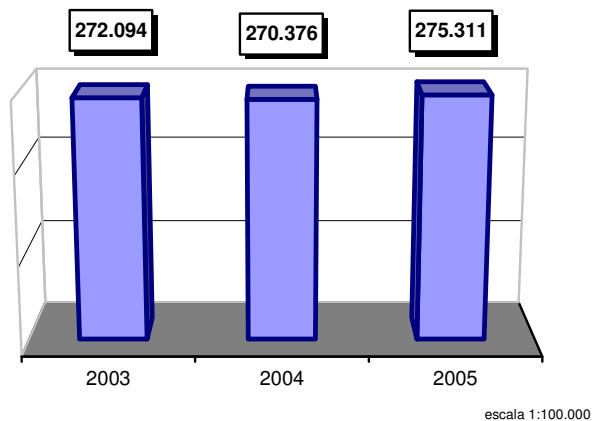


**ATENDIMENTOS OPERACIONAIS EM EMERGÊNCIA**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	97.000	20,55% acima
2004	193.000	45,73% abaixo

9. número de atendimentos emergenciais de vítimas realizados no âmbito do Programa de Proteção da Vida, do Meio Ambiente e do Patrimônio (ação nº 5.000)

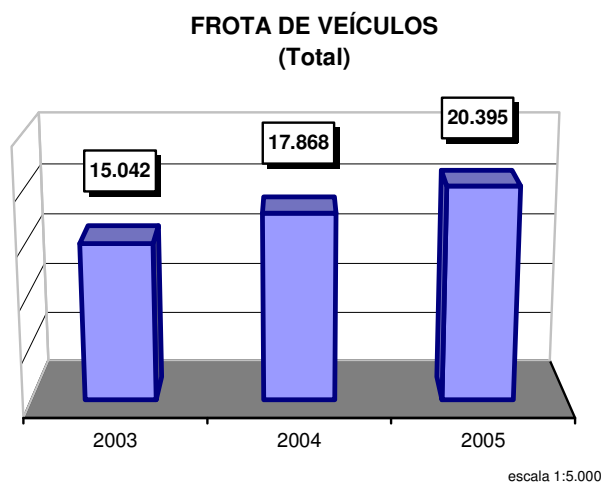
2003	2004	2005
272.094	270.376	275.311

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS DE VÍTIMAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	270.000	1,96% acima
2004	250.000	8,15% acima

10. frota de veículos existentes na Secretaria da Segurança Pública

	2003	2004	2005
TOTAL	15.042	17.868	20.395



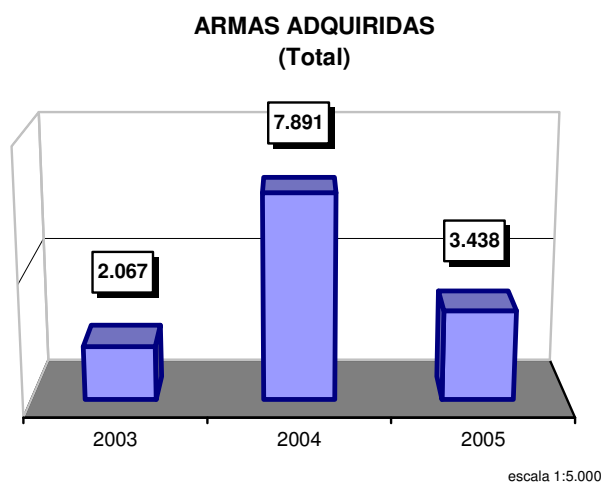
	2003	2004	2005
<b>Polícia Civil</b>	6.902	7.517	8.282

	2003	2004	2005
<b>Polícia Militar</b>	8.140	10.351	12.113

11. quantidade de equipamentos adquiridos, visando à proteção individual de policiais (armas e coletes)

#### **Armas**

	2003	2004	2005
<b>TOTAL</b>	2.067	7.891	3.438

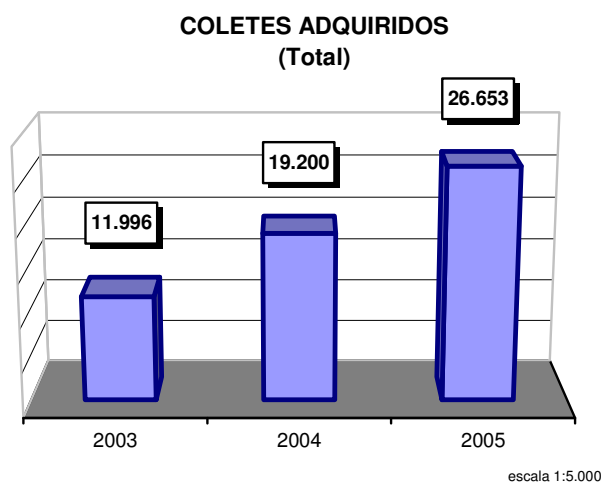


	2003	2004	2005
<b>Polícia Civil</b>	511	4.224	871

	2003	2004	2005
<b>Polícia Militar</b>	2.516	3.841	2.567

### Coletes

	2003	2004	2005
<b>TOTAL</b>	11.996	19.200	26.653

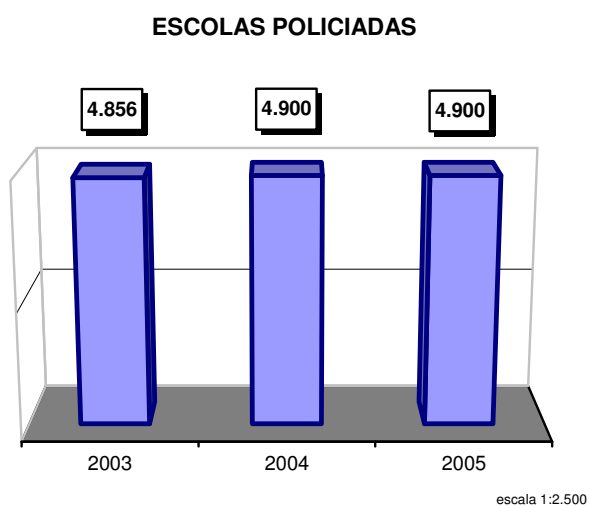


	2003	2004	2005
<b>Polícia Civil</b>	0	635	1.750

	2003	2004	2005
<b>Polícia Militar</b>	11.058	19.200	24.903

12. número de escolas policiadas no âmbito do Programa de Segurança Escolar (ação nº 4.996)

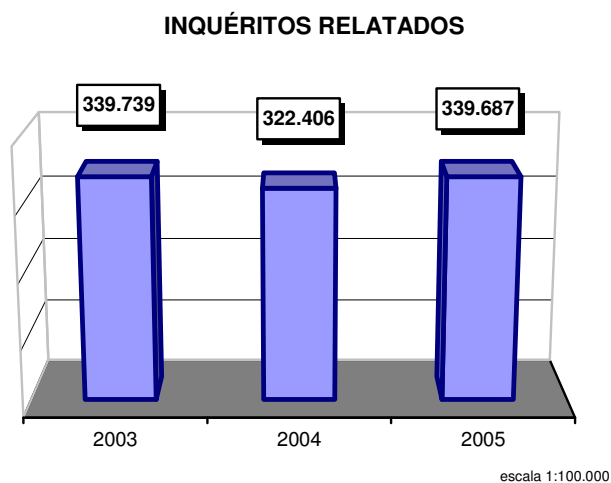
2003	2004	2005
4.856	4.900	4.900



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	3.200	53,12% acima
2004	3.000	63,33% acima

13. quantidade de inquéritos relatados no exercício das ações de polícia judiciária e das delegacias participativas (ação nº 4.989)

2003	2004	2005
339.739	322.406	339.687



EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	330.000	2,93% acima
2004	330.000	2,30% abaixo

14. quantidade de pessoas detidas nas delegacias

	2003	2004	2005
TOTAL	24.906	22.601	17.242



	2003	2004	2005
<b>Presos provisórios aguardando decisão judicial</b>	17.293	16.432	11.010

	2003	2004	2005
<b>Presos condenados aguardando vagas em penitenciárias</b>	7.613	6.169	6.232

### CONSIDERAÇÕES

- ✓ a análise, em base de testes, entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, relativamente ao exercício de 2005, indicou que as duas peças orçamentárias estão, adequadamente, compatíveis.



✓ a observação dos indicadores mais significativos, dentre os selecionados, mostra que:

- o efetivo de policiais se manteve praticamente estável nos três exercícios medidos, aproximadamente 36.500 civis e 88.500 militares;
- houve significativo aumento, em 2005, no número de cursos direcionados aos policiais civis, no âmbito do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade, em torno de 130% em relação aos dois exercícios anteriores e 266% acima da meta prevista na LOA de 2005;
- já o número de policiais militares formados, treinados e aperfeiçoados, em 2005, retornou ao patamar de 2003, em torno de 77.500, após ter-se verificado pequeno acréscimo de  $\cong 2,25\%$  em 2004;
- chamou a atenção o fato do número de policiais militares envolvidos no Programa de Policiamento Ostensivo, em 2005, ter apresentado decréscimo da ordem de 22% quando comparado ao exercício de 2003; para os exercícios de 2004 e 2005, em relação às metas estipuladas, os resultados ficaram 71,83% abaixo;
- a frota de veículos da Secretaria de Segurança Pública registrou sensível acréscimo no período 2003/2005, da ordem de 36%, com destaque para a frota da polícia militar, em torno de 49%;
- as quantidades de armas adquiridas tiveram comportamento assimétrico no período 2003/2005, com um pico em 2004, refletindo a política de compras;

- em relação aos coletes de proteção as aquisições evoluem ano a ano atingindo, no período 2003/2005, crescimento de 122,18%;
- a quantidade de presos provisórios aguardando decisão judicial nas delegacias, no período 2003/2005, foi reduzida em 36,33%;
- quanto aos presos condenados aguardando vagas em penitenciárias, a redução foi de 18,14%.

**INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS APROVADOS NO PLANO PLURIANUAL 2004/2007**

- item 4 - desempenho abaixo do esperado decorreu de modificações nos currículos das crianças e adolescentes;
- item 7 - o desempenho abaixo do previsto foi justificado em função das diferenças de indicadores, ou seja, na elaboração do PPA adotou-se o critério de "turno de serviço" ao passo que na LDO e na LOA foi considerado total de efetivos.

**SECRETARIA DOS TRANSPORTES**

1. número de acidentes reduzidos no Programa de Segurança e Fiscalização Rodoviária no âmbito da ação de implementação de medidas voltadas à redução de acidentes rodoviários (programa 1604 - ação nº 4899):

2003	2004	2005
33.701	36.591	36.548

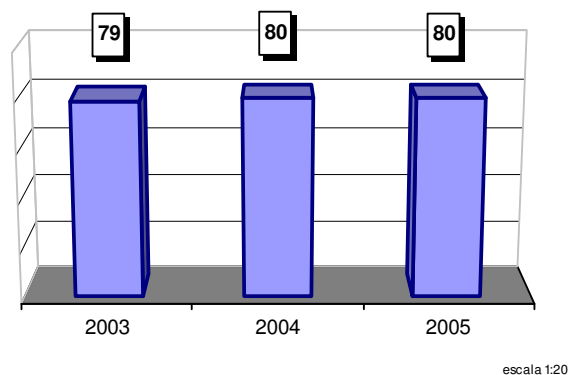


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	34.468	6,03% acima
2004	34.816	5,09% acima

2. número de postos de pesagem implantados e operados no âmbito do Programa de Operação e Controle de Rodovias (programa 1605 - ação nº 4901):

2003	2004	2005
79	80	80

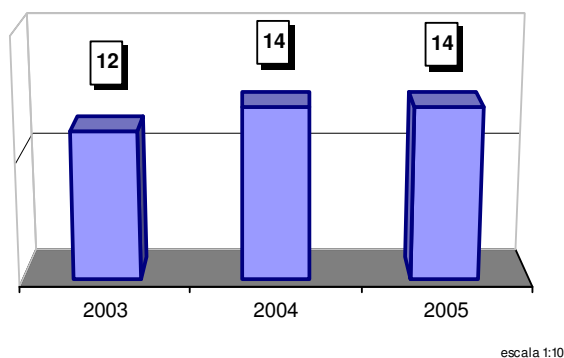
Observação do GTA: A Secretaria informou o total dos postos de pesagem existentes.

**NÚMERO DE POSTOS DE PESAGEM**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	REALIZADO	DESEMPENHO
2005	5	0	-
2004	10	1	90% abaixo

3. número de praças de pedágio implantadas e operadas no âmbito do Programa de Operação e Controle de Rodovias (programa 1605 - ação nº 4902):

2003	2004	2005
12	14	14

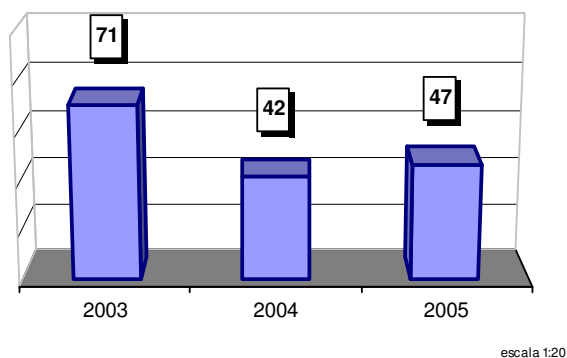
**NÚMERO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO IMPLANTADAS E OPERADAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	8	75% acima
2004	8	75% acima

4. quantidade de quilômetros de rodovias estaduais implantadas e/ou duplicadas no âmbito do Programa de Recuperação, Ampliação de Capacidade e Modernização da Malha Rodoviária (programa 1606 - ação nº 1418):

2003	2004	2005
71	42	47

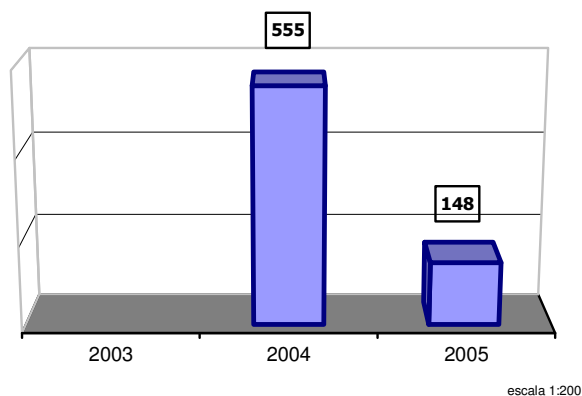
Observação da Secretaria: Ação mensurada a partir de 2005 para Dersa (10 km)

**QUILÔMETROS DE RODOVIAS IMPLANTADAS E/OU DUPLICADAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	180,1 km	73,90% abaixo
2004	72,8 km	42,30% abaixo

5. quantidade de quilômetros de rodovias estaduais recuperadas no âmbito do Programa de Recuperação, Ampliação de Capacidade e Modernização da Malha Rodoviária (programa 1606 - ação nº 1126):

2003	2004	2005
--	555	148

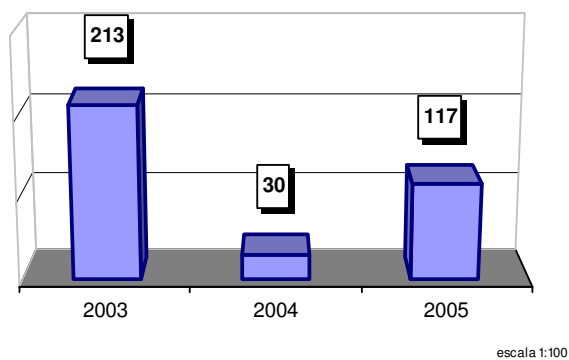
**QUILÔMETROS DE RODOVIAS ESTADUAIS RECUPERADAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	520 km	71,53% abaixo
2004	592,2 km	6,28% abaixo

6. quantidade de quilômetros de rodovias estaduais restauradas no âmbito do Programa de Recuperação, Ampliação de Capacidade e Modernização da Malha Rodoviária (programa 1606 - ação nº 1419):

2003	2004	2005
213	30	117

Observação da Secretaria: para o Dersa esta ação mensurada em 2004 (2 km), sendo que em 2005 os recursos originalmente alocados nesta ação foram transferidos para o Programa 1606 - ação 1418.

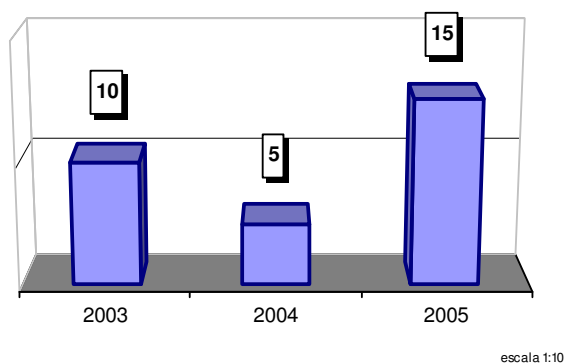
**QUILÔMETROS DE RODOVIAS ESTADUAIS RESTAURADAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	69,3 km	68,83% acima
2004	226,3 km	86,74% abaixo

7. número de aeroportos modernizados no âmbito do Programa de Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária (programa 1607 - ação nº 1110):

2003	2004	2005
10	05	15



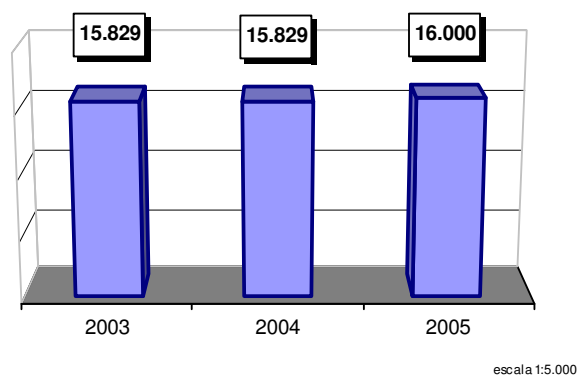
**NÚMERO DE AEROPORTOS MODERNIZADOS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	31	51,61% abaixo
2004	31	83,87% abaixo

8. quantidade de quilômetros da malha rodoviária com conservação e sinalização executadas no âmbito do Programa Conservação da Malha Rodoviária (programa 1609 - ação nº 4907) :

2003	2004	2005
15.829	15.829	16.000

**QUILÔMETROS DA MALHA RODOVIÁRIA COM CONSERVAÇÃO E  
SINALIZAÇÃO**

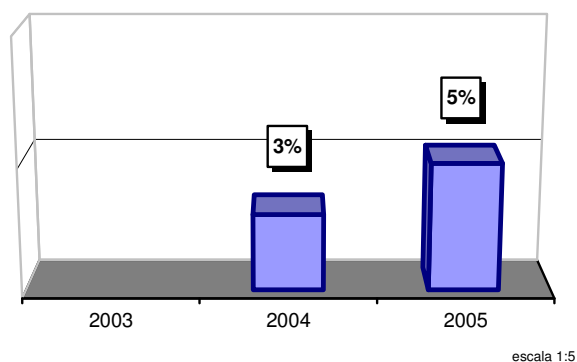


EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	15.671 km	2,10% acima
2004	15.500 km	2,12% acima

9. percentual atingido de construção do Rodoanel "Mário Covas" (programa 1611 - ação nº 1420):

2003	2004	2005
	3%	5%

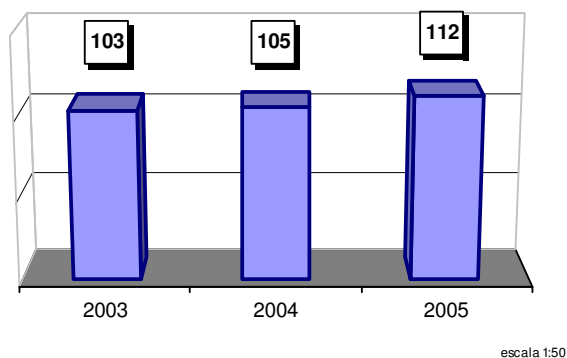
Observação da Secretaria: ação mensurada em percentual a partir da implantação do  
PPA-2004/2007

**PERCENTUAL ATINGIDO DE CONSTRUÇÃO DO RODOANEL**

Observação do GTA: Não há previsão de metas nas Leis Orçamentárias para os exercícios de 2004 e 2005.

10. quantidade de empresas fiscalizadas no Programa de Fiscalização e Regulação dos Serviços Delegados, Permitidos e Autorizados relativamente ao Transporte Coletivo de Passageiros (programa 1603 - ação nº 4912):

2003	2004	2005
103	105	112

**EMPRESAS FISCALIZADAS**

EXERCÍCIO	METAS (LOA)	DESEMPENHO
2005	678	83,48% abaixo
2004	892	88,22% abaixo

**CONSIDERAÇÕES**

Relativamente ao exercício de 2005, nas ações selecionadas, observamos que determinadas metas da LOA divergem daquelas consignadas na LDO, das quais as mais significativas:

- Programa 1604 - Ação 4899 (item 1)
  - LOA 34.468 acidentes reduzidos
  - LDO 37.788 acidentes reduzidos
- Programa 1605 - Ação 4901 (item 2)
  - LOA 5 postos de pesagem implantados
  - LDO 8 postos de pesagem implantados
- Programa 1606 - Ação 1418 (item 4)
  - LOA 180,1 km de rodovias estaduais implantados e/ou duplicados
  - LDO 990 km de rodovias estaduais implantados e/ou duplicados

- Programa 1606 - Ação 1419 (item 6)
  - LOA 69,3 km de rodovias estaduais restauradas
  - LDO 900 km de rodovias estaduais restauradas
  
- Programa 1611 - Ação 1420 (item 9)
  - LOA sem previsão
  - LDO 28,5% de construção do Rodoanel

**INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS APROVADOS NO PLANO PLURIANUAL 2004/2007**

- item 2 - não houve realização por falta de dotação;
- item 4 - o desempenho abaixo do esperado ocorreu por estimativa inadequada da meta;
- item 5 - idem a anterior;
- item 7 - argumenta que foram priorizados alguns aeroportos dentro das possibilidades orçamentárias;
- item 8 - a justificativa para o não cumprimento da meta foi o quadro de fiscais insuficientes.

**XII - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS "IN LOCO"**

Desenvolvemos, "in loco", trabalhos de levantamento e avaliação de ações de interesse específico para uma análise dos resultados obtidos no exercício, o que se constitui em procedimento de rotina no acompanhamento da gestão governamental.

Os roteiros nas regiões de Presidente Prudente e Marília e nas cidades de São José do Rio Preto, Guarulhos e

São Paulo, atenderam pauta de atividades definida com o Gabinete do eminente Conselheiro Relator, em 06/07/05.

Na Secretaria da Fazenda objetivamos, basicamente, o conhecimento das ações desenvolvidas pelas Delegacias Regionais Tributárias - DRT's e, na Sede desta Pasta, a verificação dos procedimentos de controle e contabilização das receitas, cobrança e fiscalização.

As demais ações acompanhadas foram: o projeto "Viva Leite"; os programas habitacionais implementados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU; a avaliação do Programa "Escola da Família"; os critérios de apropriação de gastos da FEBEM e a situação geral da Unidade selecionada, a verificação das atividades de entidades que acompanham os menores infratores em regime de "liberdade assistida"; os testes de pessoal em escolas públicas estaduais; a metodologia de rateio das despesas de educação e de saúde nas Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto.

Referidos roteiros ocorreram durante o acompanhamento anual realizado por este Grupo de Trabalho e nos períodos de 15 a 21/08, na região de Presidente Prudente, de 22 a 26/08 na região de Marília, de 08 a 10/11 em São José do Rio Preto e no dia 21/11 em Guarulhos.

Passamos a relatar os resultados dos trabalhos realizados, por tópicos:

- **RECEITAS**

Por sua relevância, concentramos nosso foco de atenção no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

As etapas para alcançar o escopo definido pelo GTA foram realizadas junto às Coordenadorias Financeira (CAF) e Tributária (CAT), envolvendo ainda as Delegacias Regionais Tributárias (DRT's), as Diretorias Executiva de Administração Tributária (DEAT), de Arrecadação (DA), de Informações (DI), o Departamento de Finanças do Estado (DFE) e a Contadoria Geral do Estado (CGE).

**DA FISCALIZAÇÃO**

O planejamento e o controle da fiscalização tributária são atividades precípuas da Diretoria Executiva de Administração Tributária - DEAT.

A DEAT é composta por uma diretoria e 18 delegacias regionais tributárias, sendo a primeira composta por um diretor executivo, diretores adjuntos, assistentes fiscais, supervisores de fiscalização, equipes e Núcleos de Apoio de Recursos Humanos.

Relativamente à programação da fiscalização, a DEAT adota tanto o planejamento centralizado (realizado na própria diretoria com a colaboração dos delegados regionais tributários), como o descentralizado, feito nas Delegacias Regionais Tributárias - DRT's.

O planejamento centralizado envolve as atividades de fiscalização setorial, fiscalização especialista, inteligência fiscal, fiscalização especial, procedimentos específicos nas operações de crédito acumulado, substituição tributária e regimes especiais, englobando, ainda, assistência operacional de fiscalização e assistência fiscal de informação, avaliação e controle.

Cumpre destacar que a fiscalização setorial estuda os setores econômicos para obter conhecimento acerca das operações a serem fiscalizadas, acompanhando toda a cadeia produtiva - os planos de trabalho são elaborados por supervisores e assistentes e submetidos à apreciação do respectivo diretor.

A sua divisão leva em conta o Código Nacional da Atividade Econômica (CNAE) e as atividades são ligadas a produtos metalúrgicos - máquinas e equipamentos - eletro eletrônicos - automotivos - minerais não metálicos - madeiras, móveis e papel - químicos e petroquímicos - plásticos e borracha - alimentos - produtos farmacêuticos e de perfumaria - bebidas - embalagens.

Já a fiscalização especialista envolve o acompanhamento das atividades ligadas à energia elétrica e telecomunicações - combustíveis - redes de estabelecimentos - armazéns gerais e transportadoras - comércio exterior.

Quanto ao planejamento descentralizado, alcança os demais contribuintes das regiões e, eventualmente, os integrantes dos universos das áreas centralizadas, mediante



autorização da DEAT, sendo o planejamento elaborado por equipes de Assistentes Fiscais.

Observamos, também, que a fiscalização das operações de varejo é planejada e executada na própria DRT, sendo informado à DEAT o plano de trabalho adotado.

O Anexo I do Ofício DEAT, Série "O & M" nº 08/2001, estabelece como devem ser elaborados os Planos de Trabalho onde estão definidas as diretrizes de cada ação fiscal, o universo de contribuintes a que se referem, os critérios de seleção, as formas e procedimentos de acionamento, a alocação de recursos (fiscais-dias), o cronograma e mecanismos de controle e avaliação.

Após estabelecer-se o universo de contribuintes abrangidos pelo plano de trabalho, são definidos os critérios de seleção das empresas que serão alvo dos acionamentos previstos em determinado período.

Foram estabelecidos os seguintes critérios para a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados: crédito próximo ao débito, saldo credor continuado, outros créditos e estorno de débitos, crédito indevido, crédito de importação maior que o valor recolhido, relação entre arrecadação e faturamento, inconsistência nas transferências dentro do Estado, metodologia consenso, comportamento tributário após ação fiscal, simulação de operações diferidas como não diferidas, omissão de GIA, coeficiente de imposto creditado, coeficiente de imposto debitado, distorções no enquadramento do CNAE, informações da Receita Federal, comportamento divergente do setor, irregularidades apuradas durante programa imagem, pedido de verificação fiscal, irregularidades

verificadas em contribuintes acionados por operações específicas, variação negativa de arrecadação, indícios de não recolhimento do ICMS por importação, indícios de simulação de exportações, indícios de simulação de operações interestaduais, indícios de inatividade do estabelecimento, índice de valor agregado negativo, divergência entre saídas dos fornecedores e entradas declaradas em "GIA" e "DIPAM", irregularidades na apuração do débito do imposto, abertura recente com débitos elevados e baixo recolhimento ou omissão de "GIA", risco/indício de dano ao erário decorrente de processo judicial e denúncias.

Além dos critérios ora citados, tem-se também, como motivação de acionamentos fiscais, solicitações externas (Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia, Procuradoria do Estado, Fiscos Municipais) e Trabalhos de Ofício (crédito acumulado, ressarcimento de imposto).

Considera-se, ainda, a limitação dos recursos aplicáveis, estando os critérios desenvolvidos de acordo com o número de fiscais disponíveis.

Na seleção dos contribuintes são elaboradas tabelas ou planilhas com a relação das empresas e dos estabelecimentos que serão alvo das ações delimitadas, separadas de acordo com o tipo de acionamento a ser desenvolvido, com os seguintes dados de identificação: CNPJs, Inscrições Estaduais, nomes das entidades e o Código Nacional da Atividade Econômica.

Dependendo do tipo de acionamento são especificados procedimentos de fiscalização para cada empresa ou grupo de empresas definidas pelos critérios de seleção.

Também são elaborados cronogramas que contemplam todas as atividades previstas no plano de trabalho, considerando a disponibilidade de "fiscais-dia", sendo indicadas as ações, datas de início e fim, durações, responsáveis e vínculos entre tarefas.

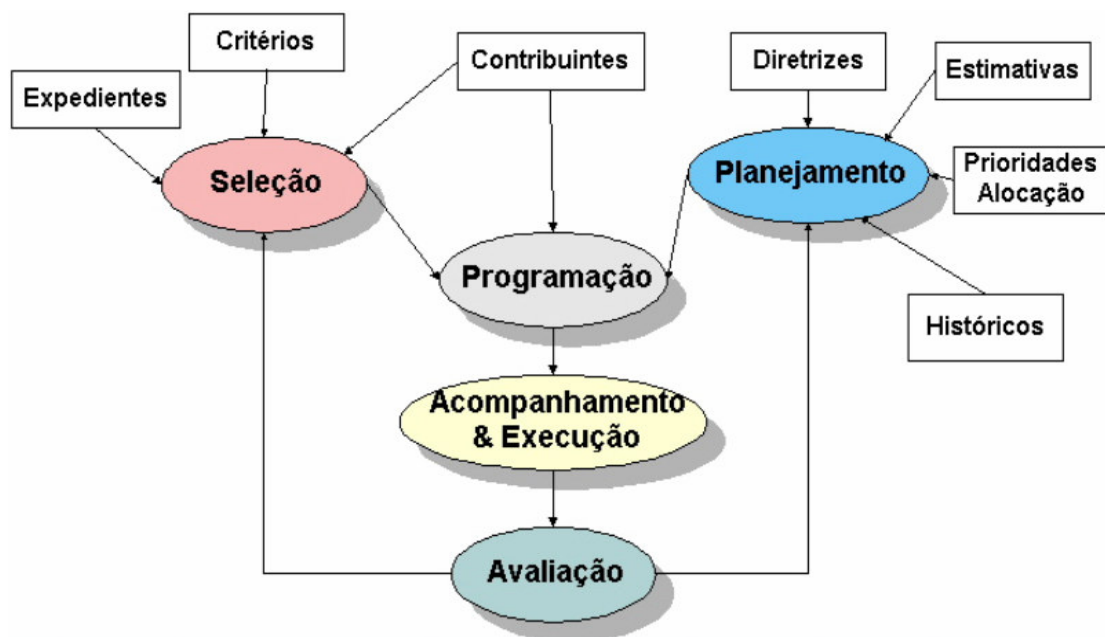
Quanto às fiscalizações que não estão no plano de trabalho, a ação fiscal é precedida de autorização de um supervisor da DEAT.

Em ações fiscais que visem atender as demandas externas (advindas de outros órgãos públicos), é dispensada autorização da DEAT, podendo a iniciativa partir do Delegado Regional Tributário.

A execução dos planos de trabalho é realizada pelas DRT's, que compreendem 52 Inspectores Fiscais (2 a 5 por Núcleo/DRT), 2036 Agentes Fiscais de Rendas (AFRs), formando Equipes (8 a 12 por equipe, sendo um Coordenador), vinculadas aos Inspectores (2 a 4 equipes por Inspetor).

Como procedimento utiliza-se o "Manual de Técnicas Fiscais (MTF) e de Serviços Fiscais (MSF): padronização de rotinas e procedimentos".

O fluxograma a seguir ilustra as etapas a serem seguidas para as ações de fiscalização:



## DOS RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria da Fazenda apresenta os seguintes quantitativos de fiscalizações:

TIPO DE TRABALHO	ANO	2003	2004	2005
	SITUAÇÃO			
AUDITORIAS	PLANEJADO	10.093	9.903	10.560
	EXECUTADO	8.832	9.122	9.853
	NÃO EXECUTADO	1.261	781	707
OPERAÇÕES	PLANEJADO	21.224	18.068	11.167
	EXECUTADO	19.178	15.613	9.883
	NÃO EXECUTADO	2.046	2.455	1.284

**Ano:** refere-se à data de seleção do contribuinte, que, por exemplo, pode ter sido selecionado em 2003 e o trabalho ter sido iniciado em 2004;

**Operações:** incluem as atividades de monitoramento e acompanhamento conforme descrito no Manual de Técnicas Fiscais;

**Executado/Não Executado:** refere-se a todos os acionamentos que estão em andamento ou que foram concluídos, considerando-se "não executados" aqueles trabalhos selecionados mas cancelados posteriormente ou os não executados por limitação de recursos.

**Planejado:** corresponde à soma dos trabalhos executados e não executados.

No que se refere à lavratura de autos de infração, a Secretaria da Fazenda demonstra os quantitativos a seguir:

Valores em milhares de Reais

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
Valores Anuais	5.871.706	6.732.945	11.193.900
Quantidade de autos	16.370	16.504	15.856

Refere-se aos autos de infração lavrados diretamente pelo Agente Fiscal de Rendas, não incluindo aqueles gerados automaticamente (tais como de IPVA's eletrônicos).

Foi indicado pela Secretaria da Fazenda o seguinte incremento anual da receita em decorrência das ações de fiscalização:

Valores em milhares de Reais

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
Incremento da receita	-2.074.300	427.900	900.700

Como metodologia aplicada para apuração do incremento da receita, a administração informa que tem adotado o indicador "esforço fiscal", com o objetivo de aferir o desempenho da arrecadação do ICMS, com abstração do efeito da atividade econômica.

O indicador tem por significado a variação da arrecadação de um exercício em relação à arrecadação do exercício imediatamente anterior, corrigida pela variação do Produto Interno Bruto - PIB Tributável Paulista.

O Esforço Fiscal, estendido à arrecadação como um todo, corresponde ao somatório algébrico do incremento verificado nos diversos setores econômicos.

A Secretaria da Fazenda indicou também o seguinte número de fiscais disponíveis nos exercícios de 2003 a 2005:

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
Número de Fiscais	3.468	3.396	3.337

Segundo a Secretaria da Fazenda, excluindo a arrecadação proveniente da dívida ativa, a receita arrecadada oriunda dos autos de infração, apresentou os seguintes valores:

Valores em milhares de Reais			
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
Arrecadação	42.257	62.714	90.383
(+)Arrecadado em Anistia	183.036	0	0
(=)Receita Arrecadada Total	225.293	62.714	90.383

## DA COBRANÇA

Por intermédio do Decreto 44.566, de 20/12/99, foram criadas Unidades Fiscais de Cobrança, proporcionando um conceito de ações planejadas e coordenadas, integradas às atividades da Assistência Fiscal da Diretoria de Arrecadação (DA) e às atividades dos Núcleos de Fiscalização.

No Plano de Trabalho, elaborado de acordo com o Ofício Circular DA/DEAT nº 02/2004, descrevem-se os procedimentos para seleção de contribuintes e para acionamento da cobrança.

Para a seleção dos contribuintes, previamente, a Assistência Fiscal de Cobrança da Diretoria de Arrecadação

(DA) analisa os maiores inadimplentes e elabora relação, da qual será extraída uma quantidade de contribuintes proporcional ao porte da Delegacia Regional Tributária (DRT) a que se refere.

Essa relação é encaminhada às Unidades Fiscais de Cobrança das DRT's para triagem. Estas, após análise, sugerem à DA e ao respectivo Delegado Regional Tributário, o tipo de acionamento mais adequado a cada contribuinte, devolvendo a relação com essas sugestões à Assistência Fiscal de Cobrança da Diretoria de Arrecadação (DA).

A Assistência Fiscal de Cobrança, então, encaminhará estas relações à Assistência Operacional de Fiscalização da DEAT, que as distribuirá aos Supervisores das Fiscalizações Setoriais e Especialistas para autorização dos acionamentos relacionados às suas áreas de atuação, retornando à Assistência Operacional de Fiscalização.

De posse da relação de contribuintes, a Assistência Operacional de Fiscalização (AOF) a enviará à AFIAC - Assistência Fiscal de Informação, Avaliação e Controle da DEAT, com cópia destinada à DA, disponibilizando as informações no sistema CPROGFISC para acionamento pelos Núcleos de Fiscalização.

Também serão disponibilizados no Sistema CPROGFISC, os contribuintes que estão "fora de setoriais".

No que se refere ao acionamento de cobrança, a execução das atividades está a cargo das Unidades Fiscais de Cobrança (UFCs), localizadas nas Diretorias Regionais Tributárias.

As formas de acionamento utilizadas são acompanhamentos, visitas, levantamento de bens e direitos, plantão em estabelecimentos e a cobrança de inadimplentes na renovação da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais.

Em caso de solicitação do contribuinte, os programas utilizados para o controle da cobrança estavam permitindo o parcelamento de débitos em até 4 pagamentos, nos termos estabelecidos pela Resolução SF nº 36, vigente à época deste trabalho.

No caso dos contribuintes mais representativos, a DEAT, pelas Setoriais, Especialistas e DRT's, realiza monitoramento mensal dos correspondentes recolhimentos.

Se houver discrepância decorrente da apuração do imposto, as distorções são apuradas pela DEAT por meio das ações de fiscalização e, no caso de não haver o recolhimento correspondente ao imposto apurado, as distorções são apuradas pela DA em conjunto com a DEAT pelas ações de cobrança.

Em relação aos resultados obtidos nas ações de cobrança, a Secretaria da Fazenda informa a seguinte situação:

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
Quantidade Média Mensal de Notificações	22.666	27.581	26.321
Percentual de notificações que resultaram em recolhimento do Tributo	28,19%	26,48%	31,60%



**DAS DELEGACIAS REGIONAIS TRIBUTÁRIAS - DRT's**

Para acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelas DRT's, estivemos na Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente - DRT/10, na Delegacia Regional Tributária de Marília - DRT/11, na Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto - DRT/08 e na Delegacia Regional Tributária de Guarulhos - DRT/13, onde observamos o que segue:

**Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente - DRT/10**

A estrutura da DRT se constitui do Delegado Regional, da Assistência Fiscal do Delegado, composta pelo Corpo de Assistentes Fiscais, do Núcleo de Informações, do Inspetor Fiscal de Atendimento, dos Postos Fiscais de Atendimento ao Público, da Unidade Fiscal de Cobrança, do Núcleo de Fiscalização, composto por dois Inspetores Fiscais e Corpo de Assistentes Fiscais, e pelas equipes de fiscalização, atualmente com 53 Agentes Fiscais de Renda distribuídos em 5 equipes para o exercício da fiscalização direta de tributos.

Os Postos Fiscais de Atendimento ao Público são constituídos por seis postos fiscais avançados e 1 posto fiscal especializado.

A competência dos postos fiscais avançados limita-se aos atendimentos e orientações ao público em assuntos de sua alçada, aí incluídas as aberturas, alterações cadastrais e cancelamentos de inscrições no Cadastro de Contribuintes do ICMS, recepção e decisão sobre pedidos de

autorização para impressão de documentos fiscais e sobre pedidos de reconhecimento de isenção, imunidade e demais benefícios fiscais do ICMS e do IPVA, recepção e encaminhamento de denúncias referentes a contribuintes do Estado de São Paulo, além de outras atribuições decorrentes de legislação específica;

Já a competência do posto fiscal especializado compreende os serviços fiscais relacionados ao crédito acumulado, à substituição tributária, aos pedidos de restituição / compensação, ao comércio exterior, aos regimes especiais, ao reconhecimento de isenção pertinente ao ICMS relativo a operação de importação e ao atendimento ao público a propósito destes assuntos.

A área de atuação da DRT/10 abrange 56 municípios, alcançando 20.111 estabelecimentos comerciais e industriais e 40.380 produtores rurais.

Os serviços fiscais implementados pela DRT/10 compreendem a **fiscalização setorial**, a **auditoria fiscal e contábil** e o **monitoramento da arrecadação**, relacionados ao ICMS. Também contemplam a fiscalização do **IPVA** e ações específicas como as denominadas **"Operação de Olho na Bomba"** e **"Operação Açúcar e Alcool"**. Além destes, a DRT/10 desenvolve serviços de fiscalização volante, plantões rodoviários, localização ao contribuinte, plantões em estabelecimentos, impacto em contribuintes que apresentem suspeita de irregularidades fiscais e demais atividades necessárias no caso de indícios de práticas lesivas.

A **fiscalização setorial** parte de diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva da Administração

Tributária e a execução a cargo da DRT, com a fiscalização dos contribuintes enquadrados em cada núcleo das respectivas setoriais - atualmente a DRT/10 desenvolve acionamentos fiscais nas setoriais de **alimentos, automotivos, bebidas, eletroeletrônicos, farmacêuticos e perfumaria, metalúrgicos, madeiras/móveis e papel, plásticos e borracha, químicos e petroquímicos e embalagens.**

A partir de 1º de outubro, conforme informações do DEAT, foram acrescentadas as setoriais de **Minerais Não Metálicos e Máquinas e Equipamentos.**

Além da Fiscalização Setorial existe a **Especialista** que compreende: os preços administrados (energia, combustível e telecomunicação), Grande Rede de Varejo e Armazéns Gerais e Transportadoras.

A propósito, a seleção de contribuintes a serem fiscalizados é feita pela Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT, com base no banco de dados existente na Secretaria da Fazenda - SEFAZ, obedecendo a critérios técnicos (saldo credor continuado, arrecadação abaixo da mediana do setor, relação débito/crédito do imposto incompatível com outras empresas do mesmo porte, etc.).

A **auditoria fiscal e contábil** objetiva alcançar os contribuintes que não integram os núcleos das setoriais e das especialistas ou, se as integram, que não estejam sob acionamento preventivo ou repressivo - a DRT desenvolve regularmente trabalhos de auditoria fiscal e contábil junto aos estabelecimentos que apresentem indícios de desvio de comportamento, assim entendido aqueles contribuintes que

apresentem Índice de Valor Agregado abaixo da mediana apurado pela Secretaria da Fazenda.

**No monitoramento** da arrecadação, em relação à DRT/10, tem-se o prosseguimento dos serviços fiscais iniciados no ano anterior, os quais têm a denominação de OPERAÇÃO MONITORAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS, cujas atividades desenvolvem-se através da análise trimestral das informações de um grupo determinado de contribuintes, a partir da base de dados da Secretaria da Fazenda e de outras informações buscadas junto aos contribuintes - o programa é desenvolvido através de fase operacional única, com a coleta e análise das informações dos contribuintes selecionados, adotando-se como parâmetros os valores declarados nos mesmos períodos do ano anterior pelo mesmo contribuinte.

Ainda em relação ao **monitoramento da arrecadação**, a operação tem caráter eminentemente preventivo, mas em função de determinadas circunstâncias, podem ser iniciados trabalhos de auditoria fiscal e contábil - trimestralmente, após análise das informações em relação a cada estabelecimento, o Núcleo de Fiscalização emite um comunicado para cada contribuinte selecionado, diretamente para o endereço eletrônico previamente fornecido pelo monitorado, noticiando a sua situação fiscal, ou seja, é dado conhecimento se o nível de recolhimento de ICMS está dentro dos parâmetros esperados pela Secretaria da Fazenda.

#### **Delegacia Regional Tributária de Marília - DRT/11**

A concepção de fiscalização da DRT/11 não difere, substancialmente, da DRT/10, permanecendo as considerações quanto às setoriais, à seleção de contribuintes a serem fiscalizados e a possibilidade da DRT criticar a

seleção feita pela DEAT podendo propor, inclusive, a inclusão ou a exclusão de contribuintes diante de razões pertinentes, ou seja, a referida seleção é compartilhada pela DRT e pela DEAT, à elaboração do Plano de Trabalho pela DEAT e correspondente execução pela DRT.

Os **planos de trabalho regionais** são elaborados pela DRT que os submete à aprovação da DEAT - a seleção de contribuintes e a execução são de responsabilidade da DRT.

A DRT/11 implantou os seguintes planos de trabalho:

Monitoramento dos 30 maiores contribuintes - é realizado por Assistente Fiscal da DRT com reunião mensal de avaliação, que conta com a presença do Delegado Regional Tributário, Inspetores Fiscais, Chefe da Unidade Fiscal de Cobrança, Chefe do Núcleo de Informação, Assistente Fiscal do Delegado Regional Tributário responsável pelo monitoramento e os Coordenadores das Equipes de Fiscalização;

Verificação de Crédito do Produtor Rural - este Plano de Trabalho envolve as Chefias dos Postos Fiscais, os Núcleos e Equipes de Fiscalização - de acordo com a legislação, o Produtor Rural está obrigado a apresentar, no Posto Fiscal de sua vinculação, a relação mensal das suas aquisições e dos créditos decorrentes, sendo que uma primeira triagem é feita pelos Chefes dos Postos Fiscais que analisam a compatibilidade das compras e créditos declarados com a produção vendida e a área de produção - o Núcleo de Fiscalização é responsável pela seleção de contribuintes que terão seus créditos fiscalizados, normalmente observando critério de relevância ou mesmo indicações das Chefias dos Postos Fiscais.

**Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto - DRT/08**

A estrutura e concepção de fiscalização seguem os padrões definidos para todas as DRT's, conforme já exposto.

A regional atua em 100 municípios alcançando, aproximadamente, 65.000 contribuintes e, destes, 45.000 pertencem ao setor agrícola. Além desse, os mais significativos são os setores de comércio e de serviços.

**Delegacia Regional Tributária de Guarulhos - DRT/13**

Esta delegacia conta com três Núcleos de Fiscalização, cada qual com quatro equipes, nas quais estavam lotados, à época, 117 (cento e dezessete) Agentes Fiscais de Rendas.

Os Postos Fiscais de Atendimento ao Público são constituídos por quatro postos fiscais avançados e um especializado, contando com 40 (quarenta) funcionários administrativos.

A área de atuação abrange onze municípios, alcançando 41.921 unidades de estabelecimentos comerciais e industriais e 2.720 produtores rurais.

**Ponderações sobre as DRT's e a DEAT**

O SINTEGRA abrange cerca de 13.000 contribuintes paulistas, responsáveis por quase 90% das operações de compra e venda interestadual, que já se encontram notificados para entrega, por meio eletrônico, mensalmente, das informações relativas às

suas operações, sendo que o cruzamento de dados é feito pela DEAT e as inconsistências determinarão os contribuintes a serem fiscalizados pelas DRT's.

Anotamos a existência do CONSELHO GESTOR DE AÇÕES CONJUNTAS DE COMBATE À EVASÃO FISCAL - CEVAF que, mediante convênio firmado com a Procuradoria Geral do Estado, executa ações conjuntas de combate à evasão fiscal (recebimento da dívida inscrita e não inscrita).

A partir do exercício de 2004, implantou-se o REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DO IMPOSTO (ICMS), que consiste na inclusão do "devedor contumaz" o qual passa a fazer o recolhimento do imposto com prazos mais reduzidos - a seleção dos contribuintes é feita pela DRT, por meio de criterioso procedimento de avaliação, caso a caso, e a implantação do Regime envolve a Chefia do Posto Fiscal de vinculação do contribuinte e as Equipes de Fiscalização Direta dos Tributos, sendo que o acompanhamento da execução é feito pelo Posto Fiscal e por Assistente Fiscal do Delegado Regional Tributário.

#### **DA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS**

Com o imprescindível apoio do Departamento de Tecnologia da Informação deste Tribunal e de suas Diretorias de Sistema (DSis) e de Tecnologia (DTec), iniciamos trabalho com o intuito de verificar a utilização dos sistemas eletrônicos adotados na arrecadação e controle das receitas estaduais.

Para tanto, este Grupo Técnico procedeu à elaboração de questionários destinados à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a qual, em resposta, ofertou as seguintes informações acerca do controle de acesso aos seus sistemas informatizados:

Para arrecadação e controle das receitas é utilizado o Sistema Informatizado de Arrecadação e Controle-SIAT, composto de aplicações que rodam em "mainframe" e em plataforma baixa, cada uma delas com suas características específicas de segurança. As aplicações do SIAT têm interfaces e funcionalidades que, de alguma forma, exigem acesso específico.

#### **DO ACESSO EXTERNO NO SISTEMA INFORMATIZADO**

O mecanismo de armazenamento das senhas para acesso externo aos sistemas que rodam na plataforma baixa, é o MD5 (algoritmo de criptografia sem volta - HASH). O armazenamento de senhas para acesso às aplicações que rodam no "mainframe" é feito em uma partição sem acesso ao público externo.

No acesso externo, não é possível a obtenção indevida dos dados de senha via sistema, tendo em vista o armazenamento ocorrer já criptografado, não sendo possível, também, a descriptografia e, no Mainframe, não há como acessar esses dados por tratar-se de sistema não aberto.

O tráfego de pacotes de dados na rede ocorre dentro do protocolo de segurança HTTPS, estabelecido entre o cliente e o servidor SEFAZ, não sendo possível obtê-los em



função de ser uma comunicação direta (rede privada) entre PRODESP e SEFAZ.

O protocolo utilizado para interligação entre o Controle de Acesso e o aplicativo é um identificador interno de sessão, armazenado no banco de dados e possui um período de expiração compatível com os requisitos das aplicações tributárias, não sendo possível a ocorrência de ataques como o "spoofing", uma vez que o identificador interno é validado juntamente com o endereço IP da máquina requisitante a cada acesso do sistema.

Não há possibilidade de usuários externos acessarem o banco de dados diretamente, uma vez que o acesso ao banco só se dá por uma aplicação, com suas funcionalidades específicas.

Quanto ao recebimento da Guia de Informações Fiscais (GIA), o gerador de dados, antes da transmissão do contribuinte, faz a autenticação e compactação do arquivo por algoritmo exclusivo da própria SEFAZ, o qual segundo a mesma, redundando em um nível de segurança.

O recibo de confirmação enviado ao contribuinte é uma autenticação dos dados do arquivo, não se constituindo em assinatura digital. É gerado a partir do arquivo e usado para a validação do documento eletrônico. A validação é realizada na recepção do "back-end" do Sistema em baixa plataforma. Só após validado no "back-end" é feito o processamento da GIA no "mainframe".

Em relação à GIA, toda a manipulação tem registro de "log" com as informações necessárias para eventual

rastreamento. Também é mantido "log" do Sistema operacional para verificação de eventuais acessos manuais aos arquivos.

Somente o pessoal interno da SEFAZ autorizado a operar o processamento desses arquivos tem acesso aos arquivos transmitidos e registrados na base de chegada.

A partir do momento da chegada das informações, o contribuinte recebe uma confirmação e um detalhamento (chave de autenticação de volta MD5), garantindo que os dados não poderão ser alterados ou substituídos sem mácula a essa chave.

Quanto às Guias de Arrecadação (GARE's), existe um aplicativo que efetua acertos em casos de erros dos contribuintes ou Bancos. A Gerência de Produto responsável pelo aplicativo tem acesso às informações e é gravado "log" de todas as alterações efetuadas.

A Nossa Caixa envia os comprovantes de depósitos nos Bancos via transmissão EDI, recebendo, também, uma confirmação e um detalhamento na chegada dos dados, impedindo a sua alteração. Com relação às confirmações de pagamento, estas são enviadas em cartucho, o que não permite modificações.

#### **DO ACESSO INTERNO NO SISTEMA INFORMATIZADO**

Os acessos internos efetuados nos aplicativos do SIAT são controlados por senha, sendo possível o rastreamento das alterações efetuadas via "log" dos sistemas. Esses "logs" são mantidos para eventuais levantamentos de acesso às informações e contêm, além dos dados do usuário,

quais funcionalidades foram acessadas, o tipo de acesso e o procedimento efetuado.

No que tange às bases de dados, o acesso só é permitido aos Administradores das Bases de Dados (DBA's) e ao Administrador de Dados, não sendo permitido acesso nem aos desenvolvedores (fábrica) nem aos componentes das Gerências de Produto, que utilizam bases de testes no ambiente de desenvolvimento.

Não é permitida a alteração de dados diretamente na Base. Para garantir que não sejam feitas alterações diretas, o Administrador de Dados é um fiscal da Diretoria de Informações que faz verificações habituais nos "logs" (registros) dos bancos de dados. O único usuário com acesso de gravação é um "super usuário" utilizado excepcionalmente pelos DBA's (funcionários da PRODESP).

Quanto ao processo para desenvolvimento dos Sistemas, o mesmo é controlado por um software de "workflow" que tem duas funcionalidades: o próprio "workflow" e o gerenciador de versões. Atuam em todo o ciclo de desenvolvimento, com controle e versionamento dos artefatos gerados pela SEFAZ.

Como as duas funcionalidades são integradas, só é possível carregar algum objeto na biblioteca para a fase de desenvolvimento (codificação, testes, homologação e produção). Nenhuma alteração de programa entra em produção sem que tenha passado por todas as fases e homologada formalmente pelo Gerente de Produto responsável.

Quando uma alteração é homologada, pela Gerência de Produtos responsável, é gerado pacote com um "label" específico na biblioteca de homologação. Para instalação em ambiente de produção, é feito um pedido formal à Diretoria Adjunta de Integração de Sistemas (única área de interface com a Área de Produção), que por sua vez analisa se o pacote gerado atende às especificações necessárias à implantação e efetua pedido formal (via sistema específico disponibilizado pela Área de Produção) para instalação em produção.

Não há auditoria de código estruturada, sendo adotado um processo de gerenciamento de mudança que permite a rastreabilidade das versões das aplicações em todo o seu ciclo de vida, sendo que, no exercício de 2004, foi realizada auditoria externa pela empresa Price Waterhouse & Coopers, especificamente para os Sistemas de Cadastro e GIA, cujo relatório contém recomendações à Secretaria da Fazenda.

Entendemos, S.M.J., que, mesmo diante da estrutura de controle demonstrada pela Secretaria da Fazenda, há necessidade de estabelecer-se uma análise pró-ativa dos registros de dados (logs), a fim de certificar-se, periodicamente, de eventuais procedimentos não autorizados.

#### **PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E CONTROLE**

Na Coordenadoria da Administração Tributária - CAT e na Coordenadoria da Administração Financeira - CAF, localizadas na Sede da Secretaria da Fazenda, em São Paulo, o Grupo Técnico de Acompanhamento realizou testes a fim de

analisar os procedimentos e controles adotados referentes à Receita.

Aleatoriamente, definiu-se a data de 11/07/2005 para exame da arrecadação do ICMS quanto à certificação do crédito em conta corrente e sua correspondência com os registros operacionais e contábeis.

Dessa forma, enfatizamos a metodologia da arrecadação, do controle financeiro, dos recolhimentos e da contabilização, conforme passaremos a expor:

**a) Da Arrecadação**

Inicialmente, verificamos que os valores arrecadados pelos bancos são depositados, no dia seguinte, em conta corrente do Estado, no Banco Nossa Caixa.

Essa instituição bancária, utilizando meio eletrônico, encaminha diariamente à PRODESP, informações relativas à arrecadação estadual do dia anterior e, por conseguinte, a empresa as disponibiliza, também, para a Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda (DA), oferecendo, nesse momento, relatório diário por tipo de recolhimento.

Mencionado relatório é encaminhado diariamente ao Departamento de Finanças do Estado (DFE), que efetua a conferência com as informações fornecidas pelo Banco Nossa Caixa mediante extrato bancário.

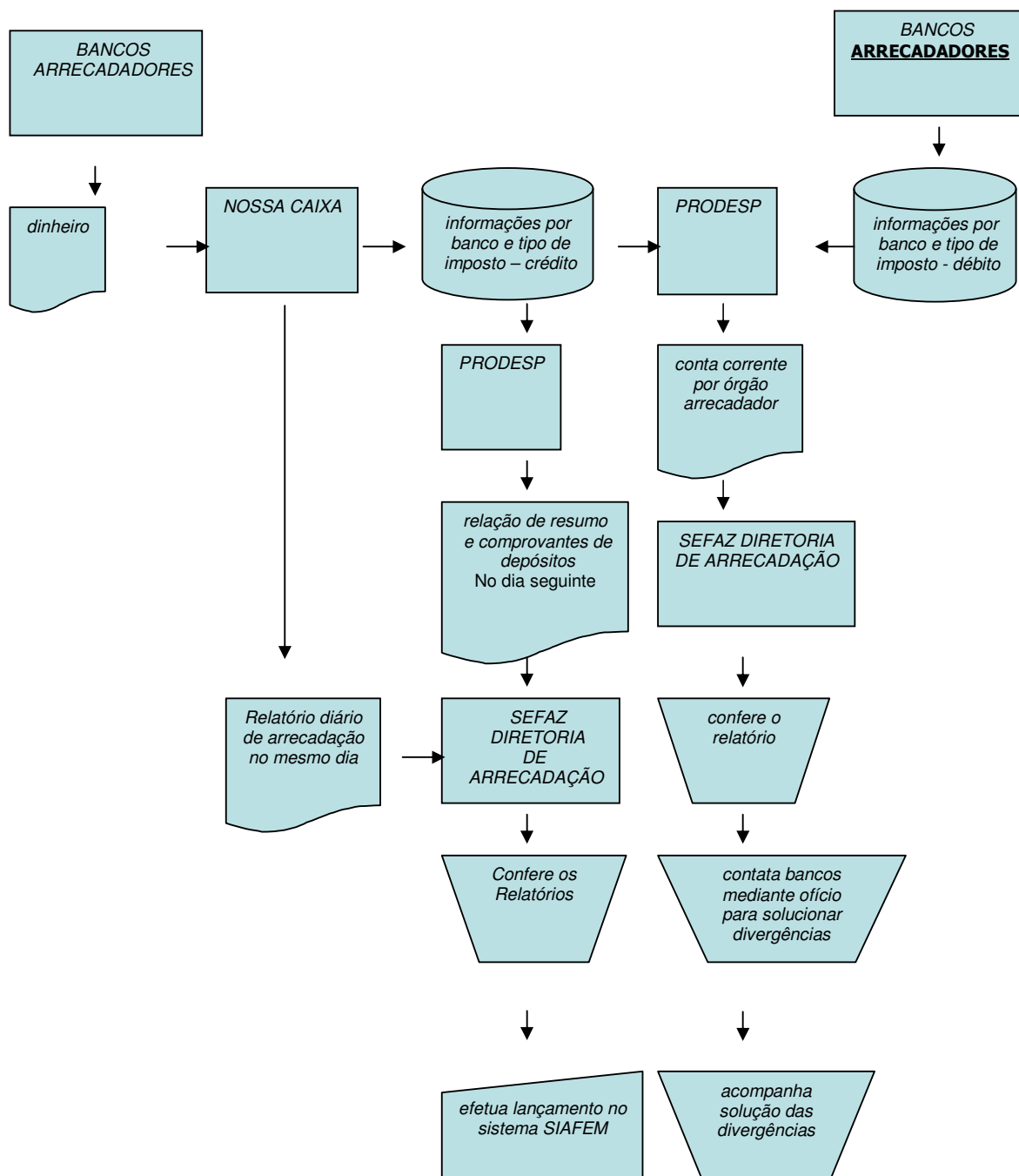
Não obstante, os bancos arrecadadores, por meio eletrônico, também fornecem, à PRODESP, registros dos valores por eles recebidos.

Diante das duas fontes processadas pela PRODESP, quais sejam, aquelas encaminhadas pelos bancos arrecadadores e aquelas produzidas pela Nossa Caixa, a DA procede à comparação e apura eventuais divergências, como, por exemplo, créditos que deixaram de ser efetuados em conta corrente na devida data, os quais sujeitam-se aos encargos moratórios que são cobrados de quem lhes tenha dado causa.

Posteriormente, a DA emite a Nota de Lançamento (NL) para registrar a arrecadação, em contas transitórias, **no grupo de contas do passivo.**

Os testes aplicados demonstraram, na data pré-determinada, a convalidação das quantias arrecadadas com os seus respectivos registros.

O fluxograma a seguir ilustra os procedimentos adotados para o controle da arrecadação:



## b) Do Controle Financeiro

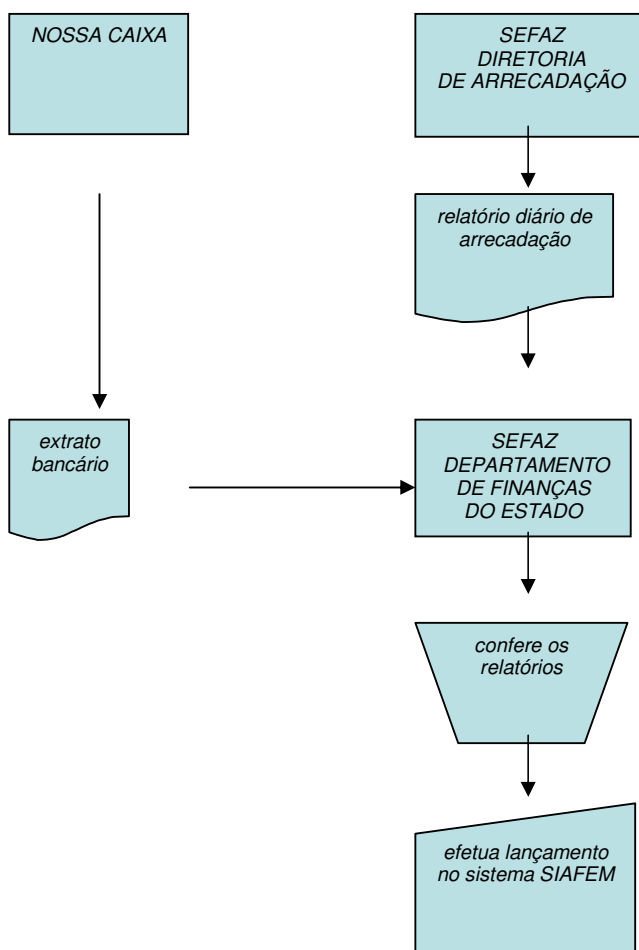
A DFE, responsável pelo controle das contas bancárias do Governo, após a conferência de dados, providencia a contabilização creditando conta do passivo (214910904 -

Recolhimentos Outras Receitas a Classificar) e debitando conta do ativo (111120102 - Banco Nossa Caixa).

Enfatizamos que o lançamento na conta de ativo é realizado na mesma data em que se dá o lançamento, pela DA, nas contas do passivo, descritas na arrecadação.

Nos testes realizados por amostragem, constatamos a coerência dos valores apresentados.

O fluxograma a seguir ilustra os procedimentos adotados para o controle financeiro





**c) Dos Registros dos Pagamentos dos Contribuintes**

Os dados correspondentes aos pagamentos, individualizados por contribuinte, são obtidos, por meio eletrônico, de informações fornecidas pelos bancos arrecadadores à PRODESP e disponibilizadas para a DA e à DI.

Para verificação, selecionamos, por amostragem, os maiores recolhimentos do ICMS no Banco do Brasil em 08/07/2005 e depositados em 11/07/2005 na conta bancária do Governo do Estado.

Em seguida, solicitamos à DI a emissão de listagem contendo o rol de contribuintes, na data de 08/07/2005, informados pelo Banco do Brasil.

O total de recolhimentos importou em R\$ 51.499.993,55 que, confrontado com a listagem, não apresentou diferenças.

**d) Da Contabilização das Receitas**

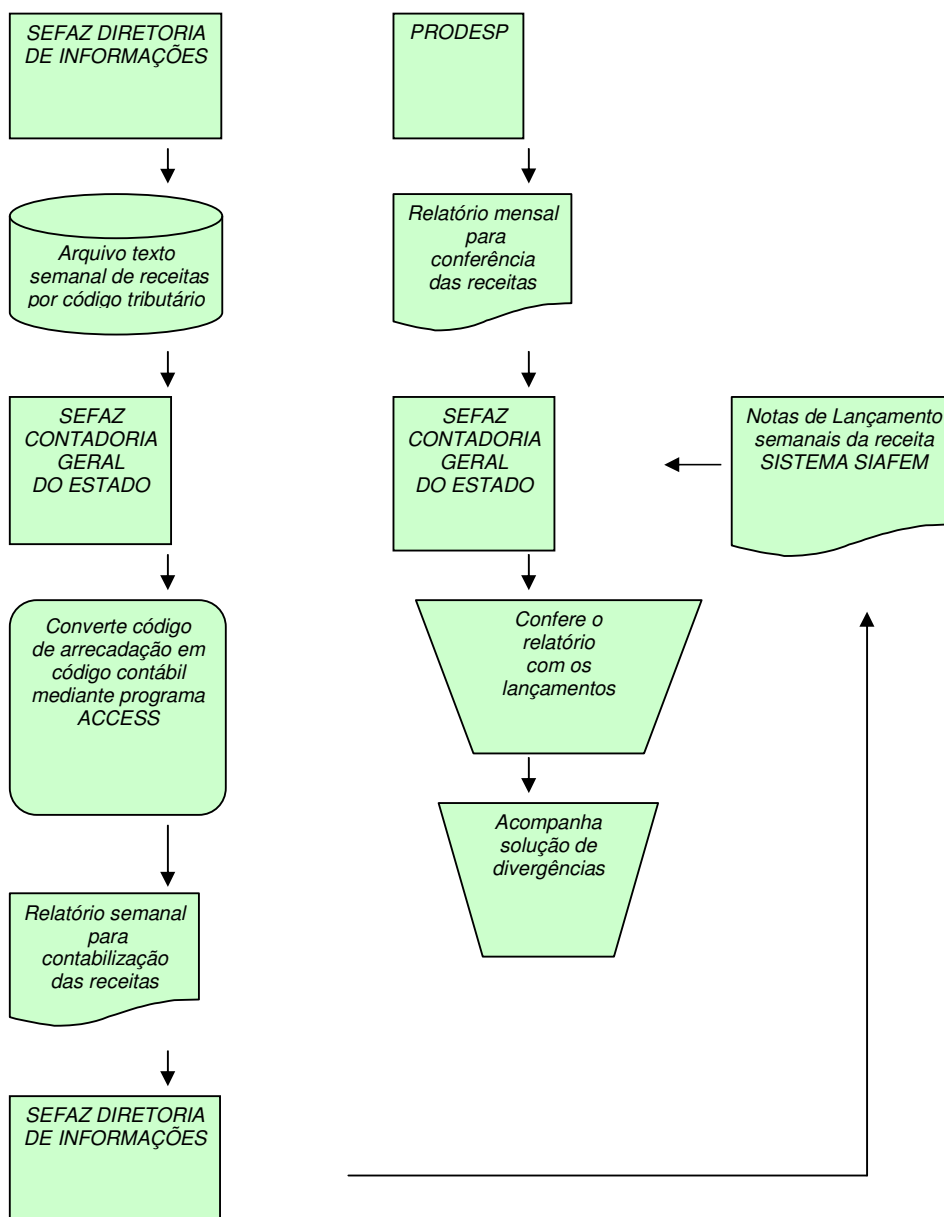
A PRODESP tendo recebido, por meio magnético, informações dos bancos arrecadadores acerca das Guias de Arrecadação, emite, semanalmente, um relatório mediante disquete contendo arquivo texto, o qual é enviado à Contadoria Geral do Estado - CGE, com cópia para a DI.

Neste relatório está consignado o valor da arrecadação semanal separada por código de recolhimento, sendo que a CGE, utilizando-se do programa Access, efetua a conversão dos códigos de recolhimento para códigos contábeis. Lembramos que a periodicidade deste relatório é semanal, ao passo que os relatórios dos Boletins Financeiros são emitidos diariamente.

Após essa conversão, a CGE gera um relatório com os códigos dos recolhimentos e o encaminha à DI, a qual procede, **semanalmente**, aos lançamentos contábeis das receitas, emitindo NL's, transferindo o valor das contas transitórias (grupo do passivo) para as contas de resultado (receitas).

A PRODESP, ao final de cada mês, emite relatório com o total mensal das receitas e a CGE confronta esses dados com as NL's semanais lançadas no SIAFEM pela DI.

O fluxograma a seguir ilustra os procedimentos adotados para a contabilização das receitas:



Selecionamos o mês de julho para os testes aplicados e, diante das diferenças encontradas, solicitamos esclarecimentos à Coordenadoria de Administração Financeira CAF que, em resposta, apresentou-nos documentos produzidos pela CGE, compreendendo os exercícios de 1999 a 2005.

Foi constatado que, até o mês de setembro de 2005, há divergências entre o valor efetivamente arrecadado e o valor contabilizado nas contas de receitas, afetando o resultado do Governo do Estado, conforme quadro a seguir:

Milhares de Reais

EXERCÍCIO	DEMONSTRATIVO DAS DIVERGÊNCIAS							
	ICMS		IPVA		DEMAIS RECEITAS		TOTAL	
	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO
1999	2.694	2.694	3.811	3.811	4.722	4.722	11.227	11.227
2000	-8.707	-6.012	8.026	11.836	3.898	8.620	3.217	14.444
2001	-84.550	-90.562	115.511	127.347	23.373	31.993	54.333	68.777
2002	-212.950	-303.513	27.079	154.426	468.226	500.219	282.355	351.132
2003	5.645	-297.868	-6.058	148.368	-147.302	352.917	-147.714	203.418
2004	-1.147.417	-1.445.285	-4.574	143.794	-27.659	325.259	-1.179.650	-976.231
2005	1.134.431	-310.852	-25.840	117.954	37.074	362.333	1.145.665	169.435

Evidenciamos os meses de janeiro de 2004 e janeiro de 2005, onde constatamos, preliminarmente, o lançamento da receita do ICMS, NL 2005NL00115, UG 200001, valor de R\$ 1.159.092.037,60, cuja contrapartida foi contabilizada, equivocadamente, em conta do exercício de 2004.

Portanto, feitos os ajustes que entendemos necessários, o Quadro das diferenças por exercício ficaria assim:

Milhares de Reais

EXERCÍCIO	DEMONSTRATIVO DAS DIVERGÊNCIAS							
	ICMS		IPVA		DEMAIS RECEITAS		TOTAL	
	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	ATÉ O EXERCÍCIO
1999	2.694	2.694	3.811	3.811	4.722	4.722	11.227	11.227
2000	-8.707	-6.012	8.026	11.836	3.898	8.620	3.217	14.444
2001	-84.550	-90.562	115.511	127.347	23.373	31.993	54.333	68.777
2002	-212.950	-303.513	27.079	154.426	468.226	500.219	282.355	351.132
2003	5.645	-297.868	-6.058	148.368	-147.302	352.917	-147.714	203.418
2004	11.675	-286.193	-4.574	143.794	-27.659	325.259	-20.557	182.861
2005	-24.660	-310.853	-25.840	117.954	37.074	362.333	-13.426	169.435

Destacamos, também, conforme o Demonstrativo fornecido pela CGE, a diferença entre Boletins Financeiros e Guias de Arrecadação no Quadro do ICMS, que a partir do exercício de 2000 vem apresentando valores negativos.

Consultada, a DA encaminhou documentação detalhando o mês de janeiro de 2005 que apresentava diferença de (-)R\$ 24 milhões.

Em síntese, informa aquela Diretoria que, por problemas de sistema da PRODESP, a arrecadação do dia 25/01, R\$ 2,9 milhões, não foi lançada no mês de janeiro de 2005, sendo regularizada em 18/02/2005.

Sobre o restante da diferença, R\$ 21,3 milhões, a DA concentra seus esclarecimentos no BANESPA, responsável pelo valor mais significativo, R\$ 12,3 milhões. As alegações e documentos apresentados indicam tratar-se de recolhimentos de impostos efetuados em dezembro de 2004 cuja contabilização como receita deu-se em janeiro de 2005, daí o saldo devedor na conta do passivo, em janeiro de 2005.

Quanto às diferenças em que os valores dos Boletins Financeiros são maiores que os valores das Guias de Arrecadação, de acordo com a Secretaria da Fazenda, ocorrem por defasagem entre a data do crédito em conta bancária (diário), e o recebimento dos documentos correspondentes (semanal).

A DA enfatiza que tal levantamento foi realizado excepcionalmente para demonstrar que as divergências contábeis refletidas no fechamento de determinado mês são regularizadas posteriormente, mas, ressalta que, atualmente, o

DA-CAA não efetua esse levantamento em suas rotinas, ou seja, não promove esse trabalho analítico de conciliação.

Nos trabalhos realizados, não foi identificado nenhum setor da Secretaria da Fazenda que realizasse a conciliação entre o valor efetivamente recebido e o valor registrado nas contas de resultado.

Em face das diferenças apresentadas, em particular quanto aos períodos de apuração, entendemos, s.m.j., que a metodologia aplicada pela Secretaria da Fazenda para contabilização das receitas de tributos não atende à Lei Federal nº 4.320/64, artigo 35, inciso I.

Diante de todo o exposto, entendemos cabível recomendar-se ao Executivo que proceda à atualização da diferença apontada nos demonstrativos da receita, os quais tomaram por base setembro de 2005, efetuando a correção dos lançamentos contábeis pertinentes, incluindo nos procedimentos de rotina a conciliação das contas transitórias do passivo, identificando, periodicamente e de forma individualizada, a origem das pendências nos documentos e promovendo a competente regularização, especialmente quanto ao atendimento da Lei nº 4320/64, artigo 35, inciso I.

Propomos, também, no que tange à utilização dos sistemas informatizados, que se alerte ao Executivo para a necessidade de estabelecer análise pró-ativa dos registros de dados (logs), a fim de certificar-se, periodicamente, de eventuais procedimentos não autorizados.

- **HABITAÇÃO**

**Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado - CDHU**

Na região de Presidente Prudente visitamos dois empreendimentos a cargo da CDHU, denominados "Jardim Sumaré" e "Jardim Floresta Sul", sob o regime de mutirão.

Nossa visita ocorreu no sábado, para que pudéssemos acompanhar os empreendimentos em pleno funcionamento, com a participação dos mutirantes, empresa contratada e funcionário da CDHU.

A modalidade "mutirão" pressupõe a participação do Estado, com a cesta básica de materiais para construção, do Município, com o terreno e a infra-estrutura, inclusive assistência técnica, e a mão-de-obra do mutirante - desta forma, acompanhados do responsável regional do CDHU e de técnicos das empresas de assistência contratadas, observamos que as obras estavam sendo supridas de materiais e os funcionários encarregados da assistência técnica estavam no local orientando os mutirantes e estes executando as obras.

Observamos, também, que emerge uma estrutura informal, na medida em que se identificam, dentre os mutirantes, pessoas com habilitações específicas, como pedreiro, eletricista, encanador, etc., que acabam por participar com uma mão-de-obra mais qualificada, inclusive sendo remunerados pelos próprios mutirantes para cobrir as eventuais insuficiências destes.

Pareceu-nos que as obras estavam sendo levadas a bom termo, até quanto ao prazo - todavia, os Agentes da

Fiscalização Financeira da Unidade Regional de Presidente Prudente alertaram que nos processos individuais que abrigam os contratos firmados com as empresas encarregadas de fornecer materiais diversos, foram detectadas diversas irregularidades, que serão submetidas aos respectivos Conselheiros Relatores.

Nosso levantamento na cidade de Presidente Prudente indicou que a regional da CDHU alcança 54 municípios e que, à época da visita, implementava as obras de 3.800 unidades, equivalente a, aproximadamente, 34 conjuntos, sendo que, destes, apenas 01 é desenvolvido no regime de empreitada global e o restante pelo "habitetto".

A seguir, apresentamos fotos ilustrativas dos empreendimentos visitados na região de Presidente Prudente.













Obtivemos, junto à CDHU, documentação relativa ao fluxo de caixa realizado, estrutura de financiamento, dados de produção habitacional e custo médio de unidades entregues, e extraímos, por mais importante:

R\$ 1,00				
INVESTIMENTOS	2003	2004	2005	TOTAL
Tesouro	327.692.803	516.398.923	522.370.055	1.366.461.781
Recursos Próprios	78.510.477	83.100.383	0	161.610.860
Outras Fontes	454.238.585	56.872.952	37.509.607	548.621.144
TOTAL	860.441.865	656.372.258	559.879.662	2.076.693.785
% do Tesouro	38,08%	78,67%	93,30%	65,80%

Demonstramos, a seguir, o investimento total da CDHU apenas em programas habitacionais, consideradas todas as fontes de recursos:



<b>INVESTIMENTOS</b>				<b>R\$ mil</b>
<b>Programas Habitacionais</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>TOTAL</b>
Atuação em cortiços	1.025	2.764	6.025	9.814
Autoconstrução	46.170	66.712	100.000	212.882
Comunidade Quilombola	-	-	-	-
Crédito Habitacional	90.385	8.864	6.948	106.197
Moradia Indígena	712	1.503	44	2.259
Mutirão Associativo	94.757	89.803	73.333	257.893
Núcleos Hab. por Empreitada	400.030	297.379	161.509	858.918
Urbanização de Favelas e de Núcleos Hab.	36.192	25.461	18.524	80.177
<b>TOTAL</b>	<b>669.271</b>	<b>492.486</b>	<b>366.383</b>	<b>1.528.140</b>

Em termos quantitativos temos a produção habitacional como segue:

<b>UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES</b>				
<b>Modalidades</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>TOTAL</b>
Empreitada Global	8.067	2.649	4.226	14.942
Empreitada Integral	5.910	5.851	6.038	17.799
Auto-Construção	3.350	4.174	6.947	14.471
Mutirão	2.240	960	3.217	6.417
Carta de Crédito	2.887	28	91	3.006
<b>TOTAL</b>	<b>22.454</b>	<b>13.662</b>	<b>20.519</b>	<b>56.635</b>

<b>UNIDADES HABITACIONAIS EM ANDAMENTO (em obras e concluídas e não entregues)</b>				
<b>Modalidades</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>TOTAL</b>
Empreitada Global	9.974	8.093	8.580	26.647
Empreitada Integral	14.711	12.506	10.002	37.219
Auto-Construção	17.959	14.748	19.284	51.991
Mutirão	12.933	12.847	9.510	35.290
<b>TOTAL</b>	<b>55.577</b>	<b>48.194</b>	<b>47.376</b>	<b>151.147</b>

A observação desses dados nos indica que:

<b>2003</b>	
Participação do Tesouro	38,08%
Investimentos em programas habitacionais (R\$ mil)	669.271
Unidades entregues	22.454
Unidades em andamento	55.577
<b>2004</b>	
Participação do Tesouro	78,67%
Investimentos em programas habitacionais (R\$ mil)	492.486
Unidades entregues	13.662
Unidades em andamento	48.194
<b>2005</b>	
Participação do Tesouro	93,30%
Investimentos em programas habitacionais (R\$ mil)	366.383
Unidades entregues	20.519
Unidades em andamento	47.376

- **SAÚDE**

**Projeto "Viva Leite"**

Na cidade de Presidente Prudente comparecemos à UBS-Jardim Belo Horizonte (rua Coronel Albino, 3000) e acompanhamos a distribuição do produto, os critérios de seleção dos beneficiários e de informação aos órgãos competentes para acompanhamento do Programa - a avaliação mensal dos índices Antropométricos (que incluem peso e medida das crianças) e o acompanhamento médico realizado trimestralmente.

O programa, no município, atende à faixa etária, basicamente, de seis meses a três anos e, via "online", as informações são encaminhadas à Secretaria da Agricultura.

Na cidade de Marília tivemos reunião com a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, mais precisamente com a responsável pelo cadastramento das crianças beneficiárias do Programa, que nos posicionou sobre a parceria com o Governo Estadual e as ações complementares.

Assim, a Prefeitura Municipal de Marília, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, atende a crianças de 6 a 23 meses de idade, cujas famílias tenham renda mensal de até dois salários-mínimos, contemplando, desta forma, 2.464 crianças que recebem, cada uma, 15 litros de leite por mês, totalizando

36.960 litros de leite/mês distribuídas por vinte bairros e seis distritos.

A ação complementar desenvolvida pelo Município denomina-se "Programa Assistencial de Leite de Soja" e atende a 2.304 crianças beneficiárias do projeto "Viva Leite", totalizando 18.432 litros/mês.

As propostas do Município no âmbito do "Viva Leite" e as ações complementares implementadas pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social apontam no sentido do desenvolvimento de ações sócio-educativas junto aos responsáveis pelas crianças beneficiárias, em parceria com a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde.

Estas propostas incluem a orientação e o encaminhamento dos usuários para atendimentos na rede de serviços sócio-assistenciais e o desenvolvimento de ações com as famílias dos beneficiários nos Projetos, Programas, Benefícios e Serviços de Assistência Social, através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), de acordo com a nova proposta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

De acordo com todo o exposto, especialmente a noção de que o "Viva Leite" é implementado de forma articulada com outros programas de saúde desenvolvidos pelos municípios, reiteramos posicionamento já assumido por este Grupo Técnico no sentido de que as despesas decorrentes do Projeto "Viva Leite" podem ser alocadas na função **saúde**.

- **EDUCAÇÃO**

**Programa "Escola da Família"**

Este Programa está alocado na função Educação e tem por objetivo, definido na Lei Orçamentária, **criar oportunidades de ampliação de horizontes e perspectivas para jovens, adultos e crianças com atividade relacionadas aos eixos: saúde, esporte, cultura e qualificação profissional, a serem realizadas em ambiente acolhedor e saudável, cultivando a paz e fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade intra e extra-escolar, a auto-estima e a identidade cultural (g.n.)**.

Está constituído das ações 4655 - Fortalecimento das Ações de Prevenção e Integração Escola/Comunidade, 5146 - Escola Aberta e 5606 - Valorização, Qualificação e Apoio Técnico-Pedagógico para Educadores do "Escola da Família".

A leitura do Programa e das Ações vinculadas indica tratar-se de atividades sócio-culturais e de esporte, saúde e lazer, não guardando relação com as ações inerentes à manutenção e desenvolvimento do ensino regular.

Em face disso incluimos em nosso roteiro algumas escolas ("E.E. Prof. Hugo Miele", "E.E. Adolpho Arruda Melo" e "E.E. Fernando Costa") todas na cidade de Presidente Prudente, para verificação da consecução do Programa, visitas realizadas num domingo, já que as atividades somente acontecem nos finais de semana.



Efetivamente, tivemos a percepção de que o Programa está bem concebido, integra a comunidade às escolas na medida em que ficam abertas ao público nos sábados e domingos para diversas atividades: aulas de idiomas, informática, atividades monitoradas de panificação, corte e costura, cabeleireiro, manicura e pedicuro, atividades esportivas como vôlei, futebol, tae kwon do e capoeira, atividades de lazer como jogos de damas e xadrez, teatro, música e brincadeiras infantis.

Convém ressaltar que os cursos não são certificados oficialmente.

Se considerarmos todas as 5.308 escolas estaduais que permanecem abertas nos finais de semana, veremos que é um grande espaço oferecido à comunidade, seguramente com reflexos na diminuição da violência e, principalmente, dos atos de vandalismo, além da melhora da qualidade de vida das pessoas que utilizam o Programa.

Nossas observações "in loco" mostraram que o programa possui características claramente definidas de cultura, esporte e lazer - a rigor, apenas os gastos com as bolsas-de-estudo, concedidas pelo Estado aos universitários que participam como orientadores, poderiam ser admitidas como despesas com educação.

A seguir, apresentamos fotos ilustrativas das escolas visitadas na região de Presidente Prudente:























### **Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor**

Este Grupo Técnico, já a partir do exercício de 2004, quando o Estado passou a alocar expressivo volume de gastos das unidades de internação da FEBEM na função "Educação", vem diligenciando sistematicamente a fim de aferir a razoabilidade destas alocações.

O egrégio Plenário, no Parecer Prévio relativo às contas anuais do exercício de 2004 do Governo do Estado de São Paulo, fez constar recomendação expressa para que fosse implantado sistema que aproprie, de forma eficiente e realista, os gastos educacionais desenvolvidos pela Fundação Estadual de Bem Estar do Menor - FEBEM.

Com o propósito de aferir a implementação da Recomendação e levantar parâmetros que possibilitem avaliar o rateio que nos vier a ser apresentado, visitamos a unidade de internação da FEBEM, na cidade de Marília.

Nossos levantamentos basearam-se na área das salas de aula utilizadas e a quantidade de luminárias em cada uma delas, nas linhas telefônicas e demais utilidades, bem como no pessoal envolvido diretamente com as atividades educacionais, levando-se em conta, ainda, a quantidade de horas em que essa estrutura é utilizada.

Todos os dados serão processados para, na seqüência dos nossos trabalhos junto à administração geral da FEBEM, serem comparados com os que forem disponibilizados.

Uma visão geral da Unidade mostrou que se encontrava em boa ordem, bom estado de conservação e com as atividades sendo desenvolvidas normalmente - fomos cordialmente atendidos pelo Diretor que nos posicionou sobre os diversos aspectos da Unidade.

A Unidade tem capacidade para 72 internos, divididos entre as Unidades de Internação - UI e as Unidades de Internação Provisória - UIP, sendo que, à época de nossa visita, abrigava 63 menores na UI e 15 na UIP, num total de 78 internos. O quadro funcional era de 83 servidores em efetivo exercício sendo 5 diretivos, 9 técnicos (médico, assistente social, psicólogo e enfermeiros), 18 analistas da área pedagógica, 6 coordenadores de equipe, 31 agentes de apoio técnico, 2 auxiliares de enfermagem, 4 agentes de apoio operacional, 4 agentes de segurança e 4 administrativos.

Os funcionários terceirizados eram em número de 27, sendo 20 da equipe de vigilância, 3 motoristas, 3 cozinheiras e 1 "motoboy". Havia, ainda, os "arte educadores", compostos de 1 supervisor e 3 instrutores, vinculados ao Projeto "Guri" no que se refere a música, e a contrato entre a FEBEM e a ONG "Instituto Mensageiros" no que se refere a dança e teatro.

### **"Liberdade Assistida"**

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM mantém convênio com a Prefeitura de Presidente Prudente-SP objetivando o atendimento a adolescentes, inseridos na medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (artigos 117, 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

Já no município de Regente Feijó a FEBEM firmou convênio com a Associação Casa da Criança de Regente Feijó, entidade filantrópica, declarada de utilidade pública. Em visita à associação, mantivemos contato com a orientadora e coordenadora, que nos informaram que além do município de Regente Feijó atendem Taciba e Caiabu. Naquele momento, estavam sendo assistidos 12 adolescentes, número inferior ao previsto no convênio de 20 adolescentes.

Tivemos, ainda, a oportunidade de conhecer os Escritórios Regionais da FEBEM, sendo que em Presidente Prudente acompanhamos uma reunião do Grupo de Apoio aos Adolescentes e em Marília o corpo técnico da FEBEM apresentou relatórios e controles das atividades desenvolvidas, que,

basicamente, compreendem visitas periódicas de acompanhamento junto às prefeituras conveniadas e às ONG's que realizam o monitoramento dos menores nas escolas e nas residências com os familiares.

### **Pessoal das Escolas**

Nossa amostragem alcançou três escolas na cidade de Presidente Prudente, uma em Marília e uma em São José do Rio Preto, nas quais selecionamos aleatoriamente professores que ministram aulas tanto no nível fundamental como no médio. Tal procedimento visa os testes de rateio na folha de pagamento da educação, realizado na Capital (DRHU), os quais mostraram a regularidade dos procedimentos.

Chamou a atenção em uma das escolas, mais precisamente a E.E. Profº Adolpho Arruda Mello, na cidade de Presidente Prudente, o fato do Livro de Ponto dos professores estar formalmente inadequado, com diversos pontos em aberto, tanto no mês de agosto como em mês já encerrado. Estivemos na Diretoria de Ensino e reportamos o fato à responsável para as providências cabíveis.

### **FAMEMA - Faculdade De Medicina De Marília**

A Lei Estadual nº 8.898, de 27.09.1994, criou no Sistema Estadual de Ensino a Faculdade de Medicina de Marília.

Referido diploma legal consignou que a Faculdade manterá o Hospital das Clínicas do Estado em funcionamento na cidade de Marília.

Determina ainda a criação do Quadro de Pessoal da autarquia Faculdade de Medicina de Marília, cujo provimento dos cargos far-se-á mediante concurso público e de acesso, na forma da lei.

Disposições Transitórias da referida lei possibilita que o pessoal docente, os técnicos e administrativos, em exercício na Faculdade de Medicina de Marília e da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília, passe a prestar serviços à autarquia estadual, até a implantação de seu quadro definitivo, sendo que fixou em 60 dias, contados da publicação da lei, o prazo para que os servidores e empregados da Fundação Municipal optassem por sua permanência na Faculdade mediante concurso público.

O estatuto da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 41.554, de 17.01.1997.

O convênio firmado, em 17.12.1998, entre a Fundação Municipal de Assistência à Saúde de Marília e a Faculdade de Medicina de Marília com o objetivo de estabelecer um Programa de Colaboração Interinstitucional, cabendo ressaltar que a cláusula quarta - Recursos Humanos prevê que a autarquia se responsabiliza pelo pagamento do pessoal da Fundação colocado à sua disposição, inclusive depositando em conta pessoal os vencimentos e vantagens e repassando à Fundação Municipal os valores correspondentes aos encargos sociais.

Observamos que até o momento não foi atendido o disposto na lei de criação da Faculdade quanto ao quadro de pessoal, impossibilitando o competente concurso público para seu provimento - permanecendo a situação inicial em que os servidores da Fundação respondem pela operacionalização da Faculdade e do Hospital.

Conforme demonstrado a seguir, o Estado registra as despesas com pessoal da Fundação Municipal que presta esses serviços no elemento econômico 319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

	Setembro/2005
<b>10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA</b>	
001 - Tesouro	24.097.521,92
10 - SAÚDE	5.224.591,42
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.867.828,18
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	142.314,36
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	2.952.964,51
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	0,00
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	30.442,18
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	231.042,19
349091 - CLASSIF.DO EXERCICIO ANTERIOR	0,00
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00
12 - EDUCACAO	18.872.930,50
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	15.769.029,58
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	1.902.443,19
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	33.119,53
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	537.463,67
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	26.750,53
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	604.124,00

Ainda, quando da alocação desses gastos nas funções Saúde e Educação, não há critério definido - o enquadramento dos funcionários na folha de pagamento por atividade é realizado de acordo com a disponibilidade orçamentário/financeiro (observação formulada pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília).

**Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto**

Criada há 31 anos como instituição privada do sistema de ensino superior, foi estadualizada como autarquia, em 27.09.1994, pela Lei Estadual nº 8.899. Oferece dois cursos: medicina e enfermagem e tem programa de pós-graduação com mestrado e doutorado credenciado pela Capes para outorga de título com validade nacional.

No ano de 1994, os funcionários da antiga instituição pertencentes à categoria sindical da educação puderam optar em fazer parte da autarquia.

Atualmente conta com um total de 487 empregados, sendo 207 técnicos administrativos e 280 docentes, sendo que não existe quadro de pessoal da Faculdade.

Quanto à alocação das despesas com pessoal, é realizada em função do efetivo exercício na atividade.

	Setembro/2005
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	
001 - Tesouro	17.261.026,63
10 - SAÚDE	818.477,46
319009 - SALARIO FAMILIA	0,00
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	398.236,67
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	21.106,22
339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.200,00
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	320.868,65
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	0,00
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	61.106,68
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	12.959,24
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00
12 - EDUCACAO	16.442.549,17
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	12.370.591,85
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	2.898.019,26
339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	69.700,00
339020 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	67.500,00
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	164.455,78
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	38.474,37

339035 - SERVICOS DE CONSULTORIA	5.333,28
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	87.716,43
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	219.828,93
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	256.547,36
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.008,71
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	259.373,20

As observações nas faculdades de medicina indicaram que a administração de São José do Rio Preto apropriada adequadamente os gastos nas funções Saúde e Educação, enquanto em Marília, não há critério para essas alocações.

### **XIII - LEVANTAMENTOS ESPECÍFICOS PARA A RELATORIA DE 2005**

Como parte da pauta de trabalhos do exercício ora em exame, apresentamos para fins de subsídios a uma visualização da atuação do Governo do Estado, os itens de interesse definidos pelo Eminentíssimo Conselheiro Relator:

#### **1. PREVIDÊNCIA ESTADUAL**

- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP

A história do Instituto teve início em 9 de julho de 1935, quando passou a figurar na Constituição Paulista, durante o governo de Armando Salles de Oliveira.

Foi organizado pelo Decreto 10.291, de 10 de junho de 1939, tendo como finalidade a garantia de aposentadoria e de pecúlio ou pensão dos beneficiários dos



servidores públicos. São Paulo, nessa ocasião, era governado pelo interventor federal José Joaquim Cardoso de Mello Neto.

Atualmente, o Ipesp, entidade autárquica, sem fins lucrativos, é vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Sua finalidade institucional concentra-se no pagamento de pensões, por força das alterações determinadas pela Emenda Constitucional nº 20/1998. Também é atividade do Ipesp a administração de sistemas de previdência de grupos profissionais diferenciados, tais como cartorários e advogados.

A receita auferida pelo Ipesp, que sustenta suas atividades administrativas e previdenciárias, advém das contribuições de servidores da administração direta e indireta, conforme determina a LC nº 180, de 12 de maio de 1978.

Vale lembrar que a LC nº 943, de 23 de junho de 2003, instituiu a contribuição previdenciária mensal de 5% (cinco por cento) sobre o valor constituído por vencimentos e salários e demais vantagens de qualquer natureza, incorporados ou incorporáveis, excetuados o salário-esposa, o salário - família, as diárias, as ajudas de custo, o auxílio-transporte e a gratificação pela prestação de serviço extraordinário para custeio de aposentadorias dos servidores públicos.

Já a LC nº 954, de 31 de dezembro de 2003, dispôs sobre a contribuição previdenciária mensal de inativos e pensionistas do Estado, com alíquota de 11% sobre o valor dos proventos, das pensões, das aposentadorias, das vantagens pessoais e demais vantagens de qualquer natureza, excetuados o salário-esposa e o salário-família e incidindo apenas sobre a

parcela dos proventos e das pensões que supere a 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

No exercício de 2005, o recolhimento da contribuição de 5%, descontada dos funcionários públicos, totalizou R\$ 741.075.461,90, sendo destinada ao IPESP a quantia de R\$ 671.418.861,90 e à Caixa Beneficente da Polícia Militar R\$ 69.656.600,00.

A seguir, apresentamos resumo das receitas e despesas do IPESP,

RECEITAS	R\$
<b>Recursos Próprios</b>	<b>1.962.388.132,17</b>
<b>Contribuição 6%</b>	<b>1.069.765.420,78</b>
Contribuição Patronal - Ativo Civil	219.654.865,29
Contribuição Pensionista - Civil	63.383.236,66
Contribuição - Ativo Civil - Poder Executivo	561.774.111,69
Contribuição - Ativo Civil - Poder Legislativo	18.286.961,08
Contribuição - Ativo Civil - Poder Judiciário	107.858.674,33
Contribuição - Ativo Civil - Ministério Público	12.799.654,29
Contribuição - Inativo - Poder Executivo	62.619.284,65
Contribuição - Inativo Poder Legislativo	6.175.789,87
Contribuição - Inativo Poder Judiciário	14.718.033,71
Contribuição - Inativo Ministério Público	2.494.809,21
<b>Contribuição 5%</b>	<b>671.418.861,90</b>
Contribuição - Ativo Civil - Poder Executivo	434.468.176,70
Contribuição - Ativo Civil - Poder Legislativo	11.831.783,52
Contribuição - Ativo Civil - Poder Judiciário	97.950.500,45
Contribuição - Ativo Civil - Ministério Público	19.937.959,65
Contribuição - Inativo - Poder Executivo	78.607.662,62
Contribuição - Inativo Poder Legislativo	2.828.491,47
Contribuição - Inativo Poder Judiciário	18.387.020,50
Contribuição - Inativo Ministério Público	7.407.266,99
<b>Recursos Provenientes de Alienação de Bens</b>	<b>172.671.181,00</b>
<b>Outras Receitas Próprias</b>	<b>48.532.668,49</b>
<b>Recursos Federais</b>	
<b>Compensação Previdenciária</b>	<b>11.782.302,27</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.974.170.434,44</b>
<b>Transferência do Tesouro</b>	<b>838.103.709,09</b>
<b>(Assunção de Débitos)</b>	<b>(96.929.748,55)</b>
<b>RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>741.173.960,54</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>2.715.344.394,98</b>

As informações trazidas pela Autarquia dão conta de que a Receita de Contribuição Previdenciária dos Servidores (5%) é contabilizada como Recursos Próprios, porém fica consignada nas contas bancárias do Tesouro do Estado.

RECURSOS/DESPESAS LIQUIDADAS	R\$
<b>Recursos Próprios</b>	<b>1.962.388.132,17</b>
<b>Contribuição 6% + Outras Receitas Próprias</b>	<b>1.118.298.089,27</b>
Aposentadorias e Reformas	20.123.715,96
Pensões	1.035.154.438,00
Outras Despesas	63.019.935,31
<b>Contribuição 5%</b>	<b>671.418.861,90</b>
Aposentadorias e Reformas	671.418.861,90
<b>Recursos Provenientes de Alienação de Bens</b>	<b>172.671.181,00</b>
Pensões	172.671.181,00
<b>Recursos Federais</b>	
<b>Compensação Previdenciária</b>	<b>11.782.302,27</b>
Pensões	11.782.302,27
<b>Fonte Tesouro</b>	<b>757.949.429,00</b>
Pensões	604.250.852,00
Sentenças Judiciais	153.698.577,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.732.119.863,44</b>

Conforme dados obtidos do sistema SIAFEM, do total das despesas liquidadas, R\$ 2.732.119.863,44, foi pago o valor de R\$ 2.318.136.863,56. A diferença, R\$ 413.982.999,88, deveria ser inscrita em restos a pagar.

A análise do Balanço Financeiro do IPESP indica que a inscrição na conta de restos a pagar deixou de considerar o valor de R\$ 96.929.748,55, referente aposentadoria com recursos da Contribuição Previdenciária dos Servidores (5%).

Em contrapartida, tal valor foi acrescido às Transferências Financeiras Recebidas.

- CAIXA BENEFICIENTE DA POLÍCIA MILITAR

As receitas e despesas da autarquia foram:

RECEITAS	R\$
<b>Recursos Próprios</b>	302.007.106,85
<b>Diversas Receitas</b>	<b>232.350.506,85</b>
Receita de Contribuições	213.317.555,02
Receita Patrimonial	1.482.119,71
Receita de Serviços	11.458.225,58
Outras Receitas Correntes	6.049.695,05
Amortização de Empréstimos	42.911,49
<b>Contribuição 5%</b>	<b>69.656.600,00</b>
<b>Recursos Federais</b>	
<b>Compensação Previdenciária</b>	<b>2.484.833,00</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>304.491.939,85</b>

RECURSOS/DESPESAS LIQUIDADAS	R\$
<b>Recursos Próprios</b>	<b>306.765.094,32</b>
<b>Diversas Receitas</b>	<b>237.108.494,32</b>
Aposentadorias e Reformas	1.303.776,96
Pensões	154.293.401,10
Outras Despesas	81.511.316,26
<b>Contribuição 5%</b>	<b>69.656.600,00</b>
Aposentadorias e Reformas	69.656.600,00
<b>Recursos Federais</b>	
<b>Compensação Previdenciária</b>	<b>2.484.833,00</b>
Pensões	2.484.833,00
<b>Fonte Tesouro</b>	<b>569.388.479,62</b>
Pensões	476.837.532,00
Sentenças Judiciais	92.550.947,62
<b>TOTAL</b>	<b>878.638.406,94</b>

Do total das despesas liquidadas da CBPM foi pago R\$ 783.926.304,14, devendo ser inscrito em restos a pagar R\$ 472.360.798,61.

- TESOURO ESTADUAL

O Tesouro Estadual, em 2005, assumiu despesas destinadas às pensões e às aposentadorias pelos seguintes valores:

PENSÕES	
FORTE 001001001 – TESOURO – GERAL	VALOR EM R\$
00001 -ADMINISTRACAO DIRETA	57.286.992,04
09056 -HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	63.662,19
10059 -UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP	3.200,00
10061 -UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	518.587,49
16056 -DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	4.544,39
<b>001002002 - TESOURO-FUNDEF</b>	
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	814.611,52
<b>TOTAL</b>	<b>58.691.597,63</b>

Os gastos com aposentadoria com recursos do Tesouro estão demonstrados a seguir:

<b>APOSENTADORIAS</b>	
<b>FONTE 001001001 – TESOIRO-GERAL</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	5.559.137.784,21
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	4.033.429,49
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO-	1.184.430,44
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	17.112.381,10
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	386.191.040,65
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	141.211.226,35
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	227.662.278,65
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	8.590.709,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	114.068.278,30
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	2.750.963,57
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	1.050.159,88
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	266.926,50
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	33.801.535,56
<b>FONTE 001002002 - TESOIRO-FUNDEF</b>	
00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	1.673.165.438,37
<b>TOTAL</b>	<b>8.170.226.582,07</b>

- PROJETOS DE LEIS COMPLEMENTARES

Informamos que no exercício de 2005 foram encaminhados pelo Senhor Governador à Assembléia Legislativa do Estado três Projetos de Leis Complementares que dizem respeito à previdência, com solicitação de apreciação em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado.

Até o momento, referidos projetos encontram-se em trâmite naquela augusta Casa.

Dessa forma, cabe-nos apenas apresentar síntese de tais projetos:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 30 de 2005.

A Mensagem nº 131 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, datada de 30 de setembro de 2005, encaminhou, para deliberação, à Assembléia Legislativa do Estado Projeto de Lei Complementar nº 30 que dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM, como autarquia sob regime especial.

As razões expostas para o envio do Projeto de Lei foi o atendimento ao disposto no artigo 40 da Constituição Federal, com redação que lhe foi dada pelas Emendas Constitucionais nº 20, de 15/12/1998 e nº 41 de 19/12/2003, notadamente o disposto no parágrafo 20 do citado dispositivo bem como a legislação complementar, especificamente a Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998 e a Orientação Normativa SPS nº 3, de 12/08/2004.

Enfatiza, ainda, que a instituição da unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores públicos e dos militares do Estado de São Paulo é medida indispensável para a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - C.R.P., instituído pelo Decreto Federal nº 3.788, de 11/04/2001, e implementado pela Portaria nº 2.346, de 10/07/2002, documento que atesta o cumprimento dos

critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717, observando que sem o C.R.P. ficam imediatamente suspensas as transferências voluntárias de recursos pela União ao ente federado, além de impedi-lo de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, obter empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União. Ficam igualmente suspensos os empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais e, ainda, a compensação previdenciária.

Constou do referido projeto que a São Paulo Previdência - SPPREV terá como finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização dos regimes próprios dos servidores públicos e dos militares, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

Trata, também, da autorização para a constituição de fundo com finalidade previdenciária, de natureza contábil, destinado a receber os recursos e o patrimônio previdenciário.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 31 de 2005.

A Mensagem nº 132 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, datada de 30 de setembro de 2005, encaminhou, para deliberação, à Assembléia Legislativa do Estado Projeto de Lei Complementar nº 31 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 180, de 12/05/1978, da Lei nº 10.261, de 28/10/1968, e da Lei Complementar nº 207, de 5/01/1979 e dá providências correlatas.

As razões expostas para o envio do Projeto de Lei foi adequar, no que couber, as regras da legislação de benefícios previdenciários aplicáveis aos servidores civis do Estado de São Paulo, ao disposto no § 12, do artigo 40, da Constituição Federal, que determina a observância, pelas legislações previdenciárias estaduais e municipais, dos requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - R.G.P.S., além de proporcionar o ajuste necessário à legislação básica de previdência em vigor - a Lei Complementar nº 180, de 12/05/78, adequando-a aos ordenamentos emanados da Lei Maior, em especial àqueles provenientes das Emendas Constitucionais nº 20, de 15/12/98, nº 41, de 19/12/03, e nº 47, de 05/07/05, bem como às alterações introduzidas ao Código civil (Lei nº 10.406, de 10/01/02).

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 32 de 2005.

A Mensagem nº 133 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, datada de 30 de setembro de 2005, encaminhou, para deliberação, à Assembléia Legislativa do Estado Projeto de Lei Complementar nº 32 que altera dispositivos da Lei nº 452, de 02/10/74, e do Decreto-lei nº 260, de 29/05/70 e dá providências correlatas.

As razões expostas para o envio do Projeto de Lei foi alterar dispositivos da Lei nº 452 que instituiu a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabeleceu os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológico, fazenda esta legislação adequar-se aos novos ditames constitucionais definidos com a edição da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, ou seja, adequação do Regime Previdenciário Próprio dos militares estaduais e seus pensionistas, ditado pelo novo ordenamento jurídico, em



especial, as disposições do § 2º do artigo 42 combinado com o § 20 do artigo 40 da Constituição Federal.

Por meio da alteração pontual da Lei nº 452, de 02/10/74, altera-se a redação ou revogam-se dispositivos que não mais se encontram consoantes com o novel ordenamento jurídico.

## **2. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

- CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Cultura

Conforme levantamento procedido pela 7ª Diretoria de Fiscalização, responsável pela análise dos contratos da Secretaria de Estado da Cultura, informamos:

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL:** Associação Paulista dos Amigos da Arte

**OBJETO:** fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de teatros e casas de espetáculos além da elaboração e implementação de ações culturais.

Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no Teatro Sérgio Cardoso, no Teatro São Pedro, no Teatro Maestro Francisco Paulo Russo, no Auditório Cláudio Santoro e no Centro Cultural de Estudos Superiores Aúthos Pagano, cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato e na elaboração e implementação de ações culturais.

**VALOR:** R\$ 21.711.643,78

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL:** Associação Amigos do Projeto Guri

**OBJETO:** fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural, no Projeto Guri.

INDICADORES E METAS:

I. FUNCIONAMENTO DOS PÓLOS: garantir o funcionamento dos pólos (unidades de ensino musical), com o devido preenchimento e manutenção das vagas disponíveis em cada curso:

I.a. Pólos gerenciados pela Organização Social;

I.a.1. Pólos mantidos pela Captação de Recursos próprios da O.S.;

I.a.2. Pólos mantidos com os Recursos do Contrato de Gestão; E

I.a.3. Pólos na FEBEM (Convênio 030/04 - CTMA/DTMA/ADM) .

I.b. Pólos supervisionados pela Organização Social em função de convênios celebrados entre a Secretaria da Cultura e municípios ou entidades (Decreto nº 48.065/2003):

I.b.1. Pólos conveniados com prefeituras;

I.b.2. Pólos conveniados com entidades - Capital e Grande São Paulo; e

I.b.3. Pólos conveniados com entidades - Interior.

II. PRODUÇÃO DE EVENTOS (definição e cumprimento de agenda de apresentações musicais a serem realizadas por alunos, contemplando atividades e modalidades desenvolvidas no projeto).

III. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (implantação da organização interna da Associação dos Amigos do Projeto Guri, inclusive a implantação de sua estrutura organizacional e dos sistemas administrativos e

operacionais, sistema de recursos humanos, compras e suprimentos, controladoria e custos).

IV. FINANÇAS

V. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

VI. EXPANSÃO: implantação de novos pólos em municípios do Estado de São Paulo com baixo IDH (índice de desenvolvimento humano) (o atingimento da meta depende de verba suplementar no valor de R\$ 3.800.000,00).

**VALOR:** R\$ 34.951.154,00

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL:** Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo - ASSAOC

**OBJETO:** fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de Oficinas Culturais no Estado de São Paulo.

Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos nas Oficinas Culturais do Estado de São Paulo e Casa Modernista, e nos Projetos Todos os Cantos, Talentos Especiais, Barracão, Saraus Literomusicais Paulistas, Recuperação de Patrimônio através de Oficinas, Oficina de Talentos e nas Parcerias diversas, cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato.

**VALOR:** R\$ 29.333.972,57

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL:** Abaçai Cultura e Arte

**OBJETO:** fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços dos Programas e Projetos da Secretaria da Cultura (especificamente aqueles executados pelo Departamento de Atividades Regionais da Cultura/DARC e sua Divisão de Bibliotecas) a saber: Programa Revelando São Paulo; Projeto Mapa Cultural Paulista; Projeto Reviver;

Programa de Atendimento aos Municípios, e Projeto Ademar Guerra, além do gerenciamento e atividades a serem desenvolvidos na Casa das Rosas - Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, cujo uso fica permitido pelo período de vigência do contrato.

**VALOR:** R\$ 12.295.763,00

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL:** Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

**OBJETO:** fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área da cultura, especificamente em relação ao apoio, administração e manutenção da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP e do Complexo Cultural Júlio Prestes/Sala São Paulo.

**VALOR:** R\$ 215.433.333,33

Vale ressaltar que todos os contratos de gestão relacionados pendem de apreciação e julgamento pela Casa.

- CONTRATANTE: Secretaria da Saúde

Conforme informações da Secretaria da Saúde, no exercício de 2005, estavam em vigência contratos de gestão com oito Organizações Sociais para atender treze hospitais estaduais, a saber:

<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	<b>HOSPITAIS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Beneficente Casa de Saúde Santa Marcelina</li> </ul>	Hospital Geral de Itaim Hospital Geral de Itaquaquecetuba
<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Congregação de Santa Catarina</li> <li>Fundação ABC</li> <li>Irmandade da Santa Casa de São Paulo</li> <li>Organização Santaamarencense de Educação e Cultura/Univ.Santo Amaro – OSEC/UNISA</li> <li>Sanatorinhos – Ação Comunitária de Saúde</li> <li>Serviço Social da Indústria da Construção do Mobiliário do Estado de São Paulo – SECONCI</li> <li>Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM</li> </ul>	Hospital Geral de Pedreira Hospital Geral de Santo André Hospital Geral de Guarulhos Hospital de Francisco Morato Hospital Geral de Grajaú Hospital Geral de Carapicuíba Hospital Geral de Itapevi Hospital Geral de Itapeverica Hospital Geral de Vila Alpina Hospital Estadual de Diadema Hospital Geral de Pirajussara

Em resposta a questionário, trouxe, ainda, as informações, cujos valores e quantitativos consolidamos, observando que a Secretaria deixou de apresentar os dados referentes aos convênios de gestão:

1. quantitativo de metas previstas no contrato de gestão e nos correspondentes termos aditivos, com indicação das realizações:

META nº1 INTERNAÇÕES	2003	2004	2005
<b>PREVISTA</b>	144.207	146.178	149.103
<b>REALIZADA</b>	139.339	156.884	151.633

META nº2 CONSULTAS AMBULATORIAIS	2003	2004	2005
<b>PREVISTA</b>	993.186	989.392	1.133.377
<b>REALIZADA</b>	996.056	1.034.911	1.159.017

META nº3 CONSULTAS DE URGÊNCIA	2003	2004	2005
<b>PREVISTA</b>	1.101.225	1.085.902	1.132.998
<b>REALIZADA</b>	1.165.759	1.175.440	1.227.351

META nº4 SADT EXTERNO (LABORATÓRIO)	2003	2004	2005
<b>PREVISTA</b>	3.231.922	2.954.511	3.056.378
<b>REALIZADA</b>	3.518.518	3.129.466	3.916.213

2. Taxa média de ocupação dos leitos hospitalares:

2003	2004	2005
não disponível	79,8	79,2

3. Total das receitas obtidas para o Hospital:

- Receitas decorrentes do contrato de gestão (inclui parte fixa e variável) **(em mil R\$)**

2003	2004	2005
466.765,31	578.156,32	671.216,12

- Outras Receitas (resultado de aplicação financeira, reembolso de despesas, obtenção de recursos especiais externos a SES-doações e empréstimos bancários) **(em mil R\$)**

2003	2004	2005
12.793	11.095,29	12.765,02

4. Total das despesas realizadas pelo Hospital **(em mil R\$)**

2003	2004	2005
491.695,98	585.016,86	691.381,6

4.1. despesas administrativas do Hospital (não existe este item no demonstrativo contábil operacional anual, registramos aqui o valor das despesas gerais - água, energia elétrica, gás, telefone, combustível, postagem, etc.) **(em mil R\$)**

2003	2004	2005
17.630,25	24.206,95	34.318,39

4.2. despesas com pessoal **(em mil R\$)**

2003	2004	2005
252.481,98	297.114,72	346.404,66

4.3. despesas com serviços de terceiros **(em mil R\$)** :

2003	2004	2005
122.048	136.874,99	163.229,42

4.4. despesas com materiais e medicamentos (inclui todos os materiais de consumo) **(em mil R\$)** :

2003	2004	2005
95.007,61	114.080,05	138.309,80

5. Empréstimos junto às instituições financeiras para a gestão do Hospital.

Os empréstimos bancários estão incluídos no demonstrativo contábil, dentro do item de recursos externos à SES (também computam doações). É este valor que foi colocado na tabela abaixo no item de valor recebido.

Da mesma forma, os valores pagos referem-se ao item despesas tributárias e financeiras, que também incluem pagamentos de impostos **(em mil R\$)** :

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
<b>VALOR RECEBIDO</b>	9.163,09-	6.809,46	4.141,8
<b>VALOR PAGO</b>	4.520,71-	9.411,91	4.390,9

6. Valor dos equipamentos adquiridos para o Hospital **(em mil R\$)** :

2003	2004	2005
0	5.769,45	11.977,6

### 3. CUSTOS

A fim de possibilitar uma abordagem inicial sobre o comparativo de custos entre serviços prestados pela Administração Direta e aqueles prestados por terceiros,

desenvolvemos trabalho de pesquisa e coleta de dados nas Secretarias da Administração Penitenciária e da Saúde.

- Secretaria da Administração Penitenciária

Foram realizadas reuniões deste Grupo com o Dr. José Valter da Silva Junior, assessor técnico de gabinete da Secretaria da Administração Penitenciária, contando também com a participação de auditores da 4ª Diretoria de Fiscalização, responsável pela referida Pasta.

Nessas ocasiões ocorreram explicações acerca da metodologia e procedimentos adotados pela Secretaria para controle e acompanhamento dos contratos que versam sobre cooperação da Entidade na prestação de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho aos presos do estabelecimento prisional, na forma prevista no artigo 11 da Lei de Execução Penal, e especificada no Plano de Trabalho Anual integrante do Convênio.

Em resumo, a prestação mensal de contas das entidades ocorre por meio de sistema informatizado, controlado por um Software de Workflow, e, posteriormente, a Secretaria confronta esses dados com os respectivos documentos originais e, também, analisa a pertinência dos gastos com o objeto do contrato.

A partir dessas informações foi possível elaborar levantamentos de custos para cada contrato. Além destes, para se apurar o custo médio preso/mês de cada Unidade Conveniada, somaram-se os custos das parcelas referentes aos serviços prestados pela Administração Direta, que compreendem



a segurança e disciplina do estabelecimento prisional, mais os custos dos rateios de algumas despesas gerais da Secretaria.

Quanto ao custo médio da Administração Direta, a metodologia utilizada não considerou os gastos com inativos e investimentos.

A seguir, quadro com as quantidades de unidades existentes, classificadas por tipos e exercícios:

	2003	2004	2005
CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO	16	20	22
CENTROS DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA	7	7	7
CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	22	28	32
PENITENCIÁRIAS	62	64	73

Destas, estavam sendo administradas com a cooperação de terceiros:

	2003	2004	2005
CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO	16	20	22
CENTROS DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA	0	1	1
CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	0	0	0
PENITENCIÁRIAS	0	1	4

De acordo com posição ofertada pela Secretaria da Administração Penitenciária, demonstramos o custo médio de Unidades administradas exclusivamente pelo Estado e os custos médios das Unidades com administração compartilhada (Administração Direta e Entidades Contratadas) bem como os percentuais comparativos dos custos, para os exercícios de 2003, 2004 e 2005:

CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA X CUSTOS DAS UNIDADES CONVENIADAS						
	2005		2004		2003	
	Custo médio	%	Custo médio	%	Custo médio	%
<b>Administração Direta</b>	687,71		740,72		671,70	
<b>Unidades Conveniadas</b>						
CR de Lins	752,10	9,36%	704,96	-4,83%	612,92	-8,75%
CR de Marília	658,79	-4,20%	642,51	-13,26%	603,13	-10,21%
CR de Jaú	583,94	-15,09%	661,39	-10,71%	(*)1.307,35	94,63%
CR de Birigui	620,23	-9,81%	582,15	-21,41%	(*)544,96	-18,87%
CR de Limeira	614,05	-10,71%	659,18	-11,01%	531,60	-20,86%
CR de Itapetininga	655,14	-4,74%	648,39	-12,47%	555,75	-17,26%
CR de Mococa	593,90	-13,64%	613,73	-17,14%	548,80	-18,30%
CR de S.J.Campos	633,01	-7,95%	602,47	-18,66%	546,38	-18,66%
CR de Araraquara (MC)	725,65	5,52%	732,39	-1,13%	585,23	-12,87%
CR de Pres.Prudente	794,78	15,57%	658,86	-11,05%	579,17	-13,78%
CR de Araçatuba	683,96	-0,55%	742,67	0,26%	613,60	-8,65%
CR de Sumaré	697,72	1,46%	670,39	-9,50%	624,09	-7,09%
CR de Avaré	647,75	-5,81%	692,61	-6,49%	592,37	-11,81%
CR de Brag.Paulista	599,97	-12,76%	591,14	-20,19%	469,30	-30,13%
CR de Piracicaba	786,82	14,41%	697,36	-5,85%	652,72	-2,82%
CR Rio Claro (FM)	714,43	3,89%	647,50	-12,58%	589,33	-12,26%
PIII Hortolândia	521,18	-24,22%	590,03	-20,34%		
CR Araraquara (FM)	970,65	41,14%	(*)873,06	17,87%		
CPP Ataliba Nogueira	586,57	-14,71%	(*)587,33	-20,71%		
CR de Mogi Mirim	591,46	-14,00%	(*)830,05	12,06%		
CR de S.J. do Rio Preto	572,93	-16,69%	(*)629,09	-15,07%		
CR de Rio Claro (MC)	632,36	-8,05%	(*)1.170,41	58,01%		
CR Atibaia	(*)625,98	-8,98%				
Penit. Fem. de Campinas	(*)532,62	-22,55%				
Penit. I e II de Guareí	(*)412,38	-40,04%				
CR Ourinhos	(*)458,52	-33,33%				
Penit. Fem. Santana	(*)2.794,92	306,41%				

(\*) Unidades com início de execução convencial durante o exercício

custos corrigidos pelo IGP-DI-FGV

Observa-se a existência de algumas variações significativas nos custos médios. De acordo com a Secretaria, tais fatos ocorrem, geralmente, quando os custos fixos são menos diluídos em decorrência de um início de execução convencial ou pelo número de presos ser pequeno.

De nossa parte, apuramos a média dos custos das Unidades Conveniadas e os percentuais comparativos com o custo da Administração Direta, por exercício. Entendemos que dessa forma as distorções de custos entre as Unidades estariam absorvidas.

Assim, segue o demonstrativo:

	2005		2004		2003	
	Custo Médio	Comparativo	Custo Médio	Comparativo	Custo Médio	Comparativo
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	687,71		740,72		671,70	
<b>MÉDIA DOS CUSTOS UN. CONVEN.</b>	720,81	4,81%	692,17	-6,55%	622,29	-7,36%

Pelos resultados, verifica-se que os custos médios das Unidades Conveniadas ficaram abaixo daqueles da Administração Direta nos exercício de 2003 e 2004. Em 2005, a situação se inverte.

A Secretaria consigna que realiza um acompanhamento dos resultados das parcerias e que, aquelas cujos custos situaram-se acima da média, serão as mais cobradas no exercício seguinte.

- Secretaria da Saúde

Solicitamos, junto a Secretaria da Saúde, comparativos de custos entre hospitais de mesmo porte administrados diretamente pelo Estado e, mediante contratos de gestão, por Organizações Sociais.

Entretanto, a Secretaria nos encaminhou o demonstrativo abaixo, que apenas nos permitiu determinadas análises, como segue:

Nat. da Despesa	HOSP. GERAL DE VILA PBENTEADO	%	HOSP. GERAL DE TAIPAS	%	HOSP. GERAL DE PIRAJUSSARA	%	HOSP. GERAL DE ITAIM PAULISTA	%
	Empenhado		Empenhado		Despesas		Despesas	
Pessoal e Encargos	24.728.093,41	59,05	26.243.962,92	63,93	32.181.661,52	57,05	37.368.571,14	68,66
Material Consumo	8.487.156,18	20,26	6.710.075,09	16,35	13.540.589,54	24,00	11.115.066,22	20,42
Serv. Terceiros - PJ	8.573.308,96	20,47	7.759.235,98	18,90	8.486.865,81	15,04	2.789.261,23	5,13
Outros	93.488,58	0,22	335.056,57	0,82	2.204.407,00	3,91	3.150.535,88	5,79
<b>Total</b>	<b>41.882.047,13</b>	<b>100</b>	<b>41.048.330,56</b>	<b>100</b>	<b>56.413.523,87</b>	<b>100</b>	<b>54.423.434,47</b>	<b>100</b>
N.º de leitos	168		172		254		272	
N.º de saídas	9.684		11.026		16.662		14.525	
Saídas/leito	58	34,52	64	37,21	66	25,98	53	19,48
Orçamento (R\$)	41.882.047,00		41.048.330,00		56.413.524,00		54.423.434,00	
Orç/Leito (R\$)	249.298,00		238.653,00		222.100,00		200.086,00	
Orç/Saída (R\$)	4.325,00		3.723,00		3.386,00		3.747,00	

**Observações da Secretaria da Saúde:**

Os hospitais Itaim Paulista, Taipas e V. Penteado são de porta aberta (urgência não referenciada) e o hospital Pirajussara é de porta Fechada (urgência referenciada).

Os hospitais de OSS (Itaim e Pirajussara) tem grandes ambulatórios externos, e os dois da Adm. Direta tem pequenos ambulatórios.

Os hospitais de OSS realizam grandes volumes de exames para pacientes externos e os dois Adm. Direta não.

**Considerações do GTA:**

Os elementos disponibilizados pela Secretaria da Saúde não se constituem em um comparativo de custos entre os hospitais. A rigor apresentamos uma avaliação dos resultados em função dos gastos dos hospitais, considerando a especificidade de cada um deles.

**Temos a observar:**

- As saídas/leito em relação ao número de leitos apresentam índice maior nos hospitais da administração direta, no caso, o Hospital Geral de Vila Penteado e o Hospital Geral de Taipas, refletindo o menor número de leitos nestes hospitais;
- quanto aos valores que refletem a relação orçamento/saída vemos que o Hospital Geral de Vila Penteada, administrado diretamente pelo Estado, tem o valor mais alto, enquanto o valor mais baixo é do Hospital Geral de Pirajussara, administrado por Organização Social; O Hospital Geral de

Taipas, administrado pelo Estado, e o Hospital Geral de Itaim Paulista, administrado por Organização Social, têm, praticamente, o mesmo valor;

- muito embora as quantidades de leitos nos hospitais gerenciados por OSS sejam maiores, o que explicaria, em parte, o maior número de saídas relativamente aos hospitais gerenciados diretamente pelo Estado, estes, por terem menor número de leitos, possuem relação saídas/leitos mais favorável;
- as despesas com pessoal e encargos representam a parcela maior em relação à despesa total; cabe ressaltar, na comparação ora em exame, a extrema relevância deste grupo de despesa em relação aos gastos totais do Hospital Geral de Itaim Paulista, administrado por OSS;
- Há que se considerar o maior valor nominal dos gastos totais dos hospitais gerenciados pela OSS's, reduzindo a participação relativa dos gastos com pessoal; No entanto, em uma comparação entre esses dois hospitais percebe-se que o de Itaim Paulista tem o percentual de participação nas despesas com pessoal bem maior do que o Hospital Geral de Pirajussara;
- em sentido inverso, as despesas com serviços de terceiros-pj do Hospital Geral de Itaim Paulista representa cerca de 30% das que ocorreram nos Hospital Geral de Pirajussara, ou seja, se considerarmos a totalidade dos grupos pessoal e encargos e serviços de terceiros-pj teremos resultado praticamente idêntico;

- igual constatação se faz em relação aos hospitais gerenciados pela administração direta, em que os dois grupos de despesas se equivalem.

#### **4. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS**

O objetivo deste item é identificar, as principais atividades que estão sendo desenvolvidas pelas entidades, normalmente conhecidas por Organizações Não Governamentais - ONG's no contexto das ações do Estado.

Para melhor visualização as atividades são sintetizadas por Secretarias:

##### Secretaria da Segurança Pública

A atividade mais significativa refere-se a execução do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, extensiva aos familiares.

##### Procuradoria Geral do Estado

Basicamente, as entidades prestam assistência jurídica integral e gratuita a população carente.

##### Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer

As entidades sem fins lucrativos que atuam no âmbito da Secretaria objetivam, precipuamente, o "Esporte Social" assim entendido o esporte como fator de integração social – nesse sentido são contemplados os esportes amadores, esportes para cegos, arborismo no Parque da Juventude, xadrez, ginástica olímpica, além de atividades artísticas e culturais no Parque da Juventude.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Dentro do contexto de ações desta Secretaria, as entidades atuam, significativamente, no Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações carentes, operacionalizando a execução dos restaurantes populares, também conhecidos como "Bom Prato"; atuam nas ações de defesa sanitária animal (aí incluído o Programa Estadual de Sanidade Avícola) e defesa sanitária vegetal (especialmente no que diz respeito à verificação das condições de sanidade de pomares e viveiros cítricos, relativamente ao cancro cítrico e à morte súbita dos citros).

Secretaria da Administração Penitenciária

As entidades parceiras desta Pasta implementam o atendimento legal aos homens e mulheres encarcerados, mas especificamente os arrolados no artigo 11 e seguintes da Lei Federal nº 7.210/84, que fundamenta a participação da sociedade civil no processo de ressocialização dos encarcerados (artigo 40 da citada Lei) qual seja, cooperação na prestação e assistência carcerária, consistente na prestação de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho aos presos do estabelecimento prisional.

Secretaria da Saúde

As entidades sem fins lucrativos, no âmbito desta Secretaria, atuam, exclusivamente, em ações da área da saúde, principalmente as APAE's e as Santas Casas – também, identificamos repasses para Clínicas de Repouso, Associação Hospitalares, Centros clínicos Educacionais, Sanatórios, Sociedades e Associações Benéficas, Movimento de Recuperação de Toxicômanos, AACD e demais "Casas" de apoio aos excepcionais.

Secretaria da Educação

A atenção mais destacada na área da educação relaciona-se às APAE's; também identificamos repasses federais para o Conselho Comunitário Educacional Cultural e Ação Social Grande São Paulo, Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, Comunidade Kolping São Francisco e AACD para desenvolvimento de ações de educação sem fins lucrativos.

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

As Ong's atuam no Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (bem como aos familiares) e em serviços específicos de atendimento à vítimas diretas e indiretas de violência urbana.

Secretaria da Cultura

As Ong's atuam junto ao Museu da Imagem e do Som, para realização de exposições (arte, imagens e fotografias), junto a Pinacoteca, para realização de exposições artísticas, e junto à Museus, para realização de exposições diversas.

Administração Geral do Estado

A Associação Paulista de Medicina (entidade privada sem fins lucrativos) recebeu do Estado, por delegação, a execução de serviço de assistência a médicos, que consiste na prestação de auxílio aos médicos que se encontrem inválidos, enfermos ou em penúria, e auxílio às famílias dos médicos falecidos sem recursos.

Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social

Atuação de diversas entidades sem fins lucrativos em programas de caráter social. Os mais importantes e significativos são:



- Programa Proteção Social Básica, objetivando a inserção do jovem/adulto na rede de ensino público, desenvolvimento de atividades sócio-educativas, pedagógicas, alimentação, saúde, lazer, bem como desenvolvimento de potencialidades, habilidades, autonomia, autosustentabilidade, atendimento social e psicológico (individual e grupal);
- Programa Proteção Social Especial, visando a garantia de direitos básicos violados ou ameaçados, abrigo para crianças e adolescentes resguardando sua integridade física e afetiva e vínculos familiares e comunitários;
- Programa Espaço Amigo/Projeto Esporte Amigo, apoio sócio-educativo e atividades relacionadas às áreas de esportes;
- Programa Migrante/População de Rua, visando o atendimento psicossocial com enfoque sócio-educativo e atividades ocupacionais;
- Programa Família, objetivando ações com enfoque sócio-educativo articulados com recursos e serviços existentes na comunidade e ações integradas com outros programas.

#### Secretaria de Economia e Planejamento

As entidades privadas sem fins lucrativos que atuam no âmbito desta Secretaria objetivam, especialmente, o atendimento de crianças e adolescentes, serviço de resgate médico à população (Corpo de Bombeiros Voluntários de Itapetininga - SP) e fornecimento de alimentação a pessoas carentes.

Demonstraremos as despesas liquidadas no exercício em exame, na modalidade 3350 e 4450 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, por órgão e por Fonte de Recursos:

ÓRGÃO/FONTE DE RECURSOS	R\$
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	12.000,00
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	12.000,00
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	533.414,87
TESOURO	0,00
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	533.414,87
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	83.728.567,02
TESOURO	54.291.783,00
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	125.147,62
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	29.311.636,40
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.831.655.088,88
TESOURO	403.572.804,83
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	6.700.000,00
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	2.628.956,91
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	1.418.753.327,14
10000 - SEC.DA CIENCIA,TECNOLOG.,DES.ECON.E TURISMO	20.521.722,00
TESOURO	20.181.037,15
RECURSOS PROPRIOS-ADM INDIRETA	340.684,85
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	4.913.985,01
TESOURO	4.083.818,01
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	803.567,00
OPERAÇÃO DE CRÉD.E CONTRIB.DO EXTERIOR	26.600,00
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	15.071.114,86
TESOURO	13.630.393,00
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	1.440.721,86
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	22.037.559,33
TESOURO	21.444.049,33
RECURSOS PROPRIOS-ADM INDIRETA	0,00
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	593.510,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	64.688.784,95
TESOURO	1.138.784,95
RECURSOS PROPRIOS-ADM INDIRETA	63.550.000,00
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	0,00
RECURSOS PROPRIOS-ADM INDIRETA	0,00
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	8.238,26
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	8.238,26
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	2.633.792,42
TESOURO	2.633.792,42
28000 - CASA CIVIL	0,00
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	429.700,00
TESOURO	429.700,00
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	53.138.992,33
TESOURO	50.900.497,56
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	0,00
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	1.265.951,60
OPERAÇÃO DE CRÉD.E CONTRIB.DO EXTERIOR	972.543,17
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	25.024.038,87
TESOURO	25.024.038,87
FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS	0,00

39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HIDRICOS E SANEAMENTO	0,00
TESOURO	0,00
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.944.301,09
TESOURO	0,00
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	1.944.301,09
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	8.232.311,19
TESOURO	5.433.761,69
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	2.798.549,50
<b>TOTAL</b>	<b>2.134.573.611,08</b>

## 5. DER/ARTESP

Recebemos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP documentos com demonstrativos dos ônus fixo e variável, período de 2003 a 2005, de todas as concessionárias, dos quais extraímos elementos para as considerações subseqüentes.

O Ônus Fixo, assim entendido “a outorga ou preço da delegação”, é recolhido mensalmente para o DER-SP.

O Ônus Variável equivale ao percentual de 3% das receitas auferidas pelas concessionárias (com exceção das receitas financeiras), é recolhido mensalmente para a ARTESP, para custeio das atividades de fiscalização e regulação.

Os descontos, de uma maneira geral, são:

- Impostos: criação e/ou majoração da carga tributária incidente sobre os projetos de concessão (ISS-QN, PIS e COFINS);
- Investimentos: obras adicionais solicitadas pelo poder concedente (intersecções com o Rodoanel/BNDES, contornos de Brigadeiro

Tobias e São Roque, inclusão e melhoria de trecho rodoviário na rodovia SP-342, novas obras e dispositivos em São João da Boa Vista);

➤ Outros: Cupons de pedágio (ARTESP-Jaguariúna/DER-SP e DERSA), diferencial tarifário na Rodovia SP-091 (ligação da rodovia SP-075 com a SP-270), devolução de valores descontados indevidamente, descontos nas tarifas de pistas simples, regime transitório das pistas marginais da Rodovia SP-280 e indenização pela desativação da Praça de Pedágio de Vargem Grande do Sul (Renovias: fev/2002)

R\$

	2005	2004	2003
<b>Ônus Fixo</b>	<b>295.321.147</b>	<b>273.209.327</b>	<b>224.376.913</b>
<b>Descontos:</b>	<b>177.010.532</b>	<b>154.492.958</b>	<b>128.134.405</b>
• Impostos	47.632.176	53.931.728	49.913.630
• Investimentos	84.158.735	62.701.025	51.443.645
• Outros	45.219.621	37.860.205	26.777.130
<b>Depósito (DER-SP)</b>	<b>118.310.615</b>	<b>118.716.369</b>	<b>96.242.508</b>

R\$

	2005	2004	2003
<b>Ônus Variável</b>	87.265.735	77.056.520	59.841.644
<b>Descontos:</b>	<b>18.565.914</b>	<b>15.800.046</b>	<b>16.155.257</b>
• Impostos	18.347.986	15.974.513	13.234.499
• Outros	217.928	(174.467)	2.920.758
<b>Depósito (ARTESP)</b>	<b>68.699.821</b>	<b>61.256.474</b>	<b>43.686.387</b>

Os dados apresentados indicam que os descontos representaram, em relação ao valor do **Ônus Fixo**, 59,94% no exercício 2005, 56,55% em 2004 e 57,11% em 2003.

Em se tratando de Ônus Variável, o percentual apurado foi de 21,27%, 20,50% e 27,00% para os exercícios de 2005, 2004 e 2003 respectivamente.

## **6. FUNDAÇÕES DE APOIO**

### DAS ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA

O presente tópico teve como escopo delimitar as atividades desenvolvidas no âmbito do fomento à pesquisa.

Para tanto, dos entes estaduais que atuaram neste segmento selecionamos a FAPESP, a UNESP, a USP e a UNICAMP.

#### DA FAPESP

A FAPESP é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país, sendo a ela destinado 1% da receita tributária do Estado de São Paulo, atendendo a Constituição Estadual, em seu artigo 271, "caput" e parágrafo único.

Atua na concessão de auxílios à pesquisa e bolsas em todas as áreas do conhecimento, além de financiar outras atividades de apoio à investigação, ao intercâmbio e à divulgação da ciência e da tecnologia.

Para obtenção dos valores aplicados nas atividades de fomento à pesquisa, este grupo expediu questionário, sendo que a entidade apresentou as informações a seguir:

RECEITAS		
2003	2004	2005
459.749.793,37	500.847.341,21	510.206.703,06

DESEMBOLSOS COM AS ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA		
2003	2004	2005
354.801.449,53	393.900.438,19	481.718.578,89

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
2003	2004	2005
77,17	78,65	94,42

No que se refere às atividades de fomento à pesquisa, a FAPESP apóia projetos apresentados por pesquisadores em atuação no Estado de São Paulo. Esse apoio dá-se mediante concessão de bolsas e auxílios, por intermédio de três linhas de financiamento, quais sejam, Linha Regular, Programas Especiais e Programas de Inovação Tecnológica.

#### DA LINHA REGULAR

A linha regular está voltada para o atendimento da demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado, a partir de necessidades individuais de aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em área de seu interesse, concedendo bolsas e auxílios à pesquisa em todas as áreas do conhecimento.

## DAS BOLSAS (LINHA REGULAR)

As modalidades de bolsa oferecidas são: Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Doutorado Direto, Pós-Doutorado e Pesquisa no Exterior.

A seguir, elaboramos quadro descrevendo as bolsas concedidas pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Iniciação Científica	1846	2128	2041
Mestrado	716	783	797
Doutorado	509	484	460
Doutorado Direto	282	261	203
Pós Doutorado	372	343	372
Pesquisa no Exterior	113	133	128
<b>Total</b>	<b>3838</b>	<b>4132</b>	<b>4001</b>

Para a concessão das bolsas foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Iniciação Científica	8.626.838,00	9.577.885,00	9.395.004,14
Mestrado	16.134.540,74	18.107.431,44	18.452.413,88
Doutorado	28.485.639,09	32.650.417,28	35.865.292,18
Doutorado Direto	17.676.625,10	17.906.652,32	13.612.429,55
Pós Doutorado	29.086.543,04	43.006.746,04	41.400.343,89
Pesquisa no Exterior	2.566.526,11	3.357.973,67	3.043.191,82
<b>Total</b>	<b>102.576.712,08</b>	<b>124.607.105,75</b>	<b>121.768.675,46</b>

## DOS AUXÍLIOS (LINHA REGULAR)

Os auxílios são recursos concedidos a pesquisadores doutores para o desenvolvimento de projetos individuais, nas seguintes modalidades: Auxílio à Pesquisa, Auxílio à Vinda de Pesquisador Visitante, Organização de

Reunião Científica, Participação em Reunião Científica no Brasil ou no exterior e Auxílio à Publicação Científica.

A seguir, elaboramos quadro descrevendo os auxílios concedidos pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Projetos de Pesquisa	1347	1362	1392
Organização de Reuniões	275	281	294
Participação em Reunião no Brasil	315	264	255
Participação em Reunião no Exterior	621	847	693
Professor Visitante do Brasil	12	13	19
Professor Visitante do Exterior	176	162	128
Publicação	198	181	203
<b>Total</b>	<b>2944</b>	<b>3110</b>	<b>2984</b>

Para a concessão dos auxílios foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Projetos de Pesquisa	130.317.748,57	185.030.414,68	190.055.897,95
Organização de Reuniões	3.332.395,59	3.667.118,09	4.650.597,35
Participação em Reunião no Brasil	281.767,93	264.181,10	382.968,53
Participação em Reunião no Exterior	4.206.212,71	6.406.569,19	5.496.239,96
Professor Visitante do Brasil	273.389,77	503.182,90	845.928,95
Professor Visitante do Exterior	2.336.317,60	2.601.078,40	2.351.239,82
Publicação	663.178,35	629.843,04	942.864,10
<b>Total</b>	<b>141.411.010,52</b>	<b>199.102.387,40</b>	<b>204.725.736,66</b>

#### DOS PROGRAMAS ESPECIAIS E DOS PROGRAMAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Os programas especiais compreendem aqueles criados pela Fundação por sugestão e a partir de necessidades da comunidade científica, com o objetivo de capacitar recursos humanos, em áreas consideradas estratégicas ou em que há reduzido número de quadros, modernizar a infra-estrutura física do sistema estadual de pesquisa, assegurar aos



pesquisadores o acesso eletrônico a dados e informações do Brasil e do exterior.

Já os programas de Inovação Tecnológica compreendem aqueles criados pela Fundação também a partir da demanda e necessidades apresentadas pela comunidade científica e tecnológica, mas os resultados de suas pesquisas têm o objetivo principal de inovação tecnológica ou de aplicação na formulação de políticas públicas.

No que se refere à quantidade de bolsas e auxílios destinados aos projetos desenvolvidos nesses segmentos, a FAPESP apresenta a seguinte situação:

<b>DISCRIMINAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>PROGRAMAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA</b>			
BIOTA-FAPESP	10	10	9
BIOTA-FAPESP – BOLSAS	1	0	0
GENOMA-FAPESP	3	3	0
CENTROS DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DIFUSÃO	0	0	0
POLÍTICAS PÚBLICAS	7	57	2
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PEQUENAS EMPRESAS	72	65	109
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PEQUENAS EMPRESAS – BOLSAS	50	41	79
PARCERIA PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	10	9	6
CONSÓRCIOS SETORIAIS PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	1	1	0
APOIO À PROPRIEDADE INTELECTUAL	22	26	9
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – INTERNET AVANÇADA	0	22	19
SISTEMA INTEGRADO DE HIDROMETEO-ROLOGIA	0	2	2
PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA EM EMPRESAS	0	0	20
PARQUES TECNOLÓGICOS	0	0	1
<b>Subtotal</b>	<b>176</b>	<b>236</b>	<b>256</b>

DISCRIMINAÇÃO DOS PROGRAMAS	2003	2004	2005
<b>PROGRAMAS ESPECIAIS</b>			
JOVENS PESQUISADORES	55	51	82
JOVENS PESQUISADORES BOLSAS	41	28	51
ENSINO PÚBLICO	2	6	11
CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS	393	536	620
JORNALISMO CIENTÍFICO	16	8	17
INFRA-ESTRUTURA	0	0	0
INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR	0	17	0
PRIMEIROS PROJETOS	0	129	1
PRONEX	0	31	10
REDE ANSP	1	0	0
EQUIPAMENTOS MULTI USUÁRIOS	0	0	113
<b>Subtotal</b>	<b>508</b>	<b>806</b>	<b>905</b>
<b>Total</b>	<b>683</b>	<b>1042</b>	<b>1161</b>

Relacionamos, também, os valores despendidos com referidos projetos conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DOS PROGRAMAS	2003	2004	2005
<b>PROGRAMAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA</b>			
BIOTA-FAPESP	4.381.149,27	3.322.113,47	7.340.076,55
BIOTA-FAPESP- BOLSAS	45.599,40	61.010,10	57.315,60
GENOMA-FAPESP	5.206.551,06	6.143.083,39	2.329.969,56
CENTROS DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DIFUSÃO (1)	12.047.228,61	19.374.490,50	24.839.662,83
POLÍTICAS PÚBLICAS	3.055.244,78	3.141.703,00	3.364.362,89
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PEQUENAS EMPRESAS	9.955.779,88	9.584.368,84	15.316.747,56
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PEQUENAS EMPRESAS – BOLSAS	2.111.081,40	3.051.739,50	4.565.406,96
PARCERIA PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	5.866.727,15	7.943.182,39	7.226.151,73
CONSORCIOS SETORIAIS PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	147.664,73	309.372,92	475.524,28
APOIO À PROPRIEDADE INTELECTUAL	586.037,70	484.586,85	807.138,04
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – INTERNET AVANÇADA	0	210.762,57	2.544.450,47
SISTEMA INTEGRADO DE HIDROMETEO-ROLOGIA	0	179.745,14	1.572.586,29
PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA EM EMPRESAS	0	0	4.504.499,990
PARQUES TECNOLÓGICOS	0	0	536.814,96
<b>Subtotal</b>	<b>43.403.063,98</b>	<b>53.806.158,67</b>	<b>75.480.707,71</b>

(1) Não se destina a projetos, mas sim, para atividades de pesquisa por um prazo de 11 anos.

<b>PROGRAMAS ESPECIAIS</b>			
JOVENS PESQUISADORES	8.912.887,53	9.613.700,68	13.661.669,07
JOVENS PESQUISADORES BOLSAS	3.205.094,97	4.080.635,88	5.481.918,72
ENSINO PÚBLICO	889.186,32	1.115.454,71	2.603.584,01
CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS	3.217.113,13	4.207.611,59	6.032.141,39
JORNALISMO CIENTÍFICO	136.290,00	197.350,00	100.345,70
INFRA-ESTRUTURA(2)	2.222.624,47	447.547,99	83.420,21
INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR	0	25.168,47	15.526,06
PRIMEIROS PROJETOS	0	1.699.733,58	487.884,50
PRONEX	0	1.772.717,67	7.757.826,15
REDE ANSP (3)	10.905.563,43	12.248.268,11	16.583.572,08
EQUIPAMENTOS MULTI USUÁRIOS	0	0,00	26.701.167,69
<b>Subtotal</b>	<b>29.488.759,85</b>	<b>35.408.188,68</b>	<b>79.509.055,58</b>
<b>Total</b>	<b>72.891.823,83</b>	<b>89.214.347,35</b>	<b>154.989.763,29</b>
(2) Os recursos foram destinados a projetos aprovados em anos anteriores			
(3) Não se refere a um projeto específico, mas sim, atende a toda comunidade acadêmica e de pesquisa do país.			

#### DAS UNIVERSIDADES

Este tópico foi realizado com o apoio da Unidade Regional 3 - Campinas e, também, da 3ª e da 5ª Diretorias de Fiscalização desta E. Casa, as quais colaboraram com este trabalho solicitando informações à USP, UNESP e UNICAMP, para verificar a atividade destas autarquias e de suas Fundações de Apoio no que tange às atividades ligadas ao fomento à pesquisa.

Preliminarmente, cabe informar que as Universidades ora mencionadas, ao utilizarem o Sistema SIAFEM, não registram os nomes de seus credores nem a discriminação individuada dos pagamentos.

Passamos, então, a mencionar as informações fornecidas pelas universidades:

DA USP

A Universidade de São Paulo apresenta os seguintes valores:

<b>DESEMBOLSOS PRÓPRIOS COM ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
14.984.876,36	14.391.776,17	16.041.518,79
Obs. A Universidade não informou o total dos desembolsos. O valor corresponde ao somatório das concessões das bolsas e auxílios à pesquisa.		

<b>RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO DO ESTADO</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
1.606.610.796,84	1.868.576.282,03	2.020.257.256,60

Considerando as informações retro, a universidade apresenta os seguintes percentuais de sua receita aplicados em pesquisa:

<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
0,93%	0,77%	0,79%

A seguir, elaboramos quadro descrevendo as bolsas concedidas pela entidade:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Mestrado	3560	3443	3773
Doutorado	4754	4990	5129
Pós Doutorado	793	838	1000
Total	9107	9271	9902

Para a concessão das bolsas foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Mestrado	3.773.030,40	3.649.029,12	3.998.776,32
Doutorado	6.243.396,50	6.553.317,10	6.735.864,41
Pós Doutorado	1.759.318,08	1.859.153,28	2.218.560,00
Total	11.775.744,98	12.061.499,5	12.953.200,73

Prosseguindo, elaboramos quadro descrevendo os auxílios concedidos pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Projetos de Pesquisa	43	44	46
Outros	20	10	03
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>54</b>	<b>49</b>

Para a concessão dos auxílios foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Projetos de Pesquisa	3.135.606,38	2.289.041,67	3.070.818,06
Outros	73.525,00	41.235,00	17.500,00
<b>Total</b>	<b>3.209.131,38</b>	<b>2.330.276,67</b>	<b>3.088.318,06</b>

#### DA UNESP

A Universidade Estadual Paulista apresenta os seguintes desembolsos com as atividades de fomento à pesquisa:

<b>DESEMBOLSOS COM AS ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
23.885.539,35	26.573.828,53	26.703.121,56
Obs. A Universidade não informou o valor total dos desembolsos. O valor corresponde ao somatório das concessões das bolsas e auxílios à pesquisa da Unesp e de sua Fundação de Apoio FUNDUNESP.		

As aplicações próprias da autarquia sem considerar as Fundações de Apoio apresentam os seguintes desembolsos:

<b>DESEMBOLSOS PRÓPRIOS COM ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
22.752.421,45	25.310.443,53	26.088.096,56

<b>RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO DO ESTADO</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
781.793.705,13	861.286.563,42	945.622.193,97

Considerando as informações retro, a universidade apresenta os seguintes percentuais de sua receita aplicados em pesquisa:

<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
2,91%	2,94%	2,76%

A seguir, elaboramos quadro descrevendo as bolsas concedidas pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Iniciação Científica	2314	2126	1680
Mestrado	648	765	665
Doutorado	639	724	697
Apoio Acadêmico e Extensão I	1287	1247	1357
Apoio Acadêmico e Extensão II	571	641	744
<b>Total</b>	<b>5459</b>	<b>5503</b>	<b>5143</b>

Para a concessão das bolsas foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Iniciação Científica	558.854,14	513.450,26	424.570,58
Mestrado e Doutorado	13.155.327,33	16.180.517,57	16.135.339,00
Apoio Acadêmico e Extensão I	2.419.901,00	2.414.475,00	2.698.319,00
Apoio Acadêmico e Extensão II	1.138.350,00	1.219.540,70	1.424.800,00
<b>Total</b>	<b>17.272.432,47</b>	<b>20.327.983,53</b>	<b>20.683.028,58</b>
Obs. O valor corresponde ao somatório das concessões das bolsas da Unesp e de sua Fundação de Apoio FUNDUNESP.			

A seguir, elaboramos quadro descrevendo os auxílios concedidos pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Programa de Apoio à Pós Graduação	92	97	98
Programa de Apoio a Projetos Institucionais	0	0	0
Auxílio Estágio	45	22	45
Auxílio Aprimoramento	892	12	218
Eventos Acadêmicos	270	0	126
Organização de Reuniões	0	0	03
Projetos de Extensão	267	519	509
<b>CONVENIO UNESP/FUNDUNESP</b>	0	0	0
Projetos de Pesquisa	161	240	84
Organização de Reuniões	98	86	73
Participação em Reunião no Brasil	248	273	168
Participação em Reunião no Exterior	130	130	118
Professor Visitante do Brasil	23	23	16
Professor Visitante do Exterior	0	0	0
Publicação	21	9	7
Cursos a Distância	8	6	0
	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2255</b>	<b>1417</b>	<b>1465</b>

Para a concessão dos auxílios foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Programa de Apoio à Pós Graduação	4.832.850,00	4.807.360,00	4.730.970,00
Programa de Apoio a Projetos Institucionais	64.000,00	148.000,00	0,00
Auxílio Estágio	66.300,00	25.900,00	21.700,00
Auxílio Aprimoramento	55.671,05	1.200,00	20.564,29
Eventos Acadêmicos	362.692,33	0,00	90.769,00
Organização de Reuniões	0	0	341.064,69
Projetos de Extensão	98.475,60	0,00	200.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>5.479.988,98</b>	<b>4.982.460,00</b>	<b>5.405.067,98</b>

<b>CONVÊNIO UNESP/FUNDUNESP</b>			
Projetos de Pesquisa	514.543,00	713.799,00	249.800,00
Organização de Reuniões	123.010,00	79.781,00	40.595,00
Participação em Reunião no Brasil	146.550,00	152.200,00	96.930,00
Participação em Reunião no Exterior	271.350,00	266.970,00	216.950,00
Professor Visitante do Brasil	46.020,00	31.000,00	8.000,00
Professor Visitante do Exterior	0,00	0,00	0,00
Publicação	10.045,00	3.435,00	2.750,00
Cursos a Distância	21.600,00	16.200,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>1.133.118,00</b>	<b>1.263.385,00</b>	<b>615.025,00</b>
<b>Total</b>	<b>6.613.106,98</b>	<b>6.245.845,00</b>	<b>6.020.092,98</b>

DA UNICAMP

A Universidade de Campinas apresenta os seguintes desembolsos com as atividades de fomento à pesquisa:

<b>DESEMBOLSOS COM AS ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
230.040.409,77	272.392.216,09	304.833.166,24
Obs. A Universidade não informou o valor total dos desembolsos. O valor corresponde ao somatório das concessões das bolsas e auxílios à pesquisa da Unicamp e de suas Fundações de Apoio FUNCAMP e FECAMP.		

As aplicações próprias da autarquia sem considerar as Fundações de Apoio apresentam os seguintes desembolsos:

<b>DESEMBOLSOS PRÓPRIOS COM ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
61.330.149,00	68.801.663,00	70.920.499,00

<b>RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO DO ESTADO</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
700.222.364,55	790.096.703,01	877.805.713,16

Considerando as informações retro, a universidade apresenta os seguintes percentuais de sua receita aplicados em pesquisa:

<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
8,76%	8,71%	8,08%

A seguir, elaboramos quadro descrevendo as bolsas concedidas pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Iniciação Científica	1439	1406	1343
Mestrado	1855	1892	1928
Doutorado	2783	2682	2536
Pós Doutorado	237	241	243
Convênio FUNCAMP	1969	2298	2804
<b>Total</b>	<b>8283</b>	<b>8519</b>	<b>8854</b>



Para a concessão das bolsas foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Iniciação Científica	1.467.222,00	1.418.949,00	1.352.406,00
Mestrado	12.516.629,00	13.251.314,00	14.524.539,00
Doutorado	30.494.069,00	29.300.278,00	28.962.919,00
Pós Doutorado	5.544.682,00	7.313.198,00	8.672.572,00
Convênio FUNCAMP	4.191.305,46	5.479.813,57	7.816.987,58
<b>Total</b>	<b>54.213.907,46</b>	<b>56.763.552,57</b>	<b>61.329.423,58</b>

Obs. O valor corresponde ao somatório das concessões das bolsas da Unicamp e de suas Fundações de Apoio FUNCAMP e FECAMP.

Prosseguindo, elaboramos quadro descrevendo os auxílios concedidos pela entidade, tendo em vista a quantidade de projetos aprovados:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Projetos Específicos	1416	1486	1459
Intercâmbio com Instituições Científicas	65	92	91
Divulgação do Resultado das pesquisas realizadas	51	39	42
Congressos, Simpósios e seminários para estudos e debates	649	826	812
<b>Subtotal</b>	<b>2181</b>	<b>2443</b>	<b>2404</b>

<b>Convênio FUNCAMP</b>			
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Institucional	50	77	84
Instalação e Manutenção de Cursos	48	64	78
Edição de Obras Intelectuais	0	0	0
Realização de Congressos, seminários, simpósios e conferências	72	34	25
Intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras	0	0	0
Outros	395	449	453
<b>Subtotal</b>	<b>565</b>	<b>624</b>	<b>640</b>
<b>Convênio FECAMP</b>			
Pós Graduação – Estudantes especiais em disciplinas isoladas	23	44	32
Seminários, Colóquios, semanas de estudo e conferências	3	1	2
Divulgação interna e externa dos resultados das pesquisas realizadas	1	1	0
<b>Subtotal</b>	<b>27</b>	<b>46</b>	<b>34</b>
<b>Total</b>	<b>2773</b>	<b>3113</b>	<b>3078</b>

Para a concessão dos auxílios foram destinados os seguintes valores:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Projetos Específicos	8.590.924,00	14.402.412,00	14.433.377,00
Intercâmbio com Instituições Científicas	650.462,00	1.003.985,00	1.008.530,00
Divulgação do Resultado das pesquisas realizadas	139.446,00	150.513,00	194.314,00
Congressos, Simpósios e seminários para estudos e debates	1.926.715,00	1.961.014	1.771.842,00
Subtotal	11.307.547,00	17.517.924,00	17.408.063,00

<b>Convênio FUNCAMP</b>			
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Institucional	7.150.977,89	9.724.560,00	23.040.602,05
Instalação e Manutenção de Cursos	15.744.515,46	15.123.260,33	25.430.378,96
Edição de Obras Intelectuais	0,00	0,00	0,00
Realização de Congressos, seminários, simpósios e conferências	863.575,46	1.185.050,76	937.868,21
Intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras	0,00	0,00	0,00
Outros	140.597.654,92	171.864.846,87	176.120.075,44
Subtotal	164.356.723,73	197.897.717,96	225.528.924,66

<b>Convênio FECAMP</b>			
Pós Graduação – Estudantes especiais em disciplinas isoladas	80.148,58	134.773,56	129.755,00
Seminários, Colóquios, semanas de estudo e conferências	62.583,00	55.000,00	437.000,00
Divulgação interna e externa dos resultados das pesquisas realizadas	19.500,00	23.248,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>162.231,58</b>	<b>213.021,56</b>	<b>566.755</b>
<b>TOTAL</b>	<b>175.826.502,31</b>	<b>215.628.663,52</b>	<b>243.503.742,66</b>

**XIV - EXPEDIENTES**

- TC-19715/026/2004

Representação acerca de eventual inobservância à Lei de Responsabilidade Fiscal quando do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 - subsidiou a análise das contas.

- TC-14614/026/2005 e 15483/026/2005

Solicitando informações acerca de operações de antecipação e compensação de créditos de ICMS - subsidiou a análise das contas.

- TC-16510/026/2005 - 31192/026/2005 - TC 32207/026/2005

Declarações para fins de operações de créditos - subsidiaram o exame das contas.

- TC-17156/026/2005

Esclarecimentos prestados pela Secretaria de Economia e Planejamento acerca de recomendações direcionadas às futuras Leis de Diretrizes Orçamentárias - matéria de acompanhamento já tratada na Item XV - Recomendações.

- TC-21453/026/2005

Solicitação de auditoria especial junto à Secretaria de Estado da Fazenda - matéria relacionada à fiscalização da receita tratada no Item XII - Atividades Desenvolvidas "in loco".

**XV - RECOMENDAÇÕES - EXERCÍCIO DE 2004**

O Senhor Secretário da Fazenda, por meio do Ofício GS nº 195/2006, encaminhou informações elaboradas pela Coordenação da Administração Financeira acerca das recomendações constantes do Parecer Prévio relativo ao exercício de 2004:

1. As futuras Leis de Diretrizes Orçamentárias devem apresentar, de forma transparente, para casos de queda na receita prevista, o tipo de gasto a ser contido, seja este investimento, auxílio, subvenção, inversão financeira, gasto de custeio em segmentos de menor essencialidade, conferindo assim melhor eficácia ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*A Coordenadoria de Orçamento informa que, para fazer frente à eventual queda de receita, o critério é o da incidência de percentual de redução, de igual magnitude, sobre as dotações orçamentárias dos projetos e das atividades, separadamente, de acordo com a participação relativa de cada um dos Poderes e do Ministério Público, estando excluídas dessas limitações, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida;*

*A opção pelo critério de contenção de despesas sob a ótica da sua estrutura programática, e não da natureza da despesa, deve-se ao fato de que, conceitualmente, tanto as noções de atividade como de projeto, correspondem ao conjunto de operações que têm como resultado um ou mais produtos, havendo, portanto uma associação direta e causal*

*com o objetivo finalístico do gasto público e, por consequência, da própria eficácia da ação governamental.*

2. As próximas Leis Orçamentárias Anuais devem limitar, em nível percentual, a autorização para suprir financeiramente dotações relativas a inativos, pensionistas, serviço da dívida, honras de aval, precatórios, despesas de exercícios anteriores e à conta de recursos vinculados e, assim fazendo, conformar-se ao prescrito nos incisos VI e VII do art. 176 da Constituição Estadual.

*A Coordenadoria do Orçamento da Secretaria de Economia e Planejamento manifestou-se informando que a sua incorporação poderá vir a ser realizada quando da elaboração das proposições de futuros exercícios.*

3. A Fazenda Estadual deve implementar mecanismos mais eficazes para recuperação de sua dívida ativa.

*A Procuradoria Geral do Estado vem desenvolvendo diversas ações e projetos para aperfeiçoamento dos processos de inscrição, controle e cobrança da dívida ativa, visando incrementar a arrecadação, facilitando a apresentação do pedido de parcelamento e agilizando o processamento, identificando com precisão os valores em cobrança, permitindo a rápida localização de expedientes, monitorando as decisões contrárias aos interesses da Fazenda e os valores envolvidos em matéria tributária;*

*No exercício de 2006, está prevista a entrada em operação do sistema que permitirá à PGE assumir o controle da dívida ativa, com desempenho superior ao obtido em 2005, pois será implantado a cobrança administrativa com o conseqüente*

*protesto de certidão de dívida ativa de forma muito mais ampla, o agrupamento de débitos gerados por devedores contumazes, para ajuizamento numa única execução, com o propósito de reduzir o volume de ações em andamento e uma série de serviços aos contribuintes, via internet, com o propósito de facilitar o pagamento e o parcelamento de débitos.*

4. A Administração deve retomar a atualização monetária dos saldos da dívida ativa, a garantir maior transparência aos direitos creditórios da Fazenda Estadual, assegurando, destarte, eficácia à regra disposta no inciso III do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (magnitude do patrimônio líquido).

*Recomendação atendida, os saldos da dívida ativa atualizada, em 31 de dezembro de 2005, montam a R\$ 88.810 milhões.*

5. Implantação de sistema que aproprie, de forma eficiente e realista, os gastos educacionais desenvolvidos pela Fundação Estadual de Bem Estar do Menor - FEBEM.

*Durante o 2º semestre de 2005 a FEBEM, através de sua Divisão de Finanças e Divisão de Tecnologia da Informação, realizou estudos e adotou medidas e procedimentos com vistas a implementação do Centro de Custo da Fundação; registre-se que a FEBEM informou, recentemente, que esse sistema de custos foi implantado no início do exercício de 2006.*

*Tal providência já resultou na apropriação de gastos de forma mais realista, na medida em que, a própria Secretaria da Fazenda, desconsiderou percentual de 94,27% dos gastos da FEBEM na função 12 Educação.*

6. A Fazenda do Estado deve esclarecer diferença, de R\$ 5.312.517 (cinco milhões, trezentos e doze mil, quinhentos e setenta e um reais), entre os valores apurados pela Auditoria e o registrado no balanço geral do Estado (depósito e retorno dos 15% de impostos vinculados ao FUNDEF).

*A Contadoria Geral do Estado fez constar nas notas explicativas do Balanço Geral do Estado - 2005 que, em sendo o exercício de 2006, o último ano de vigência do Fundo, nos termos da EC nº 14/96, juntamente com a Secretaria da Educação procederá as conciliações de todos os registros e lançamentos orçamentários, contábeis e financeiros efetuados ao longo dos 10 anos, para fiel cumprimento dos dispositivos legais.*

7. Que o Estado implemente campanhas de esclarecimento ao público alvo do Viva Leite, no sentido de que o produto seja tido como complemento nutricional, contextualizando-se destarte no âmbito das ações e serviços de saúde;

*A Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - CODEAGRO encaminhou folder e demais materiais de divulgação do projeto "Viva Leite", informando, ainda, no que tange as técnicas de informação direcionadas aos beneficiários e organizadores externos do Projeto, por meio da equipe de nutricionistas da Ação de Segurança Alimentar e Nutricional*

*Sustentável - ASANS, 58 cursos sobre a "Importância Nutricional do Leite Fortificado" foram ministrados nos últimos 6 meses, gerando transferência de conhecimentos a 9.088 participantes.*

*Encontram-se, também, em processo de formatação e atualização vários manuais, pôster e folder que atenderão aos beneficiários, aos Gestores e equipe técnica responsável pelo Projeto nos municípios.*

8. Que a Secretaria Estadual da Saúde tenha maior envolvimento com os resultados apurados pela Secretaria da Agricultura nas ações do *Viva Leite*, vez que aquela Pasta ainda não se utiliza dos dados e outros elementos de avaliação disponíveis na Secretaria da Agricultura.

*Os argumentos apresentados pela Secretaria da Saúde em seu ofício GS nº 2.673/06 (Anexo V) juntado ao TCA-18584/026/05, não demonstram avanços no sentido do engajamento desta Pasta no controle e acompanhamento do Projeto Viva Leite, na sua formulação ou reformulação bem como em correções de rumo face aos resultados apresentados.*

9. Que sejam apresentadas justificativas pormenorizadas, sempre que não houver o cumprimento, ainda que parcial, das metas previstas na Lei Orçamentária vigente.

*Recomendação atendida mediante envio do documento "Informações sobre os programas aprovados no Plano Plurianual 2004/2007".*

10. Que sejam implementadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado - CDHU, medidas que levem



ao aumento da construção de unidades habitacionais, de molde a reduzir as atuais necessidades.

A Secretaria da Habitação informa que, no planejamento das ações da CDHU no exercício de 2005, foram entregues 20.519 unidades habitacionais contra as 13.662 comercializadas em 2004.

11. Que sejam demonstrados pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, a efetiva utilização dos recursos provenientes do ônus fixo, recebidos dos contratos de concessão de rodovias celebrados.

O DER informa que no exercício de 2005 os recursos provenientes do ônus fixo foram utilizados para cobertura de despesas com a folha de pagamentos da autarquia, conservação e sinalização da malha rodoviária, operação das Unidades Básicas de Atendimento - UBÁS, pedágios, radares e operação de balanças nas rodovias sob jurisdição do DER.

#### XVI - SÍNTESE DO APURADO

SÍNTESE DO APURADO					
item	2005	cresc./de cres.	2004	cresc./ decrec.	2003
Superávit Orçamentário - Adm. Direta	13,16%	-	13,91%	-	14,20%
Déficit Orçamentário - Adm. Indireta	152,00%	-	166,15%	-	173,18%
Superávit Orçamentário - Consolidado	0,21%	-	0,07%	-	0,70%
Evolução da Receita Tributária	56.827 milhões	11,45%	51.192 milhões	14,57%	44.682 milhões
Despesas com Propaganda e Publicidade	55.788 mil	8,40%	51.464 mil	54,38%	33.336 mil
Evolução do Disponível	10.101 milhões	17,86%	8.570 milhões	25,09%	6.851 milhões
Evolução da Dívida Flutuante	7.512 milhões	28,45%	5.848 milhões	22,70%	4.766 milhões
Ativo Real Líquido	27.541 milhões	644,55%	3.699 milhões	(-) 74,67%	14.601 milhões
Dívida Ativa Tributária	88.371 milhões	29,49%	68.246 milhões	1,90%	66.973 milhões
Dívida Interna	119.238 milhõ	2,78%	116.015 milhões	13,20%	102.481 milhões
* Ajuste Fiscal	112.972 milhõ	3,52%	109.125 milhões	14,93%	94.948 milhões
Dívida Externa	2.676 milhões	(-) 19,40%	3.320 milhões	(-) 1%	3.354 milhões
Déficit Financeiro	1.507 milhões	(-) 18,74%	1.855 milhões	40,51%	3.118 milhões
Despesas com Pessoal e Reflexos	47,95%	-	51,12%	-	54,23%
* Poder Executivo	42,19%	-	44,60%	-	46,67%
* Poder Legislativo	0,54%	-	0,98%	-	1,09%
* Poder Judiciário	3,97%	-	4,36%	-	5,15%
* Ministério Público	1,25%	-	1,18%	-	1,32%
Ensino	30,16%	-	30,08%	-	30,16%
Saúde	12,17%	-	12,36%	-	10,36%
Precatórios	2.014.928 mil	-	1.191.733 mil	-	825.122 mil

**XVII - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Resultado Primário representa o principal indicador de solvência fiscal do setor público. É obtido pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras, e indica a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

As metas fixadas para os Resultados Primários e os Superávits obtidos, para os exercícios de 2003, 2004 e 2005, seguem:

EXERCÍCIOS	META FIXADA	RESULTADO OBTIDO	%
2003	3.127 milhões	3.594 milhões	14,9
2004	3.349 milhões	3.704 milhões	10,6
2005	3.220 milhões	3.458 milhões	7,4

Observa-se que a meta fixada para 2005 foi 3,85% inferior à de 2004, e 2,97% superior à de 2003. Quanto aos resultados, o de 2005 foi o menos expressivo no período medido, inferior 6,64% em relação a 2004, e 3,78% na comparação com 2003.

De qualquer forma, o resultado indica que o desempenho das receitas fiscais permitiu a cobertura integral de toda a despesa fiscal, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e do principal da Dívida Pública.

As receitas primárias são aquelas de caráter permanente e derivadas da ação precípua do Estado, notadamente impostos, taxas, contribuições, e transferências federais, e são representadas pela receita orçamentária excluídas as operações de crédito, rendimentos de aplicações financeiras, alienações de bens e cancelamento de restos a pagar.

Para fins comparativos temos que:

- a receita primária prevista para o exercício de 2005 foi de R\$ 66.906 milhões, representando um incremento de 5,0% em relação à receita de R\$ 63.735 milhões obtida em 2004;
- a receita primária prevista para 2004 foi de R\$ 59.519 milhões, incremento de 6,9% relativamente aos R\$ 55.657 milhões arrecadados em 2003;
- em 2003, a previsão para a receita primária foi de R\$ 52.492 milhões, 3,2% superior aos R\$ 50.885 milhões arrecadados em 2002.

Considerando todas as fontes de recursos, a receita primária realizada foi de R\$ 72.301 milhões, valor 8,1% superior a previsão inicial. O sensível crescimento da receita tributária respondeu por esse desempenho, superando em 4,2% a previsão inicial e em 11,5% a arrecadação verificada em 2004.

As despesas primárias são aquelas típicas da ação governamental, tais como pagamento de pessoal, custeio ou manutenção da máquina pública, investimentos, e são representadas pela despesa orçamentária excluído o pagamento do principal e dos encargos da dívida pública.

EXERCÍCIOS	DESPEZA PRIMÁRIA FIXADA	DESPEZA REALIZADA ANO ANTERIOR	%
2003	49.365 milhões	47.874 milhões	3,1
2004	56.170 milhões	52.063 milhões	7,9
2005	63.686 milhões	60.031 milhões	6,1

Considerando todas as fontes de recursos, a despesa primária realizada em 2005 totalizou R\$ 68.843 milhões, superando em 8,1% a previsão inicial.

Destarte, diante de todo o exposto neste relatório, permitimo-nos, com a devida vênia, propor as seguintes recomendações:

- 1ª** o Estado deve esclarecer diferenças apontadas em relação à efetiva aplicação dos recursos do FUNDEF, consoante levantamentos constantes deste processo, item VII - Ensino;
- 2ª** reiteramos recomendação formulada em 2004 para que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) tenha maior envolvimento com os resultados apurados pela Secretaria da Agricultura nas ações do "Viva Leite" no sentido de compartilhar os dados para análise, estatística e avaliação de eventuais necessidades de correções e redirecionamentos - a proposta vem da constatação de que a SES não se utiliza dos dados e demais elementos de avaliação disponíveis na Secretaria da Agricultura;
- 3ª** que o Estado atenda às Instruções 1/2002 deste Tribunal, especificamente o inciso I, artigo 13, que determina o encaminhamento dos resumos das despesas realizadas com o pagamento de pessoal da área da saúde, devidamente vistados pelos membros do Conselho Estadual de Saúde - CES;
- 4ª** que as futuras Leis Orçamentárias contemplem de forma adequada os programas e ações constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias;

- 5ª *que o Estado avalie e implemente mecanismos de análise pró-ativa dos registros de dados (logs) relacionados às etapas que compreendem todo o processamento das receitas, a fim de certificar-se de eventuais procedimentos não autorizados;*
- 6ª *que o Estado proceda à atualização e devida regularização das diferenças apontadas na contabilização das receitas de ICMS, IPVA e Demais Receitas tratadas no item XII - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS "IN LOCO", especialmente quanto ao atendimento da Lei Federal nº 4.320/64, artigo 35, inciso I;*
- 7ª *que o Estado inclua em seus procedimentos de rotina a conciliação das contas transitórias do passivo, identificando, de forma individualizada, a origem das pendências e a competente regularização.*
- 8ª *que o Estado providencie junto à Faculdade de Medicina de Marília a adoção de critérios orçamentários realísticos para alocar despesas nas Funções Saúde e Educação.*

É o relatório que apresentamos a Vossa Senhoria.

DSF-1.1, 07 de maio de 2006.

**ZILTER BONATES DA CUNHA**  
Diretor Técnico de Divisão

**CÉLIA NAEKO KADEKARO HIRATA**  
Agente da Fiscalização Financeira  
- Chefe Substituta

**SÉRGIO TERUO NAKAHARA**  
Agente da Fiscalização Financeira

**DENÍLSON DE ALCÂNTARA**  
Agente da Fiscalização Financeira

**PROCESSO:** TC-03563/026/05  
**INTERESSADO:** GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**EXERCÍCIO:** EXERCÍCIO DE 2005  
**RELATOR:** CONSELHEIRO DR. RENATO MARTINS COSTA

**Eminente Relator,**

Apresentamos o minudente relatório elaborado pelo Grupo Técnico de Acompanhamento das Contas do Governo do Estado, onde se destaca a análise do Balanço Geral do Estado, com enfoque especial ao resultado orçamentário, aos percentuais de aplicação no ensino e na saúde, despesas com pessoal, precatórios e a evolução da dívida.

Ressaltamos, também, as abordagens sobre a avaliação de indicadores de gestão, que trata, inclusive, da compatibilidade das peças orçamentárias e das justificativas apresentadas ao não cumprimento de metas.

Igualmente significativa as atividades desenvolvidas "in loco", com extenso trabalho, notadamente, nas áreas da receita e da avaliação de programas.

Por fim, chamamos atenção para o item "Levantamentos Específicos para a Relatoria de 2005", com pauta definida por Vossa Excelência em reunião inicial de trabalho com o Grupo Técnico de Acompanhamento, com destaque para as atuações das Organizações Sociais, Fundações de Apoio

e Entidades sem Fins Lucrativos, além de breve análise da questão previdenciária do Estado.

À elevada apreciação de Vossa Excelência, com trânsito prévio pela ATJ, SDG e PFE.

DSF-I, em 08 de maio de 2006.

**PEDRO ISSAMU TSURUDA**  
**Diretor Técnico de Departamento**  
**DSF-I**